

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL

JOAQUINA DO POMPÉU: TRAMAS DE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

GILBERTO CÉZAR DE NORONHA

UBERLÂNDIA – MG
2005

GILBERTO CÉZAR DE NORONHA

JOAQUINA DO POMPÉU: TRAMAS DE MEMÓRIAS E HISTÓRIAS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, como exigência parcial para a obtenção do título de mestre em História.

Linha de Pesquisa: Política e Imaginário

Orientadora: Prof^a Dr^a Jacy Alves de Seixas

Uberlândia/MG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
2005

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg / 12/05

N852j Noronha, Gilberto Cezar de, 1979-
Joaquina do Pompéu: tramas de memórias e histórias /
Gilberto Cezar de Noronha. - Uberlândia, 2005.
212f.
Orientador: Jacy Alves de Seixas.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em História.
Inclui bibliografia.
1. Minas Gerais - História - Teses. 2. História social - Minas Gerais - Teses. 3. Pompéu, Joaquina do - Crítica e interpretação - Teses. I. Seixas, Jacy Alves de. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 981.51 (043.3)

UFU - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL
LINHA DE POLÍTICA E IMAGINÁRIO

Dissertação defendida e aprovada em _____/_____/, pela banca
examinadora:

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Puga de Sousa

Prof^a. Dr^a. Jacy Alves de Seixas (Orientadora)

Prof^a. Dr^a. Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus

A todos aqueles que compreenderam minhas expectativas em relação a essa pesquisa.

E a todos que – num esforço ainda mais generoso – aceitaram de bom grado as distâncias entre as expectativas e as concretizações.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que tornaram possível este trabalho. Em ordem cronológica:

Aos meus pais por terem aceitado o desafio da arriscada tarefa de encomendar e cuidar de um segundo filho que, se não foi capaz de proporcionar grandes alegrias, pelos menos não tirou deles a coragem de uma terceira tentativa, tão bem sucedida quanto a primeira;

Aos meus irmãos por essa convivência de tantos anos, forçada de início mas sólida e deliberada hoje, construída numa rede familiar de apoio e solidariedade que se não obteve sucesso na política, pelo menos tem sido salutar para que eu compreenda melhor as redes políticas já há muito referenciadas pelos teóricos mineiros;

A meus primeiros professores formais que sempre tiveram muito me ensinar, mesmo nos momentos em que expuseram suas dificuldades, quando pesaram as condições de trabalho e as dificuldades na formação – problemas de nossa realidade educacional;

A todas aquelas pessoas que desde minha infância tiveram a paciência e a generosidade de deixar uma porta aberta para que eu pudesse adentrar em outros universos individuais e coletivos. Tanta riqueza encontrada em cada uma das pessoas que tive a oportunidade de conhecer efetivamente – para além dos obstáculos do individualismo e do utilitarismo que se tem observado na convivência entre os homens: dentre tantas pessoas importantes para mim, arrisco citar alguns nomes, embora saiba que sempre ficarão muitos outros que injustamente não referenciarei: Danton e Sâmara por terem em diferentes momentos de minha vida, ensinado-me a persistir naquilo que acredito. Ensinamentos sempre pelo diálogo e pelo exemplo;

A todos aqueles que compreenderam minha falta de dedicação e de tempo para melhor desfrutar a riqueza de sua convivência porque estive entretido com este trabalho. E a todos aqueles que, diferente de mim mesmo, sempre souberam conciliar seus afazeres com a atenção a meus pedidos, sempre dispostos a ouvir as minhas “conversas” sobre os temas de meu interesse próprio. Em especial à Flávia pela paciência em nossa convivência e pelo apoio incondicional, obrigado por resistir bravamente à leitura dos originais!

Agradecimento especial a Ari Abreu pelas conversas sempre reveladoras de aspectos sempre inéditos dessa nossa existência efêmera. Pela paciência com que me

orientou até chegar ao mestrado, quando finalmente tive uma orientação formalizada. Ari Abreu, sempre uma referência para minha formação de ser humano;

Às pessoas que dão vida à Universidade Federal de Uberlândia e que possibilitaram a um humilde matuto chegar e integrar-se sem maiores problemas à instituição, tão importante para minha formação. Agradeço à receptividade do povo de Uberlândia que me acolheu com tanto carinho, em especial à Dona Lourdes que sempre trarei no coração. Aos colegas que se tornaram grandes amigos a partir da convivência no curso, aos professores – a quem jamais poderei expressar toda a importância que tiveram em minha vida: Agradecimento especial a Jacy Alves de Seixas pela paciência e competência com que soube administrar as dificuldades de um “desorientado” na vida que ainda tem se esforçado para aprender a ser um discípulo mediano mas sempre cioso por dignificar a grandeza de seu mestre. Obrigado por, num dia tão comum quanto os outros, ter a feliz idéia de (re)ler Proust e a partir de então reunir elementos para (re)acender uma discussão tão necessária sobre as relações entre história e memória.

E parece que enfim chegamos aos agradecimentos diretamente relacionados a essa pesquisa. Por conceber este trabalho como algo inerente à minha trajetória de vida é que resolvi referenciar diversos momentos de minha existência porque todos tiveram influência direta no que sou hoje e no tipo de trabalho que realizei.

São muitos aqueles a quem devo agradecer de modo muito especial por sua colaboração direta com essa pesquisa: aqueles que me concederam seu tempo, confidenciaram suas lembranças, deixaram-me registrá-las e ainda mais, concederam-me a ousadia de tecer comentários sobre elas. Aqueles que eu já conhecia e que me revelaram aspectos tão ricos de sua existência e que tanto me ensinaram para muito além de minhas expectativas – quantas boas surpresas e quanta atenção tiveram comigo! Também agradeço àqueles que eu não conhecia e que de repente, concederam-me carta branca para adentrar-me em seu universo, nas suas lutas e concepções. Agradeço à confiança e peço desculpas por não ter feito trabalho à altura da qualidade de seus depoimentos, do tamanho de suas expectativas, da grandeza de sua generosidade. Ficam aqui seus nomes: Arminda Severiano, Bartolomeu Melgaço, Belini Andrade, Luciano “Bichano”, Deusdedith Pinto Ribeiro de Campos, Djalma Vicente de Oliveira - Cacique Kaxixó, Gilson Dias Maciel (Chiquinho), Joaquim Cordeiro, João César da Cunha Lemos, José Ferreira da Cruz (Nino), João Silvério da Silva (João Vintura), José Braga do Couto, Nereide Beirão, Normando Martins da Costa (Toco), Osvaldo Andrade

de Lima, Suelen Antônia Oliveira Faria, Vanessa Alves Melgaço, Yara Tupynambá, Mara Vasconcelos Avancini.

A todos aqueles que me acolheram tão bem enquanto viajava pelas cidades do Alto São Francisco e Belo Horizonte: em especial, Rodrigues – sempre “um amigo de infância”; Helaine, prima querida com qualidades de irmã, ao Fernando que me acolheu em Pompéu. Às queridas Ana Maria Mourão Cardoso e Ana Maria Onofre Freitas que tão carinhosamente conduziram-me pelas ruas antigas e sinuosas de Pitangui.

Agradeço ainda a todos aqueles que me confiaram seus livros antigos, guardados como relíquias de família, seus recortes de jornal, suas escrituras antigas, suas novas aquisições sobre Joaquina do Pompéu – suas lembranças, enfim. Em especial: Maria Inês, Maria Luzia (Lu), Professor Maurício.

RESUMO

Este trabalho propõe uma discussão sobre os usos e significados da memória e da história de Joaquina do Pompéu, procurando analisar como, por que e para que sua história tem sido utilizada e quais significados têm adquirido na sua apropriação, na construção das intrigas tecidas tanto pela memória histórica, como pela memória daqueles que compõem os diversos grupos que lembram de Joaquina do Pompéu. Os registros dessa trama estão disponíveis nos mais diversos lugares: obras da historiografia tradicional, nos livros de Gilberto Freyre, historiografia de Minas Gerais, novas correntes historiográficas, na obra de memorialistas das cidades do interior de Minas Gerais, na denominação de ruas e praças das cidades da região do Alto São Francisco, nas festas comemorativas da cidade de Pompéu, nas memórias individuais (e coletiva), fazendo parte das conversas de família (nos *causos*, nas histórias, nas piadas, nos discursos dos políticos da região que se projetaram no cenário nacional), nas histórias da luta pelo reconhecimento da identidade étnica dos índios Kaxixós, na boca das crianças das cidades do Alto São Francisco. Esta proposta se localiza nos limites das discussões sobre a relação entre história e memória e sobre a natureza mesma da memória. Nesta abordagem procura uma aproximação àqueles que desconfiam da coincidência simplista entre história e memória e mesmo de uma oposição radical entre as duas. Assim, buscamos um diálogo entre história e memória, considerando seus tempos e linguagens diferentes. Procuramos apreender a historicidade do fenômeno de memória de Joaquina do Pompéu na longa duração, em toda a sua força e persistência na região do Alto São Francisco, por mais de dois séculos e meio, do período em que ela viveu até os dias de hoje (1752-2005). Procuramos avançar nessa temática considerando as lembranças sobre Joaquina do Pompéu não apenas como fonte da história, tampouco um tipo de conhecimento conflitante com o conhecimento historiográfico, mas como um fenômeno importante para a compreensão da história do Alto São Francisco, ele próprio portador de uma historicidade.

Palavras-Chave: História; Memória; Joaquina do Pompéu.

ABSTRACT

This work proposes a discussion on the uses and meanings of the memory and of the history of Joaquina do Pompéu, trying to analyze as, why and so that your history has been used and which meant they have been acquiring in your appropriation, in the construction of the intrigues woven so much by the historical memory, as for the memory of those that compose the several groups that remember Joaquina do Pompéu. The registrations of that plot are available in the most several places: works of the traditional historiography, in Gilberto Freyre's books, historiography of Minas Gerais, new currents of the historiography, in memoirs written in the cities of the interior of Minas Gerais, in the denomination of streets and squares of the cities of the area of Alto São Francisco, in the commemorative parties of the city of Pompéu, in the individual memoirs (and collective), being part of the family chats (in the diversion histories, in the jokes, in the politicians' of the area speeches that were projected in the national scenery), in the histories of the fight for the recognition of the ethnic identity of the Indians Kaxixós, in the infantile histories of the cities of Alto São Francisco. This proposal is located in the limits of the discussions about the relationship between history and memory and on the same nature of the memory.

We agreed with those that distrust the simplistic coincidence between history and memory and even of a radical opposition among the two. We looked for a dialogue between history and memory, considering your times and different languages. We tried to apprehend the historical development of the phenomenon of memory of Joaquina do Pompéu in the long duration, in all your force and persistence in the area of Alto São Francisco, for more than two and a half centuries, of the period in that she lived until the days today (1752-2005). we Tried to move forward in that thematic one considering the memories on Joaquina do Pompéu I don't just eat source of the history, either a type of conflicting knowledge with the procedures of the history, but as an important phenomenon for the understanding of the history of Alto São Francisco, him own bearer of an important historical development.

Word-key: History; Memory; Joaquina do Pompéu.

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1 – “FONTES” DA HISTÓRIA : formas de transmissão da memória ou lugares de memória | 27 |
| 1.1 – “Já ouviu falar em Joaquina do Pompéu?”..... | 27 |
| 1.2 – Já leu algo sobre Joaquina do Pompéu? | 40 |
| 1.3 – Vestígios e lugares da memória | 50 |
| 1.4 – Por que se lembrar de Joaquina do Pompéu?..... | 57 |
| 2 – PERCURSOS DA MEMÓRIA I: Quem é Joaquina do Pompéu?..... | 60 |
| 2.1 – Traços biográficos: “Em torno da vida de Joaquina do Pompéu”..... | 62 |
| 2.1.1 – A Menina Joaquina | 63 |
| 2.1.2 – Menina-moça: tempo de gestação | 64 |
| 2.1.3 – Tempo de maturidade: Joaquina, do Pompéu | 68 |
| 2.1.4 – Tempo do domínio: norma e transgressão | 73 |
| 2.1.5 – O fim, o começo: a ambigüidade..... | 80 |
| 3 – PERCURSOS DA MEMÓRIA II: Imagens de Joaquina..... | 81 |
| 3.1 – Imagens e representações: aparências..... | 85 |
| 3.2 – Símbolos e imagens morais | 98 |
| 3.2.1 – A dama do sertão | 105 |
| <i>Mulher avançada para seu tempo</i> | 111 |
| <i>A Matriz política</i> | 114 |
| <i>A Divisora de águas: entre a barbárie e a civilização</i> | 121 |
| 3.2.2 – Sinhá braba..... | 125 |
| 3.2.3 – Contraposições e aproximações | 139 |
| 4 – HISTÓRIA E MEMÓRIA | 144 |
| 4.1 – Tempo de Joaquina do Pompéu | 145 |
| 4.2 – Tempos de lembrar de Joaquina do Pompéu..... | 155 |
| 4.2.1 – Reabilitação da imagem de Joaquina..... | 156 |
| 4.2.2 – Novas demandas políticas e a busca de um projeto nacional | 160 |
| 4.2.3 – Evocação do passado e mobilização política..... | 170 |
| 4.2.4 – Práticas de memória..... | 180 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 190 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 194 |
| ANEXOS | 207 |

INTRODUÇÃO

*“Intriga, (...) Numa palavra, uma fatia da vida, que o historiador recorta a seu bel-prazer e onde os fatos têm as suas ligações objetivas e a sua importância relativa (...). Humana, sublunar. (...) o fato não é nada sem uma intriga; ele transforma-se em qualquer coisa se fizermos dele o herói ou o figurante de um drama de história da arte”.*¹

(Paul Veyne)

Este trabalho tem a pretensão de apresentar uma dupla *intriga*, no sentido que Paul Veyne confere à palavra. Primeiramente, porque se propõe a ser um trabalho historiográfico: uma escrita que apresenta recorte incidental da vida cujo único critério mais consistente é a escolha aleatória de determinado fato. Especificamente um fenômeno: a persistência de uma lembrança em determinado lugar, ao longo de um período de mais de dois séculos e meio. A lembrança de Joaquina do Pompéu, na memória de homens, mulheres e crianças do centro-oeste de Minas Gerais desde 1752 até os dias de hoje.

Em segundo lugar, este trabalho se pretende *intriga* porque o próprio *fato* recortado consiste também numa *intriga*: um novelo, uma trama em torno de determinado sujeito histórico. Característica que gostaria de conservar, deixando claro que não se pretende desnudar o personagem histórico sobre o qual se sustentam várias tramas, tampouco desenrolar o novelo que envolve Joaquina do Pompéu porque são essas tramas mesmas que constituem a memória: imagens e representações diversas dessa mulher que viveu nos séculos XVIII/XIX. Tramas tecidas pela memória, ou pelas diversas memórias involuntárias e voluntárias, históricas, historicizadas ou não, que se expressam pelas imagens presentes na vida das pessoas do Alto São Francisco. A(s) trama(s) da memória que recortada(s), por sua vez, serve(m) de sustentação de minha própria *intriga*. Assim, pretendo percorrer os caminhos tortuosos da constituição dessa memória, começando mesmo pelo presente, de onde parte toda memória².

Considerando ainda as observações de Veyne acerca do trabalho do historiador, tenho consciência de que será impossível compreender tudo, ou percorrer

¹ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Edições 70, 1971. (Trad. Antônio José da Silva Moreira).

² “A memória possui um primeiro e bem definido patamar: a memória é desencadeada de um lugar, e este se situa no presente.” SEIXAS, J. Alves. Os campos (in)elásticos da memória: reflexões sobre a memória histórica. In: BRESCIANI, M. S., MAGALHÃES, M.B., SEIXAS, J.A. (org.) *Razão e paixão na política*, Brasília. Ed. da UNB, 2002. p. 62.

todos os caminhos da memória. Diante das limitações que o objeto impõe decisivamente, minhas pretensões não serão maiores do que discutir alguns usos e significados da memória e da história de Joaquina do Pompéu, procurando analisar como, por que e para que sua história tem sido utilizada e quais significados têm adquirido na sua apropriação, na construção das intrigas tecidas tanto pela memória histórica, como pela memória daqueles que compõem os diversos grupos que lembram de Joaquina do Pompéu. Os registros dessa trama estão disponíveis nos mais diversos *lugares*: nas obras da historiografia tradicional, nos livros de Gilberto Freyre, na historiografia de Minas Gerais, nas novas correntes historiográficas, na obra de memorialistas das cidades do interior de Minas Gerais, na denominação de ruas e praças das cidades da região do Alto São Francisco, nas festas comemorativas da cidade de Pompéu, nas memórias individuais (e coletivas?) fazendo parte das conversas: nos *causos*, nas histórias, nas piadas, nos discursos dos políticos da região que se projetaram no cenário nacional; nas conversas de família, nas histórias das lutas pelo reconhecimento da identidade étnica dos índios Kaxixós, na boca das crianças das cidades do Alto São Francisco que se arrepiam quando ouvem as histórias de Joaquina. Nas ações voluntárias e involuntárias, experimentadas como racionalização e como sentimento. Enfim, como parte da vida, que “*em si mesmo, não é interessante nem deixa de o ser*”³, uma intriga fruto do que o povo conta e apimenta, eleita como centro de minha própria intriga.

O fato investigado deve ser visto, ele próprio, como uma intriga e não como objeto de uma única face⁴: Joaquina do Pompéu não deve ser considerada uma personagem de uma única dimensão. Não se pretende desnudar a personagem para encontrar Joaquina do Pompéu no passado, procurando-se separar a “personagem histórica”, tida como “real”, de construções e representações posteriores sobre ela. Pretende-se tratá-la como se apresenta hoje: como uma memória. Como uma lembrança que se constitui na ligação do presente ao passado. Nas percepções de hoje, unidas a diversas percepções passadas, comprimidas, superpostas, distanciadas, esquecidas e rememoradas. Procurar-se-á compreender essa trama mesma que é a constituição da memória, na tentativa de historicizar esse fenômeno sem que para tanto seja necessário exigir que ela deixe de ser memória ou que renegue algumas de suas características

³ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Op.cit. p. 45.

⁴ Seria pertinente ainda uma vez recorrer à comparação já feita entre a memória e um caleidoscópio.

constitutivas para se adequar aos procedimentos historiográficos⁵. Enfim, nestes termos é que pretendemos apresentar e (re)construir Dona Joaquina do Pompéu.

Como nos lembra Veyne, nesse recorte incidental da vida, “*fatos têm as suas ligações objetivas e a sua importância relativa*”.⁶ Uma vez recortado, colocado em evidência, deve ser localizado, procurando-se estabelecer e identificar suas relações com a totalidade de onde ele é destacado, embora, a despeito de percorrer todos os itinerários possíveis para um acontecimento, jamais se poderá abarcá-la.

Esta proposta se localiza nos limites das discussões muito pouco consensuais sobre a relação entre história e memória e sobre a natureza mesma da memória. Acredito que ao procurar enfrentar o desafio de estabelecer um diálogo entre memória e história, tomo um posicionamento em relação a essas discussões, antípoda à tradição aristotélica que considera a memória apenas como reconstrução voluntária do passado: seja contrapondo radicalmente história e memória como o fizeram Halbwachs e, de forma mais radical, Pierre Nora⁷, seja aproximando-as demasiadamente a ponto de identificá-las tomando os discursos de memória por história sem uma reflexão mais atenta, como se observou, em alguns casos, particularmente, no nascimento da história oral.

Considerar a possibilidade do diálogo entre história e memória, impõe considerar os mecanismos específicos pelos quais a memória opera como nos indica Seixas através de sua pesquisa pioneira na retomada da discussão sobre as relações entre história e memória. Como observa a autora, isso significa a tentativa de incorporar concepções de memória para além da memória-conhecimento, memória-reconstrução voluntária do passado. Concepções localizadas em outra tradição de pensamento. Incorporadas, no caso de Seixas, por meio das colocações de Bergson e Proust, numa tentativa fecunda de diálogo transdisciplinar estabelecido pelos historiadores que têm retomado as relações história-memória diante de fenômenos atuais de memória e mesmo como uma reação ao *frenesi* de memória percebido nas últimas décadas.⁸

⁵ Sobre as características constitutivas da memória, comumente renegadas pela história que desde Tucídides vem privilegiando a memória-conhecimento em busca da “verdade”, ver especialmente SEIXAS. J. Alves de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica, *História – Questões e debates*, Curitiba, Ed. da UFPR, nº 32, jan-jun 2000.

⁶ VEYNE, Paul. Op. cit. p. 44.

⁷ HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990; NORA, Pierre. Entre memória e História (1984), prefácio do v. I de *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 1984. Trad. Yara Aun Khoury, *Proj. História*, São Paulo, (10), dez. 1993, p.7.

⁸ SEIXAS, J. Alves de. Percursos de memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

A idéia de pensar mais atentamente aspectos da história e da memória de Joaquina do Pompéu surgiu de um estudo realizado sobre o avanço da pecuária, em fins do século XVIII e início do século XIX, pela região oeste de Minas Gerais⁹. Não foi meu primeiro contato com a figura de D. Joaquina do Pompéu: D. Joaquina Bernarda da Silva de Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, que ficou conhecida pelo lugar em que construiu a sede de sua fazenda, no interior de Minas Gerais – Pompéu. Sempre vivi na região do Alto São Francisco já conhecia essa personagem protagonista de diversas histórias contadas pelo povo. D. Joaquina sempre despertou fascínio e interesse, presente na vida cotidiana e na memória das pessoas das cidades do interior, nas histórias contadas pelo povo, emprestando seu nome a ruas e praças: inspirando *causos* e contos da literatura regional. Também me vejo envolvido com essa memória e a considerar as observações de Halbwachs sobre a natureza social da memória, considero-me parte do grupo, ou do quadro social,¹⁰ que conserva a lembrança de Joaquina do Pompéu: informação que acredito importante para se considerar, ainda uma vez, a parcialidade desse trabalho – seja pela construção deliberada que é de minha responsabilidade, seja pela construção subjetiva da qual não posso me eximir em nome de uma certa “objetividade”, já há tempos menos crível. Moro numa cidade em que existe uma rua que tem o nome de Joaquina do Pompéu¹¹; conheço nome de ruas e praças de outras cidades muitas vezes anunciadas em propagandas de rádios locais; tantas vezes ouvia histórias terríveis de uma fazendeira muito rica e muito má que, segundo dizem, era a “*dona de toda essa região*”, histórias passadas nos tempos dos escravos e informações sobre famílias de gente ruim ou famílias de gente *braba* que viviam num tempo antigo fazendo suas leis e suas políticas: tantas outras informações que fazem parte de um repertório simbólico ao qual pertenço. Imagens. Imaginário que não é sentido separado da vida “real”, mas que constitui intrinsecamente o real.

Apesar de tudo que percebia em comum com os outros de minha região, tantas vezes ainda me surpreendi com a persistência da lembrança de Joaquina do Pompéu, percebida ao longo da realização do trabalho: ao abordar desconhecidos nas

⁹ NORONHA, Gilberto Cezar de. *O avanço expansionista e desenvolvimento da pecuária no Alto São Francisco em fins do século XVIII e início do século XIX, no contexto da colonização do Brasil*. LUZ/MG: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, 2002. (Mimeo.)

¹⁰ Penso na afirmação de que é o grupo que conserva a lembrança e não apenas o indivíduo. Cf: HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

¹¹ Na cidade de Abaeté/MG, a Rua D. Joaquina do Pompéu existe desde 1938, assim denominada pelo decreto-Lei nº 11 de 05 de maio de 1938.

praças das cidades em que realizei a pesquisa¹², dentro dos ônibus durante as viagens que fiz pelas cidades do Alto São Francisco, indagava ocasionalmente desconhecidos sobre Joaquina do Pompéu. Na maioria das vezes, obtinha sucesso ao interpelá-los. A impressão que tinha é que D. Joaquina do Pompéu parecia ser a chave de um enigma que, de repente, aproximava-me das pessoas que, num tom confessional e com o carinho típico das pessoas san-franciscanas, quase sempre sussurravam, contidos, diante da menção à Joaquina do Pompéu: “*Dona Joaquina? Num conheço não. Já ouvi falar, só. Gente ruim, né! Dizem que ela era muito ruim*”.¹³ E de repente, ensinando-me uma curiosa diferença entre *ouvir falar* e *conhecer*, desfiavam algum *causo* de maldades da ilustre senhora. Uma personagem, enfim, que está presente nos discursos, nas conversas. Mulher de uma história que ninguém *conhece*, mas todo mundo sabe alguma coisa. Não bem por ter certeza, por ter visto, mas apenas de ouvir contar, assim... pelo que dizem, “*Ela era uma fazendeirona. Você fala a Joaquina do Pompéu? Era dona disso tudo aqui. Muito poderosa. Mas eu não sei de nada não. Ela é lá de Pompéu. É lá que eles devem saber tudo dela*”.¹⁴

Por essa presença instituinte do imaginário social, por si só¹⁵, já seria interessante e justificável nos determos nessa figura¹⁶. A realização do estudo nos trouxe novos elementos para (re)compor essa personagem, procurando captar as

¹² Foram realizadas entrevistas orais gravadas com moradores dos municípios de Abaeté, Paineiras, Pompéu, Morada Nova de Minas, Belo Horizonte, Martinho Campos, Pitangui, no período de agosto de 2004 a junho de 2005. Durante as viagens muitas conversas informais foram tecidas e que não puderam ser gravadas, às vezes por desconforto do interlocutor ou ainda pela casualidade de muitas abordagens feitas com o objetivo de me surpreender ainda com a força dessa memória.

¹³ Frase de seu Antônio ‘Xexé’, nascido em Divinópolis, morador de Pitangui. O contato com esse senhor se deu de forma muito rápida e casual. Era um passageiro que embarcou em Conceição do Pará e viajou ao meu lado até Pitangui. Apenas doze quilômetros de viagem, não houve entrevista organizada, embora ele tenha contado muitas histórias de Dona Joaquina. Isso nos sugere que as histórias de Joaquina do Pompéu estão vivas e presentes de forma marcante no discurso dos habitantes da região do Alto São Francisco, como pudemos notar em outras conversas e nas entrevistas. 27/05/2005.

¹⁴ Frase de um morador de Pitangui, que abordei na Praça da Rodoviária e que meio desconfiado disse não saber nada sobre Joaquina, embora sua fala comprovasse o contrário.

¹⁵ Remeto-me à observação de Baczko de que uma das funções do imaginário seria “*organizar e controlar o tempo coletivo no plano simbólico*” intervindo na memória coletiva, para a qual, os acontecimentos contam menos do que as representações a que dão origem e que os enquadram (BACZKO, p. 312) e que este imaginário designa a identidade de uma coletividade, que pode nos dizer muito sobre como esta coletividade se organiza posto que a descreve e a normatiza (p. 310). BACZKO. Bronislaw. *Imaginação Social*. IN: ENCICLOPÉDIA Einaldi, Vol.5, Antropos, 1982.

¹⁶ Convém alertar ao leitor que fazemos uso um tanto indiscriminado da palavra *figura* em diversos momentos deste texto, a despeito das inúmeras significações que o termo comporta. E, ainda algumas vezes utilizamo-nos da palavra em mais de um sentido. A propósito, neste caso específico, figura diz respeito à imagem – correspondendo ao que Chartier entende por representação – um símbolo ou um ícone representativo. Algo que é portador de significados ou que, se não apresenta uma essência, não é um sujeito metafísico propriamente dito, é ele próprio composto por uma diversidade de significados que, por agora, não temos condições de distinguir e por isso mesmo denominamos *figura* que se destaca em toda a sua complexidade, na realidade, a partir da experiência. Em outros contextos utilizaremos figura em seu significado específico de gravura, fotografia.

imagens pelas quais ela se exprime: Dona Joaquina do Pompéu também está presente, registrada, lembrada pela historiografia tradicional, de alguma forma “requerendo” um lugar na história brasileira como personagem histórica, controversa, mas de uma riqueza de significações construídas ao longo dos séculos em que foi lembrada. Assim, descobrimos um emaranhado, uma construção de imagens feitas em torno desse sujeito histórico, construção essa que se apresenta como um fenômeno complexo e multifacetado de memória, que acreditamos mais atual do que nunca. A hipótese da força persistente e impetuosa dessa memória e a possibilidade de apreender alguns significados importantes para a elucidação de questões pertinentes à história do povo que há muito tempo lembra-se de Dona Joaquina do Pompéu tornou-se cada vez mais forte à medida que a pesquisa avançava.

A atualidade e a força dessa memória está expressa em pelo menos duas circunstâncias importantes: a) no discurso das pessoas do Alto São Francisco, como constituinte do seu universo simbólico; b) na importância dada a essa lembrança que funciona como ícone representativo de certos valores ou situações para aqueles que dela se lembram. Esta última, evidenciada na preocupação e no empenho – daqueles que se consideram descendentes de Joaquina do Pompéu – em registrar sua memória e a cobrança, muitas vezes implícita, de uma abordagem “digna” de sua história, em minha pesquisa.

A primeira questão que orientou esse trabalho era se realmente Dona Joaquina do Pompéu constituía figura significativa na lembrança das pessoas. Fomos a campo, ouvindo prioritariamente pessoas mais idosas, imaginando que os mais novos poderiam não mais cultivar essas lembranças, que na maioria dos casos era passada pela oralidade: dos mais velhos para os mais novos, sob forma de histórias, de *causos*. Pelas leituras e pela percepção que tinha, imaginava que as novas formas de vida, os chamados “novos tempos”, faziam morrer a tradição oral, ou ainda, acreditava que a transmissão da memória não poderia sobreviver a essa nova realidade: acelerada¹⁷. Surpresa foi quando encontramos muitos jovens e crianças que cultivam as histórias de Joaquina,

¹⁷ Diante da experiência vejo-me impelido a discordar de colocação já clássica de Pierre Nora em relação ao que considera o fenômeno da historicização da memória, ou a sua morte: “Aceleração: o que o fenômeno acaba de nos revelar bruscamente, é toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditadas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. Entre uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigo ao tempo indiferenciado dos heróis, das origens e do mito – e a nossa, que só é história, vestígio trilha. Distância que só se aprofundou à medida em que os homens foram reconhecido como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje, num ponto convulsivo”. In: NORA, Pierre. Op. Cit. 1993. p.8.

apropriando-se de narrativas que ouviram de tios, da mãe, dos avós e, ao invés de se perder com as transformações da sociedade, observamos que a arte de narrar¹⁸ as histórias de Joaquina encontra-se muito viva. Percebemos que nossa hipótese da idade relacionada à “morte da memória”, ou seu apresamento a lugares, e destituída da ligação intrínseca com a vida presente, deveria ser descartada. Mas ainda parecia urgente a comprovação de que a lembrança de Joaquina do Pompéu constituía um dado significativo que, de alguma forma, justificasse o estudo.¹⁹ Talvez mais ainda: procurava reunir elementos para justificar a permanência de Joaquina do Pompéu na lembrança das pessoas a partir de sua suposta importância enquanto sujeito histórico.

À medida que a coleta de dados foi sendo realizada não restaram dúvidas de que a lembrança de Joaquina constituía mesmo algo significativo, embora isso já não parecesse mais tão relevante. Significativo como um fenômeno e mais do que nunca atual, visto pelas comemorações oficiais do município de Pompéu dos 250 anos de seu nascimento²⁰, pela recente apropriação de suas imagens pela historiografia da mulher²¹, ou ainda, nos discursos que orientam e justificam a ação afirmativa do grupo indígena Kaxixó²², em sua luta por reconhecimento étnico e pela demarcação de suas terras. Assim,

¹⁸ Se fosse pertinente aproximar a vivacidade da “arte de narrar” as histórias de Joaquina – constatada nos dias de hoje na região do Alto São Francisco – da análise da *arte de narrar* feita por Walter Benjamin, em 1936 (a partir de perspectiva diversa), ter-se-ia um impasse: concebendo a arte de narrar como uma forma *artesanal* de comunicação e diante do desenvolvimento do capitalismo industrial, o autor conclui que a arte esta arte está em vias de extinção. Considerando-se as transformações capitalistas intensificadas e globalizadas, de 1936 até os dias de hoje, encontrar esta arte viva na região pesquisada nos incita a pensar que, ou as condições industriais vislumbradas por Benjamin não se desenvolveram na região, ou o diagnóstico do autor talvez deva ser matizado. Ver. BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

¹⁹ A busca de evidências de que Joaquina do Pompéu era mesmo lembrada, tornou-se em alguns momentos da pesquisa algo angustiante, sobretudo no desenvolvimento das discussões historiográficas. No meio acadêmico muitas vezes fui questionado sobre a relevância de um estudo sobre essa mulher. Parecia, a alguns de meus interlocutores, ser mais legítimo o estudo de um desconhecido não privilegiado na sociedade colonial do que de uma fazendeira. Muitas vezes havia uma inversão de valores no discurso dos que me questionavam: seria, segundo eles, mais válida uma pesquisa sobre um desconhecido das classes inferiores, no sentido de um “resgate” de memória, mas incompreensível render esforços para se estudar uma figura “privilegiada” na sociedade (uma fazendeira escravocrata, no caso de Joaquina do Pompéu) posto que esta não teria relevância histórica.

²⁰ Em 2002 foi realizada uma grande festa para comemorar os 250 anos de nascimento de D. Joaquina do Pompéu: 20 de agosto passa então a ser feriado municipal. A festa reúne grande parte dos seus “40 mil descendentes”, ocasião em que se inaugura um monumento em sua homenagem. Organizada pela Prefeitura de Pompéu, apoiada pelos vários setores do município, a festa e a tentativa de “reabilitação dessa figura” estão relacionadas à idéia de incentivar o turismo na região: “A idéia é explorar a potencialidade das fazendas e casarões da região que poderiam abrigar turistas” (Cf: ARREGY, Clara. Joaquina influenciou várias gerações. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 18 de ago, 2002. p. 1).

²¹ SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

²² Tribo indígena cuja identidade étnica foi reconhecida em 2000. Os Kaxixós estão fixados no Vale do Rio Pará, nos municípios de Martinho Campos e Pompéu, região centro-oeste de Minas Gerais. Desde 1986, o grupo reivindica o reconhecimento étnico oficial. Com o apoio do movimento indígena, de organizações não governamentais (Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva) e Anaí (Associação Nacional de Ação Indigenista), entre outras e da Procuradoria Geral da República de Minas Gerais (PGR/MG), os Kaxixós lutam por seus direitos civis. “Sua

cada vez ficava mais claro que não seria a certeza da importância de Joaquina como sujeito histórico que nos possibilitava compreender a força de sua memória mas, pelo contrário, seria a força e a persistência da memória a garantir à Joaquina do Pompéu o estatuto de sujeito histórico. Talvez seja válido um trocadilho rústico: Joaquina não é lembrada por que ficou na história mas está na história por que é lembrada.

Uma outra hipótese que tínhamos de início, é que as imagens cultivadas de Dona Joaquina variavam de acordo com determinados grupos sociais: tanto em sua construção como na forma de transmissão/inscrição dessa memória. Ao procurar delimitar os possíveis grupos que conservavam sua lembrança, observava as memórias “de fora”. Assim, os grupos delimitados de antemão seriam: os descendentes de Joaquina do Pompéu, identificados como uma elite (um grupo dominante); um grupo popular (ou dominado); e um grupo emergente, representado pelos índios Kaxixós, localizados às margens do Rio Pará. À medida que ouvia as pessoas que, eu acreditava, faziam parte desses grupos particulares que lembravam de Joaquina distintamente, percebi que as lembranças se constroem de forma mais complexa e que o procedimento adotado não ajudaria a compreender essa trama de significados e de imagens que compõem Joaquina do Pompéu. As mesmas imagens eram muitas vezes compartilhadas pelos grupos estabelecidos *a priori*.

Assim, percebi que tentar compreender essa personagem constituída como história-memória, de um ponto de vista *externo* à própria construção da trama poderia não conduzir a algo consistente. Desde modo, foi abandonada qualquer possibilidade de crítica externa à trama tecida pelas várias memórias em torno de Dona Joaquina do Pompéu que poderia conduzir-me a um paradigma supostamente real e verdadeiro de tão complexa figura reconstruída pelas memórias.

Convenci-me, então, de que o melhor caminho seria percorrer as construções internas dessa trama, procurando caminhar na direção da proposta de se compreender a memória em seu próprio campo e narrativa, sem a necessidade de fazê-la deixar de ser memória para que fosse aceita como objeto de um estudo de história.²³ Decidir-se por

história de origem remete ao século XVII, no período das bandeiras. Segundo Seu Djalma, cacique desse povo, foi nesse período que se deu início a formação do atual grupo étnico. Segundo ele, os Kaxixós foram aliciados e forçados a trabalhar para os desbravadores daquela região, marcada pela tradição na formação de jagunços. A lendária figura da matriarca local, D. Joaquina de Pompéu e seu marido, o Capitão Inácio de Oliveira Campos, compõem a formação da etnia. De acordo com Seu Djalma, os Kaxixós de hoje são uma grande mistura entre aqueles Kaxixós que habitavam a região antes da colonização (“povo do mato”), os índios Carijós (trazidos como escravos para a região), os negros, os seres míticos (“caboclos d’água”) e o “povo do governo” (D. Joaquina e seu marido”). Cf. CALDEIRA, Vanessa. Povos indígenas: Povo Kaxixó. Disponível em [Http://www.indio.org.br/001_Povos_indigenas/mapa/povos/PovoKaxixo.htm](http://www.indio.org.br/001_Povos_indigenas/mapa/povos/PovoKaxixo.htm) Acesso em 20/05/2005.

²³ Faço referência direta à proposta de romper com o monólogo da história frente à memória. Cf. SEIXAS, J. Alves de. Os campos (in)elásticos da memória. Op. Cit. p. 62.

esse caminho nos força a perder a ingênua – e, no entanto, reconfortante – certeza da verdade histórica, mas em contrapartida nos dá a possibilidade de compreender essa trama da memória em sua riqueza e complexidade, que muitas vezes ultrapassa as possibilidades de compreensão histórica.

Se Walter Benjamin tem mesmo razão em seus comentários sobre a obra de Kafka, bem que poderíamos trazer uma de suas afirmações para a nossa questão: para ele, Kafka em sua obra “*sacrifica a verdade para apegar-se à sua transmissibilidade, ao seu elemento hagádico*”²⁴, o que em grande medida poderíamos considerar como um de nossos objetivos, considerando-se que não pretendemos perseguir o “*sentido original*” da existência de Joaquina do Pompéu, mas a chamada “*tradição da memória*” para utilizar os termos de Benjamin. Perseguir as tramas em torno dessa existência ontológica, tecidas a partir de “*um amontoado de comentários, notas e glosas que* [mesmo que para Benjamin, essa existência e o seu sentido original não tenha se perdido] *não somos mais capazes de distingui-la das outras inúmeras palavras legadas pela tradição*”. Assim, a verdade se vê submersa pela tradição e esta “*torna-se autônoma em relação ao sentido inicial no qual, originalmente, tinha suas raízes*”.²⁵

Em nossa opção de trama, estamos conscientes das dificuldades que se apresentaram, de duas ordens, pelos menos: dificuldade teórica, pois esse campo é controverso na historiografia, e dificuldade prática de pesquisa, em lidar com um objeto de estudo fugidio aos procedimentos historiográficos, localizado em terreno pantanoso. Propor-se percorrer as tramas da memória exige assumir o risco de lidar com os sentidos ilimitados por ela construídos, pois, como nos indica ainda Benjamin ao comentar a busca do tempo perdido de Proust: “*um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites*”.²⁶

Atentar para um fenômeno particular de memória social e coletiva também pode ser uma forma de abarcar aspectos e relações importantes da trajetória do povo do Alto São Francisco, que envolvem suas diversas atividades, econômicas, políticas, relações sociais, sentimentos, lembranças – dimensões que não se separam do que poderíamos chamar de realidade empírica, pois são alguns de seus elementos constituintes, e assim se apresentam também neste recorte que fazemos em torno do

²⁴ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política.: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 17. (prefácio). Hadágico, para Benjamin, referente a Hágada (lembrança e reatualização do texto original, Halacha, a verdade original do judaísmo).

²⁵ GAGNEBIN, Jeanne Marie. (prefácio) In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 17.

²⁶ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política.: ensaios sobre literatura e história da cultura*. op.cit. p. 37.

“lembra de Joaquina do Pompéu”: uma prática cultural, em seu sentido ampliado. Este recorte incidental é tão válido, ou tão arbitrário, quanto quaisquer outros que privilegiem as relações produtivas, as relações de poder, os laços sociais. A escrita da história do homem pode também ser feita considerando-se o que ele sente e o que ele lembra, posto que suas lembranças, como todas as outras dimensões da experiência humana, são também seus elementos institutivos.

Todo recorte é feito a partir de uma totalidade e essa relação intrínseca não deve ser perdida de vista em nenhum momento. Joaquina é uma figura-chave para se estudar a história do Alto São Francisco? Acreditamos que não, embora essa negativa não nos exima de problematizar a constatação de que ela se apresenta como tal em muitos momentos. As formas como isso ocorre, os usos e significados dessas formas é o que nos interessa mais especificamente. Mais do que estabelecer um lugar para Joaquina do Pompéu, interessa-nos problematizar o lugar que ela ocupa, o lugar a que ela pretende, ou ainda as pretensões dos agentes que a conduziram/conduzem a este(s) lugar(es). O que é certo é que, ao propor um estudo sobre esse fenômeno de memória, impõe-se o estudo da história do Alto São Francisco, a consideração de dimensões constitutivas dessa realidade que, em outras abordagens, poderiam escapar. O que não as invalida enquanto constituintes do real, nem como objeto de estudo, mas, pelo contrário, reafirma a necessidade de se tentar abordagens que considerem outras dimensões constitutivas das relações entre os homens, não somente suas ações, mas seus sentimentos, que muitas vezes as precedem. Racionalizadas ou não.

Para Peter Burke a memória interessa ao historiador sob dois pontos de vista: como fonte histórica e como fenômeno histórico²⁷. Como fonte histórica, a memória sempre foi tida como reminiscência, como um ato voluntário de evocação do passado²⁸. Burke observa que a utilização da memória-reminiscência como fonte para o estudo da história, especialmente a história oral, requer uma crítica de confiabilidade no teor da crítica tradicional de documentos. É nesse sentido que Hobsbawm (1988) se mostra crítico da utilização da memória como fonte para o estudo da história, especialmente em relação à sua super-utilização pela história oral, sem o desenvolvimento de uma metodologia para lidar com os depoimentos orais. O autor diz ser pouco confiável esse procedimento, posto que reconhece não ser a memória “*um mecanismo de gravação*” dos fatos e acontecimentos vividos. Ela é

²⁷ BURKE, P. História como memória Social. In: *Variedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 72.

²⁸ ARISTÓTELES. Da memória e da reminiscência, 449 b 6 e 451 a 20. apud: VERNANT, Jean Pierre. Aspectos míticos da memória e do tempo. In: *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Educ, 2002. p.165.

uma seleção inconstante, tanto quanto as fontes escritas que não podem ser tomadas como “verdade” absoluta – como já se procedeu em outras concepções de história – e, ao contrário destas, a memória não tem ainda um método de tratamento crítico²⁹. Desde então, a partir das primeiras investidas da história oral com muita inocência e compilações acríticas, muito se aprendeu nesse campo³⁰.

A memória, como fenômeno histórico, ou nos termos de Burke, apropriando-se de Halbwachs, a ‘*história social do lembrar*’, também deveria interessar à história. O autor considera necessário ao historiador “*identificar os princípios de seleção e observar como eles variam com o passar do tempo*”. Nessa perspectiva se inserem, de forma mais contundente, as preocupações de Seixas que observa o fenômeno recente da crescente revalorização das práticas de memória por parte de grupos sociais e políticos heterogêneos, em escala internacional, como algo localizado na ponta de um iceberg – de uma problemática da memória específica a ela, a qual a história tem insistente e furtadamente se furtado³¹.

Como observa Seixas, muito tem se falado nas últimas duas décadas sobre a memória como fenômeno, vive-se um “*frenesi de memória*” (expressão de Mayer), algo que se mostra como recente, com contornos de pós-modernidade, que dá margens a revisões e diagnósticos díspares sobre a relação entre história e memória. Em 1994, Pierre Nora decreta o fim da memória pela “constatação” do fim das sociedades-memória e conclui que “*fala-se tanto de memória porque ela não existe mais*”.³² Acelera-se a história e a memória, como fenômeno, estaria liquidada ou “travestida” em história (memória-historicizada).

A persistência da lembrança de Joaquina do Pompéu nos coloca de frente a essa afirmação de Nora, pois consideramos que seja uma evidência de que a memória não está relegada à história, nem superada, nem tomada por ela. Mas que subsiste e tem suas próprias características, linguagens e mecanismos que lhe são singulares e que atua, tem funções e papéis na vida social – papéis esses que não devem ser relegados pela história a partir de uma conclusão apressada de que ela não existe mais.

Mas a memória como fenômeno não é algo recente, embora o seja como fonte histórica (pelo menos a partir do momento em que foi afastada da história ‘comprometida

²⁹ HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. p. 23.

³⁰ PORTELLI, A. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. et. al. *Muitas histórias e outras memórias*. São Paulo: Olho d’água, 2004. pp. 296-313.

³¹ SEIXAS, Jacy A. de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica. Op. cit. p. 76.

³² NORA, Pierre. *Entre memória e História* (1984), op. Cit. 1993, p.7. O movimento que se inicia a partir de seu artigo *arrematador* de 1984, é classificado por ele próprio, posteriormente, como uma ‘*obsessão comemorativa*’.

com a verdade', na tradição grega iniciada por Tucídides e persistente até hoje). Seixas³³ observa que, recentemente, tem se operacionalizado e instrumentalizado a memória, sobretudo a historiografia, sem uma reflexão e problematização efetiva das relações entre história e memória, sem tomar a memória como "tal", com seus procedimentos próprios e não apenas os que correspondem às práticas historiográficas. Desconsideram-se as dimensões afetiva e involuntária da memória que são apartadas da sua relação com a história, que tem reconhecido apenas sua dimensão cognitiva. Diante disso, Seixas procura (re)pensar as relações tecidas entre elas. Dialogando com a literatura de Proust e a filosofia de Bergson, Bachelard e Nietzsche, busca a compreensão da memória em sua própria identidade e eloquência³⁴, para então (re)estabelecer seu diálogo com a história. Nessa perspectiva, propõe superar o 'egocentrismo' da história e

*“(...) interrogar as memórias buscando precisamente transformar a diferença e a multiplicidade virtuais entre elas em alteridade. Exercício preliminar da busca e da construção de toda identidade: percorrer os outros da memória histórica buscando traçar, para além da narrativa de sua própria história, os mecanismos e os conteúdos fundadores da divisão que, paulatinamente, instituiu a memória histórica como interlocutora privilegiada entre todas as memórias”.*³⁵

Assim, voltando-se para o campo próprio da memória, Seixas procura retomar suas outras dimensões constitutivas, a memória-afetiva, a memória-ação, e não apenas a memória-conhecimento, sugerindo a necessidade dos estudos históricos abrirem-se para além da memória voluntária, dimensão com a qual a história manteve seu diálogo (ou monólogo) até então. Repensa os tempos e os espaços da memória e encontra novas possibilidades de interlocução da história com a memória, furtando-se às contraposições e aproximações simplistas entre as duas³⁶.

Nessa direção, abrem-se novas perspectivas para a problematização da relação entre história e memória. É necessário operacionalizar essas discussões e talvez seja possível fazê-lo tratando de um processo específico de constituição da memória. Nesse sentido insere-se a proposta de compreensão dos usos e significados da história (vivida) e da memória de uma figura específica, Joaquina do Pompéu, pela historiografia e pelos grupos que dela lembram.

³³ SEIXAS, Jacy A. de. Os tempos da memória: descontinuidades e projeção: Uma reflexão (in)atual para a história? Op. Cit. 2002. p. 44-45.

³⁴ Idem. p. 45.

³⁵ SEIXAS, Jacy A. de. Os campos Inelásticos da memória: Op. Cit. 2002. p.61.

³⁶ Ibidem, 60.

Acredito que minhas preocupações conduzem tanto em direção às problemáticas da memória, como impliquem no uso da memória como fonte histórica. Ao tratar da memória como fenômeno, Burke propõe o questionamento dos modos de transmissão das memórias públicas e os usos do esquecimento, par constituinte da memória.³⁷ Em relação aos meios de transmissão da memória, o autor destaca cinco possibilidades: as tradições orais, as memórias e outros “relatos” escritos, as imagens, as ações e o espaço – os lugares de memória. Em minha proposta de pesquisa específica, acredito na necessidade de considerar as tradições orais como, por exemplo, a transmissão da lembrança de Joaquina do Pompéu entre os índios Kaxixós, que tiveram em sua trajetória antepassados dizimados a mando da fazendeira, questão que comporta outros aspectos relacionados à memória dos ressentimentos³⁸ e de todos que lembram de Joaquina do Pompéu. Em relação às ações para a ritualização e transmissão da memória, no caso de Joaquina do Pompéu, a recente instituição da comemoração de sua memória pelos seus familiares numa solenidade iniciada em 2002, comemorando seus 250 anos a partir dos materiais por eles produzidos; aos monumentos, às denominações de ruas e praças em sua homenagem. Como nos sugere Burke, nas trilhas de Halbwachs, essas ações podem estar relacionadas às tentativas de interpretações do passado e construção de identidades sociais³⁹. Em relação ao espaço, à associação entre lugar geográfico e memória, é interessante observar as relações entre a localidade – Pompéu/MG – e o nome pelo qual Joaquina é lembrada: Joaquina do Pompéu, aos espaços que os índios ocupam hoje, os seus descendentes. E ainda, os relatos escritos, “memórias”, reapropriações dessa memória pela historiografia que acredito se relacionem às tentativas de historicização da memória. Aos cinco modos de transmissão da memória referidos por Burke, poderíamos matizar ou acrescentar alguns “vestígios”, como os trata Seixas, retomando a noção de Paul Ricoeur: além dos vestígios documentais e dos vestígios corticais, dentre os quais se inserem os cinco modos de transmissão apresentados por Burke, poderíamos pensar nos *vestígios* afetivos que sobrevivem em nosso espírito, que duram – falamos de longa duração para identificá-los – e que, muitas vezes, subsistem ao desaparecimento dos *vestígios* documentais⁴⁰.

³⁷ BURKE, Peter. Op. Cit. p. 73. Sobre Esquecimento e memória ver também SEIXAS, Jacy A. de. *Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico*. In: GUTIERREZ, H; NAXARA, M; LOPES, M.A.S. *Fronteiras, paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d’água, 2003. pp.43-63.

³⁸ Cf. ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (res)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

³⁹ BURKE, op. Cit. p. 75.

⁴⁰ SEIXAS, J. A de. *Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico*. Op. cit. p. 134.

Assim, no *primeiro capítulo* faremos um esclarecimento sobre as *fontes* que nos possibilitaram uma aproximação com as tramas da memória. Ou, nos termos de Burke, trataremos das formas de transmissão da memória. Os “lugares” de memória em que se conservam e se reconstituem as lembranças: aquilo que tornou possível a sobrevivência da memória de Joaquina do Pompéu. Um capítulo de informações preliminares para o estudo do fenômeno de memória e, de alguma forma, a apresentação da *materialidade* em que se constitui no espaço vivido, por meio da qual é experimentado. Objetiva explicitar as fontes e indicar dados essenciais para a tentativa de compreensão da memória-história de Joaquina do Pompéu: Quem se lembra de Joaquina do Pompéu? Como e por que essa lembrança persiste? Como se expressa e se apresenta, se materializa essa lembrança, enfim, como esta é experimentada por quem se lembra? Quais as fontes utilizadas para o estudo desse fenômeno de memória? São algumas das questões que guiam este capítulo.

Os dois próximos capítulos fazem parte de um mesmo movimento: tentativa de embarcar numa viagem em duas etapas, através das fontes apresentadas, fazendo *percursos de memória*, sem a preocupação maior de *historicizá-la*, no sentido de negar as suas características próprias, sem fazê-la deixar de ser memória para que a tratemos na história. Isto não nos exime, no entanto, de perseguir a historicidade das construções em torno de Joaquina do Pompéu, que se mantêm vinculadas ao tempo histórico em que foram vivenciadas. Assim, no *segundo capítulo* partimos da apresentação de um enredo geral procurando traçar alguns dados biográficos, a partir das diversas fontes, colhendo-se dados incipientes sobre a vida de Joaquina do Pompéu, procurando informações sobre *quem é Joaquina do Pompéu*.

No *terceiro capítulo*, procura-se mais detidamente captar a riqueza de imagens existentes, numa tentativa de enfatizar as dificuldades mesmas de compreensão e unificação dessas imagens construídas e reconstruídas em diversos espaços e tempos, tecidos pela memória: quem é Joaquina do Pompéu? Como são constituídas e apresentadas essas lembranças? Quais significados poderiam ter cada uma dessas formas de ser lembrada? Além da ênfase nos aspectos que distinguem as *imagens* que compõem a memória de Joaquina do Pompéu, procuramos um diálogo entre elas na tentativa de identificar seus pontos de aproximação.

No *quarto capítulo* são tecidas algumas considerações sobre o percurso, procurando dimensionar os limites e as possibilidades dessa incursão da história no campo preciso da memória, procurando compreender as relações *entre história e*

memória, a partir da experiência. Quais os usos e os significados da memória para a história e da história para a memória? Por que Joaquina do Pompéu é lembrada e de que forma isso se torna relevante para a compreensão de processos históricos particulares? Nesse ponto pretende-se analisar alguns momentos históricos, colhidos arbitrariamente na longa duração com que nos defrontamos, para procurar capturar situações em que a força dessa memória se faz presente, fazendo-nos atentar para a relação entre presente e passado e os diversos tempos em que a memória opera. A pergunta geral de por que ela é lembrada nos traz de volta às questões tratadas no primeiro capítulo, sobre a “conservação” dos vestígios materiais, simbólicos e afetivos que possibilitam a sua lembrança, considerando-se os interesses de grupos específicos.

Por último, procuramos avaliar o alcance de nossas reflexões, considerando os debates historiográficos em torno dos temas que perpassam este trabalho: a história de Minas, as discussões da história política, estudos do imaginário e a incorporação de novas dimensões para o campo do político, bem como os estudos sobre a relação entre história e memória, as disputas de memória, disputas historiográficas que possibilitam uma nova compreensão das relações de poder envolvidas no processo de lembrar de Joaquina do Pompéu.

Mapa 1

CAPÍTULO I

“FONTES” DA HISTÓRIA : formas de transmissão da memória ou lugares de memória.

“ – *Sobre o que você está estudando?*
 – *É sobre a história e memória de Joaquina do Pompéu, já ouviu falar, não?*
 – *Joaquina do Pompéu. É aquela fazendeira lá do Pompéu, né? Eu via a casa dela. Quando passava lá de caminhão, carregando carvão. É ali perto do Pompéu. Era uma casa grande que ficava na beirada da estrada que a gente via de longe. O sobradão ficava no lugar que chamava Pompéu Velho. Eu lembro dessa casa lá. Dizem que essa Joaquina era muito braba. Que tinha umas armadilhas, uns trem lá pra pegar os boiadeiro que comprava gado dela. Tem essas histórias que o povo conta..*
 – *Armadilha? No sobrado dela?*
 – *Era num quarto da casa dela. É nesse lugar. Eu passei muito lá e vi o sobrado ainda. Dizem que era lá.”*

(Osvaldo Andrade de Lima, 2005)⁴¹

“(...) *Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem, uma à outra, nada permanece em nosso espírito, e não seria possível compreender que pudéssemos recuperar o passado, se ele não se conservasse, com efeito, no meio material que nos cerca. É sobre (...) o nosso espaço – aquele que ocupamos, por onde sempre passamos, ao qual sempre temos acesso, e que em todo o caso, nossa imaginação ou nosso pensamento é a cada momento capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção (...) se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças.*”⁴²

(Maurice Halbwachs, 1945)

1.1 – “Já ouviu falar em Joaquina do Pompéu?”

“*Quem não conhecerá por tradição a famosa Dona Joaquina do Pompéu, em torno da qual se formam lendas, umas falsas, outras verdadeiras?*” questionava Lindolfo Xavier em 1954⁴³. Se, nos dias atuais, for realizada esta mesma pergunta às pessoas do Alto São Francisco, ou simplesmente se perguntar sobre quem “*já ouviu falar em Joaquina do Pompéu?*”, cada vez mais nos convenceremos da dificuldade de, quem conhece o oeste de Minas Gerais, ignorar a *presença* desse nome. Certamente

⁴¹ Diálogo travado entre Osvaldo Andrade de Lima e Gilberto Cézar de Noronha, entrevista concedida a Gilberto Cézar de Noronha, em 27/05/2005 – Poções de Paineiras/MG.

⁴² HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990. p. 143.

⁴³ XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO, Coriolano. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956., p. 381.

surgirá alguma história sobre essa figura que habita as mentes e passeia pelas conversas das pessoas do Alto São Francisco.

Uma série de fatos recentes nos leva a acreditar que cada vez mais as pessoas do Alto São Francisco atentam para esse nome. Nos últimos tempos, aqueles que têm ligado o rádio têm ouvido uma insistente chamada comercial sobre a criação de um novo bairro batizado de “*Bairro Joaquina do Pompéu*”, na cidade de Pompéu/MG. As condições de pagamento são tentadoras e o nome parece muito comercial. A propósito, esse nome não é estranho para muitos dos que vivem na região do Alto São Francisco, área receptora das transmissões da rádio local que veicula a propaganda⁴⁴. Na cidade vizinha, Abaeté, que dista exatos 60 quilômetros de Pompéu, por exemplo, os ouvintes devem, muito provavelmente, associar o nome de tal bairro a uma das principais avenidas de sua cidade: desde 1938, chamada de Avenida “*D. Joaquina do Pompéu*”⁴⁵, assim denominada 73 anos antes da criação do referido loteamento pompeano.

Pompéu é uma pequena cidade do oeste mineiro. Localizada a 164 quilômetros de Belo Horizonte, capital do Estado, possui atualmente 27.297 habitantes⁴⁶. Foi fundada em 17 de dezembro de 1938⁴⁷, curiosamente, no mesmo ano e sete meses após o agraciamento da avenida abaeteense com o novo nome, em homenagem à Joaquina do Pompéu⁴⁸. 1938 parece ter sido um ano em que o nome Joaquina do Pompéu estava em voga.

⁴⁴ Como informa o sitio da rádio, esta tem um alcance restrito: “*Desde que a Rádio Exclusiva FM entrou no ar, em 15 de dezembro de 1991 em Pompéu - Minas Gerais, a emissora de âmbito regional nunca mais parou de crescer. É enfim, uma rádio que cobre toda a região do Alto São Francisco, parte do Oeste e Centro-Oeste de Minas Gerais. Seu sinal é captado em mais de 70 cidades mineiras. Tem uma programação bem eclética e popular, agradando milhares e milhares de ouvintes espalhados em dezenas de municípios mineiros. Sua audiência é imensa. É considerada orgulho para os pompeanos e também uma referência para a região*”. Disponível em <http://www.exclusiva979.com.br/historia.htm> Acesso em 03/06/2005.

⁴⁵ Em Abaeté/MG, a avenida D. Joaquina do Pompéu existe desde 1938, assim denominada pelo decreto-Lei Municipal nº 11 de 05 de maio de 1938. Arquivo da Prefeitura Municipal de Abaeté. Livro 1926-1940.

⁴⁶ De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

⁴⁷ Determinado pelo decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938. Citado por BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1971, p.376.

⁴⁸ Antes de receber a denominação atual de Avenida D. Joaquina do Pompéu, a rua era conhecida como *Rua do Capim*, até 1920, quando um decreto municipal designa a dita rua como *Rua Afonso Pena*, que embora não tenha caído no gosto da população, permanece até 1938, quando é emitido o decreto lei nº 148, que finalmente substitui o antigo nome por *Avenida Joaquina do Pompéu*, a designação atual. Sobre essa última nomenclatura, que inclui a modificação de outras 22 ruas, OLIVEIRA (1970), observa que “*não reputo feliz esta última nomenclatura. Basta dizer, para justificar-me, que não foram lembrados sequer os nomes dos fundadores do lugar, e eles mais que ninguém, mereceriam ser homenageados nas esquinas de nossas ruas, das ruas que eles fizeram. Enquanto isso, até Borba Gato foi mobilizado para ser o patrono de uma praça, sem falar em certos figurões políticos já em descrédito, cujos nomes balofos ainda oneram algumas vias públicas locais.*” (OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté: temperada com o pouco de sal e pimenta*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 173).

Assim como sua vizinha Abaeté, Pompéu possui também uma avenida denominada D. Joaquina do Pompéu, onde se localiza grande número dos estabelecimentos do seu centro comercial e financeiro. Nesta avenida, em frente à rodoviária da cidade, localiza-se um monumento dedicado à Joaquina do Pompéu. Consiste em um busto suntuoso, de uma senhora com aparência madura, com expressão forte e séria. Cabeça erguida, olhar determinado que parece enxergar algo ao longe (altivo e projetivo), o rosto um pouco inclinado à direita [Fig 1 e 2].⁴⁹ O busto é obra de Cleide Guimarães, artista plástica autodidata, natural de Itaúna/MG, sob a encomenda da Prefeitura Municipal de Pompéu que, a partir de 2002, organiza as comemorações oficiais de aniversário dos 250 anos de Joaquina.

2002 também parece ter sido um ano de difusão do nome de Dona Joaquina como nos sugere o alcance que das comemorações oficiais realizadas na cidade de Pompéu. Estas, segundo a imprensa local, tinham como um de seus objetivos:

*“(...) desfazer um sério equívoco [daqueles] pompeanos [que] acreditam que ela tenha sido uma pessoa má [e cristalizar a imagem defendida pelos organizadores do evento] de que Dona Joaquina, ao contrário das conjecturas depreciativas, seria mulher forte, venerada pelos escravos”.*⁵⁰

As festividades mereceram destaque nos principais jornais de Minas Gerais⁵¹. Na época, um dos jornais de maior circulação no Estado⁵² informava que, entre 20 e 25 de agosto de 2002, por ocasião dos 250 anos de Joaquina, a cidade de Pompéu promovia uma série de eventos:

*“(...) culto ecumênico, atividades esportivas e culturais, como teatro, feiras de artesanato. A data de 20 de agosto passa a ser feriado municipal e (...) está marcado um grande encontro para os 40 mil descendentes de Joaquina do Pompéu em um festim colonial. A festança termina no domingo, 25, com a cavalgada dos 250 anos de dona Joaquina dom Pompéu, seguida da inauguração de um monumento”.*⁵³

⁴⁹ Sobre as informações em que se baseou a autora do busto, Cleide Guimarães, o senhor Deusdedith Campos observa que: “o monumento foi baseado em um trabalho gráfico, um desenho, feito por um desenhista, muito a contragosto de meu pai. Este desenhista se propôs fazer um perfil de Dona Joaquina baseado em fotografias de suas netas e bisnetas. Foi um horror... Não tem nada dos descendentes...” (Entrevista concedida em 20/02/2005)

⁵⁰ HOJE EM DIA. Pompa de Pompéu. Belo Horizonte, 22 de ago. 2002. (Caderno Cultura).

⁵¹ Os jornais *Estado de Minas*, *Hoje em Dia*, *O Tempo*, trataram com destaque o evento organizado pela cidade de Pompéu.

⁵² ESTADO DE MINAS. *Joaquina Influenciou várias gerações*. Belo Horizonte, 20 de ago. 2002.

⁵³ ESTADO DE MINAS, op. Cit.

Fotos 1, 2, 3 ,4

A propósito desse monumento, ainda está fresco na memória de toda a população da cidade um equívoco cometido pelos organizadores do evento. Na placa colocada ao pé do busto de Dona Joaquina do Pompéu [fotos 3 e 4], na festa de 20 de agosto do ano seguinte, erraram o nome da homenageada. Muitos dos habitantes da cidade ainda lamentam o acontecido.

Seu nome era extenso: Joaquina Bernarda da Silva de Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos. Na placa comemorativa, além de eliminarem o segundo “*Silva*” de seu nome, talvez por se tratar de nome comum para ser enfatizado duas vezes, acrescentaram, arbitrariamente, um “*Maria*” após o “*Joaquina*”. Assim, logo abaixo das inscrições “*Monumento a D. Joaquina, matriarca do Pompéu*” vinha o nome alterado: “*Joaquina Maria Bernarda da Silva Abreu Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos*” sob o qual seguia-se: “*Inaugurado em 20 de agosto de 2003. Administração 2001/2004*”. A propósito da extensão do seu nome, considera-se que, em vida, a própria Joaquina do Pompéu não fazia uso do seu patrimônio onomástico⁵⁴, como é possível observar-se, por exemplo, em duas das cartas que escreve de próprio punho⁵⁵: Joaquina do Pompéu assinava apenas como Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco - caso da correspondência enviada ao Senhor José Teodoro da Silva, datada de 1801. Ou simplesmente Joaquina Bernarda da Silva, numa carta remetida a um de seus filhos, Joaquim Antonio de Oliveira Campos.

A consequência mais grave da errata no nome da homenageada no monumento, além dos possíveis prejuízos à imagem política daqueles que realizaram a obra, talvez tenha sido apenas um possível incômodo ou descaso causado pelos vivos aos mortos. Especialmente à mãe de Joaquina do Pompéu, senhora Jacinta Theresa da Silva, de quem Joaquina herdara o ‘*Silva*’. Nascida na ilha do Faial, bispado de Angra, D. Jacinta Theresa da Silva casou-se em 1748 com D. Jorge de Abreu Castelo Branco, natural da cidade de Viseu⁵⁶. É da mãe que Joaquina recebe o “*Silva*”. Já o “*Bernarda*”

⁵⁴ Uma interessante discussão sobre a evolução dos nomes e da sua importância social pode ser encontrada em LAMOUNIER, Bolívar. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. São Paulo: Augurum, 2004. Especialmente a Parte 1.

⁵⁵ Refiro-me a cartas que estavam em posse da família de Joaquina até 1954, quando são doadas ao Arquivo Público Mineiro (APM) pelo senhor Coriolano Pinto Ribeiro. Antes disso, Ribeiro utiliza e reproduz alguns destes documentos para escrever livro sobre Joaquina do Pompéu. (cf. RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa oficial, 1956. p. 98-99.) Os documentos hoje se encontram no APM, Coleção Particular da Família de Joaquina Bernarda do Pompéu (FJBP, Caixa 4, série 05). Reproduzidas Anexo.

⁵⁶ Conforme *certidão de casamento de casamento do Dr. Jorge*. Citado por RIBEIRO, Coriolano. Op. Cit. p. 48, o ainda TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1955. v. 3. p. 57-58.

foi provavelmente inspirado em sua avó materna: Bernarda Maria da Conceição, mãe de Dona Jacinta Theresa da Silva. Aliás, o “*Maria*”, acrescentado equivocadamente ao nome de Joaquina, constava no nome de suas duas avós: a materna como já vimos, e a avó paterna que se chamava Isabel Maria Guedes Pinto.

Portanto, Joaquina é *Bernarda* por parte da avó materna, *da Silva* por parte de mãe, *de Abreu Castelo Branco* por parte de pai. Já o *Oliveira Campos*, *ela* o adquire ao se casar em 20 de agosto de 1764, na cidade de Pitangui, com Inácio de Oliveira Campos⁵⁷. No entanto, o nome realmente popularizado, já desde a época em que viveu (1752 a 1824) até os dias de hoje, parece ser mesmo o Joaquina do Pompéu. Mas por que esse nome recebe algum destaque até os dias de hoje?

A popularidade atual deste nome, além de sua presença denominando ruas e praças, como no caso de Abaeté, Pompéu, Morada Nova de Minas ou Pitangui, pode ser constatada em conversas informais com os habitantes dessas cidades, incluindo-se neste caso, Três Marias, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Cedro do Abaeté, Conceição do Pará, Maravilhas. E acompanhado dele, seja entre os mais velhos ou mesmo entre as crianças, quase sempre surge alguma história de Joaquina do Pompéu. Histórias que, como observou Lindolfo Xavier, ainda em 1954, são muitas vezes compostas “*pelo grotesco da fama criada em torno da figura principal da antiga proprietária [Joaquina do Pompéu], que a voz popular transforma, ora em “megera”, ora em “caudilho de saias”, ora em anjo tutelar*”.⁵⁸

Mais do que pela sua extensão, o nome Joaquina Bernarda da Silva de Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos constitui-se em algo significativo na hoje chamada região do Alto São Francisco: lembrada, citada, divulgada como Dona Joaquina do Pompéu. Para determos-nos ainda um pouco no alcance da difusão atual desse nome, poderíamos considerar, por exemplo, a Rede Mundial de Computadores. Num sítio comum de busca⁵⁹ o nome Joaquina do Pompéu

⁵⁷ Quanto ao Souto Maior não foi possível identificar se fazia mesmo parte de seu nome. Não consta na certidão de batismo, nem em outros documentos consultados. Segundo Joaquim Cordeiro, residente em Pompéu, senhor de 95 anos, detentor de diversas estórias sobre a matrona e seus descendentes, o sobrenome Souto Maior não existiria (Entrevista concedida em 11/02/2005). O senhor Deusdedith Campos observa que “*o nome correto de Dona Joaquina era: Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco. Os livros do Agripa (Sinhá Braba) e de Antônio Campos Guimarães (A dama do Sertão) são apenas romances em que misturam algumas verdades com muita ficção. Dona Joaquina teve uma irmã que se chamava Leonor e tinha no sobrenome a palavra Sobral.*” (entrevista concedida em 20/02/2005, Belo Horizonte). No entanto, Souto Maior aparece, além das obras citadas por Campos, em uma crônica de Onofre Mendes Júnior: “*Dona Joaquina do Pompéu*”, publicada na *Folha de Minas* em 1955.

⁵⁸ Xavier, Lindolfo. Op cit. p. 382.

⁵⁹ Sítio de busca www.google.com.br. Acesso em 04/06/2005.

serve como palavra de entrada para 116 páginas, ligado a uma variedade de temas: desde páginas de órgãos oficiais como a do Ministério das Comunicações, em que o nome de Joaquina do Pompéu aparece na autorização de funcionamento de uma rádio comunitária⁶⁰, até artigos de divulgação científica⁶¹. Aparece também em páginas relacionadas à história das mulheres como uma matriarca⁶²; em denominação de ruas e praças; em biografias e árvores genealógicas; como personagem constituinte da história de cidades mineiras⁶³; relacionada à história dos índios Kaxixós⁶⁴; em webblogs⁶⁵ e em páginas de divulgação de obras escritas que tratam de Joaquina do Pompéu⁶⁶; na divulgação das festas relacionadas aos seus 250 anos, comemorados na cidade de Pompéu. Também encontramos a referência em alguns grupos de discussão, como o dos descendentes de Dona Joaquina.⁶⁷ Por esses dados não se pode especular nada sobre o campo da recepção dessas obras, não seria possível determinar quantos se depararam com esse nome na Web em todo o mundo, e que talvez tenham se perguntado quem é Joaquina do Pompéu. Mas é possível, pelo menos, ter-se uma idéia inicial do *locus* de produção de alguns discursos e imagens, onde este nome se faz presente e seu campo de circulação.

Parece-nos que o ponto de partida dessas produções relacionadas ao nome Joaquina do Pompéu é mesmo as cidades do Alto São Francisco, oeste de Minas Gerais: a referida rádio comunitária, batizada com o nome de Joaquina do Pompéu, teve seu pedido de autorização aceito para funcionar em Pompéu/MG, cidade do Alto São Francisco; as cidades que têm ruas e praças com seu nome estão todas no Alto São

⁶⁰Rádio Comunitária: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL BENEFICIENTE E CULTURAL DONA JOAQUINA DE POMPEU (2000) Disponível em http://www.mc.gov.br/rc/autorizacao/proc_mg.htm Acesso em 04/05/2005.

⁶¹ Como por exemplo em artigo sobre o acervo fotográfico do Arquivo Público Mineiro, do qual faz parte o Arquivo Privado da Família de Joaquina Bernarda do Pompéu (Arquivo Privado FJBP), onde se encontra o único daguerreótipo de todo o acervo do APM. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme/ed7/032-p.htm>.

⁶² Como exemplo http://www.mulher500.org.br/biografia_indice.asp

⁶³ Entre endereços, nomes de instituições e personagem ‘histórica’, o nome de Joaquina do Pompéu se faz presente nas cidades de Abaeté, Arinos, Belo Horizonte, Brasilândia de Minas, Dores do Indaiá, Martinho Campos, Papagaios, Paracatu, Pitangui, Pompéu.

⁶⁴ Como exemplo: http://www.indio.org.br/001_Povos_indigenas/mapa/povos/PovoKaxixo.htm ou <http://www.caciosilva.com.br/kaxixo.htm> Acesso em 04/06/2005.

⁶⁵ Diários eletrônicos de uso cada vez mais popular, que possibilitam a divulgação de texto, som e imagem pela Internet, bem como o estabelecimento de correspondência entre seus usuários.

⁶⁶ Dentre as obras referidas nas páginas eletrônicas estão RIBEIRO, Coriolano. Op cit; CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003; VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba – Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

⁶⁶ Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/joaquinadadosertaomineiro/messages/1?xm=1&m=e> Acesso em 11/11/2004

⁶⁷ Disponível em : <http://br.groups.yahoo.com/group/joaquinadadosertaomineiro/messages/1?xm=1&m=e>

Francisco⁶⁸. As biografias, as árvores genealógicas e o retrospecto da história de cidades mineiras ligadas ao nome de Joaquina são também, em sua grande maioria, da região do Alto São Francisco. Os índios Kaxixós que relacionam sua história à perda e à luta pela (re)conquista da identidade indígena, vivem em Martinho Campos, município do Alto São Francisco⁶⁹. As obras escritas que tratam de Joaquina do Pompéu, divulgadas em sítios na internet, são em sua grande maioria escritas por pessoas nascidas, também, em cidades do Alto São Francisco⁷⁰, assim como as páginas relacionadas ao evento de 250 anos de Joaquina, que também foram feitas na cidade de Pompéu/MG, a divulgação de guias e roteiros turísticos das cidades da região, de seus atrativos naturais como lago de Três Marias, a ênfase do caráter agropastoril da região, associado à figura de Joaquina do Pompéu.

Numa recente coluna jornalística sobre televisão⁷¹, o nome de Joaquina do Pompéu, é apresentado como um dos grandes “*nomes da história de Minas*”. A autora da coluna, que na ocasião falava da estréia de uma minissérie “de época”, argumentava sobre a importância do espaço dado pela televisão aos temas históricos. Para ela, a divulgação desses temas pela mídia poderia até incentivar a pesquisa histórica em nosso país. Diante disso especulava:

“*Não seria ótimo se nos próximos anos pudéssemos assistir a minisséries ou novelas baseadas em personagens ou fatos mineiros como a Guerra dos Emboabas, Chico Rei, Joaquina de Pompéu, os inconfidentes, JK ou Tancredo? Assunto bom é que não falta*”.⁷²

Joaquina do Pompéu é considerada como *Personalidade Típica Mineira*, o que, grosso modo, é definido como uma daquelas:

“*(...) figuras típicas consideradas históricas, mediante lendas e causos específicos inspirados em suas imagens, contados pela comunidade.*

⁶⁸ Como já visto, Abaeté, Dores do Indaiá, Martinho Campos, Papagaios, Paracatu, Pitangui, Pompéu. Exceção feita a Arinos e Brasilândia de Minas, localizados na região de Paracatu e Belo Horizonte, na região central ou Zona Metalúrgica.

⁶⁹ Como exemplo: http://www.indio.org.br/001_Povos_indigenas/mapa/povos/PovoKaxixo.htm ou <http://www.caciosilva.com.br/kaxixo.htm> Acesso em 04/06/2005.

⁷⁰ RIBEIRO, Coriolano. Op cit; CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003; VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba – Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974; todos ligados a Pintangui/MG. Única exceção a SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000, obra produzida no Rio de Janeiro.

⁷¹ BEIRÃO, Nereide. “Conhecendo nossa história”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 23.jan.2005. Caderno TV (De olho na Telinha). p.2.

⁷² BEIRÃO, Nereide. Op. cit. p. 2.

Algumas já foram inclusive temas de romances, peças teatrais, filmes, telenovelas e enredos de escolas de samba".⁷³

A jornalista é radicada em Belo Horizonte, onde o jornal é produzido. Beirão enumera algumas das personagens que considera históricas, dignas de terem sua vida retratada, tanto por minisséries televisivas quanto por pesquisas históricas e, dentre elas, refere-se à Joaquina do Pompéu. Coloca-se, mais uma vez, a questão levantada por Lindolfo Xavier, em 1956: Quem não conhece Joaquina do Pompéu? Ou numa variação da questão: Como Beirão, e tantos outros, conhecem Joaquina do Pompéu? Afinal, como o nome Joaquina do Pompéu passou a fazer parte do rol de personagens “históricas” no repertório de Beirão?⁷⁴ Ou ainda, apoiando-nos em Bergson, como a jornalista *reconhece* Joaquina com uma das “*ersonagens históricas de Mina*”? Segundo a própria jornalista, de alguma forma Joaquina do Pompéu sempre esteve presente em sua vida, seja através da tradição oral ou da literatura. Explica que:

*“Minha mãe é de Pitangui. Desde novinha ouço falar de Joaquina de Pompéu, uma mulher muito brava e poderosa. Quando menina meus pais compraram uma coleção chamada "Sagas do país das gerais", do escritor Agripa Vasconcelos. Ele pesquisou a história de Minas e a coleção de 6 volumes traz a vida de Chico Rei, de Chica da Silva e de Joaquina de Pompéu, dentre outros. Li toda a coleção há muitos anos, alguns livros mais de uma vez. Eles me impressionaram muito. São verdadeiros romances da vida real. Gostei tanto que meus pais me deram a coleção e tenho os livros aqui em casa. (...) O livro sobre Joaquina de Pompéu se chama *Sinhá Braba* e mostra que ela foi uma matriarca rural de grande importância na época do Império”.*⁷⁵

Pelo que declara a jornalista, desde criança ouvira falar de Joaquina do Pompéu: a primeira imagem que lhe vem à memória ao ser questionada sobre esse nome é de sua mãe e do lugar de onde ela veio: Pitangui. Possivelmente porque é através da mãe que teve contato com o “*que se ouve falar de Joaquina do Pompéu*”: histórias correntes na cidade onde nascera e vivera. Importam aqui as considerações de Bérgson sobre o reconhecimento. Este se faz pela atenção, percepção, através de imagens-lembraças diversas, percepções muitas vezes enriquecidas com lembranças complementares: Joaquina é uma imagem-

⁷³ Disponível http://www.descubraminas.com.br/cultura/hpg_item.asp?id_cultura=1&id_tipocultura=21, Acesso em 20/05/2005. Dentre as figuras históricas típicas citadas no sítio estão Dona Beja, Chica da Silva, D. Joaquina do Pompéu, Maria Tangará, Chico Rei, etc.

⁷⁴ Esta foi uma a primeira pergunta feita a Nereide Beirão, por e-mail, em 13/04/2005: “*Como você conhece a história de Joaquina do Pompéu?*”. Agradeço à atenção dada pela jornalista aos meus e-mails, proporcionando um diálogo muito produtivo para a pesquisa.

⁷⁵ Depoimento de Nereide Beirão. Entrevista concedida por e-mail, em 13/04/2005.

lembrança, que é aproximada a partir das imagens complementares da mãe, da cidade de Pitangui, da experiência com os livros, das histórias contadas pelo povo, socializadas na cidade de Pitangui. A relação entre o objeto percebido e a percepção de Beirão consistiria, assim, em um sistema fechado, difícil de ser evocado, mas quanto mais elementos forem associados, ou quanto mais socializada e compartilhada for a lembrança, maior a possibilidade de se aproximar das imagens-lembrança.⁷⁶

Pitangui, cidade mineira localizada também no Alto São Francisco. Distante 153 quilômetros de Belo Horizonte e cerca de 100 quilômetros de Pompéu, possui atualmente cerca de 25.000 habitantes⁷⁷. Considerada a Sétima Vila do Ouro⁷⁸, a região foi colonizada por paulistas expulsos das Minas, na Guerra dos Emboabas. Esgotadas as minas na região e com o fim da exploração do ouro, a cidade entra em decadência econômica. A partir do século XIX, as atividades ligadas à mineração dão lugar à pecuária. Nos últimos anos existe uma tentativa de se incrementar o turismo histórico e ecológico na cidade que ainda conserva traços da arquitetura colonial em muitos de seus casarões do século XVIII e XIX. Dentre os mais conhecidos estão a Capela do Sr. Bom Jesus (construída no século XVIII), a Capela de São Francisco, construída em 1873, a antiga Santa Casa de Misericórdia, construída em meados de 1840, o solar Maria Tangará, e o antigo Casarão de D. Joaquina do Pompéu, onde hoje é o Museu de Pitangui. Devido ao mau estado de conservação, não apresenta condições ideais para abrigar o acervo cultural, também em péssimo estado de conservação, constituído de documentos dos séculos XVIII e XIX que integram o acervo do arquivo judicial do Instituto Histórico de Pitangui.

O casarão, em Pitangui, tido hoje como antiga residência de Joaquina do Pompéu, é ponto de referência indicado pelos moradores àqueles que chegam à cidade perguntando sobre Joaquina. Embora, muitas vezes, observem que “*o lugar em que ela viveu mesmo foi o Pompéu, [e por isso] é lá que você deve procurar informação sobre*

⁷⁶ BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 84 e segs.

⁷⁷ De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2004.

⁷⁸ Em pouco mais de uma década, entre 1711 e 1718, foram fundadas oito cidades em Minas Gerais. A partir de 1711, fundaram-se as primeiras vilas como uma ação visando maior controle sobre a extração e a sociedade mineradora do século XVIII. São as seguintes as Vilas do Ouro: Vila de Nossa Senhora do Carmo (Mariana), Vila Rica (Ouro Preto), Vila do Príncipe (Serro), Vila de São João Del Rei, Vila Real (Sabará), Redondo (Congonhas do Campo), Vila Nova da Rainha de Caeté, Vila Nova do Infante das Minas de Pitangui (Criada em 1715), depois, Vila de Nossa Senhora da Piedade e, posteriormente, Vila de Nossa Senhora do Pilar. (Cf. CARVALHO, Daniel de. *Formação histórica das Minas Gerais. Primeiro seminário de estudos mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais: 1956, p.23.).

*ela*⁷⁹”, indicam o casarão e reconhecem já terem ouvido falar de Joaquina. Mas, como observava Ribeiro (1956), se o campo principal das atividades de Dona Joaquina foi o território que hoje constitui o município do Pompéu, a cidade de Pitangui “*foi o teatro de acontecimentos marcantes em sua vida, porque ali residiu a sua família e, sobretudo, porque era Pitangui a sede do município, onde teria que tratar de seus negócios*”.⁸⁰ Talvez por isso Pitangui conserve ainda a lembrança de Joaquina do Pompéu. Guimarães, em 1956, escrevia que “*Pitangui é essencialmente cidade tradicional, Velho da Taipa, Maria Tangará, dona Joaquina do Pompéu, cada canto lembra uma lenda ou então desperta uma saudade*”.⁸¹ Essas lembranças conservadas pela memória e pela tradição oral, referidas pelo autor e constatadas atualmente por quem visita a cidade de Pitangui, parecem ter chegado a Nereide Beirão através da família materna, antes mesmo de ter acesso a uma obra escrita sobre Joaquina do Pompéu. Como informa a jornalista:

“*Antes mesmo de ler sobre Joaquina de Pompéu eu já tinha ouvido histórias a seu respeito contadas por minha mãe. Como eu li o livro há muitos anos e também ouvi falar dela quando era criança, tenho as lembranças meio embaralhadas. (...) não sei lhe dizer se (as histórias de que se lembra) estão no livro ou se foi a minha mãe quem contou*”.⁸²

Além da referência às histórias transmitidas oralmente, Beirão nos remete a registros escritos sobre Joaquina do Pompéu. A obra a que se refere Beirão é *Sinhá Braba* de Agripa Vasconcelos, publicada em 1966. A leitura dessa obra embaralhou as lembranças da jornalista, que já não distingue o que é registro escrito e o que teria sido contado por sua mãe. Embaralhamento: impossibilidade de distinguir a fonte das histórias lembradas, que a fala de Beirão nos leva a tomar como duas coisas diferentes: mas o que diferiria o registro escrito das histórias “contadas de Joaquina”? Qual seria a importância de identificar essa diferença se ambas compõem a memória social e coletiva⁸³?

⁷⁹ Frase de um senhor interpelado por mim, na praça da estação, logo que cheguei pela primeira vez a Pitangui. Embora tivesse dito que eu deveria procurar informações em Pompéu e não em Pitangui, soube me explicar quem era Joaquina do Pompéu, indicou-me o casarão onde funciona o Museu da cidade com seu nome e comentou que só sabia aquilo que o povo conta, mas que as informações sobre quem ela era “de verdade” não sabia não.

⁸⁰ RIBEIRO, Coriolano. P e GUIMARÃES, Jacinto. Op. Cit. p. 22.

⁸¹ GUIMARÃES, Jacinto. *Pitangui*. In: RIBEIRO, Coriolano e GUIMARÃES, Jacinto. Op.cit, p. 29.

⁸² Nereide Beirão. Entrevista concedida em 21/04/2005. Belo Horizonte.

⁸³ Cf. HALBWACHS, M. A memória Coletiva. Op. Cit. Para o autor, “*as testemunhas não garantem a reconstrução da lembrança. É necessário que a lembrança permaneça em nosso espírito.*” (p. 28). O que não quer dizer que ela se conserve no indivíduo tal qual era, como a concebe Proust, mas que somos capazes de nos identificar ao grupo que a lembra. Para Halbwachs, lembrar pressupõe mais do que testemunhas, pressupõe o pertencimento a um grupo com pontos de vista e noções comuns: “*um grupo permanente onde as pessoas têm ocasião de repensar, se recolocar, para recordar o passado.*” (p. 30)

Talvez a importância de distinguir as “fontes” das histórias se fizesse diante da dificuldade de distinguir o que seria “história-realidade” da “história-ficção”: primeiro, porque a obra de Vasconcelos consiste em uma obra literária de cunho “histórico” que tem como tema a “história” de Joaquina do Pompéu⁸⁴, que em última instância parte da ficção, sem compromisso direto com o real – nesse caso o escrito seria tomado como ficcional e a oralidade onde se expressa a memória de Joaquina como “realidade”.

A necessidade de se distinguir a fonte das informações de Beirão poderia ser pensada também sob outro aspecto, contrário ao primeiro: porque os relatos orais, por não se basearem em nenhuma documentação escrita, são mais propensos a acréscimos, alterações, supressões, pois “*o povo costuma apimentar as histórias*”.⁸⁵ Nessa perspectiva, a obra de Vasconcelos seria menos ficcional posto que tem em sua construção apoio em documentos escritos. Entretanto, o que nos parece mais provável é que a autora tenha dificuldade em distinguir a origem e não a “realidade” do que sabe sobre Joaquina do Pompéu: o transmitido através do registro escrito e o que sabe por meio da tradição oral. Não nos parece pertinente fazer uma distinção do que seja a fonte mais confiável, e a impressão de *embaralhamento* sentida pela autora talvez também não se refira a isso. Para além do que seja realidade ou ficção, a lembrança de Joaquina do Pompéu existe e ocupa um lugar na realidade, sendo o que mais nos interessa.

É a força e élan dessa memória que procuramos matizar. O próprio Vasconcelos escrevia no prefácio da obra, em 1966, ao se referir à força da tradição oral na conservação do nome de Joaquina do Pompéu: “*Mulher desaparecida há 141 anos, a tradição oral de sua larga descendência conserva-a através dos tempos como viva*” e, mais adiante, afirma que “*com a matemática do tempo desapareceram da memória dos contemporâneos os nomes de condes, generais, almirantes, ministros, desembargadores, generais, (...) mas a lembrança de D. Joaquina vive*”.⁸⁶ A lembrança de Joaquina vive, sobrevive a mais de 250 anos. Cabe-nos, pois, perguntar sob quais formas, como e por que a lembrança de Joaquina vive?

Para Vasconcelos, antes mesmo do registro escrito, o que conserva o nome de Joaquina do Pompéu é a tradição oral. No entanto, essa tradição oral pode ser tomada como homogênea, conservando a memória de Joaquina sem modificá-la, sem acrescentar ou suprimir nada, apenas *conservando* essa lembrança? Como isso se dá?

⁸⁴ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba – Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

⁸⁵ Expressão de Belini Andrade, morador de Abaeté/MG, entrevista concedida em 11/11/2004.

⁸⁶ VASCONCELOS, Agripa. Op. Cit. p. 10.

Ou, se essa lembrança sofre modificações, acréscimos, supressões, desvios, como isto ocorre? Por quê? Em que momento?

Como se observou na pesquisa, ainda hoje se encontram na região que chamamos de Alto São Francisco muitas pessoas que cultivam histórias de Joaquina do Pompéu afirmam desconhecerem o que já se escreveu sobre ela, ou afirmam não ter tido contato com qualquer das obras existentes⁸⁷. Exemplo disso é Suelen Antônia, com 12 anos de idade, nascida em Abaeté/MG, que afirma ter ouvido falar de Joaquina do Pompéu:

*“(...) aqui em Abaeté mesmo, dos meus bisavós. (...) Minha bisavó e minha avó contavam sobre as maldades dela, sobre o que ela fez. Contava pra eu ficar sabendo das histórias de antigamente. A minha bisavó, Ana Rita de Jesus, que tem 75 anos me contou algumas coisas. A gente estava conversando, assim, (normalmente) e ela me contava. Era pra saber como era o povo de antigamente, como eles faziam, seu modo de viver.”*⁸⁸

Sobre a permanência do nome e de histórias de Joaquina do Pompéu podem-se considerar duas situações distintas: aquelas em que as pessoas, como a jornalista Nereide Beirão, já ouviram histórias contadas pelo povo mas já não as distinguem das informações transmitidas pelas obras escritas. E aquelas em que as pessoas tiveram contato com Joaquina unicamente através da oralidade, embora atualmente, como já ficou evidente, seja difícil distinguir a forma como as pessoas do Alto São Francisco tomaram conhecimento desse nome e das histórias de Joaquina do Pompéu, diante da veiculação de informações pelas diversas mídias, pela sua presença na denominação de ruas, monumentos e comemorações: “*as lembranças ficam meio embaralhadas*” mesmo, para utilizar a expressão de Beirão.

Na tentativa de abranger as formas pelas quais essa memória se constitui é necessário, portanto, considerar todas as formas de transmissão, sem privilegiar qualquer uma delas. Identificamos já uma tradição oral e o registro escrito dessa memória. É necessário reconhecer que as fontes escritas são mais suscetíveis de análise posto que conservam o registro da lembrança na época de sua produção. Já a lembrança manifestada sob a forma estrita da oralidade tem a vantagem de proporcionar ao historiador a possibilidade de acompanhar a força e a atualidade desse fenômeno de

⁸⁷ Dos entrevistados que afirmam nunca terem lido nada sobre Joaquina do Pompéu podemos citar: Vanessa Alves Melgaço – Poções de Paineiras/MG, 15/11/2004; José Braga do Couto, Abaeté/MG, 12/11/2004 ; João César da Cunha Lemos, Zona Rural, Abaeté-MG – 21/11/2004; José Ferreira da Cruz (Nino) – Paineiras, MG 14/11/2004; Bartolomeu Melgaço, Pompéu-MG 14/11/2004; João Silvério da Silva (João Vintura) – Poções de Paineiras, 14/11/2004; Suelen Antônia Oliveira Faria, nascida em 06/01/1992, 12 anos. Normando Martins da Costa (Toco), 14/11/2004. Paineiras/MG.

⁸⁸ Depoimento concedido em 13/12/2004.

lembrança, embora seja difícil perceber as mudanças e variações que porventura ocorreram, e ainda mais as razões para isto. Ouvir aqueles que já ouviram falar de Joaquina do Pompéu requer a atenção a todas as fontes, a todos os indícios porque, como se constatou, Joaquina está nas ondas do rádio, nas mídias, é assunto do dia, nos motivos para festas, está nas conversas, nos discursos, atiçando o imaginário das crianças em relação ao tempo “antigo” no Alto São Francisco. Joaquina está na praça marcando um lugar, testemunhando um tempo, expresso no monumento que por sua vez é materialidade de uma lembrança. Algo que ao mesmo tempo em que institui a memória de Joaquina é também um vestígio da própria existência dessa memória cogitada para protagonizar séries de televisão e, desde muito tempo, nome recorrente em obras escritas de diversas naturezas: romances, ensaios, poesias, estudos, memórias, genealogias, como será visto a seguir. Obras que constituem também a materialidade pela qual esse nome se expressa e pela qual é transmitido do passado até a atualidade. Parece mesmo que muito já se ouviu sobre Joaquina do Pompéu. Será que *sempre* foi assim? Interrogar esses indícios da memória poderá nos dizer alguma coisa sobre quem os produziu e quem os utiliza? Quais os ‘materiais’ disponíveis? Como foram constituídos? O que expressam?

1.2 - Já leu algo sobre Joaquina do Pompéu?

São diversas as obras escritas que, de alguma forma, trataram de Joaquina do Pompéu ao longo de mais de dois séculos entre o período em que ela viveu (1752-1824) até hoje, quando esse nome ainda ecoa na região do Alto São Francisco. Desde simples referências, pequenas notas explicativas, até obras em que Joaquina constitui o tema principal: os romances baseados em sua trajetória de vida e obras de maior fôlego, como o estudo histórico-genealógico de Ribeiro e Guimarães⁸⁹.

Estes registros escritos tiveram um duplo papel na transmissão, persistência e fixação do nome (e das imagens produzidas a partir deles) de Joaquina do Pompéu: fixam o nome, porque são registro e, por sua vez, ao fixá-lo muitas vezes funcionam como justificativa e “material” para novas reapropriações. Para melhor explicitar essa duplidade de papéis pode-se citar a primeira referência a Joaquina, feita por Wilhelm Ludwig Von

⁸⁹ RIBEIRO, Coriolano e GUIMARÃES, Jacinto. Op. Cit.

Eschwege (1777-1885) – o Barão de Eschwege – em sua obra *Pluto Brasilienses*, quando fazia um levantamento das riquezas minerais do Alto São Francisco, a serviço do rei de Portugal. Utilizou-se dos serviços de D. Joaquina, hospedando-se em sua casa e obtendo ajuda em sua missão. Os resultados da viagem para o estudo das potencialidades mineralógicas do Brasil foram apresentados no livro, escrito por volta de 1821 e publicado, pela primeira vez, em 1833, na Alemanha⁹⁰.

Ao descrever a viagem que faz pelos rios Indaiá e Abaeté, partindo de Pitangui, Eschwege descreve a passagem pelo cerrado do oeste mineiro e a escala feita na fazenda do Pompéu, recebido e hospedado pela proprietária “*D. Joaquina da Silva Oliveira Castelo Branco*”⁹¹ Eschwege narra a chegada à fazenda do Pompéu, registrando a sua surpresa com o tamanho da propriedade, que descreve como tendo pelo menos 150 léguas quadradas, registra a hospitalidade de Joaquina e a assistência que ela lhe presta, além de abrigar sua comitiva por vários dias, munindo-os de víveres necessários à retomada da viagem em direção aos rios Indaiá e Abaeté. Registra, em nota de rodapé, seu agradecimento especial a Joaquina e procura esclarecer um boato que surgiu a respeito do mineralogista e da hospitaleira fazendeira: um suposto envolvimento amoroso seguido de um presente de mil bois oferecidos por Joaquina ao Barão. Como registra o próprio Eschwege: as constantes hospedagens, “às vezes por semanas”, na casa de Joaquina, deram origem a “*boatos que correm a meu respeito espalhado por alguns viajantes e subscrito por outros*”⁹²

O registro escrito de Eschwege vai funcionar como uma prova “histórico-documental” de um dos aspectos posteriormente ressaltados, reappropriados e ressignificados de Joaquina do Pompéu: a hospitalidade e a generosidade, bem como um indício que sustentará a significação de seu prestígio em hospedar um nobre alemão, enviado pelo Rei

⁹⁰ Embora seja o primeiro registro escrito sobre Joaquina do Pompéu (em 1821), sua obra foi traduzida para o português apenas em 1922 e depois em 1944.

⁹¹ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, 1777-1885. *Pluto Brasilienses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. v.2. (Reconquista do Brasil).p. 173. (Tradução de Domício de Figueiredo Murta).

⁹² Não foi possível encontrar outro registro desses boatos. Parece que apesar de utilizar o termo *subscrito*, não há evidência de que esses viajantes que espalharam os boatos – falsos, segundo Eschwege, não os registraram por escrito. Nesse caso enfrentamos um problema de tradução do alemão para o português: na primeira tradução da obra, feita por Rodolfo Jacob, lê-se na nota em que o Barão desmente os boatos sobre seu possível envolvimento com Joaquina do Pompéu: “*boatos relativos à minha pessoa que alguns viajantes espalharam e outros publicaram*”. Possivelmente isso ficou na oralidade. Dentre aqueles que poderiam ter contribuído para a transmissão dos boatos pode estar Werner que também se hospedou na casa de Joaquina do Pompéu. Como os viajantes ficaram sabendo desse boato? Não será possível determinar. Talvez em seu convívio na Corte, ou mesmo através de relatos dos próprios moradores das regiões que visitavam. A se comprovar essa última hipótese, seria um primeiro vestígio de que quem espalhava esses comentários era a própria população do Alto São Francisco, com ocorre ainda hoje.

de Portugal. Xavier em 1956, por exemplo, retoma as descrições do centro-oeste mineiro, feitas por Eschwege, para:

“(...) rastreando essa viagem (...) pelos sertões mineiros, (...) mostrar a presença de um sábio da mais fina nobreza alemã, nas serras de nossa Minas, onde ele recebeu condigna hospedagem e generosa acolhida por parte das autoridades, dos fazendeiros e da população em geral”.⁹³

Essa passagem – a visita e hospedagem do Barão de Eschwege à casa de Joaquina do Pompéu – constitui, para o autor, um dos ângulos mais salientes da vida de Joaquina. No que tem razão, a considerar aquilo que depois se escreveu sobre ela, quando este registro passa a constituir marco importante de sua vida, sempre retomado por aqueles que, mais tarde, sobre ela escreveram⁹⁴.

Para nós, essas narrativas trazem a marca de seu tempo, denunciam o que se pensava à época e podem também nos informar indiretamente sobre a chamada “tradição” oral que se apresenta muitas vezes como imutável, mas que deve ser questionada. De forma mais evidente e direta, esses registros, apropriados e ressignificados, possibilitam-nos compreender as mudanças, as supressões e os acréscimos feitos à lembrança de Joaquina em sua atualização em diversos momentos. O registro de Eschwege, por exemplo, traz indícios, indiretos, de que havia boatos “maldosos”, que circulavam ainda quando Joaquina vivia. Boatos esses que, ou poderiam ter sido esquecidos, esclarecidos, explicados, negados, abafados. Ou que poderiam ter se modificado, evoluído, ou mesmo se conservado até os dias de hoje.

Não temos registros diretos da “historicidade dessas histórias” que corriam pela oralidade, mas, indiretamente, as fontes escritas, em momentos determinados, talvez possam dizer algo. Quais os registros produzidos em diversos momentos desses 250 anos da existência da lembrança de Joaquina do Pompéu que poderiam nos informar sobre sua historicidade?

Ainda seguindo a idéia inicial de procurar dimensionar o alcance do nome de Joaquina do Pompéu, não seria difícil que um leitor mais atento de Gilberto Freyre possa ter se deparado com o nome Joaquina do Pompéu, no primeiro volume do estudo clássico do

⁹³ XAVIER, Lindolfo. Op. Cit, p. 387.

⁹⁴ Retomado por VASCONCELOS (1966), GUIMARÃES (1985); SHUMAHER E BRAZIL (2000); BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *Participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986; CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003. XAVIER, Lindolfo, *Pompéu Velho*. Rio de Janeiro, 1943. também a visita de outro cientista Alemão, o botânico Freyreiss vem confirmar essa imagem de Joaquina como prestigiosa anfitriã.

escritor pernambucano sobre a sociedade patriarcal brasileira: *Casa-Grande e Senzala*⁹⁵. Desde a primeira edição da obra, em 1933, em sua terceira parte, que trata dos antecedentes e predisposições do colonizador português no Brasil, consta uma pequena nota explicativa em que procura exemplificar algumas de suas afirmações sobre as relações de poder e do exercício do poder político da colônia portuguesa.

Em Portugal, o poder da Igreja desafiava o poder do Estado. Já na colônia, Freyre observava que o poder político era exercido pelos proprietários de engenhos que desafiavam as ordens reais e protegiam os fugitivos da justiça.. Dentre esses senhores cita D. Francisca do Rio Formoso, em Pernambuco⁹⁶. Neste ponto Freyre lança uma pequena nota explicativa:

“Parece ter sido do mesmo feitio, por assim dizer, matriarcal, de Da. Francisca do Rio Formoso – que era uma Wanderley – Da. Joaquina do Pompéu, de Pitangui e Paracatu (Minas Gerais) onde foi dona de grandes fazendas e com a doença do marido, ‘o homem da casa’”

Um desses atentos leitores de Freyre parece ter sido C. Cunha Correia que, tomando a quinta edição de *Casa-Grande e Senzala*, opõe-se à localização dada a Joaquina do Pompéu que, “*Gilberto Freyre, [em suas palavras] mal informado, situa em Paracatu*”.⁹⁷ Para ele, o lugar de Joaquina é Pitangui, cidade a que estava subordinada a região-centro das atividades de Joaquina – Pompéu. Percebe-se que para Correia a localização é um elemento importante para se falar de Joaquina. Diante dessa crítica, Freyre acrescenta novas informações sobre Joaquina do Pompéu e é isto o que agora nos interessa mais especificamente. Quais seriam as fontes em que Freyre se baseia para acrescentar outras informações sobre Joaquina do Pompéu para uma possível retificação do que havia publicado em 1933?

Como esclarece nos acréscimos que faz a partir da sexta edição de *Casa-Grande e Senzala*, para verificar a procedência de Joaquina do Pompéu, Freyre consulta notas fornecidas por um dos descendentes da matriarca: o professor Alberto Álvares⁹⁸ que, por

⁹⁵ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933. 517p.

⁹⁶ Cf. FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 49.ed. São Paulo: Global, 2004, p.271.

⁹⁷ Crítica publicada em CORREIA, Cunha C. *Serra da Saudade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948. p. 86.

⁹⁸ Podemos afirmar com certeza que as informações que Freyre acrescenta, em resposta à crítica de Correia (1948) são baseadas nas mesmas notas que utiliza para elaborar a obra em 1933, posto que Alberto Álvares, autor das mesmas, faleceu em 1933. Alberto Álvares da Silva Campos, filho de Jacinto Álvares da Silva Campos e de Dona Azejúlia Alves e Silva Campos. Nasceu em Dores do Indaiá a 13 de fevereiro de 1905. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte em 1928. Em 1933, atuando como advogado do Banco do Brasil no Rio de Janeiro, falecia ainda jovem o poeta e advogado, sendo sepultado em Belo Horizonte. Tetrano de número 693 de Joaquina do Pompéu. (Cf. RIBEIRO, Coriolano P e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 625)

sua vez, baseia-se em “dados extraídos de cartórios”⁹⁹, recolhendo indícios de que Joaquina do Pompéu tinha diversas fazendas no município de Paracatu, o que seria prova de que Freyre não havia se equivocado com a procedência de Joaquina do Pompéu embora, a partir de então, reconhecendo que “*Pitangui teria sido o centro do sistema matriarcal encarnado pela notável mineira*”.¹⁰⁰

À época, além dos dados cartoriais fornecidos por Álvares da Silva, Freyre não teria muitas outras referências sobre Joaquina do Pompéu. Na segunda obra de seu projeto de análise da sociedade brasileira, *Sobrados e Mucambos*, publicada pela primeira vez em 1936¹⁰¹, Freyre ainda cita Joaquina do Pompéu, agora textualmente. Em *Sobrados e Mucambos*, procura reconstituir e interpretar a sociedade patriarcal ou a família tutelar brasileira dentro de seus principais contrastes de tipos e estilos de habitação. Para ele, estes seriam os principais reflexos de tipos e estilos diversos de vida e de cultura, tanto quanto expressões e, ao mesmo tempo, condições da convivência e da interpenetração e até da sintetização de valores processados na organização patriarcal¹⁰². Ao negar a existência de um matriarcado no Brasil (seja africano, ameríndio ou europeu), Freyre reconhece a existência de matriarcas como equivalentes de patriarcas: “*adjetivamente matriarcas*”. E “*nós já lhe reconhecemos a presença na pessoa de mulheres como Dona Joaquina do Pompéu*”, escrevia em 1949, na apresentação da segunda edição de *Sobrados e Mucambos*¹⁰³.

Nesta apresentação, Freyre refuta as críticas em relação às suas generalizações sobre a sociedade brasileira, construídas a partir de dados de Recife-Olinda, argumentando ter visitado outras regiões do Brasil. Dentre elas, Minas Gerais: “*Área a que percorremos de automóvel largos trechos dentre os mais assinalados pela presença de antigos sobrados e casas-grandes, outrora centros de residência ou de domínio de famílias tutelares*”.¹⁰⁴ Como foi visto, nesta época Freyre já tinha conhecimento da existência de Joaquina do Pompéu. Diante disso, e considerando aqueles que o guiaram pelos sobrados antigos de Minas Gerais, como Afonso Arinos de Melo e Franco¹⁰⁵ e Luis Camilo de Oliveira¹⁰⁶,

⁹⁹ Embora não especificados, é provável que tenha se baseado nos *Autos do Inventário de Dona Joaquina do Pompéu*. Cartório do 2º ofício de Pitangui. 1824.

¹⁰⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 49.ed. São Paulo: Global, 2004.

¹⁰¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. 405p. (Reedições 2º:1951; 3º?, 4º: 1968; 5º ?; 6º: 1981; 7º. 1985)

¹⁰² FREYRE, Gilberto. Op. Cit. Introdução à 2.ed. p. 55.

¹⁰³ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. Op.cit. p. 101-102.

¹⁰⁴ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. op.cit. p.69.

¹⁰⁵ Descendente de Joaquina do Pompéu, como consta em RIBEIRO e GUIMARÃES. Op. Cit. p.139.

como indica o autor, podemos conjecturar, mesmo sem ter maiores indícios, que Freyre tenha visitado o sobrado de Joaquina do Pompéu – a casa - que para ele era o ponto de apoio material ao sistema patriarcal, e portanto constituía uma das suas fontes privilegiadas de pesquisa.

O sobrado de Joaquina do Pompéu, até hoje lembrado pela população: “*É ali perto do Pompéu. Era uma casa grande que ficava na beirada da estrada que a gente via de longe. O sobradão ficava no lugar que chamava Pompéu Velho*”¹⁰⁷, foi construído por volta de 1785 no município de Pompéu/MG e demolido por ordem do Governo Federal, em 1954.

À época em que Freyre poderia ter visitado o sobrado, este já se encontrava em ruínas, com a metade da construção caída, mas assim mesmo impressionava quem o observava, como muitos dos que foram entrevistados nos dias de hoje¹⁰⁸ e como escreveu ainda outro Álvares da Silva, não aquele Alberto, fornecedor das notas sobre Joaquina a Gilberto Freyre – por volta de 1943:

“*Aquele sobrado de D. Joaquina (...) é um capítulo expressivo da história de Minas. No oeste mineiro, quando alguém passa diante dele, pára, olha-o, vê as suas janelas e portas enormes, reparo nos estragos do tempo, nos hieróglifos que os anos escreveram nas paredes e diz: ‘sim senhor! Os antigos construíram em bases sólidas! Esse solar tem quase duzentos anos!’ Depois acende um cigarro de palha e conta qualquer história de D. Joaquina do Pompéu*”.¹⁰⁹

Não foi possível comprovar a visita de Freyre ao sobrado de Joaquina do Pompéu que tanto impactava as pessoas que avistavam suas ruínas¹¹⁰. No prefácio de *Sobrados e Mucambos*, apenas um indício, frente à indicação de que Freyre viajou por

¹⁰⁶ Assim como Afonso Arinos de Melo e Franco, Luís Camilo de Oliveira Neto foi professor na Universidade do Distrito Federal (RJ). E um dos que assinaram o Manifesto dos Mineiros em 1943. “*Luís Camilo de Oliveira Neto, grande amigo de Afonso Arinos, deixou obra escrita reduzida, mas se tornou exímio conhecedor da história colonial mineira, reunindo valioso acervo bibliográfico e documental. Realizou importante tarefa de reorganização dos arquivos do Itamarati e teve papel relevante na luta contra o Estado Novo, sendo responsável pela publicação da famosa entrevista de José Américo de Almeida.*” (SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema..* 2.ed. Rio de Janeiro: FGV/Paz e Terra, 2000.

¹⁰⁷ Depoimento de Osvaldo Andrade de Lima. Op. Cit.

¹⁰⁸ Das pessoas que entrevistamos, muitas diziam ter conhecido o sobrado de Joaquina do Pompéu. Ao serem questionados sobre Joaquina, referiam-se primeiramente ao sobrado, como um lugar importante para puxar a memória. Isso observamos em Cacique Djalma Vicente de Oliveira – Capão do Zézinho, 06/11/2004; José Braga do Couto, Abaeté/MG, 12/11/2004; João César da Cunha Lemos, Zona Rural, Abaeté-MG – 21/11/2004; Bartolomeu Melgaço, Pompéu, 14/11/2004.

¹⁰⁹ SILVA, Álvares. O solar de D. Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO E GUIMARÃES, op. Cit. p. 45. A data em que foi escrita esta crônica não consta. Certamente foi escrita depois de 1942 posto faz referência a um livro escrito por John Gunther, em 1941 e uma visita do cineasta Orson Welles a Ouro Preto, feita em 1942.

¹¹⁰ Conferir Anexo 1, 6, 7 e 13.

Minas, antes de 1936, visto que em seus agradecimentos menciona a excursão a Minas Gerais e a visita a algumas de suas casas-grandes mais típicas: “*a alguns dos seus sobrados mais característicos, o contato, embora rápido, com alguns dos seus arquivos – na boa companhia dos Srs. Afonso Arinos do Melo Franco e Luís Camilo de Oliveira.*”¹¹¹

Ainda no encalço das fontes que teriam possibilitado o contato de Gilberto Freyre com o nome de Joaquina do Pompéu, podemos supor que além das notas fornecidas por Alberto Álvares da Silva, em posse do autor à época da escritura de *Casa Grande e Senzala* (1933), também tivesse lido uma reportagem com o título “*Solar de Joaquina do Pompéu*”, publicada no *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, em 29 de junho de 1937, ou ainda a crônica homônima de Álvares da Silva, escrita por volta de 1943.¹¹²

No texto, o sobrado é tido como a prova histórica do passado glorioso de Joaquina do Pompéu e dos seus descendentes. Sugere ainda que, à época em que foi escrita a crônica (+/-1943), o nome de Joaquina do Pompéu “corria” como “*qualquer história*” desfiada como se fosse “*uma lenda*”. Parece que à época em que o texto foi escrito, o nome de Joaquina corria pelo oeste de Minas apenas nessas histórias lendárias em que o ouvinte sempre dizia no final: “*Isso parece lenda!*” e aqueles que as contavam:

“ (...) *encrespados, porque descendentes dela*” respondiam: “*Eu sei! Eu sei! D.Joaquina é uma lenda! Tudo é lenda! Aquele sobrado ali, daquele tamanho todo, é também uma lenda! Eu sou descendente dela! Pentaneto, sabe? Com certeza sou lendário também, não é?!*”¹¹³

Lendas contadas pelo povo: histórias ritualmente contadas depois de acender um cigarro de palha¹¹⁴. A partir delas, Álvares da Silva escreve sua crônica, tomando por base o solar, um monumento, uma relíquia, um lugar concreto, para comprovar a existência do que escreve: um solar que conserva em suas paredes de taipa, inscrição do passado, “*hieróglifos que os anos escrevem*”, e que por sua vez ele retoma e também registra, agora sob o papel.

Enquanto Silva interpreta a existência do sobrado como uma prova de grandeza do passado, Freyre, ao considerar a situação de ruínas desse tipo de habitação, sua decadência material, as vê como indício da desintegração do patriarcalismo no presente (1936). Este se baseia nas notas escritas por Alberto Álvares, e ainda que não tenha visitado o sobrado de

¹¹¹ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936. Na edição de 2004, Global, p. 38.

¹¹² Posteriormente publicada em RIBEIRO e GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 43-47.

¹¹³ SILVA, Álvares da. O solar de Dona Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO E GUIMARÃES. Op. Cit. p.45.

¹¹⁴ Idem. p.45.

Joaquina do Pompéu, como conjeturamos, se o tivesse feito, certamente o trataria como fonte para o estudo da sociedade patriarcal, posto que considerava “*seus tipos de habitação sociologicamente mais representativos e ou mais significativos (...) pontos de apoio material ao sistema patriarcal*”,¹¹⁵ e um indício da decadência desse sistema.

Nem a crônica de Álvares da Silva, escrita em 1943, nem a reportagem do *Correio da Manhã*, de 1937, não foram os primeiros registros escritos do nome de Joaquina do Pompéu. Tampouco são os primeiros registros escritos da existência de histórias sobre Joaquina, transmitidas oralmente. Parece-nos que o primeiro a escrever sobre Joaquina do Pompéu, e ter sua obra apropriada por outros, foi o senhor Gustavo Pena. Já foi mencionada a obra do alemão Eschwege, publicada ainda em 1833, na Alemanha. Esta recebeu uma primeira tradução feita por Rodolfo Jacob, encomendada por Artur Bernardes, governador de Minas, publicada pela imprensa oficial de Minas Gerais em 1922, por ocasião do centenário da Independência do Brasil. No entanto, não encontramos, antes de 1944, ocasião da segunda tradução da obra em língua portuguesa no Brasil, nenhum escrito sobre Joaquina que fizesse referência à hospedagem do Barão à casa de Joaquina, nem à nota publicada no livro. É improvável que a obra tenha sido lida por quem escreveu sobre Joaquina do Pompéu, no Brasil, considerando-se que não é citada em nenhum escrito que pudemos levantar. Na crônica de Silva não há nenhuma referência à passagem do engenheiro alemão pelo solar de Joaquina: a basear-se na importância que esse fato adquire nos escritos posteriores sobre a vida de Joaquina, seria muito difícil Silva tê-lo deixado de lado se dele tivesse conhecimento. O mesmo ocorre com Gustavo Pena em 1924 e Lindolfo Xavier em 1943.¹¹⁶

Em 1956, Ribeiro e Guimarães¹¹⁷ reproduzem a crônica de Gustavo Pena, “*Dama antiga*”, escrita em 1924 por ocasião do centenário da morte de Joaquina do Pompéu. Guimarães observa que:

“*Deve-se ao ilustre escritor Gustavo Pena o inestimável serviço de haver escavado nos arquivos, onde jazia esquecida, a memória preciosa dessa matrona dos tempos idos, para enriquecer com ela a nossa galeria das mulheres célebres*”.¹¹⁸

¹¹⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano* Prefácio à 1^a edição. Op.cit. p.54.

¹¹⁶ Curiosamente, Lindolfo Xavier, ao escrever a crônica “Pompéu Velho” em 1943, não cita o episódio da acolhida do Barão de Eschwege ao solar de Joaquina e na década de 1950, quando contribui para a obra de Ribeiro e Guimarães, amplia esta crônica e cita a visita do Barão a Joaquina, tomando como referência a tradução de 1922, o que sugere que ele poderia ter conhecimento dessa passagem já em 1943, embora não a tenha citado. Parece-me que esse ‘episódio’ da vida de Joaquina será mesmo explorado a partir de 1944.

¹¹⁷ RIBEIRO e GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 65-66.

¹¹⁸ RIBEIRO e GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 65.

Guimarães diz que a memória de Joaquina do Pompéu “jazia esquecida” nos arquivos até que Gustavo Pena os escavasse e a retirasse do esquecimento. Isso nos parece verossímil: pode-se mesmo atribuir a Gustavo Pena o pioneirismo em “escavar os arquivos” em busca da memória de Joaquina ali “conservada”. Contudo será necessário atentar para uma distinção que essa afirmação comporta: Gustavo Pena “recupera” a preciosa memória de Joaquina do Pompéu, o que não quer dizer que não havia outras memórias, ou outras imagens ligadas ao seu nome àquele tempo. Pelo contrário, como escreve o próprio Gustavo Pena, Dona Joaquina do Pompéu, “*falecida em 1824, há precisamente um século, é ainda hoje [1924], somente conhecida por uns casos de alegre judiaria que a gente sabe e conta risonhamente. Do seu grande mérito ninguém sabe causa alguma.*”¹¹⁹ Histórias de “maledicências” que sugerem a insistência da transmissão dos boatos então denunciados por Eschwege, e outras histórias.

Assim, Gustavo Pena, em 1924, escava os arquivos e encontra *uma* memória: meritória, singular, dos grandes feitos de Joaquina do Pompéu, que “jazia esquecida”, que estava morta¹²⁰; mas vivia nos casos de judiaria uma memória subterrânea, de feitos pouco grandiosos como sugere a palavra judiaria. Nessa ressurreição/redenção da memória guardada no arquivo, realizada por Gustavo Pena, são destacados alguns de seus feitos e características como o prestígio, tido como poder de barganha política – atestado na carta de seguro negativa dada pelo Imperador Pedro I, ao ser processada por desafiar a justiça libertando dois presos. Para tanto, o autor utiliza antigos documentos esquecidos nos arquivos: os autos do processo contra Joaquina do Pompéu e a própria certidão negativa ainda conservada em 1924¹²¹.

A partir do requerimento de Joaquina para andar armada, Gustavo Pena *recupera* uma das “*qualidades daquela extraordinária mulher*”: a coragem. A partir de correspondências em que oferecia ao Príncipe Regente D. Pedro I todos os seus bens pela causa da Independência, o autor *recupera* a abnegação e o patriotismo de Joaquina do Pompéu.¹²² recupera dimensões de Joaquina esquecidas nos arquivos que continham estes

¹¹⁹ PENA, Gustavo. In: RIBEIRO e GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 65.

¹²⁰ A associação entre morte e esquecimento nos remete à cosmologia da memória nos gregos, em que *Lethes*, o esquecimento, é o rio da morte, perda da lembrança e da consciência. Nessa cosmologia, a morte é domínio do esquecimento e a função da memória é alcançar a vida eterna (domínio do passado, presente e futuro.) Cf. VERNANT, Jean-Pierre. Aspectos Míticos da Memória e o tempo. In: *Mito e Pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difel, 1973. v.1. p. 144-145. Nesse sentido, mais do a ressurreição da memória, poder-se-ia pensar na ressurreição pela memória daqueles que lembram.

¹²¹ Estes documentos encontram-se reproduzidos e publicados em RIBEIRO e GUIMARÃES, Op. Cit. Os originais se encontram no Arquivo Público Mineiro: Arquivo Privado da Família de Joaquina Bernarda do Pompéu (FJBP – caixa 01, série 01).

¹²² PENA, Gustavo. Dama Antiga In: RIBEIRO e GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 66.

documentos. Recupera e registra em sua crônica que seria depois retomada em outros escritos, como Ribeiro e Guimarães, em 1956, que compilam e publicam a maior parte dessa documentação por ele consultada¹²³, dentre outros. Recupera-se ou ressignifica-se outras dimensões de Joaquina do Pompéu que serão objeto de textos jornalísticos, de romances e crônicas, constituindo de alguma forma, a partir de então, a “*memória oficial de Joaquina do Pompéu*”.

Neste ponto, retomemos a dificuldade de Nereide Beirão em distinguir em suas lembranças de Joaquina do Pompéu, o que vem da oralidade e o que vem do registro escrito: “*tenho as lembranças meio embaralhadas. (...) não sei lhe dizer se [as histórias de que se lembra] estão no livro ou se foi a minha mãe quem contou.*”¹²⁴, diz a jornalista. Parece-nos que Gustavo Pena, ao recuperar o lado grandioso de Joaquina do Pompéu, nos dá pistas para compreender o que nos diz Beirão ao falar em lembranças embaralhadas: sabendo histórias tanto de grandeza – como a sua participação na Independência do Brasil – como dos casos de “alegre judiaria”, Beirão não distingue a origem de cada uma delas. Não sabe se leu os *causos* de judiaria nos livros e ouviu as histórias gloriosas de sua mãe, ou se ocorreu o contrário. Isso pode nos indicar que hoje, diferentemente de 1924, seja mais difícil distinguir as histórias de judiaria das histórias de grandeza, pelo critério *causo* – registro escrito. As lembranças estão mesmo embaralhadas. Mas a partir de que momento isso ocorre? Quais as diferenças fundamentais entre as histórias contadas e as registradas, a partir de então? Quais suas aproximações?

A afirmação de que Gustavo Pena tenha sido o primeiro a “fundar/recuperar” certas imagens de Joaquina denuncia a existência de outras imagens e nos possibilita compreender a composição “embaralhada” da lembrança de Beirão, que representa a forma como muitas pessoas lembram de Joaquina hoje. O depoimento de Beirão, por sua vez, nos impele a pensar que sobrevivem, embora embaralhadas, as imagens subversivas e esta construção oficial iniciada em 1924.

Desta forma, todos aqueles que escreveram sobre Joaquina do Pompéu se referem à tradição oral do grupo social, em que Joaquina sobreviveu de maneira mais evidente do que em qualquer outro lugar de memória. Embora a maior parte deles utilize a

¹²³ A maior parte desses documentos foi doada ao Arquivo Público Mineiro, pelo Senhor Coriolano Pinto Ribeiro em 1954, constituíam-se de Escrituras das Fazendas do Pompéu, Choro, Mato Grosso Diamante, Santa Rosa, , Três Barras, Passagem, Carta de Sesmaria de Inácio de Oliveira, Cartas e documentos originais de D. Joaquina, Manuscritos não traduzidos e não classificados de Joaquina e sua família. Hoje localizados no Arquivo Particular da Família Joaquina Bernarda do Pompéu (**APFJBP**) distribuídos entre documentos textuais, fotografias, clichês, em 4 caixas organizadas por séries de documentos numerados por data.

¹²⁴ Nereide Brandão. Entrevista concedida em 21/04/2005. Belo Horizonte.

documentação “oficial” e a versão oficial inaugurada por Gustavo Pena, apropriando-se e inserindo novos elementos para a composição de imagens de Joaquina.¹²⁵

Ressalta-se mais uma vez a dupla importância dos escritos sobre Joaquina: como registros que divulgam, transmitem imagens de Joaquina do Pompéu e como registros historicamente produzidos que “denunciam” a existência de outras formas de sobrevivência dessas lembranças que não deixaram registro direto e, por isso, só podem ser cotejadas indiretamente, para períodos anteriores, aproximados da sua atual configuração. Esta sim, passível de ser registrada. O registro escrito tem uma intenção explícita que deve ser considerada, mas possibilita também, a partir de seu questionamento, atentando-se para sua historicidade, o acesso a outras imagens, a indícios da existência de outras imagens ‘contra’ as quais ele se coloca. Mas além dos documentos escritos, há outras formas de transmissão da lembrança que devem ser consideradas.

1.3 – Vestígios e lugares da memória

Retomemos o percurso até agora delimitado: encontramos o nome Joaquina do Pompéu presente em diversos lugares, públicos e privados, denominando loteamentos, ruas, instituições. Um nome que remete as pessoas do Alto São Francisco ao passado, ou que faz com que o passado seja atualizado no presente. Que atiça a memória. Aqueles que já ouviram falar de Joaquina do Pompéu, por sua vez, remetem-se a lugares diversos, guiados por suas lembranças. Pompéu Velho lembra o velho casarão, o sobrado de Joaquina, do qual muitos ainda hoje conservam a imagem de imponência, os detalhes da construção: seus “*esteios de aroeira e sistema de pau-a-pique, 79 quartos, dois andares*”.¹²⁶

¹²⁵ Em ordem cronológica: 1944 – XAVIER, Lindolfo Octávio. Pompéu velho. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, mar. 1944.; 1956 - RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.; 1956 - HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956; 1966 - VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba –Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966; 1983 - CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. Dona Joaquina do Pompéu: Mulher Brava sim senhor! *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 23/11/1983, p.2; 1985 - GUIMARÃES, Antônio Campos. *A Dama do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985; 1985 – MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Projeto de resolução nº 1.230/85, de 13/04/1985; 1986 – BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *Participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986; 1994 – GONÇALVES, Afonso de Castro. Joaquina do Pompéu. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 14 de dez de 1994; 2000- SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000; 2002 – ESTADO DE MINAS. Joaquina Influenciou várias gerações. Belo Horizonte, 20 de ago. 2002; 2003 – O SERTANEJO. A história de D. Joaquina do Pompéu. Três Marias, n. 364, 24/02/2003, p. 13.; 2003 - CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003.

¹²⁶ Depoimento de Gilson Dias Maciel (Chiquinho), Pompéu/MG, entrevista realizada em 11/01/2005.

O sobrado é um lugar do passado, demolido em 1954, mas que se projeta no presente/futuro. Permanece, não como a construção de taipa e pau-a-pique, mas se faz presente em outra materialidade, por exemplo, nas imagens conservadas por aqueles que o viram, ou dele ouviram falar, ou ainda nas reproduções e recriações iconográficas nas obras escritas sobre Joaquina do Pompéu, em desenhos, gravuras, pinturas¹²⁷. Ainda como uma prova material de quem foi Joaquina do Pompéu: um lugar de apoio e de conservação da memória. Memória que se apóia e se transmite, se atualiza pela oralidade e pela produção de registros escritos, desde os documentos “primários” até as obras com intenção explícita de conservar essa memória, como verificamos a partir de 1924, com Gustavo Pena, e nas comemorações que se realizam em seu nome, mais recentemente. Todos elementos de apoio à memória. Apoio material às práticas de memória que são, por sua vez, os vestígios com os quais o historiador deve trabalhar para tentar comprehendê-la, surpreendendo as imagens que constituem a linguagem da memória.

De origem anterior à Joaquina Bernarda da Silva, mas ligado a ela nas lembranças, o nome Pompéu surge como denominação de um sítio fundado por Antônio Pompeu Taques, talvez variação de Pompeu/Pompeo, paulista que obteve a sesmaria em 1711¹²⁸. Não se encontram dados de que Antônio Pompeu Taques tenha algum dia lá residido, embora seja muito provável que o lugar passasse, então, a ser conhecido como a fazenda do Pompeu, ou como prevaleceu: a fazenda do Pompéu.

O primeiro morador do sítio do Pompéu de que se tem notícia foi o capitão-major Francisco de Barros Braga, que teve suas terras leiloadas em Pitangui, em 1747¹²⁹. Waldemar de Almeida Barbosa observa que, embora já constasse em algumas determinações de limites de sesmarias da região, a fazenda do Pompéu ficou realmente conhecida apenas depois que passou a ser de Inácio de Oliveira Campos, casado com Joaquina do Pompéu. Esta “*tornou-se realmente famosa*” por ter, segundo Barbosa, sabido “*receber os viajantes ilustres que se hospedavam na fazenda, dava boas contribuições às*

¹²⁷ A imagem do casarão é reproduzida em RIBEIRO E GUIMARÃES. Dona Joaquina do Pompéu. Op. Cit. p. 34 (Anexo 13); GUIMARÃES, Numa gravura de Florêncio, capa de Antônio Campos. *A Dama do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985 (Anexo 5); Em ilustrações de Yara Tupynambá in: VASCONCELOS, Agrípa. *Sinhá Braba – Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966; em fotos reproduzidas em Crônicas Jornalísticas como “a história de D. Joaquina do Pompéu” publicadas em *O Sertanejo*. Três Marias, 24/02/2003, p. 13 e como ilustração na capa de CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003. v.1. Imagem ainda reproduzida em pinturas, como a tela vencedora do concurso de desenho de fachadas ou casarios promovido pela prefeitura de Pompéu, por ocasião da festa dos 251 anos de Joaquina do Pompéu. Foto disponível em <http://www.cidadesnet.com.br/pompeu/eventos/aniversariodonajoaquina/20-08-03/parte1/index.htm> Acesso em 05/06/2005.

¹²⁸ Revista do Arquivo Público Mineiro, X, 966.

¹²⁹ Arrematado por João Gonçalves Fraga. Revista do Arquivo Público Mineiro, XIV, p. 107.

causas nobres (Independência do Brasil), soube conservar o patrimônio realizado pelo marido”.¹³⁰ As razões para que Joaquina ficasse famosa, para Barbosa, seriam seus ‘grandes feitos’. Contudo, já foi possível observar, como reconheceram aqueles que escreveram sobre os feitos “gloriosos” de Joaquina que, antes de 1924, ela já fazia fama pelas “histórias de judiaria, ou de maledicências” contadas pelo povo. De alguma forma já era famosa, embora essa fama não tivesse a “grandiosidade” que lhe outorga Barbosa: todas as razões/ações que, para o autor, fizeram de Joaquina uma mulher famosa são informações incorporadas a partir de 1924, quando Gustavo Pena, seguido de outros, retoma e divulga os antigos registros das ações “nobres” de Joaquina do Pompéu.

O lugar denominado Pompéu, e as representações que se fizeram e se fazem dele, torna-se importante para se compreender a construção de significados e a permanência da memória de Joaquina do Pompéu. Localizá-lo geograficamente seria apenas uma das possibilidades para situá-lo nas sutis nuances dessa memória.

Relembremos a divergência surgida em 1948, entre Gilberto Freyre e C. Cunha Correia, em relação ao centro do “matriarcado” de Joaquina do Pompéu, para afirmar que o lugar é um elemento importante na constituição do processo de lembrança. Ao localizar o espaço de atuação de Joaquina do Pompéu em Paracatu, Freyre parece ferir algum pressuposto de Correia: qual seria a importância de localizá-la ou deixar claro que o centro de suas atividades estaria em Pitangui e não em Paracatu?¹³¹ Talvez estejamos diante de uma situação em que Freyre, ao falar sobre o espaço de ocupação de Joaquina do Pompéu, ignore a memória que fundamenta as relações sociais e jurídicas presentes naquele espaço do antigo termo de Pitangui, algumas vezes referido como os “sertões do São Francisco”, antigo centro de atuação de Joaquina do Pompéu, e que hoje, arbitrariamente, chamamos de Alto São Francisco.

Neste caso, apoiando-nos no pensamento de Maurice Halbwachs, podemos dizer que provavelmente Freyre desconhecesse as relações dos homens com aquele espaço (o termo de Pitangui do qual Pompéu “fazia parte”). Desconhecesse os direitos ali convencionados, fundamentados na memória coletiva que garante a sua aplicação. E, desconhecendo também o próprio espaço, não compreendesse a memória já que este constitui apoio para aquela. A memória que “garante a permanência dessa situação [das

¹³⁰ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Promoção da Família, 1971. p. 376.

¹³¹ Essa questão não está relacionada apenas ao nome, como o próprio Freyre escreverá depois, Paracatu também fazia parte das terras de Joaquina, embora, a lembrança do espaço ocupado por ela esteja ligada à região do termo de Pitangui.

relações e dos direitos de propriedade sobre determinado espaço] *apóia-se ela própria, sobre a permanência do espaço ou (...) sobre a permanência da atitude*” do grupo frente a essa porção do mesmo.¹³² Diante disso, arriscamo-nos a dizer que Correia está muito mais envolvido no grupo daqueles que se lembram de Joaquina do Pompéu do que Freyre, e que detém em seu pensamento *as coisas, os signos ou os símbolos* relacionados e esse grupo social, ao qual ele pertence e, nestes termos, que Freyre parece não pertencer.¹³³

No período colonial, a fazenda do Pompéu fazia parte do Termo de Pitangui e da Comarca de Sabará, na divisão judiciária. Na divisão eclesiástica fazia parte do Bispado de Olinda. Localizava-se numa região despovoada formada por “*campos amenos, banhados por numerosas lagoinhas*”, como o descreveu Eschwege, em 1821¹³⁴. Constituía uma região “*contornada por caudalosos rios, cheios de matas virgens às suas margens, entrecortadas de córregos e ribeirões*”¹³⁵, um sertão intocado, como o reconstitui Guimarães. Em sua narrativa, Joaquina aparece como a *dama* que povoava esse sertão.

No livro *D. Joaquina do Pompéu* de Coriolano Pinto Ribeiro e Jacinto Guimarães, publicado em 1956, a descrição e caracterização de Joaquina é feita a partir dos lugares: Pitangui, Pompéu e Mariana. Esta última entra como o lugar de origem de Joaquina que, como observam os autores, só foi incorporado a essa lembrança em 1955, com as pesquisas do Cônego Raimundo Trindade¹³⁶.

“*Foi ele (...) quem nos forneceu informações seguras a respeito de D. Joaquina. (...) Sua ascendência – pais e avós paternos e maternos. (...) o ponto de partida (...) para iniciar os nossos trabalhos, sabendo que fora Mariana a terra de seu nascimento.*”¹³⁷

Assim, na obra, as lembranças de Joaquina do Pompéu são buscadas a partir desses três lugares. Mariana, Pitangui e Pompéu. Mariana constituiria o primeiro: “*lugar onde ela nasceu e onde viveu sua nobre família – a cidade é o berço da civilização cristã de Minas Gerais*” de onde, evidentemente, só poderiam nascer cristãos civilizados. Já Pitangui seria um nome “*que evoca uma tradição de riqueza*”, que vem complementar as características de quem é desses dois lugares: mineiro, cristão, civilizado e rico.

¹³² Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Op. Cit. p. 144-145.

¹³³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Op. Cit. p.145.

¹³⁴ ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, 1777-1885. *Pluto Brasilienses*. Op. Cit. .p. 173.

¹³⁵ GUIMARÃES, Antônio Campos. *Dama do Sertão*. Op cit. p. 56.

¹³⁶ Cf. TRINDADE, Cônego Raimundo. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1955, v. 3. Trindade publica os seguintes documentos relacionados a Joaquina do Pompéu: Certidão de casamento do D. Jorge, seu pai (p.57-58); certidão de nascimento de Joaquina (p.58), dentre outros.

¹³⁷ RIBEIRO GUIMARÃES. Op. Cit. p. 33.

Pitangui foi a cidade-teatro de acontecimentos marcantes da vida de Joaquina: onde residiu a sua família, sede do município onde tratava de seus negócios e de cuja vida política e administrativa participava. Para os autores, a maior glória de Pitangui é “*ter sido o cenário de acontecimentos que envolvem de tanta magnitude a história de Dona Joaquina do Pompéu*”.¹³⁸ Pitangui é palco e cenário, que nos remete à idéia de personagem histórico. Na sua descrição de Pitangui, o cenário delimita e influí na atuação da personagem adulta – atuação nas decisões políticas e nos negócios. Cenário composto por múltiplos tempos. Na descrição da cidade-cenário de Joaquina do Pompéu, os autores fundem tempos e acontecimentos diversos da história da cidade. Ao mesmo tempo em que descrevem a cidade do tempo de Joaquina (colonial, aurífera, sedicosa), remetem-na a 1865, descrevendo a participação dos pitanguienses na Guerra do Paraguai, época em que destacar-se-ia “um certo patriotismo”, mais do que propriamente a riqueza vinda do ouro, posto que no período a produção aurífera já há muito havia se esgotado quase que por completo.

Na descrição do terceiro cenário, que adquire importância fundamental na composição de Joaquina do Pompéu, ocorre essa mesma fusão de tempos: a região do Pompéu é descrita a partir da configuração atual do município (1956) de Pompéu. Do município são destacados: a riqueza econômica da lavoura, a diversidade do relevo, a riqueza das águas, o fato de ser de “*um dos principais centros de exportação de produtos agrícolas*” e a pecuária. O município é visto como “*uma das comunas de destaque das regiões mineiras*”, colocando-se como critério fundamental para essa eminência o seu “*nível de progresso*”. Assim, são assinalados os elementos considerados decisivos para a concretização do “progresso” na história da região e constituição do município: “*a uberdade do seu solo, a inteligência de seu povo, herdeiro das qualidades de Dona Joaquina do Pompéu, fomentam e aceleram*”¹³⁹ esse caminho.

O Pompéu do passado (do tempo de Joaquina) é fundido com o Pompéu do presente de 1956. Continuidade e sobreposição de tempos; atualização do passado no presente. Isso se opera, por exemplo, na descrição de um moderno prédio construído para abrigar o fórum da cidade. Para os autores, o edifício “*espelha o espírito patriótico de um povo inteligente, trabalhador e progressista, que a despeito de afastado dos grandes centros de civilização, dela querem participar também*”.¹⁴⁰

¹³⁸ Idem. p. 33.

¹³⁹ RIBEIRO e GUIMARÃES. Op. Cit. p. 33.

¹⁴⁰ Idem. p. 34.

Essa construção seria uma das conquistas do progresso “*desse abençoado rincão*”, o coroamento de um projeto que eles identificam como sendo iniciado por Joaquina do Pompéu: “*Não foi em vão que Dona Joaquina elegera Pompéu para centro de suas atividades, seduzida (...) pelas grandes fontes de riqueza que se revelaram a seus olhos percucientes de mulher sagaz e inteligente*”. Assim, as conquistas de progresso da região, identificadas no presente (1956) pelos autores, são igualadas, fundidas, “*irmanadas com as glórias que lhe herdou a matrona extraordinária*”. Essa fusão, ou irmandade, como sugerem, evidencia-se “*em uma tradição indelével de inteligência, dinamismo, coragem, religiosidade, patriotismo, generosidade, enfim de todas as grandes virtudes que podem nobiliar e engrandecer a criatura humana.*” Traços atualizados no presente.

Os tempos que organizam as narrativas e a descrição dos espaços que nos remetem a Joaquina do Pompéu não se constituem de um tempo histórico. É um tempo da memória. O instante em que Joaquina do Pompéu se constitui como uma figura naquele momento lembrada é “*fora do tempo*” da história linear – em que se opera a fusão entre passado e presente (1956), que contém todos os tempos em um único instante. Esse instante é portador de uma duração de que funde vários tempos e espaços. Uma duração que não se apresenta como “*sucessão linear de tempos*”, mas descontínua, lacunar: uma duração que pretende superar o sucessivo passar do tempo, porque quer agir e para tanto, vale-se de lugares para se exprimir. Lugares diversos. Em planos descontínuos e lacunares a memória encontra/constrói uma continuidade, a partir do instante¹⁴¹.

É nesse sentido que, ao descrever os lugares constituintes de Joaquina do Pompéu (Mariana, Pitangui e Pompéu), parece que não importa aos autores uma sucessão cronológica.¹⁴² Em sua narrativa da história de Joaquina do Pompéu em Pitangui, são conduzidos até o momento da participação dos pitanguienses na guerra do Paraguai, em 1864 (40 anos depois da morte de Joaquina do Pompéu). E os lugares acoplam-se – Mariana, Pitangui, Pompéu; cada um vem compor o cenário que dá um sentido a esse instante que dura, que não passa, ou que não pode passar – o espaço-tempo reconstruído pela memória de Joaquina do Pompéu. É um tempo mítico, primordial: o tempo de *Joaquina do Pompéu*. Não se caracteriza pela sucessão de acontecimentos mas de “*raças*”, de gerações.

¹⁴¹ Cf. SEIXAS, J. Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto História*, v. 24, São Paulo: Educ, 2002. p 60.

¹⁴² Remetemo-nos ainda outra vez à cosmologia da memória descrita por Vernant (1973). Sobre os *aedos*, o autor observa que rememorar não seria situar os acontecimentos num quadro temporal mas, em seu aspecto mítico, a memória pretende atingir o fundo do ser, descobrir o original, a realidade primordial da qual saiu o cosmo e que permite compreender o devir do seu futuro (cf. VERNANT, Jean Pierre. *Mito e Pensamento entre os gregos*. Op. cit. p. 141). Assim, parece ser o caso dos autores, não estabelecer uma cronologia, mas uma genealogia. O tempo da raça de Joaquina do Pompéu.

Não existe contradição, ou anacronismo, quando os autores se propõem a explicar Joaquina do Pompéu utilizando a realidade presente (1956) dos três lugares relacionados à sua memória, ou procurando explicar o presente (e projetar o futuro que se quer de “progresso”), atualizando o passado – esse tempo de Joaquina que parece permanecer. Mariana é a origem de Joaquina do Pompéu – o berço da civilização cristã é o cenário ideal e forma de expressão da memória que reconstitui a lembrança do surgimento de uma mulher religiosa – primeira característica de Joaquina. Pitangui representa uma fronteira entre a riqueza do ouro, o contato com os centros de mineração e de poder do Estado Português, um lugar de se ‘fazer política’, de revoltas, de riqueza e de sedições, de patriotismos:

“(...) [terra de] gente de raça (...) a qual se perpetua em sucessivas gerações, fornecendo à Pátria uma plêiade de homens ilustres. Ainda [em 1956] é um grande município constituído por diversos distritos (...) todos prósperos e felizes, porque habitados por gente boa, em cujas veias em sua maioria, corre o sangue de Dona Joaquina do Pompéu, portador dos germes das grandes virtudes da legendária matrona”.¹⁴³

Os vários tempos e espaços, na história de Pitangui, compõem algumas dimensões de Joaquina do Pompéu, que por sua vez aparece como a origem dessas características do passado, que são atualizadas e projetadas no futuro. Ao associar Joaquina do Pompéu a Pitangui, nos diversos tempos de sua história, há a fusão de passado-presente-futuro, em que se “revive o passado, cheio de ufania pelas glórias conquistadas” e se tem consciência de que essas glórias “se multiplicarão sempre pelos tempos em fora”.¹⁴⁴

A lembrança de Joaquina do Pompéu conduz a Mariana que lhe dá o contorno religioso. Em Pitangui, que atesta o seu patriotismo, o ativismo político – os dois lugares são marcados pela civilização ligada à atividade mineradora. Rumo ao oeste, não haveria outro núcleo de povoamento, mas uma região isolada, deserta, exceto o sertão dos buritis – A fazenda do Pompéu, o “primeiro núcleo organizado da civilização agrária das gerais que estava ligada à região do ouro e à capital do Brasil”, como a descreve Vasconcelos em 1966.¹⁴⁵ Lugares onde encontramos Joaquina do Pompéu que se apresenta ligada a eles e aos tempos diversos que os compõem, através dos movimentos da memória.

Questionar esses lugares, ou as imagens e representações que se têm deles pode nos conduzir às imagens e representações que se têm de Joaquina do Pompéu. Questionar

¹⁴³ RIBEIRO e GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 21.

¹⁴⁴ Idem. p. 21.

¹⁴⁵ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. Op. Cit. Prefácio. p. 11.

as imagens que se têm de Joaquina do Pompéu pode, por sua vez, nos conduzir às coisas, aos signos e símbolos, às representações que se têm desses lugares, posto que ela se apresenta como um componente que não se dissocia do repertório simbólico que constitui as representações que deles se tem. E o que isso pode nos revelar do processo histórico que se desenrola?

1.4 – Por que se lembrar de Joaquina do Pompéu?

Lugares, objetos, *causos*, imagens que atiçam a memória e fazem com que a lembrança de Joaquina do Pompéu não seja esquecida pelo povo do Alto São Francisco e além dele. Existe um esforço voluntário para se cultivar a memória de Joaquina do Pompéu? Por que, ao fazer esse recorte, tudo parece nos levar a essa lembrança? Por que todas as fontes nos remetem à força, ao dinamismo da lembrança de Joaquina do Pompéu até hoje?

Considerando-se a afirmação comum de que o povo brasileiro não sabe de sua história, que não tem memória, seja no campo político ou social, não seria de se estranhar que, numa região específica, existam grupos de pessoas que guardam a lembrança de uma senhora, de um tempo, de Joaquina, e muitas vezes parecem até muito empenhados nisso? Pensar na persistência da memória e na imagem mesma de “uma mulher que é lembrada” que se forma sob nossos olhos, também nos faz indagar sobre como essa lembrança é administrada, assim como já se pensou na gestão do esquecimento. Como nos alerta Seixas¹⁴⁶, assim como a memória, o esquecimento “*plasma condutas, tece solidariedades, organiza hierarquias sociais e leva à ação*”, portanto, tem como funções promover o (des)conhecimento, a (in)ação, os (des)afetos.

Retomando ainda a metáfora de Marc Augé, citada por Seixas, as relações entre a memória e o esquecimento se fazem numa cumplicidade próxima à da terra e do mar.¹⁴⁷ Penso que a memória de Joaquina do Pompéu tem relação importante com o mar do esquecimento. E sobre essa relação uma imagem se forma: a lembrança de Joaquina se constituindo como uma ilha num mar de esquecimentos de um povo que não tem lembranças consistentes de sua história, mas que lembra com certa ênfase de uma certa mulher. Identificar e interrogar essa lembrança, por que ela se constitui lembrança no meio

¹⁴⁶ SEIXAS, Jacy Alves de. *Tênuas Fronteiras entre memória e esquecimento*.p. 128-9.

¹⁴⁷ AUGÉ, Marc. Apud SEIXAS. Jacy Alves de. *Tênuas Fronteiras entre memória e esquecimento*. Op. cit.

desse mar de esquecimentos se faz imprescindível, pois nos faz interrogar sobre suas funções: as ações a que pretendem os que se lembram, ao conhecimento que ela proporciona, aos sentimentos por ela geridos.

Mas também é necessário atentar para a totalidade da imagem: a ênfase na lembrança de Joaquina pode ser tida como a tentativa de gerir o esquecimento que a envolve. Penso na lembrança de Joaquina como uma ilha moldada constantemente pelas ondas de um mar revolto que a envolve: o mar do esquecimento – *Letes*. Assim, parece-me legítimo pensar que Joaquina é lembrada porque muitas outras coisas devem ser esquecidas, ou ainda que, para se lembrar de Joaquina, através de algumas representações, seria necessário esquecer-se de outras coisas, assim como a ilha só se constitui como ilha porque e sob a condição de estar envolvida pelo mar.

Assim, também será necessário, além interrogar as lembranças de Joaquina do Pompéu, atentar para as condições em que essas lembranças se constituíram. Para que se colocassem em destaque, outras tiveram que ser subsumidas e esquecidas: definitivamente, não há como tratar a memória sem considerar o esquecimento. Joaquina do Pompéu é uma lembrança cultivada por um povo esquecido. É uma *personagem* histórica de um povo que “não tem história”. Apresenta-se muitas vezes como fonte de um espírito, do caráter de um povo que não tem “caráter único”. Joaquina é lembrada por coisas que se devem esquecer, é símbolo de um tempo que deve ser superado, mas que é constantemente atualizado.

Tratar a história da região do Alto São Francisco sob a ótica estrita da manifestação dos conflitos sociais, do embate entre classes, ou de movimentos classistas organizados, por exemplo, talvez não nos apresentasse grandes perspectivas.. Sem embates organizados entre grupos sociais, a idéia que se tem da história desse povo é que sua constituição se dá sem conflitos, sem disputas. Conforme observou de Donald Pierson na região do Alto São Francisco, na década de 1950, entre os trabalhadores não há consciência de classe ou qualquer organização classista¹⁴⁸. A figura “histórica” que se cultiva na região, fora uma fazendeira proprietária de terras, má quando necessário, mas que por ser lembrada parece ser aceita como a representante do passado de todas as classes. Focalizando estritamente a luta de classes, acredito que muito pouco se poderia dizer sobre esse povo. Pois as relações de poder que se estabelecem são mais sutis, especialmente relacionadas à posse da terra e ao domínio das questões políticas locais. Perceber essas questões pelas fontes e enfoques tradicionalmente utilizados pode indicar que a região do Alto São

¹⁴⁸ PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco. Tomo III*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), 1972. p. 462.

Francisco é um lugar sem “história” – pois sem conflitos organizados ou sem grandes fatos e feitos “históricos” ou como um lugar em que uma certa ordem reina sem objeções ou resistências. Não há registro de ações organizadas no Alto São Francisco e, muitas vezes, isto é interpretado como prova da inexistência de conflitos e a região é caracterizada pela inação. Sentimento muitas vezes não articulado, de impotência, de submissão, de subserviência a uma dominação que se faz pela (in)ação, pelo esquecimento, ou pela lembrança.

Acredito que atentar para o que é lembrado, e estamos enfatizando as imagens de Joaquina do Pompéu, pode nos revelar esses conflitos, mas é necessário atentar também para o que se esquece, nessas constituições. Nesse sentido, de um esquecimento gerido politicamente¹⁴⁹, como no caso das leituras do passado como algo glorioso, esquecimento das misérias, nas leituras de um passado harmonioso, para se esquecer dos conflitos, como por exemplo da lembrança da “bondade dos escravocratas” para se esquecer do sofrimento dos negros. Da lembrança das ações heróicas dos desbravadores para se esquecer do extermínio daqueles que aqui já se encontravam, da projeção das personalidades locais no cenário nacional, para justificar ou minimizar o domínio que exerciam na localidade, da lembrança de Joaquina para dominar o cenário político local, como poderemos constatar oportunamente e mesmo da tentativa de grupos dirigentes locais articularem o poder local que os projeta e a centralização do poder que em determinado momento histórico os limita, como no caso da centralização política implementada no Estado Novo.

¹⁴⁹ SEIXAS, J. A. Idem. p. 133.

CAPITULO 2

PERCURSOS DE MEMÓRIA I: QUEM É JOAQUINA DO POMPÉU?

*“A encantadora de grandes vestais,
figura de destaque na história
dos tempos coloniais.
Hoje, quem dela descende
De um orgulho se ascende, de grande fulgor:
Vasconcelos, Valadares, Campos, Álvares, outros tantos...
Refletem o seu valor”*

(Tema-enredo da Escola de Samba “Dez pras dez”,
Carnaval de 1977)¹⁵⁰

*“Oh! Moço! Não fala na desgracenta dessa pessoa não.
Ah! Uma desgraça dessas! Eu sou descendente dessa
mulher? (...) Eu não quero não.[ser reconhecido como
descendente de Joaquina], Isso é uma nódoa da família.”*
(Gilson Dias Maciel)¹⁵¹

Composta por lugares e tempos diversos, a memória os percorre, enfim: a memória se percorre¹⁵². Depois de tentar estabelecer esses lugares e esboçar esses tempos, fundidos na composição da memória de Joaquina do Pompéu propõe-se aqui percorrer essa memória, através dela mesma, através dos lugares pelos quais ela se exprime: relatos orais, obras escritas – historiográficas, ensaios, genealogias, romances – monumentos, lugares, iconografia. Diante da proposta de percorrer a memória, sem a intenção de historicizá-la – no sentido de negar suas características próprias numa tentativa de “enquadrá-la” nos procedimentos historiográficos – nesse momento, o único critério norteador, incerto e “ilimitado”, é o questionamento: quem é Joaquina do Pompéu? Quais os caminhos por onde essa lembrança se percorre? Quais as imagens formadas nesse percurso?

Para contar a história de Joaquina do Pompéu, bem que se poderia começar pelo presente. Porque a história-memória de Joaquina é atual, ela se constitui e se (re)constitui no presente. Assim, a cada atualização a lembrança vem inteira e os tempos que organizam a

¹⁵⁰ LIMA, Fernando Torres. Tema-enredo do carnaval de 1977, apresentado pela Escola de Samba “Dez prás dez”, de Sete Lagoas/MG. Apud. GONÇALVES, Afonso Castro. Joaquina do Pompéu. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 14/12/1994.

¹⁵¹ Relembando a frase que muitas vezes ouvir de descendentes de Joaquina, em Pompéu, enquanto fazia a atualização de sua árvore genealógica. Entrevista concedida em 10/01/2005, Pompéu/MG.

¹⁵² SEIXAS, Jacy A. de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto História*, v. 24, São Paulo: Educ, 2002. p. 46.

narrativa são muitas vezes superpostos, não cronológicos, são esticados, comprimidos, num movimento próprio da memória que teima em não se render aos tempos mais tradicionais da narrativa histórica. Assim, a primeira e mais genérica resposta à questão “quem é Joaquina do Pompéu?” é curta: Joaquina é uma memória que sobreviveu desde seu nascimento em 1752 até os dias de hoje: mais de 250 anos¹⁵³. Entre os caminhos sinuosos da tradição oral, na fixação e releitura dessas tradições pela cultura escrita, pela retomada de documentos e novas lembranças, Joaquina se faz presente e atual na região do Alto São Francisco.

Mas é necessário construir um enredo que, de alguma forma, dê uma idéia geral das tramas que envolvem a permanência dessa lembrança. Fazer um relato geral dessa memória é, em grande medida, descaracterizar a forma como ela se apresenta a nós, naquilo que identificamos como realidade empírica. Faço-o, no entanto, procurando de antemão deixar claro que não existe um único enredo – muito menos cronológico – que se apresente como uma realidade unidimensional vivenciada nas reconstituições da memória daqueles que lembram. Proceder assim é perder a dinâmica mesma da memória. Acredito que seja aquilo que Pierre Nora e outros historiadores fizeram ao *historicizar os discursos de memória*. Existe uma memória *histórica*, mas a memória de Joaquina do Pompéu vai além disso, posto que constituída por várias imagens, que não podem absolutamente ser reduzidas a uma única imagem fiel a uma “tradução histórica”, e tampouco essas imagens e representações são excludentes. E a dificuldade de abarcar esse objeto no momento da escrita é tão imensa que nos coloca diante do desafio da impossibilidade de se recortar um objeto sem deformá-lo. Ou ainda, vemo-nos diante da tentativa de relatar percursos de memória munidos apenas dos parcisos “*instrumentos lingüísticos*” – numa rápida referência a Zygmunt Bauman (2003) – oferecidos pela história, o que nos força a aceitar a contingência e assumir a ambivalência da situação; força-nos a reconhecer que esses instrumentos lingüísticos muitas vezes são inadequados posto que “*a situação [com que nos deparamos] não pertence a qualquer das classes lingüisticamente discriminadas*”, tomando ainda o que nos diz Bauman sobre o projeto da ciência moderna, ou a situação com que nos deparamos “*recai em várias classes ao mesmo tempo. A função nomeadora/classificadora da linguagem tem, de modo ostensivo, a prevenção da ambivalência como seu propósito*”¹⁵⁴. E nossos propósitos, invertendo a frase do sociólogo polonês, nos incitam a reconhecer a ambivalência e a contingência da situação como tentativa de prevenção de uma possível imposição da linguagem da história sobre a da

¹⁵³ Os meios pelos quais isso se deu foram esboçados no capítulo 1.

¹⁵⁴ BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 10.

memória. Reconhecemos, portanto, “*o agudo desconforto que sentimos quando somos incapazes de ler adequadamente a situação e optar entre ações alternativas*”.¹⁵⁵ Para o nosso caso, talvez também seja mais produtivo do que combater a *ambivalência* e a *contingência*, tomarmos essa incerteza e a indeterminação dos percursos da memória que propomos evidenciar, como “*destino*” – como a dimensão mais proveitosa de nosso intento.

Procuro a seguir estabelecer um enredo geral, unilateral, composto pelas várias imagens e representações, partindo dos diversos vestígios existentes na realidade. Em seguida, abrindo as variações, as diversas imagens e representações que coexistem nos atos de lembrança sobre Joaquina do Pompéu. Procuro, de alguma forma, dar uma idéia da riqueza dessas variações para, posteriormente, compreendê-las em suas construções e significações para aqueles que as carregam e delas se apropriam e ressignificam, no Alto São Francisco, numa perspectiva histórica marcada pela longa duração do “lembrar” de Joaquina do Pompéu.

Neste ponto, esperamos que tenha ficado evidente que não pretendo “recuperar” o acontecimento finito que foi a existência de Joaquina do Pompéu, tampouco algum sentido primitivo que, porventura, tenha acompanhado esta existência ontológica, mas procuro sim, “*o acontecimento lembrado*”, para utilizar palavras de Walter Benjamin¹⁵⁶. Persigo o “lembrado” na sua “ilimitada” profusão de imagens tramadas pela(s) memória(s). Para tanto, é necessário atentar para a caracterização das imagens, dos lugares sociais onde foram e são gestadas e geridas; para as aproximações e distanciamentos que apresentam. Essa “historicização” da memória, no entanto, não se constitui em prova de que ela “não exista mais”.

2.1 - Dados Biográficos: “Em torno da vida de Joaquina do Pompéu”

Não farei aqui uma biografia de Joaquina do Pompéu. Para compor sumariamente as imagens dessa figura com dados preliminares, valho-me de duas ordens de informações: aquelas presentes na oralidade, colhidas na atualidade, muitas vezes tidas como lendas (consideradas muitas vezes como boatos, “inverdades”)¹⁵⁷, e informações consideradas e reconhecidas como “históricas”, de versões oficiais e oficiosas que se baseiam em documentos escritos, para corroborar essa característica de oficialidade. Essas

¹⁵⁵ Idem. p. 9.

¹⁵⁶ BENJAMIN, W..*Magia e técnica, arte e política.: ensaios sobre literatura e história da cultura*. op. cit. p. 15.

¹⁵⁷ Vale aqui lembrar a observação de Mário Quintana de que: “*O mal dos que estudam as superstições é não acreditarem nelas. Isso os torna tão suspeitos para tratar do assunto como um biólogo que não acreditasse em micróbios*”. QUINTANA, Mario. *Caderno H*. 9.ed. São Paulo: Globo, 2003. p. 57.

informações, produzidas em períodos distintos, apesar de pretender ser a versão absoluta, registram, indiretamente, outros enredos que quase sempre pretendem combater. Essas versões oficiais são encontradas em romances “históricos”, crônicas publicadas em jornais locais, genealogias, enfim, obras de cunho memorialista caracterizadas por seu caráter local, sua visão tradicionalista e, muitas vezes, atreladas a interesses político locais específicos.

Pretendo pois, não simplificar nem reduzir as imagens e representações de Joaquina, mas partir de dados preliminares para em seguida tentar avançar, fazendo distinções e aproximações, buscando, assim compreender os seus significados.

Vamos então à narrativa que construo seguindo a trama cronológica tradicional.

2.1.1 – A menina Joaquina

Joaquina Bernarda da Silva de Abreu e Silva Castelo Branco Souto Maior de Oliveira Campos, nasceu em Mariana, na madrugada do domingo de 20 de agosto de 1752¹⁵⁸. “*Minha filha nasceo em hü domingo meia noite que se contarão vinte de agosto de mil setecentos e cincoenta e dous: foi batizada em esta sé de Mariana em hum domingo que se contarão três de setembro do dito anno*”, registrava de próprio punho o seu pai, D. Jorge de Abreu.

D. Jorge de Abreu Castelo Branco, natural de Viseu, Portugal e D. Jacinta Theresa da Silva, nascida na ilha do Faial, arquipélago de Açores, bispado de Angra, casam-se no Termo de Mariana, no ano de 1748. Ainda no dia 26 de dezembro daquele ano (26/12/1748), nasce a primeira filha do casal, Eufrásia. A esta, seguem-se outros oito irmãos¹⁵⁹, dentre os quais, a quinta filha, Joaquina Bernarda.

Conta-se que Joaquina era uma menina esperta e travessa que já em seus primeiros anos da infância, em Mariana, demonstrava gostar dos animais, das flores e da própria natureza: uma menina “*muito viva e não pára um instante (...) só inteligência e muita vivacidade*”.¹⁶⁰ Educada pela mãe até os 10 anos de idade, Joaquina fica órfã em 28 de março de 1762. Diz-se, porém, que estes dez anos são suficientes para que a menina seja “*educada a primor pela mãe ilhoa, que lhe ensina a ler, bordar, coser e cozinar, assim*

¹⁵⁸ Livro sob a guarda da família. Publicado em TRINDADE, C. R. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1955. v. III. Também citado em RIBEIRO, Coriolano Pinto e Guimarães, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956, p. 376.

¹⁵⁹ Em ordem, os filhos nove filhos do casal: Eufrásia, Ana de Abreu Castelo Branco, José de Abreu Castelo Branco, Agostinho de Abreu Castelo Branco, Joaquina Bernarda de Abreu Castelo Branco, Francisco Jorge de Abreu Castelo Branco, Florinda de Abreu Castelo Branco, Domiciano José de Abreu Castelo Branco e por último, Germano de Abreu Castelo Branco.

¹⁶⁰ GUIMARÃES, Antônio. *Dama do Sertão*. Op. cit. p. 21.

como lhe ensina a rigorosa política do século XVIII, que era a polidez de receber as pessoas e tratá-las com fineza”.¹⁶¹ Lição que Joaquina vai exercer muito bem tempos depois, como se verá. Herdeira das características de sua mãe – “dama da primeira sociedade portuguesa”, diz-se que Joaquina adquire “o dom da virtude sem desplante, da franqueza sem ofensa, da alegria sã”.¹⁶²

2.1.2 – Menina-moça: tempo de gestação

Depois da morte da mãe Jacinta, seu pai, Dr. Jorge, que era advogado, retoma os estudos eclesiásticos começados ainda em Coimbra. Em setembro do mesmo ano da morte da mulher, ordena-se presbítero e em seguida transfere-se para Pitangui. O motivo da transferência do “Padre Doutor” Jorge, de Mariana – única cidade mineira do período colonial¹⁶³ – para Pitangui, a Sétima Vila do Ouro, pelo que se conta, dá-se depois do envolvimento do padre em algumas ações ilícitas em seus trabalhos de advogado. Diz-se que:

“A morte da esposa e as investidas do despeito foram-lhe eliminando a saúde, desbotando a alegria. Advogando no Foro de Mariana, correto e sem falhas, de repente esse homem começou a ficar roído por sordida ambição, trapaceava documentos de terras que lhe davam para legalizar. Em alguns casos, no final da contenda, era o herdeiro maior. As partes do leão eram suas (...) retardava as deliberações do Juiz, nos autos. Inventava despesas”.¹⁶⁴

Ou ainda, como diziam as “más línguas”, na verdade teria o padre fugido de um marido furioso. O certo é que, independente do motivo, o padre foi-se mesmo para Pitangui e, segundo versos que correram entre as “gentes maldosas”:

“Ele chegou a Mariana
Mais cheio de ar do que um fole
Mas chegou de rabo teso
E se foi de rabo mole”.¹⁶⁵

De qualquer modo, Dr. Jorge “fugiu para Pitangui, para conservar a sua integridade moral” já sensivelmente abalada, como sugerem os versos, e quiçá para

¹⁶¹ Descrição feita pro VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. Op. Cit. p. 84.

¹⁶² XAVIER, Lindolfo. Pompéu Velho. In: RIBEIRO E GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. 1956, p. 38.

¹⁶³ Sobre o status de cidade no período colonial, ver PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Especialmente p. 34-40.

¹⁶⁴ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba: Romance do Ciclo Agropecuário de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966, p. 82.

¹⁶⁵ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba: Romance do Ciclo Agropecuário de Minas Gerais*. op. cit. 83.

conservar também sua integridade física, “*e afastar de si a sombra pecaminosa*”.¹⁶⁶ Leva junto de si a filha Joaquina, então com 11 anos de idade. Lindolfo Xavier esclarece que essa sombra pecaminosa, ou “*o diabo do meio dia*” responsável pela perdição do Padre Doutor Jorge, tinha os contornos de “*uma dama de alta sociedade, talvez, conjectura o autor, levada pela admiração a um espírito de cultura invulgar, e nesse pressuposto, excedendo-se nas demonstrações de afeto e estima a um guia espiritual*”, que era o Padre Doutor.. Numa conclusão inusitada e incongruente a sua narrativa dos “fatos”, Xavier afirma que “*com este pai, bebendo ensinamentos numa escola de pureza, como era o lar do Dr. Jorge, não podia Dona Joaquina do Pompéu ser uma mulher vulgar*”.¹⁶⁷

1763: Morando em Pitangui, Joaquina é uma menina formosa de onze anos, “*próxima à puberdade pelo temperamento precoce. Já desabrochava como uma flor do campo. Esguia de olhos azul-turquesa, boca de lábios polpudos e alaranjados, nariz afilado, cabelos fulvos e brilhantes*”, como a imaginou Antônio Campos Guimarães, em 1985. Ainda por volta de 1762, em Pitangui, conhece o Capitão de Milícias Inácio de Oliveira Campos, neto de Antônio Rodrigues Velho, um bandeirante paulista que constituía personalidade de destaque na Vila por ter sido pioneiro na exploração aurífera da região, como ressaltado pelos historiadores oficiais de Joaquina.

Ainda aos doze anos, Joaquina casa-se com o Capitão Inácio. Conta-se aqui uma das façanhas de Joaquina, ainda menina-moça. História envolta em mistérios e controvérsias, mesmo entre seus “historiadores oficiais”. Diz-se que, com seus onze anos de idade, a menina inicia um namoro velado com o Capitão Inácio de Oliveira Campos. Mas desde os nove anos de idade, Joaquina teria sido prometida a um comerciante de Mariana chamado Manuel de Sousa e Oliveira¹⁶⁸. O arranjo do casamento teria se dado entre D. Jorge e Manuel, ainda em Mariana, quando a irmã do pretendente ajudara o padre a se livrar da morte que enfrentara na cidade, em virtude das confusões que por lá arranjara ensimesmara metera arranjava por lá – motivo da transferência do padre para Pitangui, como vimos¹⁶⁹.

¹⁶⁶ Idem. 83.

¹⁶⁷ XAVIER, L. *Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 376 -377.

¹⁶⁸ Ou em outros casos citado como Manuel Ferreira da Silva.

¹⁶⁹ E segundo XAVIER, Lindolfo. Op.cit. p. 376, essa mudança do padre, teria sido objeto de comentários, “*uma serie de lendas, que chegaram (inclusive) à denúncia da Corte portuguesa, no afã de inutilizá-lo para a vida pública e privada*”, embora tudo tenha acabado bem, com o abafamento do caso pela Igreja. Já Vasconcelos conta que a ida do Padre para Pitangui não constituía de uma fuga, mas de uma expulsão: “*Chegou em Mariana uma ordem expressa de El-Rei para o governador, determinando a expulsão do Padre Jorge da cidade, dentro de cinco dias!*”. VASCONCELOS, A. op. cit. p. 83.

Pelo que se conta, o único na cidade de Pitangui a saber do contrato de casamento entre Joaquina e Manuel era o pai, Dr. Jorge. À época de 1763, as pessoas da cidade já comentavam o namoro velado entre o capitão Inácio de Oliveira e Joaquina. Mas, diante de uma carta vinda de Mariana, Dr. Jorge se vê obrigado a marcar o noivado de sua filha com Manuel. Diz-se que o prometido era amigo conhecido de Inácio e, por isso, teria ele próprio convidado o Capitão de Milícias para o jantar na casa do Doutor Jorge, ocasião em que seria oficializado o noivado entre Manuel e Joaquina.

Fala-se sobre um costume de, na ocasião do noivado, os convidados esperarem a noiva à mesa, com seu lugar já reservado. E a noiva entrava segurando um copo de vinho e, sem dizer palavra, brindava o copo do pretendente – gesto que oficializava o noivado. Em seu ritual, Joaquina teria chegado à sala e, ao invés de brindar ao noivo arranjado, Manuel, toca o copo de Inácio. Questionada pelos convidados, teria reafirmado não haver engano em sua atitude: “*Não é para beber a saúde do noivo escolhido? Pois eu bebo a saúde de meu noivo, Capitão-Mor Inácio de Oliveira campos*”.¹⁷⁰

Esta atitude de Joaquina teria deflagrado um duelo entre Manuel e seu antigo amigo Inácio. D. Jorge procurou anular aquele noivado que contrariava os compromissos costumeiros e sua palavra mas, ao fim, Manuel teria desistido do combate e Dr. Jorge teria pensado melhor sobre as possibilidades que o casamento de Joaquina com Inácio poderia trazer, como lhe alertavam os conselhos do padre Zabelinha, pároco da cidade. Os argumentos para aceitar Inácio como genro seriam, além da vontade dos “noivos” – que àquele tempo não era fator decisivo para aos arranjos matrimoniais – o fato de o rapaz ser *herdeiro legítimo* dos bandeirantes, pioneiros em Pitangui e, ele próprio, dono de um certo prestígio junto às autoridades coloniais. Conta-se que o Padre Zabelinha esclareceu ao pai de Joaquina:

“(...) [Inácio] *descende de troncos de legítima nobreza pois vem da linhagem limpa do belga Felipe Vanderburg e da espanhola D. Maria Del Campo. O filho mais novo desse casal abraçou a carreira das armas e veio para o Brasil, casando-se com Dona Margarida Bicudo, filha de abastado fidalgo paulista [Velho da Taipa – Antônio Rodrigues Velho]. O que tem sido Inácio nas Minas Gerais, é sabido de todos. Goza imenso prestígio perante nossos capitães generais, governadores e o povo o respeita e o estima*”.¹⁷¹

¹⁷⁰ FERREIRA, Vânia Geralda. *D. Joaquina do Pompéu*. Peça teatral encenada em 2002, por ocasião das comemorações dos 250 anos de Joaquina do Pompéu, em Pompéu/MG. Adaptado de VASCONCELOS, op. Cit.

¹⁷¹ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. Op. Cit. p. 94.

E com esses argumentos diz-se que o padre Zabelinha, pároco de Pitangui, contribuía decisivamente para arrancar o consentimento do Doutor Jorge para a realização do casamento entre Inácio e Joaquina, contrariando o acordo inicial firmado com Manuel.

Numa outra versão dessa história, o casamento de Joaquina com Inácio dá-se de forma menos romântica. Conta-se que a moça, disputada por Inácio e Manuel, não seria Joaquina mas, na verdade, sua irmã mais velha, Eufrásia. Esta sim, prometida ao Senhor Manuel e pela qual Inácio cultivava amores.

“O namoro entre este oficial de Milícias começou com Eufrásia de Abreu Castelo Branco, filha do Padre Dr. Jorge. Era com esta que o Capitão Inácio pretendia se casar (...) mas num jantar em família (...) o Capitão Inácio formulou o pedido de casamento. Com surpresa, não foi aceito por Eufrásia. Esta, alegando compromissos com outro pretendente, o Dr. Manuel, pediu escusas ao seu distinto candidato, lamentando não poder possuir um esposo tão bem dotado de qualidades (...).”¹⁷²

Ao saber do arranjo entre Eufrásia e Manuel, Inácio teria proposto um duelo para disputar a moça. Diante da situação, Dr. Jorge teria entrado em cena e convidado Inácio para um passeio – ou segundo outras versões, para um jantar em sua casa – ocasião em que foi proposto um brinde feito por Joaquina ao capitão, situação criada para que o rapaz reparasse na filha mais nova – a jovem Joaquina. A menina teria se oferecido como noiva do Capitão: já que sua irmã fora tão inábil para, em suas palavras, “não sabe aproveitar o ensejo de uma sorte tão grande que se lhe apresenta, eu, Joaquina, em seu lugar, me proponho a substituí-la, fazendo-me noiva de tão nobre e guapo oficial, se é que ele aceita esta minha proposta”.¹⁷³ Assim, conta-se:

“Estava armado o laço. Joaquina, graciosa e juvenil, desempenhara-se cabalmente da incumbência (de amainar o ânimo exacerbado do capitão). E o leão se transforma em cordeiro. O capitão Inácio volta às boas e como por um milagre apaixona-se doidamente por Joaquina, esquecendo Eufrásia, com cujo desprezo nunca mais se importara.”¹⁷⁴

Apesar das versões desencontradas, o fato é que Inácio e Joaquina se casam em 20 de agosto de 1764. Joaquina com 12 anos, completados no dia do casamento e Inácio com 30. Iniciava-se a vida conjugal deste par que, como acreditava Lindolfo Xavier, “havia de

¹⁷² XAVIER, Lindolfo. *Em torno dos feitos e da vida de Dona Joaquina do Pompéu*. Op. cit. p. 378.

¹⁷³ Idem.

¹⁷⁴ GUIMARÃES, Jacinto. O casamento de D. Joaquina. In: RIBEIRO E GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. 1956, p. 70.

encher uma página da história mineira".¹⁷⁵ Logo depois, o casal se muda para uma pequena propriedade nos arredores de Pitangui: a fazenda Lavapés. Mesmo Pitangui sendo uma cidade aurífera, a atividade dos dois nesse período consiste principalmente na criação de gado, produção de leite e plantação de cereais: produtos que comerciavam na Vila.¹⁷⁶ Alguns destacam que Joaquina se apresentava então como moça trabalhadora, disposta às lidas da fazenda, mesmo esperando o primeiro filho, já no primeiro ano de casamento.

2.1.3 – *Tempo de Maturidade: Joaquina, do Pompéu.*

“Quis a sorte que ela fosse lavradora e fazendeira. Era ambiciosa. Tinha gênio comercial. Era autoritária. Sabia mandar”.¹⁷⁷ Estes aspectos ela os demonstrará mais tarde, quando seus filhos já estivessem quase todos nascidos. O casal decide se mudar de Pitangui para os sertões do Pompéu. Para seus “historiadores”, Joaquina, ainda em Pitangui, revela a sua “gloriosa destinação, por isso mesmo que o seu casamento, assinalado tão singularmente, marca o prematuro início de uma série progressiva de outros feitos que lhe exaltam a figura de mulher varonil, tornando-a respeitada e famosa”, passível de admiração e de respeito, conquistados pelas histórias de grandeza e também de “maldades”, como se verá, em sua vida madura.

À época do governo do Conde de Valadares (1768-1773), o capitão Inácio, seu protegido, adquire prestígio. Considera-se que Inácio é protegido do Conde de Valadares devido ao parentesco de Dr. Jorge, seu sogro, com o governador. Conta-se que:

“O conde de Valadares não hesitou em mandar bandeiras organizadas no Pitangui e no Paracatu, esta sob conduta do Capitão-mor João de Godói Pinto da Silveira e aquela, sob a do Capitão Inácio de Oliveira Campos, as quais se dirigiam aos territórios do Rio Negro e dos Dourados e, com excelentes resultados conseguiram trazer a lume preciosos mananciais de ouro. Por estas expedições tiraram-se também dos limbos primitivos, as paragens dos Aragões, da Babilônia, do Salitre [atual Patrocínio], até então encobertas”.¹⁷⁸

¹⁷⁵ XAVIER, Lindolfo. *Em torno dos feitos e da vida de Dona Joaquina do Pompéu*. Op. cit. p. 379.

¹⁷⁶ Embora seja ressaltada a pecuária como atividade sempre exercida por D. Joaquina, nesse período tem-se indícios de que o casal também possuía lavras minerais. Ainda em 1786, Inácio e Joaquina possuíam lavras no morro do Batatal, em Pitangui, herdadas do avô de Inácio, Antônio Rodrigues Velho. Conforme indica uma cópia de título de venda das mesmas, feita por Inácio e Joaquina à José de Santos Silva e Alexandre Alves de Araújo. Por este documento percebe-se que as lavras já não valiam grandes coisas, posto que em “*estado de decadente em que se acha*” (Título de compra e Venda. Inácio de Oliveira Campos e Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco. APM. SC, APFJP, Caixa 1, série 01, doc. 56. cópia manuscrita de Américo de Campos Cordeiro (24/03/1905).

¹⁷⁷ XAVIER, Lindolfo Octávio. Op. Cit. p. 38.

¹⁷⁸ VASCONCELOS, Diogo de. *História Média de Minas Gerais*. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984. v.5.

De 1771 a 1773, Inácio é designado para missões de apresamento de índios e negros fugidos. Recebe por isso várias sesmarias que aumentam seu contingente de terras¹⁷⁹. Iniciam-se aí as ausências do capitão, que fica por meses fora de casa, deixando a administração da fazenda Lavapés por conta de Joaquina.

Em 1774, o capitão Inácio recebe como herança paterna fazendas em Paracatu, para onde irá constantemente – motivo outro para suas ausências constantes. Em 1784, o casal realiza negócio com Manuel Gomes da Cruz, mudando-se para a Fazenda do Pompéu no “*longíquo sertão de Minas Gerais, inteiramente segregado dos grandes centros de civilização*”, localizado entre os rios Pará e São Francisco. Joaquina está com 32 anos de idade, já com oito filhos dos dez que teria.¹⁸⁰

A compra da fazenda parece ter sido um bom negócio para o casal. Embora não estejam claras as condições de sua efetivação, pelo que consta, eles se mudam ainda em 1784 para o Pompéu, mas realizam a compra da propriedade apenas em 1792 por “*trinta mil cruzados, em pagamentos*” que se estenderão até a morte do Manuel Gomes, em 1800¹⁸¹. Não se sabe qual o acordo firmado entre Manuel e Inácio, já que o casal muda-se para o Pompéu e lá permanece, explorando a terra, criando gados, fazendo benfeitorias desde 1784 até 1792, sem ter a escritura da terra. Ficam durante oito anos explorando o latifúndio que pertencia a Manuel Gomes. Não se sabe se havia um acordo de aluguel, arrendamento, ou outra espécie de contrato – talvez um acordo de cavalheiros firmado através do fio do bigode – bastante comum na região até há pouco tempo:

“*Antigamente, não tinha cartório [próximo] como tem hoje, tabelião, registro, não tinha isso não. Era assim: “Me vende aquele pedaço de terra ali?” Acertava ali o preço, condição de pagamento, se era em troca de pelota de sabão, rapadura, seja o jeito que fosse, ai saía procurando um que soubesse ler, e fazia um título de compra e venda, feito à mão. (...) [Sem cartório?] Não tinha, uai. (...) Era mais na palavra mesmo, ou senão no fio do bigode. Tirava um fio do bigode e dava como documento. Se pegasse um dinheiro emprestado não tinha esse negócio de papel né, dava um fio de bigode de garantia. Era o documento, agora o dia que ele fosse lá pagar, o credor tinha que*

¹⁷⁹ À época de 1770-73, Inácio já possuía algumas terras no “sertão do São Francisco”, como sugere uma Carta de Sesmaria de 06/04/1764. APM, Códice SC (Seção Colonial), 129, p. 216. (além é claro do sítio em Pitangui, onde morava, adquirido em 1764, de Joaquim dos anjos, Perto da Capela da Penha, entre a serra e o sopé do morro do Batatal).

¹⁸⁰ Em ordem: Ana Jacinta de Oliveira Campos, Felix de Oliveira Campos, Maria Joaquina de Oliveira Campos, Jorge de Oliveira Campos, Joaquina de Oliveira Campos, Isabel Jacinta de Oliveira Campos, Inácio de Oliveira Campos, Ana Joaquina de Oliveira Campos, Antônia de Oliveira Campos, Joaquim Antônio Oliveira Campos.

¹⁸¹ Libelo de uma ação promovida por Antônio José de Faria contra Joaquina Bernarda da Silva. s/d. APM, APJBP, caixa 1, série 01. nº 62.

devolver aquele fio de bigode, isso aconteceu [ainda] aqui eu lembro”.¹⁸²

Seja como for, somente em 1792 é lavrada a escritura de compra e venda entre Inácio e Manuel Gomes da Cruz. Teriam sido compradas as terras do Pompéu que consistia num conjunto de fazendas:

“(...) [de] extensão de 23 legoas e se compoem de oito fazendas qe. são Pompeo, Passagem do Choro, Rocinha, Mato Grosso, Retiro do Mato Grosso, Quati, Sta. Rosa e Diamante, e todas se compoem de extensos campos de criar, e de mattas pa. Planta”.¹⁸³

As terras do Pompéu anteriormente pertenciam a João Fraga que as vendeu a Manuel Gomes. Este por sua vez, vendeu-as a Inácio e Joaquina, pelo preço já expresso, com “*mais de nove mil cabeças de gado vacum q. nellas se achavão*” (...) *juntamente, 40 escravos, entre estes várias mulatas; e mulatos moços e bons*”. Tudo isto, pela importância de 11:2000\$000, sendo 7:595\$995 à vista e 3:693\$005 em prestações anuais de 500\$000, concedendo-se ainda ao comprador o prazo de dois anos, caso se tornasse faltoso¹⁸⁴. Trata-se de muitas propriedades por um preço pequeno, atestando a precariedade e o baixo valor das terras nessa região, ou como argumentava um demandante contra Joaquina, o negócio teria sido “*uma lesão enormíssima e dolo*” praticados pelo casal a Manuel Gomes que teria caído nessa manta por morar distante das mesmas:

“(...) no Aral do Infeccionado[hoje Santa Rita Durão], diste. das Fazdas. 40 legoas, e havia mais de 20 annos, qe. não vinha a ellas, ignorava o gado, que nellas se achavão, alem de ser homem velho faltó de tenção, pela avultada idade qe. tinha, de mais de 90 annos. de qe. tudo se aproveitou o comprador, pa. Iludir e enganar como fica patente”.¹⁸⁵

Não se sabe se houve dolo ou não na avaliação das terras, mas a situação financeira do vendedor não era das melhores durante o período em que recebia as prestações. É o que se percebe da leitura das cartas que Manuel envia a Joaquina e Inácio durante esse período (1792 a 1798)¹⁸⁶. Manuel Gomes manteve correspondência assídua com o casal do Pompéu durante seis anos e nesta sempre reclamava das moléstias, da situação financeira precária, das cobranças de credores: Em 1798 escrevia ao casal: “*Estou*

¹⁸² João César da Cunha Lemos, entrevista concedida em 21/11/2004. Abaeté/MG.

¹⁸³ Idem.

¹⁸⁴ RIBEIRO E GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. cit. p. 71.

¹⁸⁵ Libelo de uma ação promovida por Antônio José de Faria contra Joaquina Bernarda da Silva. s/d. AMP, APJBP, pasta 2.

¹⁸⁶ Cartas localizadas no APM – Arquivo Privado Dona Joaquina do Pompeu – caixa 1.

passando da conta do que posso viver. Aqui estou secando na cidade e se lhe dicer que não (...) e como estou nestes termos todos querem cobrar de mim o que lhe devo”.¹⁸⁷ Nas cartas que endereça ao casal do Pompéu, sempre pede o envio de algum item pelo qual promete enviar recibo, possivelmente para abater na dívida que o casal tinha com ele. Algumas vezes pede o envio de plantas medicinais para as moléstias¹⁸⁸ que lhe acometiam, o envio de cavalos, bois e até ouro para “*tapar a boca a quem devo*”.¹⁸⁹

Têm-se indícios de que esses reclames de Manuel Gomes em relação a moléstias e principalmente a pendengas financeiras eram mesmo verídicos e sinceros, mas não podemos descartar a possibilidade de que a exposição dramática de sua situação nas cartas para o casal, não era um simples desabafo a amigos prontos a socorrê-lo, mas uma forma de pressionar o pagamento das parcelas da dívida. Duas cartas de Manuel Gomes deixam indícios de que os pagamentos (ou talvez adiantamentos) feitos através da solicitação de diversos produtos não seriam prontamente atendidos pelo casal. É possível que as solicitações de produtos fossem mesmo uma forma de receber a dívida *in natura*.

Em carta de 15 de janeiro de 1797, endereçada a Joaquina, Manuel Gomes pede que lhe envie um cavalo: “*Eu estou a pé sem ter um cavallo. Quero que me mande hum dos que tiver. Mas que seja capão, pelo seu valor*”.¹⁹⁰ Já em 26 de agosto de 1797, sete meses depois, Manuel envia outra carta ao casal e dentre outros pedidos requer:

*“Quero que me faça mercê de mandar três cavallos capoens e o que ceMe mandou veio cheio de piolhos e pellou todo e não quer tomar caminho por que não tem senão o coiro em cima das costelas; e destes três que lhe peço quero que me faça mercê de mandar hum capão para a minha volta que estou a pé e não tenho como o comprar e destes três e o que veio que me mande a conta de quanto importão para lhe mandar recibo”.*¹⁹¹

Pode ser que Joaquina tenha escolhido um dos melhores cavalos de sua tropa para enviar a Manuel e que com a longa viagem este tenha definhado, emagrecido e enchedo de piolhos ficando-lhe apenas couro e costelas, um espetro eqüino composto de sarnas e ossos,

¹⁸⁷ Carta de Manuel Gomes da Cruz. Outubro de 1798, APFJBP, caixa 01. série 01. doc. 22.

¹⁸⁸ Correspondência de Manuel Gomes da Cruz a Joaquina do Pompéu datada em 15/01/1797.APM, Arquivo Privado da Família Joaquina Bernarda do Pompéu. Caixa 1 série 01. doc. 16. Essa documentação foi explorada por Ramon, Fernandes Grossi, a partir de um olhar sobre o imaginário da doença e da cura nas Minas Setecentistas. (Cf. GROSSI, R. F. Uma leitura do viver nas Minas Setecentistas a partir do imaginário da doença e da cura. *Episteme*, Porto Alegre, n.19, jul/dez, 2004. p. 87). Curiosamente aqueles que escreveram sobre Joaquina do Pompéu não utilizaram essas cartas que levadas para o Arquivo Público Mineiro, por Coriolano Pinto Ribeiro, autor de um dos mais densos trabalhos sobre ela.

¹⁸⁹ Carta de Manuel Gomes da Cruz. Outubro de 1798, APFJBP, caixa 01. série 01. doc. 22.

¹⁹⁰ Arquivo Privado da Família Joaquina Bernarda do Pompéu. Caixa 1 série 01. doc. 16.

¹⁹¹ APFJBP, 26/08/1797. caixa. 1 série 01. doc. 18.

sem qualquer condição de ser selado. Mas também é possível que Joaquina tenha mesmo enviado um cavalo em mau estado, por pirraça ao ter que atender mais um dos inúmeros e intermináveis pedidos do velho Manuel. O certo é que o negócio em questão não se tratava de venda, mas de abatimento na dívida que o casal tinha com Manuel Gomes. As cartas e os pedidos se encerram em 1798, talvez pela quitação da dívida ou ainda em decorrência da piora do estado de saúde de Manuel Gomes, já bem idoso, que falece em 1800. Morre sem conseguir pagar a todos os seus credores, dentre os quais, José Antônio de Faria, que entra na justiça com uma ação para tentar receber dinheiro de Joaquina, mesmo depois da morte de Manuel, alegando que o devedor não conseguira quitar seus débitos pela manta que o casal do Pompéu havia lhe pregado na compra da fazenda do Pompéu¹⁹².

Para além das controvérsias da compra do Pompéu, já em 1784, a partir da mudança do casal, Joaquina comanda os rumos das fazendas e controla toda a propriedade. Aos 32 anos de idade, estava em visível superioridade em relação ao marido na administração da fazenda. “*Inácio habituava-se à vida nômade dos tempos de correr mocambos, não possuía de mandar e ser obedecido, o que sobrava à mulher*”.¹⁹³ Muitos consideram este, o início do período mais saliente da vida de Joaquina, em que sua “fama” se sobrepõe à do marido, o que teria lhe possibilitado tornar-se “*realmente famosa*”.¹⁹⁴

A fazenda do Pompéu fica a cargo de Joaquina e o capitão cada vez menos presente na administração do ‘*imenso feudo*’¹⁹⁵. O marco simbólico dessa superação de Joaquina de sua condição de esposa que deve obediência ao marido se dá, como se recorda, pela construção do sobrado que será a sede da fazenda do Pompéu. A propriedade possuía um pequeno sobrado mal feito, que seria abrigo do casal apenas até a construção do solar iniciada em 1785. Fato presente ainda hoje na memória coletiva:

“*O marido, Capitão Inácio de Oliveira Campos, determinou que o casarão deveria – ele já tinha comprado os materiais – se erguido em tal lugar. E naquele tempo o Capitão Inácio tinha que fazer uma viagem para Paracatu. Naquele tempo uma viagem de tropeiro para ir e voltar era no mínimo de 3 a 4 meses. E quando o capitão Inácio voltou de viagem ele encontrou o casarão construído em outro local. Próximo, mas num outro local, num descampado diferente. A*

¹⁹² Libelo de uma ação promovida por Antônio José de Faria contra Joaquina Bernarda da Silva. s/d. AMP, APJBP, caixa 1, série 01. nº 62.

¹⁹³ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. Op, cit. p. 403.

¹⁹⁴ BARBOSA, Waldemar de Almeida. Op. Cit. p. 376.

¹⁹⁵ De acordo com os cálculos de Lindolfo Xavier, a propriedade correspondia a 95.000 mil alqueires geométricos. As divisas da fazenda estavam entre o Rio Pará e o São Francisco, por cima, até o Riacho da Areia, por baixo até o Paraopeba e pelo morro da Duma (serra Mandaçaia), de acordo com VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. Op.cit. p.402.

expressão que ele teve foi de surpresa pela coragem da esposa de ter contrariado a decisão dele. Porque a decisão de um homem naquela época não poderia ser revogada. Ela teve coragem de contrariar a decisão do próprio marido e ela trouxe foi a admiração por parte dele, de ter a coragem de fazer uma obra tão grande e um espaço de tempo até tão pequeno. Porque um casarão muito grande, de 79 quartos pra você ter uma idéia da grandiosidade. Feito de esteio de aroeira e sistema de pau-a-pique. Tudo ficou pronto na chegada do marido capitão Inácio de Oliveira Campos".¹⁹⁶

Assim é que, a partir da resolução do casal de construir o sobrado, Joaquina torna-se logo a “cabeça pensante do latifúndio”.¹⁹⁷ Latifúndio do qual não tinha a escritura mas que parece já tinha posse garantida, a considerar o investimento de capital numa obra tão grande como era o sobrado do Pompéu.

2.1.4 – *Tempo do domínio: Norma e Transgressão*

O domínio completo da fazenda por Joaquina dá-se a partir de 1795, ocasião em que seu marido é acometido por uma paralisia (hemiplegia¹⁹⁸) e Joaquina se vê com a responsabilidade de efetivamente comandar os negócios do Pompéu. Ela não se abate, “*Joaquina não precisa do capitão: é macha*”.¹⁹⁹ É a partir desse período que suas ações se tornam bastante conhecidas, marcadas pela ambigüidade de representações. Já com todos os filhos casados, nove anos de paralisia do marido e o controle do latifúndio sob a mão austera de Joaquina, em 1804, chega-lhe a viuvez. Anos antes, Inácio havia vendido sua meação à esposa que, na ocasião de seu falecimento, já era dona de todas as propriedades que controlava e administrava, desde a doença. Conta-se que:

“Este desfecho já era esperado, pois que o Capitão Inácio ao ver o entusiasmo da esposa no prurido de comprar fazendas, escravos, e gado, com dívidas a pagar, pela aquisição de latifúndios, sempre obtemperava à esposa: – Olha, querida Joaquina, estás alargando demais as posses, e eu não te posso ajudar em tanta lida e responsabilidade! (...) Dona Joaquina

¹⁹⁶ Gilson Dias Maciel, Chiquinho, funcionário da biblioteca Pública Municipal, entrevista concedida em 10/01/2005, Pompéu/MG.

¹⁹⁷ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá braba*. op. Cit. p. 99.

¹⁹⁸ Paralisia de um dos lados, de causa não revelada, possivelmente causada por um derrame. Numa outra versão, encontrada especialmente na região do atual município de Paineiras/MG, conta-se que o capitão teria sido assassinado em uma batalha quando tentava expulsar posseiros de suas terras. Cf. também “*Em São Romão, foi catalogado o prédio da antiga cadeia, erguido em meados do século XIX. A cadeia teria sido construída a mando de dona Joaquina de Pompéu, para aprisionar o assassino do seu marido.*” *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 28/12/2001, p. 28.

¹⁹⁹ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. op. Cit. p. 144.

respondia-lhe: – Pois vamos trocar os papéis; eu vestirei as tuas calças e tu usarás os meus vestidos!”.²⁰⁰

Sobre a venda da metade das propriedades do capitão Inácio para Joaquina, alguns dados permanecem pouco esclarecidos: quando teria sido realizada a partilha dos bens do casal, e a venda da metade de Inácio para Joaquina? Quais as razões para que Inácio assim procedesse? Para Coriolano Pinto Ribeiro, a partilha das terras teria sido feita em 1795, depois da doença do capitão, justamente porque:

*“Joaquina precisa de absoluta liberdade de ação. Ela não queria ser uma mera feitora, sujeita às ordens do seu marido que lá estava curtindo a paralisia no fundo de sua cama (...) queria alargar o âmbito dos negócios. E para poder agir livremente firmou com o marido esse contrato original; comprou-lhe a meação”.*²⁰¹

Assim também acredita Maria Claret Carneiro Barbosa. Para ela, Inácio, conhecedor da capacidade administrativa da esposa, ao ficar paralítico (portanto em 1795), resolve vender sua meação à mulher e entregar-lhe o controle do “grande feudo” (Pompéu) que, segundo a autora, *“depois da morte do marido [em 1804] viu-se aumentado de quatro fazendas em Paracatu: Gado Bravo, Novilha Brava, Cotovelo e Barra do Rio Preto”*.²⁰²

É necessário matizar a informação de que o contrato de partilha e compra das propriedades de Inácio e Joaquina teve um caráter “inédito”. Tal procedimento não foi inédito nem para o casal, tampouco para seus contemporâneos. Antes de 1795, data em que Inácio vende sua metade das fazendas do Pompéu para Joaquina, ele próprio teria recorrido ao mesmo procedimento com as fazendas do Paracatu, ainda no ano de 1782, dois anos antes de se mudarem para o Pompéu e 12 anos antes do contrato de 1795, que Coriolano Pinto Ribeiro considera inédito.

Inácio aparta a sua sociedade com Joaquina vendendo-lhe a sua parte nos bens do casal, como informa a escritura lavrada na Villa de Pitangui, em 01 de maio de 1782.²⁰³ Por que razões o capitão Inácio teria feito isso? Seria uma prática incomum à época? Certamente a partilha dos bens e a venda realizada em 1782, não ocorreram pelo motivo alegado pelos autores acima: não se deu pela sua paralisia, já que nessa época Inácio ainda gozava de boa saúde. Poderia ser, quem sabe, algum artifício para burlar as leis de Órfãos,

²⁰⁰ XAVIER, Lindolfo. Op. cit. p. 385.

²⁰¹ RIBEIRO E GUIMARÃES, op. cit. p. 93.

²⁰² BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *Participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986. p. 82.

²⁰³ Escritura de apartamento de sociedade de compra e venda q. faço com m^a. m.ex. D. Joaquina Bernarda da S^a. de Abreu Castelo Branco. 01/05/1782. APFJBP. caixa 01, série 01.

talvez diante do temor da morte do capitão que errava incerto em várias incursões pelo sertão. Como nos indica Raquel Chequer, vários pais de família, nas Minas, encontraram maneiras para assegurar a posse de todos os bens familiares nas mãos de suas senhoras. Contrariamente ao que afirma Ribeiro,

*“Foi comum a venda do patrimônio do casal à esposa. Desta forma, ao comprar as propriedades, a mulher poderia prosseguir com os negócios da unidade familiar. Os senhores utilizavam-se de prerrogativa existente nas Ordenações Filipinas que garantia a liberdade de compra e venda aos súditos: ‘Cada um poderá vender a sua causa a quem quiser, e pelo melhor preço que puder e não será obrigado a vendê-la a seu irmão, nem a outro parente nem poderão dizer que a querem tanto por tanto’”.*²⁰⁴

Nesse caso, a intenção seria evitar a divisão da herança. Como informa Chequer, o contrato de venda permitia que os filhos recebessem as partes que lhe cabiam da herança (suas legítimas) somente após a morte da mãe. Entretanto, ainda que houvesse a liberdade de venda no Império Português, aos olhos do Estado ela apenas poderia ocorrer caso não acarretasse danos aos herdeiros. No entender de algumas autoridades, com a venda dos bens ao cônjuge, as legítimas poderiam sofrer defasagem no futuro.²⁰⁵ Era uma brecha da lei, comum na época, realizada entre aqueles que tinham bom conhecimento jurídico – quem sabe um capitão de Milícias ou a filha de um Advogado, como Inácio e Joaquina. O que é evidente é que não se tratava de um contrato inédito, como quer acreditar as palavras de Ribeiro.

Além das evidências de que a partilha dos bens não teria se dado somente no ano de 1795, quando Inácio fica paralítico, é ainda necessário enfatizar que Maria Claret Carneiro Barbosa equivocou-se ao informar que as fazendas do Paracatu teriam sido adquiridas por Joaquina depois de 1795. Na verdade, eram fazendas herdadas por Inácio de seu pai e que já pertenciam a Joaquina desde 1782, quando foi realizado o procedimento de partilha dos bens e venda do espólio de Inácio para a esposa. Teria sido esta uma estratégia para burlar as leis de Órfãos? Ou talvez uma imposição de Joaquina afirmando a sua superioridade em relação ao marido? Ou seria talvez um modo de garantir a posse das terras? Não sabemos. Lavrar uma escritura de compra e venda para Joaquina seria uma forma de garantir a posse da terra, no caso de não haver escritura anterior que garantisse a

²⁰⁴ CHEQUER, Raquel M. P. *Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. (dissertação de mestrado) . p. 90.

²⁰⁵ Idem. p. 90-91.

posse ao casal ou mesmo diante de pessoas que ocupassem essas terras (uma forma, portanto, de legalizar áreas devolutas)?

O que parece certo é que, em 1782, são separadas as metades das terras do Paracatu pertencentes ao casal e Inácio vende sua parte a Joaquina. Portando, já nesse período Joaquina é dona de todas as terras do Paracatu e do Rio Preto constituídas por quatro fazendas chamadas

*“(...) a Serra no Cutuvello, a Barra do Rio Preto, a Novilha Brava, e o gado Bravo, cujas terras tem princípio na Barra do Riacho da Catinga, ou Brejo no Rio Paracatu, correndo por este acima até a Barra do Rio Preto, e por este acima até a Barra que nele faz o riacho fixo na extrema, q. nos divide de Maria de Sousa Pinto, e por este acima até a serra que divide as águas daquele rio daí do Vicunha (?) e por ela partindo pela divizão da vertente com Sta. Cruz, Boa Vista, Sto. Tomás até (...) o riacho da catinga, no Brejo (...) com a fazenda Santa Teresa”.*²⁰⁶

Em 1784, o casal muda-se para o Pompéu, ainda pertencente a Manuel Gomes da Cruz; Em 1792, finalmente compram as terras de Manuel Gomes nas quais já residiam há 8 anos. A partir desse período correspondem-se periodicamente com Manuel que tem parcelas a receber do casal e por isso faz – como vimos – constantes pedidos de bens; em 1795, o casal faz nova partilha dos bens que ainda possuem em comum no Pompéu – uma grande propriedade ainda não quitada composta por:

*“Quatro fazendas de criar gado que havemos por compra de Manoel Gomes Cruz intitulada Santa Rosa, Matto Grosso, Pompéu e Passagem com seus retiros e apartamentos que se demarcam desde a Barra do Rio de Peixe correndo asima à Barra das Areas e por este asima athé à Barra do Reacho fundo, e desta correndo por linha reta ao lado da Serra de Duna, e desta pela divisão das agoas à cabeceira do Rio Preto, e por esta abaixo athé a altura do corral do Bom Jardim; e dahi buscando a esta correndo a passagem do Rio Pardo athé à Paraueba, e desta descendo a Barra chamada o Diamante donde faz Barra no S. Francisco; e dali correndo por esta asima athé à Barra do referido Rio do Peixe”.*²⁰⁷

Inácio, paralítico, divide os bens e vende sua parte à esposa, “sem o menor constrangimento da parte do marido”, como escreve Ribeiro. Em 1800, Manuel morre e encerra-se o pagamento da propriedade: “Joaquina saldou tudo. Pagou até o último vintém!”, brada Ribeiro. Em 1805, o capitão morre sem deixar bens para serem herdados –

²⁰⁶ Escritura de apartamento de sociedade de compra e venda q. faço com m^a. m.ex. D. Joaquina Bernarda da S^a. de Abreu Castelo Branco. 01/05/1782. APFJBP. caixa 01, série 01. p. 01-02.

²⁰⁷ Escritura de apartamento de sociedade de compra e venda p. m^a. m.ex. D. Joaquina Bernarda da S^a. de Abreu Castelo Branco. Villa de Pitangui, 1795. APFJBP. caixa 01, série 01 doc. 25.

tudo já estava sob o controle de Joaquina agora viúva, no auge de sua maturidade: “*senhora absoluta de todas aquelas terras, daqueles enormes rebanhos e inúmeros escravos*”.²⁰⁸

O domínio de toda essa extensão de terras do Pompéu, e também as de Paracatu que Inácio havia herdado do pai, vai conferir à Joaquina a fama de grande administradora. A sua tarefa era “*muito laboriosa*”, em fazendas “*mui extensas de culturas, e principalmente de criar gado vacum e algum cavallar, com grande escravatura*”, tão grande extensão de terras, “*vinte legoas de comprimto.[sic] e de oito a dez de largura, com tanta quantide [sic]. de gado de criar de 43.560 cabeças, entre gado de criar (...) bois de corte, de carro*”.²⁰⁹

Sobre a conduta moral da viúva Dona Joaquina do Pompéu, apresentam-se versões desencontradas. Alguns afirmam que a viúva de 52 anos – rica e com prendas pessoais imensas, sem nunca mais pensar em se casar de novo – teria se mantido “*fiel à memória do marido, honrando-lhe o nome e as tradições*”.²¹⁰ Austera, anfitriã e poderosa: bondosa mas de escassos carinhos, agia como uma comandante, não poupando disciplina nem aos filhos²¹¹. Mulher de grandes pudores: não ia ao poço do Atoleiro por falta de tempo com as lidas da fazenda e por pudor de mostrar-se banhando, mesmo para as escravas de confiança²¹²; não admitia o menor desrespeito a suas escravas. Mulher forte que falava sempre alto e era ouvida ao longe pelo hábito de andar dando ordens aos cativos²¹³. Vigilante dia e noite com sua família, os parentes, os amigos, os escravos: era o corpo e a alma da fazenda.²¹⁴ Cuidadosa com a lascívia dos escravos, que eram bem alimentados e até alfabetizados, como contam alguns ainda hoje. Respeitada até pelas autoridades reais, por não sofrer punições ou por desafiá-las constantemente. Religiosa, caridosa com as causas da igreja católica e cuidando da moral de seu latifúndio: “*ao mesmo tempo que educava os filhos, cuidava das lides da fazenda e, além disso, procurava fazer o bem, auxiliar os desvalidos, ajudar, enfim. Tornou-se grande benfeitora*”. Depois da morte do marido, teve “*suas obras de benemerência*” aumentadas. “*Tornou-se zeladora da Capela da Penha, em Pitangui, cuidava de manter limpa, promovia reformas periódicas*”, depois

²⁰⁸ RIBEIRO E GUIMARÃES. Op.cit. p. 93.

²⁰⁹ Libelo de Joaquim Antônio de Oliveira, filho de Joaquina que se queixava à justiça, em 1827, da dificuldade de administrar os bens deixados pela mãe, até que o inventário e a partilha ficassem prontos. Ele se queixava à justiça, o recebimento de pagamento pela administração.

²¹⁰ XAVIER, Lindolfo. Em torno da Vida e dos feitos de D. Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO E GUIMARAES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 385.

²¹¹ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. op, cit. p. 156.

²¹² Idem. p. 167.

²¹³ Idem. .174.

²¹⁴ Idem. p.178.

da morte do marido, “*mandou celebrar 630 missas, a maior parte por intenção da alma do Capitão*”.²¹⁵

Esse período de viuvez é objeto também de histórias menos honrosas, classificadas por aqueles que exaltam os seus feitos, como histórias de “*maledicência, lendas, coisas inventadas*”. Contam-se inúmeras histórias de maldades, de crueldades praticadas pela fazendeira com seus escravos: “*Ela mandou o pé no dente da nega, quebrou os dentes da nega todo sô! [Gargalhada!] ela era braba. Ela mandava matar mesmo! Aqui mesmo, sô!*²¹⁶ Ou, ainda, correm histórias de que Joaquina “*tinha até roda d’água com a chibata pra por o nego lá e ligar a roda d’água sem ninguém usar o braço pra bater. Deixava lá tantas horas a roda d’água e o trem ó, doendo nas costas do companheiro. Era a pior das ditaduras do mundo*”.²¹⁷ Violência não apenas com os escravos, também estendida aos brancos: vizinhos, oficiais de justiça, boiadeiros, enfim, aqueles que a desafiassem, ou mesmo sem motivos, praticando violência gratuita, com requintes de crueldade.

Contam-se histórias de seus métodos de enriquecimento ilícito:

“*(...) boiadeiro chegava lá e comprava uma partilha de gado, pagava, ela mandava o pião ajudar ele, quando chegava na divisa, o peão matava o boiadeiro, voltava o gado, voltava o peão morto e enterrava debaixo do sobrado*”.²¹⁸

E, contradizendo (ou convivendo com) a imagem pudica de viúva reservada, religiosamente contida, contam-se histórias dos descomedimentos sexuais da fazendeira, que recrutava negros para seu deleite, o que era prática comum entre os senhores de escravos, mas que, no seu caso, de alguma forma chocava ou “caía na boca do povo”, certamente por ser uma mulher a praticar esses “descabimentos”. É corrente a história, de fundo racista, de suas ordens para se colocar o negro seu amante de molho durante dias, antes de utilizar-se de seus prestimosos serviços sexuais, a fim de retirar-lhe o “bodum”; ou numa outra versão dessa mesma história, contada pelo Cacique Kaxixó:

“*O povo de Araxá, veio aqui e nós tava de cá da beira do rio, mais [eles] contou cada caso da Beja!, e contou cada caso da D.Joaquina! e ainda contou:’D. Joaquina era tão à toa que ela tinha um nego, que ela dormia com esse nego ,ela tinha que por ele de molho oito dia’ e*

²¹⁵ BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *Participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986, p. 82-83.

²¹⁶ Normando Martins da Costa (Toco), entrevista concedida em 14/11/2004. Paineiras/MG.

²¹⁷ Bartolomeu Melgaço, entrevista concedida em 14/11/2004, Poções de Paineiras, MG.

²¹⁸ José Braga do Couto. Entrevista concedida em 12/11/2004, Abaeté/MG.

nóis caladinho, porque eles pensa que nós era aqui do Martinho Campos e nós de lá. E o nego era da família da mãe: ele é índio criolo. Então é do quilombo aqui do Açude Ruim e os negos estão esparramados em várias cidades e o governo [Capitão Inácio] não tinha morrido não, ele tinha ficado aleijado e daí o primeiro neto dela é nosso bisavô com uma índia chamado Tia Vovó.²¹⁹

É corrente, igualmente, a história sobre seu costume de atracar-se com o escravo à margem do córrego da Areias, em plena luz do dia, no lugar onde havia um monjolo²²⁰. Com suas batidas intercaladas e constantes, a engenhoca ditaria o ritmo da cópula entre Joaquina e o escravo enquanto transformava o milho em fubá. “*Era uma pancada de lá e outra de cá! Na beira do corgo, êta mulher safada, Sô!*”.²²¹

Ou ainda as difundidas narrativas sobre sua prática de mostrar a exuberância da horta das escravas às visitas, notadamente as masculinas:

“Diz que ela tinha uma horta. Ela chamava o sujeito pra olhar a horta: um trem dos mais bonito do mundo. E se falasse que a horta tava mais bonita do que ela, ela mandava matar o sujeito. [Risadas!]. Dizem que ela era bonita. Dizem que ela falava: ‘Qual é que você ta achando mais bonito? Esses pé de cariru, repolho aí, ou é eu?’ Se falasse: ‘Ah não, o Cariru ta muito mais bonito’, ela voltava pra dentro e mandava ajeitar ele. Tinha que falar; ‘Ta doido, ocê tá com as pernas bonitas demais!’. Aí, ela achava bão”.²²²

Conduta moral impecável ou libertinagem e depravação sexual? Violência com os mais fracos, os escravos e os vizinhos ou grandeza de caráter? O período da viuvez de Joaquina vai suscitar todas essas imagens e, especialmente, será lembrada como transgressora. Seja da ordem moral, do seu lugar social, sua condição feminina. Participará de atos que lhe conferirão também uma dimensão política: como anfitriã de viajantes estrangeiros a serviço do rei de Portugal, recebe os alemães Eschwege e Freyreiss, por volta de 1811-1813. Tem uma participação “indireta” na independência do Brasil, em 1822, enviando bois para as tropas de D. Pedro, na Bahia. Terá grande influência política, embora “não tenha exercido cargo eletivo”.²²³

²¹⁹ Cacique Djalma, entrevista concedida em 06/11/2004. Capão do Zezinho, Martinho Campos, MG.

²²⁰ “*Engenho tosco, movido a água, para pilar milho e, primitivamente, para descascar café*”. Cf. HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Minidicionário da Língua Portuguesa*. 5.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004. p. 502

²²¹ Luciano Mendes da Silva (‘Bichano’), entrevista concedida em 05/05/2005. Abaeté/MG.

²²² João Silvério da Silva (João Vintura), nascido em 27/01/1932, Entrevista concedida em 12/11/2004. Poções de Paineiras/MG.

²²³ Gilson Dias Maciel, Pompéu/MG . op. Cit.

2.1.5 – *O fim, o começo, a ambigüidade...*

A 7 de dezembro de 1824, depois de “prolongada doença²²⁴”, Joaquina morre, provavelmente vítima de um derrame cerebral, aos 72 anos de idade. Deixa grande quantidade de terras, 11 fazendas avaliadas em mais de 12:000\$000 para os dez filhos, 74 netos, 15 bisnetos. Mais de 40.000 cabeças de gado, algumas centenas de escravos, baixelas de prata, salvas de ouro, ouro em barra, louças japonesas, dentre outros, e a matéria-prima de uma memória formada por imagens fortes e ambivalentes. Tomada ora como “*um exemplo de moral doméstica e pública, de patriotismo e verdadeira precursora da emancipação feminina, (...) lição de bravura e energia equilibrada, visão cívica e de amor à família*”²²⁵, ora como uma “*sinhá braba*”²²⁶, “*ditadora da pior qualidade*”²²⁷, “*ruim demais*”²²⁸.

Jacinto Guimarães conclui que “*Joaquina era em suma, uma mulher brava.*” Imagens que continuam presentes e atuantes desde a época em que Joaquina viveu até hoje.

²²⁴ Libelo de Joaquim Antônio de Oliveira, op. Cit.

²²⁵ XAVIER, Lindolfo. *Em torno dos feitos e da vida de D. Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 391.

²²⁶ Expressão cunhada por Agripa Vasconcelos, como título de seu romance sobre Joaquina. Op. Cit.

²²⁷ Bartolomeu Melgaço, entrevista concedida em 14/11/2004. Paineiras/MG.

²²⁸ João Silvério da Silva (João Vintura), nascido em 27/01/1932, Entrevista concedida em 12/11/2004. Poções de Paineiras/MG.

CAPÍTULO 3

PERCURSOS DE MEMÓRIA II: IMAGENS DE JOAQUINA

“Dona Joaquina do Pompéu era a um só tempo anjo e demônio. Idolatrada por muitos que a tinham como protetora, madrinha de não se sabe quantos afilhados, fazia de seu imenso sobrado – só de quartos eram 79 – o abrigo para quantos a ela acorriam (...) Dona Joaquina do Pompéu, diziam: ‘dava do que comer, do que beber, o abrigo e a diversão. Era Deus no céu e Joaquina na terra’. Mas sua energia às vezes extrapolava. Ai daquele que ‘cuspisse no prato que comeu’ não fazendo jus à proteção que dava (...) nem o marido escapava”.

(Plínio Barreto, Estado de Minas, 2000)²²⁹

“Num ou outro caso alguma coisa que resiste à análise da inteligência e da memória consciente, e que me enche de sobressalto ou me força a uma atitude de apaixonada escuta”.

(Manuel Bandeira, 1954)²³⁰

Desde já, devemos considerar a existência de um “fundo comum” entre as imagens que compõem a memória de Joaquina do Pompéu. Para apreendê-lo, partirei no entanto da direção contrária: de suas especificidades, das possíveis contradições, diferenciações, distanciamentos, procurando colocar em relevo as particularidades nas formas como se apresentam as lembranças de Joaquina, na longa duração.

Assim, apresentarei a análise, seguindo os tópicos seguintes: a) imagens em *“torno da vida e dos feitos de Joaquina do Pompéu, a dama do Sertão”*, inspirado no título de uma crônica de Lindolfo Xavier, escrita em 1956, e em imagens compreendidas no conjunto que funciona como contraponto e que denomino de: b) *“entre mau-féito e maledicências: Joaquina do Pompéu, a sinhá braba”*. Ou, numa simplificação através de uma perífrase, pela contraposição de imagens distintas, mas não necessariamente opostas: *“Dama do Sertão”* X *“Sinhá Braba”*, antonomásias respectivamente utilizadas por Antônio Campos Guimarães em 1985 e por Agripa Vasconcelos em 1966²³¹.

Dividir/agrupar essas diversas imagens. Procedimento concebido como uma tentativa de compreender as diversas imagens que compõem a memória de Joaquina do

²²⁹ BARRETO, Plínio. Deus no céu e dona Joaquina na terra. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 05/08/2000. p. 4.

²³⁰ BANDEIRA, Manuel. *Itinerário pra Pasárgada*. In: BANDEIRA, Manuel. *Seleta de Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 295.

²³¹ GUIMARÃES, Antônio C. *A dama do Sertão*, op. cit. e VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. op. cit.

Pompéu, levando-se em conta a historicidade dessas construções, nem sempre conscientes, mas sempre interessadas. Sempre visando questões do presente e projeções para o futuro. Dado que justifica a atenção às imagens e representações. Em outros termos, procedimento que busca surpreender as imagens e representações enquanto práticas de memória plurais articuladas entre si, interessadas, “*relacionadas tanto com os diferentes momentos e situações em que surgiram quanto com os sentimentos, desejos e expectativas de quem as concebeu (...), retratou e incorporou, sendo nossa tarefa historicizá-las*”, como observa Rosa Montandon, ao questionar as imagens de Dona Beja²³².

A decisão de trabalhar essas imagens, buscando capturá-las se faz importante para compreender o fenômeno da memória pois, como observa Seixas:

“*O ato de rememoração, o percurso da memória (seja ela individual ou social) vale-se da linguagem simbólica, de imagens (em geral, carregadas de afetividade), para irromper e fixar-se como uma lembrança mais ou menos precisa*”.²³³

Imagens que ambicionam a verdade, ressalta a autora. Memória que visa à fidelidade ao passado e não se reduz à memória-conhecimento, tão privilegiada pela cultura ocidental moderna, mas busca a ação e a emoção/criação²³⁴. Ação esta impulsionada e incitada em todas as dimensões da vida dos homens do Alto São Francisco. Seja no campo político-institucional, como veremos no caso específico da mobilização política que se dá para além das “razões políticas” e mais no plano das paixões, dos sentimentos e também na criação de enredos, de narrativas de memória que buscam organizar e convergir forças para projetos de desenvolvimento da região.

Lembrar é articular de forma particular uma “*série de imagens que não são dadas em bloco, mas situam-se em planos diferenciais da consciência e da sensibilidade, do espaço e do tempo*”.²³⁵ A memória não é absoluta, nem apenas voluntária, mas condensa-se em imagens repletas de plasticidade que compõem uma narrativa, uma linguagem. Imagens carregadas de afetos positivos ou negativos que atualizam o passado e projetam o futuro²³⁶.

Essas imagens: 1) não são ilusão nem ficção – instituem o real; 2) não se reduzem a representações nem são supérfluas perfumarias, mas levam à ação, ou à

²³² MONTANDON, Rosa Maria Espinosa de. *Dona Beja: Desvendando o mito*. Uberlândia: Edufu, 2004. p. 145.

²³³ SEIXAS, J. A. de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIERREZ, H; NAXARA, M; LOPES, M.A.S. op. *Cit. p. 128.*

²³⁴ *Idem.*

²³⁵ *Idem, p. 128.*

²³⁶ *Idem. p. 129.*

acomodação; 3) pelo medo e pelo terror, levam à inação. As imagens “negativas” ou que causam medo, constituem aspecto importante a ser analisado. As imagens de Joaquina com as quais iremos trabalhar são construídas a partir de um sujeito histórico preciso, embora não se restrinjam a ele nem a seu momento histórico, são carregadas de historicidade – construídas a partir de vestígios deixados ou mesmo pela falta deles. Construídas nos limites entre os fatos e os silêncios²³⁷, nos diversos momentos em que são atualizadas.

Imagens físicas e morais. Somente de forma indireta podemos saber o que se pensava e de que forma se recordava de Joaquina, como ela se apresentava a quem dela se lembrava antes de seu registro escrito que, muitas vezes, traz a intenção explícita de reformular as imagens existentes. Depois há registros através de recriações literárias, iconográficas em suas diversas modalidades, formuladas a partir de elementos existentes à época, na maior parte das vezes, da oralidade, e em grande medida recriadas a partir de necessidades estéticas e de elementos do presente da criação. Imagens que carregam, portanto, a marca de um momento histórico determinado em que elas foram (re)construídas: imagens mentais²³⁸ e não só imagens iconográficas e artísticas. O questionamento das imagens que são evocadas para “combater” ou se contrapor às que já existem, pode nos revelar, além do que se quer mostrar com elas, aquilo que é objeto de “acobertamento” ou passível de desmistificação. Atentar para aquilo que quer se impor, pode nos revelar as imagens que estão sendo combatidas.

Neste ponto, seria interessante retomar mais detalhadamente uma distinção que Jacques Le Goff (1994) faz entre *imaginário e representação; imaginário e simbólico, imaginário e ideologia*. As imagens que constituem a memória de Joaquina do Pompéu, nesses termos, não devem ser tomadas como representação – conceito que para Le Goff, é uma tradução mental da realidade exterior, puramente intelectual. Ora, nesse sentido, as imagens de Joaquina não constituem meras representações, tradução de algo real, uma reconstrução intelectual – uma reprodução. São em grande medida também criação²³⁹, percebida não apenas nas obras literárias e iconográficas, ou orais, mas em todas as fontes, inclusive as escritas.

²³⁷ Idem, p.129.

²³⁸ Para Le Goff, essas imagens, sem as quais não há pensamento – e acrescentaríamos, não há memória – interessam ao historiador na medida em que são compartilhadas, coletivas, expressas em temas e palavras, circulam entre gerações e entre classes sociais, que formam-se, modificam-se e transformam-se. O imaginário portanto, é para o autor, um fenômeno coletivo, social e histórico. LE GOFF. Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994. p. 16.

²³⁹ LE GOFF. Jacques. *O imaginário medieval*. Op. Cit. p. 11-12.

Imagens podem ser mais do que traduções da realidade (representações), e também podem estar relacionadas a um sistema de valores, neste caso: são simbólicas, o que não quer dizer que tudo que é imaginado, necessariamente simboliza, expressa alguma realidade, ou se refere a um conjunto de valores. Nesse caso, Le Goff nos alerta para a possibilidade de imaginário e simbolismo serem considerados distintamente. Embora quase sempre venham juntos, não são a mesma coisa. Joaquina do Pompéu está no imaginário, constitui-se em imagens criadoras para além de representações que podem ser símbolo de determinados sistemas de valores. Le Goff ainda distingue imaginário de ideológico. Este último seria a imposição de imagens para organizar a sociedade, forjadas por aqueles que exercem a dominação. As imagens de Joaquina fazem parte de um sistema ideológico para o exercício do domínio de um grupo sobre outros, mas o que a distinção de Le Goff mais uma vez nos alerta é que isso também pode não ocorrer, posto que, embora imbricados, são coisas distintas e esta distinção deve ser considerada na análise das imagens e suas recriações.

De todas as imagens que constituem a memória de Joaquina do Pompéu não há garantias de que qualquer uma delas *represente* (*reproduza*), necessariamente, a “verdadeira” Joaquina, enquanto sujeito ontológico. Nenhuma delas, em especial, há de ser a chave certa para abrir a porta do passado ou para acionar uma máquina do tempo permitindo-nos re-visitar, ou resgatar (para utilizar uma palavra ainda recorrente no vocabulário historiográfico) a “verdadeira” Joaquina do Pompéu. Não há uma versão “real” e outras “fictícias”. Isto porque todas as imagens que compõem Joaquina do Pompéu são portadoras da criatividade, coloridas pela imaginação. São recriações baseadas em materiais diversos (cognitivos, documentais, sensíveis), que podem simbolizar, referir-se a um sistema de valores e mesmo funcionar como imposição de idéias e tentativa de ordenação social, embora não possamos tomar essas possibilidades como pressupostos.

Em suma: as distinções de Le Goff suscitam em nós a idéia de que a existência da(s) lembrança(s) de Joaquina do Pompéu – expressa nas e pelas imagens – não são garantia de que estas correspondem a uma realidade exterior pré-existente; não garantem que estas imagens sejam símbolo de algum sistema de valores e sua existência não garante a sua função ideológica. E esta falta de garantias e predeterminações nos alerta para a necessidade de verificação dos seus possíveis usos e significados, enfim, para a necessidade de testar todas essas relações. Como fazer isso? Não antes sem evidenciar algumas dessas imagens sobre as quais queremos nos deter.

Não seria possível separar “Joaquina real” das suas imagens, tampouco cultivar a crença de que, dentre uma miríade de imagens, alguma delas corresponda à reprodução mental correspondente à realidade exterior. A realidade de Joaquina é composta por todas essas imagens. Não cultivar tal crença talvez seja experimentar aquilo que Bauman observa da passagem da ciência moderna para a pós-modernidade. Experimentar as limitações da busca da verdade universal e reconhecer que não somos capazes de chegar à Joaquina “verdadeira” simplesmente por que tomamos consciência de que ela não “existe” e somos tentados a pensar na possibilidade, ao lidar com as diversas imagens de Joaquina, “*em vez de ser um galante cavaleiro empenhando em cortar uma a uma, as muitas cabeças do dragão da superstição*”, ou ao invés de tentar desmistificar uma a uma cada história contada de Joaquina portadora de imagens, a nossa história “é apenas uma dentre muitas histórias, que evoca um pré-julgamento frágil dentre muitos”.²⁴⁰ Diante de tantas imagens de Joaquina não ficarei indeciso em relação a qualquer uma delas – fico com todas, assumindo a *contingência* e a *ambivalência*, para utilizar os termos do sociólogo.

3.1 - Imagens e representações: aparências

“Joaquina não conheceu o tempo em que se operou o milagre da fotografia!” – poderiam lastimar-se alguns perseguidores de sua verdadeira aparência física. Não pôde admirar-se com a fantástica invenção de um mecanismo que possibilitou o aprisionamento do instante – algo tão volátil, tão fugidio –, procedimento que trouxe mudanças à percepção e à compreensão da realidade. A primeira fotografia, mais especificamente o *daguerreótipo*, foi produzida por volta de 1837. Chegou ao Brasil três anos depois, no ano de 1840²⁴¹.

Joaquina do Pompéu faleceu em 1824, portanto, antes do aparecimento da fotografia²⁴². Não há nem foto, nem outro registro iconográfico que se baseie em

²⁴⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Modernity and ambivalence*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 257.

²⁴¹ MAUAD, Ana Maria. *Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista*. Disponível em <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html> Acesso em 20/10/2005.

²⁴² Inventado em 1837, por Louis Jacques Mandé Daguerre, “*O daguerreótipo consiste em imagem fotográfica que tem como suporte uma chapa de cobre coberta por uma camada de prata polida. As áreas claras são formadas por amalgama de mercúrio e prata, e as zonas escuras são apenas prata polida que refletem uma superfície negra.*”. Cf. <http://www.seol.com.br/mneme/ed7/032-p.htm#sdendnote13anc>. Acesso em 20/05/2005. O daguerreótipo logo se espalhou pelo mundo. O mais antigo daguerreótipo que se tem conservado no Arquivo público Mineiro é de um descendente de Joaquina, Arquivo Privado **FJBP¹ – 01**, Retrato do Cel. Jacinto Álvares da Silva, 1840, dimensões: 10,5 x 7,9 cm . APM possui um único item, no arquivo privado da Família Joaquina Bernarda do Pompéu, que data de 1840. Para uma análise do surgimento da fotografia em sua relação com a arte

documentação ou dados fidedignos de sua aparência física. Não pudemos localizar nenhum documento que reproduza à sua aparência física, nenhuma pintura para a qual ela tenha posado. Mas nem por isso, imagens e representações físicas de Joaquina deixaram de existir. Quem se encarregou de produzi-las? Romancistas, pintores, desenhistas, escultores, narradores diversos que pintam e tracejam com palavras, com descrições que floreiam os *causos* guardados na memória.

Os romancistas que escreveram sobre Joaquina, propuseram-se a delinear uma imagem física moldada a partir da sucessão cronológica, do tempo em que ela viveu. Começaram pela sua infância. Talvez por que aí tivessem mais liberdade para criar. Embora não haja fonte material que nos informe sobre a aparência física de Joaquina adulta, viúva, senhora de terras, as imagens na mente das pessoas, transmitidas pelos *causos* provavelmente, já eram fortes e de alguma forma cristalizadas no imaginário, como nos sugerem as descrições que encontramos ainda hoje, na oralidade, sobre esse período de Joaquina. Assim, o campo de criação dos romancistas sobre o período de maturidade de Joaquina, seria mais restrito, embora não menos convidativo à imaginação.

A menina Joaquina teria nascido um “*botão de rosa*”, como a descreve Vasconcelos, em 1966. Uma “*flor cheia de vida*”, menina travessa que aos cinco anos de idade vivia correndo pelo quintal da casa dos pais em Mariana, com “*suas perninhas grossas e bracinhos carnudos, com os olhinhos acesos de ternura*”. Aos dez anos de idade se transformava num “*flor do campo*”, torna-se uma menina-moça “*bela e elegante*”, como a imaginou Antônio Campos Guimarães em 1985. De olhos claros, boca carnuda, nariz afilado, cabelos fulvos.

Vasconcelos diz que Joaquina era uma moça humilde, débil e graciosa. Nas palavras, em seu romance atribuídas a Inácio, ao descrever Joaquina jovem, diz que:

“(...) [acha] Joaquina calada, modesta, simples. É como uma flor do campo aberta no sertão, no silêncio da moita. Só a descobrem as abelhas do mato, os beija flores, que vão vê-la atraídos por seu perfume rasteiro que se espalhou com o sereno da madrugada. (...) de um modo tão singelo, parece ter um bom coração”.²⁴³

Vasconcelos a imagina um botão de rosa que desabrocha, metáforas de belezas naturais que se referem a uma vida rural, escondida. Uma beleza rústica de jovem que

e a percepção ver BENJAMIM, Walter. *Pequena História da Fotografia: Magia e técnica: ensaios sobre a literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91. Sobre a história da fotografia no Brasil ver MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. vol. 2. p. 181-232.

²⁴³ VASCONCELOS, Agripa. Sinhá Braba. op. Cit. p. 90-91.

ganhará a fibra da mulher que se fortifica ao longo de suas experiências, e de alguma forma se “embrutece” com os desafios que a vida lhe impõe. Na descrição de Vasconcelos, são esta rusticidade e os desafios desse ambiente natural e social os traços que moldam sua aparência física. Embora também imprimam traços em seu interior, na sua personalidade.

Com o casamento, com os filhos, com a mudança para o sertão dos buritis, com a lida na fazenda, Joaquina vai se transformar numa figura²⁴⁴ graciosa que chamava a atenção de todos. De moça tímida e urbana que era outrora, vai se tornar uma mulher de postura firme, que fala muito alto, assim, transformada pelo hábito de mandar nos escravos. Uma mulher que aos poucos vai se tornando uma senhora cansada com o peso da fazenda. Ao se tornar rica fazendeira, não perdera seu jeito simples que demonstrava ainda menina, descreve Vasconcelos, “*não era vaidosa, mas tinha do melhor em sua casa, e roupas respeitáveis como convinha a dama de seu timbre*”.²⁴⁵

Com a idade e com as exigências dos serviços da fazenda, das andanças pelo mato, feitorando negras, criando vacas, Joaquina adquire os contornos de uma aparência cansada, que “*caminha um pouco dura, fala pouco, não sorri quase*”.²⁴⁶ Vasconcelos imagina que aos 57 anos, a idade a engordara um pouco.

“*Joaquina andava irritadiça. Via-se-lhe em torno dos grandes olhos pestanudos uma sombra de amarguramento lilá [sic]. Sua voz, sempre alta, abemolava-se pelo cansaço de se tresdobrar, sustentando nos ombros o latifúndio, com proporções de um imenso condado*”.²⁴⁷

Na velhice, marcada em seus últimos dois anos pela doença, “*claudicava de uma perna e tinha o braço esquerdo em tipóia de lenço*”.²⁴⁸ A imagem de um corpo decadente. Feia como “*bácora de assustar menino*”²⁴⁹ mas, como ressalta Vasconcelos, na velhice:

“(...) [pode não estar] mais bela, mas é merecedora de respeito, pelo que fez e pelo que é. Feia... só a mocidade dá beleza e graça. (...) Vamos gastando-nos nos pesares, vamos sendo ralados pela vida e quando damos conta de nós – estamos velhos. Dona Joaquina perdeu o marido, o genro assassinou um irmão desvairado, seu filho

²⁴⁴ Lembro que utilizo a palavra *figura* em dois significados: como desenho, gravura e, também, como aqui, para me referir a algo não determinado. Poderia utilizar nesta passagem a palavra mulher: “Joaquina se transforma numa *mulher graciosa*”, mas valho-me de “figura” para tentar exprimir que Joaquina representa, muitas vezes, mais do que uma mulher (noção do feminino) e adquire características de homem, questão que será discutida adiante. Por agora, com a palavra “figura”, quero significar uma idéia sem abrir mão de expressar, ao mesmo tempo, a indeterminação.

²⁴⁵ VASCONCELOS, Agripa. Op. Cit. p. 258.

²⁴⁶ Idem. p. 258-259.

²⁴⁷ Idem. p. 298.

²⁴⁸ Idem. p. 330.

²⁴⁹ Idem, p. 333.

Joaquina desobedeceu-a, furtando uma jovem. Além de outros revezes familiares, lutou e sofreu muito com a guerra na Bahia [nas lutas pela consolidação da independência], foi sentindo na carne viva as quinas de tanto desgosto. Não está feia porque está velha; está velha por haver lutado contra a corrente, mas sempre vencedora".²⁵⁰

As descrições da aparência física de Joaquina, na obra de Vasconcelos, recriam-na como uma mulher endurecida pelas condições desafiadoras de sua vida: órfã quando criança, mulher dedicada à lida do campo, dedicada aos filhos, a cuidar dos escravos, administrar a fazenda na ausência do marido, do cansaço da vida. Todas essas imagens descritas pelo autor são apropriadas por Yara Tupinambá, artista plástica mineira, ilustradora deste e de outros livros do autor sobre as mulheres de Minas, dentre elas, Dona Bêja e Chica da Silva.²⁵¹ As descrições de Vasconcelos, segundo o próprio autor, são imagens fidedignas:

"Aqui, os episódios e nomes, até dos escravos, são legítimos. O que parece inverossímil, revela apenas que Dona Joaquina e o Pompéu foram grandes demais para o seu tempo e esplendor. Nada se inventou: foi tudo, antes, tirado da cinza das eras, com a marca da fidelidade".²⁵²

Fidelidade que deve ser tomada não como a representação “reflexa” do passado, que se transmite a partir da tradição oral e de documentos em que Vasconcelos diz ter se baseado. Tanto as imagens físicas, que ora procuramos identificar, quanto as imagens morais de Joaquina, recriadas pelo autor, não devem ser tomadas como correspondentes ao passado, mas indicadoras de um modo de imaginar esse passado. A memória, neste caso, deixa evidente muito mais a sua dimensão criadora do que propriamente a reminiscência, meramente intelectual.

Um romance histórico que comporta elementos de ficção se propondo retrato fiel da realidade nos remete a uma antiga polêmica na discussão epistemológica do pensamento ocidental: a questão da apreensão do real, ou nos termos de Francisco Falcon, a polêmica da história do conceito de idéia – compreendida ora como *imagem-mimese*, ora como *imagem-ficção*. Como lembra o autor, o conceito tradicional de idéia remonta aos gregos e é “*essencialmente representacional*”²⁵³, *imagético* (...) a idéia representava os

²⁵⁰ Idem.

²⁵¹ VASCONCELOS, Agripa. *A Vida em Flor de Dona Bêja*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985; VASCONCELOS, Agripa. *Chica que manda*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

²⁵² VASCONCELOS, Agripa. Op. Cit. prefácio. p. 11.

²⁵³ Representação, nesse contexto, não diz respeito à representação tida atualmente como conceito e campo teórico. É usado no sentido de que lhe atribui a teoria do signo do pensamento clássico. Cf. CHARTIER, Roger, *Á beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2002.

dados empíricos do mundo exterior ao intelecto”²⁵⁴ – uma realidade apreendida, abstraída e estética. Idéia como imagem; imaginação como reprodução do real.

No extremo oposto, existe uma tendência de se negar a realidade da imaginação – tendência herdeira do racionalismo cartesiano de rejeitar a fantasia, tratada como erro e falsidade – como imagem fantástica e irreal²⁵⁵. Uma terceira via para se pensar a questão – tida por Falcon como uma perspectiva crítica contemporânea – refuta a concepção meramente representacional das idéias: nessa concepção a idéia não seria representação (entendida como reflexo) do real, pois não seria estética com significados fixos e precisos, tampouco seria pura invenção, sem qualquer ligação com o real. É nessa perspectiva que Roger Chartier propõe “*eliminar a divisão* [para ele, falsa] *entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações*”.²⁵⁶

A obra de Vasconcelos sobre Joaquina do Pompéu, nessa perspectiva, é uma produção cultural que produz significados (ou (res)significa o passado) – é uma representação, não como puro reflexo do “real”, como quer o autor²⁵⁷, mas também não é pura invenção: é uma reelaboração criativa daquela realidade, reelaboração esta que comprehende construções de sentido a partir da experiência do autor. Como observou Vidal-Naquet – para o caso da Grécia arcaica retratada por Homero – pelo “*fato de ter desejado evocar a Grécia micênica, não significa que ele a tenha efetivamente descrito*”²⁵⁸ e ainda alerta que “*há bastante campo deixado para o imaginário*”.

Sobre o processo de ilustração do livro de Vasconcelos, Yara Tupinambá relata que:

*“Durante o tempo em que trabalhei com Agripa Vasconcelos, na ilustração de seus livros sobre figuras de Minas, entre as quais incluía-se Joaquina do Pompéu, a grande dificuldade enfrentada foi a falta de documentação – desde a visual até a documental – que nos permitisse um levantamento plástico à altura do autor. Assim, muitas vezes, baseei-me em relatos pessoais de Agripa, outras eu mesmo criei a partir de descrições, outras deixei que a fantasia me conduzisse”*²⁵⁹.

²⁵⁴ FALCON, F. História das Idéias. In: CARDOSO, C. F. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

²⁵⁵ PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*. ANPUH, Contexto, 1995. p. 20.

²⁵⁶ CHARTIER, Roger. *O mundo como Representação*. In: Revista de Estudos Avançados n° 5/11, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, 1991. p. 70.

²⁵⁷ Na apresentação da última obra que fecha as suas “Sagas”, publicada postumamente, reafirma-se o caráter histórico e “verdadeiro” das informações contidas nas obras do autor: “*Fundamentado em pacientes pesquisas, às quais o Autor dedicou muitos e muitos anos, (...) o enredo de cada livro é o próprio enredo da história e, por ser rigorosamente histórico, tudo o que contém, interessa a quantos desejam conhecer a verdadeira significação das Minas Gerais na História do Brasil*”. (MANCINI, Mara de Vasconcelos. Apresentação de: VASCONCELOS, Agripa. *Ouro verde e gado negro: romance dos ciclos do café e da abolição do cativeiro nas Gerais*. Belo Horizonte: SESC/MG, 2003.)

²⁵⁸ VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 28-29.

²⁵⁹ TUPINAMBÁ, Iara. Carta depoimento. 08/04/1983. (ilustradora do livro de Agripa Vasconcelos.)

Imagens *guiadas* pela fantasia. Criação e não mera reprodução. Narrativas ao sabor da inventividade. Talvez seja essa a marca das imagens físicas produzidas sobre Joaquina do Pompéu. Isso não quer dizer que estas imagens não se façam importantes, posto que foram criadas a partir de elementos que fazem parte da vida das pessoas que as produziram. São históricas, fazem parte da história da criação das pessoas que imaginam: histórias imaginadas e recriadas pela memória. Que opera nas lacunas, nos silêncios. São criadas a partir de elementos reais, materiais e simbólicos, que estão disponíveis.

Em relação às gravuras e pinturas que retratam a imagem física de Joaquina, além das ilustrações de Tupinambá, criadas a partir das descrições de Vasconcelos, são também encontradas outras, que divergem em alguns pontos. A mais antiga delas parece ter sido um retrato “falado” feito por um desenhista desconhecido e que serviu de base para outras imagens, como o busto de Joaquina na cidade de Pompéu. Este desenho gráfico teria sido feito a partir de “relatos” e de observação de fotografias dos descendentes de Joaquina. Isso, por volta de 1930-40 – época em que Coriolano Pinto Ribeiro inicia as pesquisas para a escrita de sua obra histórico-genealógica: *D. Joaquina do Pompéu*, publicada em 1956.²⁶⁰

Segundo Deusdedith Campos, filho de Ribeiro, o “retrato falado” teria sido:

“(...) feito por um desenhista, muito a contragosto de meu pai. Este desenhista se propôs fazer um perfil de Dona Joaquina baseado em fotografias de suas netas e bisnetas. Foi um horror... Não tem nada dos descendentes... ”.²⁶¹

Por ter sido aquele que mais profundamente mergulhou nos “documentos oficiais” sobre Joaquina do Pompéu, Ribeiro parece ter algum sentimento de arrogância ao tratar de questões relacionadas à Joaquina do Pompéu, e também, evidentemente, relacionadas à sua aparência física. Nesta gravura, feita a partir de relatos e fotos de seus parentes mais próximos Joaquina é representada como uma senhora elegante, cortesã, de traços finos, pele alva, cabelos negros, devidamente presos em um coque. Porte altivo, olhar projetivo, triste, um pouco lânguido, semblante sério. Ornamentada com jóias: uma gargantilha e um colar²⁶² realçando o decote que deixava aparecer-lhe os ombros e o colo, sem no entanto anunciar o formato de seus seios. O vestido negro sugere grandeza. [fig. 5].

²⁶⁰ De acordo com Deusdedith de Campos Ribeiro, filho de Coriolano Pinto Ribeiro, seu pai inicia o projeto da obra sozinho e só incorpora textos, poesias e aceita a co-autoria de Jacinto Guimarães, apenas porque este era deputado estadual e teria meios para fazer-se publicar a obra pela Imprensa Oficial de Minas Gerais. Entrevista concedida em 20/02/2005.

²⁶¹ Deusdedith de Campos Ribeiro, Entrevista concedida, em sua residência, Belo Horizonte, em 20/02/2005

²⁶² “Sem jóias não há dama que se considere suficientemente vestida. A paulista, sobretudo, filha de português, em que é ingênuo o gosto por essas coisas, e do índio, tão amigos de atavios e bugiarias. Os

Por que será que Ribeiro não apreciou o retrato? Essa figura não tinha “*nada a ver com seus descendentes*”? Observando-se fotos dos descendentes de Joaquina publicadas na própria obra de Ribeiro e comparando-as com o desenho, especulamos as razões para que o autor não aprovasse o trabalho. Atentando para todas as fotos/daguerreótipos publicadas pelo autor (homens, mulheres, crianças), tentamos imaginar a avaliação do retrato feita pelo autor. Talvez ele não tivesse concordado com os traços do rosto de Joaquina feitos pelo desenhista. Embora encontremos, entre as fotos dos descendentes, narizes que lembram mesmo o nariz afilado de Joaquina, suas sobrancelhas finas não encontram semelhantes entre os descendentes. Evidentemente, poder-se-ia dizer que Joaquina tinha as sobrancelhas grossas como os homens e, vaidosamente as modelasse – procedimento que não encontramos em nenhuma das fotos das descendentes mulheres. Talvez o autor da gravura tenha realizado o afinamento das sobrancelhas de tal modo a ressaltar a conotação de vaidade, de cuidados com a beleza do rosto que não corresponde à imagem (moral) que Ribeiro havia construído sobre Joaquina, evidenciando-se desse modo a percepção do autor sobre o feminino²⁶³ ou quem sabe contrastando com a rusticidade de uma vida rural.

Ainda nesse sentido, mais do que traços físicos, o que chama a atenção – numa comparação entre a gravura e as fotos das mulheres suas descendentes – é a diferença entre a vestimenta de Joaquina e das mulheres suas descendentes. Joaquina, representada na gravura em sua maturidade por volta de 1790-1800, apresenta um decote exuberante, embora não mostre detalhes ressaltados dos seios. Já as fotografias de suas descendentes, do século XIX e início do século XX, mostram vestimenta mais “sóbria”. Vestidos com babados, mas todos “fechados” até o pescoço. Sem nenhum decote! Algo que contrasta com a figura da matriarca.²⁶⁴ Seria essa a questão que contrariou Ribeiro em relação à figura de Joaquina? Nunca saberemos.

brincos de orelha variam ao infinito (...). No colo se penduram gargantilhas, afogadores, cadeias. (MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1980. p.91-96)

²⁶³ “A mulher má se pinta e se enfeita com seus pecados, / Ela se disfarça, ela se falsifica, ela se transforma, se modifica e se tinge”. (SPITZMULLER, H. apud. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (tradução de Maria Lúcia Machado). p. 326.

²⁶⁴ A valer-se da descrição de Freyre para a moda das senhoras ricas do século XIX, o autor da gravura, talvez tenha se baseado em modas mais recentes, ou de outras regiões, para imaginar o decote, motivado pelo dado que tinha de que Joaquina usava colar (que ainda existe, conservado como jóia de família), e talvez pensasse que esse deveria ser exposto. Freyre diz que no século XIX, “José Bonifácio Caldeira de Andrade Junior, ao escrever em 1855, sobre ‘a maneira de trajar das meninas do Brasil’, descreve como sendo ‘defeituosa’. E salientava que a moda entre as senhoras da sociedade, de trazerm ‘descobertos e expostos ao capricho, das intempéries, o colo, as espáduas, os braços e a parte superior’, moda responsável, ao seu ver, por grande número de pneumonias, anginas, etc”. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. p.127.

Mas a capa de seu livro, publicado em 1956, exibe também uma figura de Joaquina do Pompéu. A segunda até então produzida: feita por Amílcar de Castro [Fig.6]²⁶⁵, em lápis duro, possivelmente a partir das descrições dos autores, Ribeiro e Guimarães. Gravura que apresenta Joaquina com o cabelo amarrado, mas não em forma de coque, traços mais rústicos, a sobrancelha mais grossa, o cabelo mais ondulado, aparentando mais jovem. Retratada em idade inferior ao outro retrato e com um vestido ou blusa que parece renda, sem nenhum decote, sem gola, brincos discretos, sem vestígios do colar ou da gargantilha. Embora o olhar denote a seriedade e a tristeza, presentes na outra imagem.

Uma gravura de corpo inteiro aparece pela primeira vez em Yara Tupinambá, quando, em 1966, ilustra o livro de Agripa Vasconcelos. Como vimos, a autora reconhece que seus desenhos não se baseiam em fotos, nem em traços de descendentes, apenas em relatos de Vasconcelos e na sua própria imaginação. Na gravura de Joaquina-moça²⁶⁶ [Fig. 7] que ilustra a narrativa da escolha do noivo por Joaquina, feita por Vasconcelos, são retratados o capitão Inácio, sentado à mesa, do outro lado, um casal – possivelmente Manuel, o noivo e talvez Eufrásia, sua irmã. Joaquina está entrando na sala, segurando uma taça estendida para a direção do noivo que escolhe: Inácio. Tem os cabelos negros, arranjados em cachos. Um vestido rendado, adereçado com um laço na altura da cintura fina. Traz o colo descoberto por um decote discreto. Não traz colar. Tem o rosto assustado, mas parece determinada. Sua juventude contrasta com o aspecto do capitão Inácio, bem mais velho.

A segunda gravura de Yara Tupinambá ilustra a narrativa da saída de seu filho Joaquim Antônio e seus capangas para buscarem o Capitão Inácio que caíra paralítico durante uma das viagens às fazendas do Paracatu [Fig. 8]. Na gravura, Joaquina está na sacada do sobrado, acompanhando a saída dos homens montados nos cavalos, de capa de chuva, posto que um temporal (recurso psicológico utilizado na dramatização) caía sobre o Pompéu. Joaquina aparece de perfil. Mais madura (fato ocorrido em 1795, e ela teria 43 anos), mais encorpada, gorda até, com o cabelo amarrado em coque, muito parecido com o arranjo da primeira gravura citada, de autor desconhecido.

²⁶⁵ “Amílcar nasceu em Paraisópolis, interior de Minas Gerais, em 1920. Foi aluno de Guignard em Belo Horizonte. Da capital mineira mudou-se para o Rio de Janeiro, onde foi um dos signatários do Manifesto Neoconcreto, que marcou a ruptura com o grupo paulista dos Concretos. Intelectual ativo, Amílcar foi também autor do marcante projeto gráfico do suplemento de cultura do “Jornal do Brasil”, no final dos anos 50. Bolsista da Fundação Guggenheim, viveu nos EUA de 1969 a 1971.” Cf. www.amilcardecastro.com.br Acesso em 20/05/2005.

²⁶⁶ In: VASCONCELOS. Agripa. Op. Cit. p. 93.

Foto 5, 6 ,7 ,8

A última gravura ilustra a narrativa dos últimos tempos de Joaquina, quando já abatida por uma hemiplegia [Fig. 9]. Joaquina está reunida com todos da fazenda na capela e faz orações àqueles que fizeram parte de sua história no Pompéu, numa espécie de despedida de escravos e homens livres. Acompanhada pelo padre capelão, está abatida, traz no corpo as marcas do tempo. Ilustra a narrativa de Vasconcelos que a descreve como acabada e feia²⁶⁷. Seu olhar lembra um quadro entristecido pela moldura acabada do rosto, mas apresenta uma altivez, ainda é projetivo. Para Yara Tupynambá, “É um olhar que está pro céu, esperando (...) já confiando em Deus. Enfim, toda essa coisa que pessoa mais velha com raras exceções vai ficando. Ela começa a acreditar mais em Deus do que nos homens”.²⁶⁸ Tem o braço direito amarrado em uma tipóia, o braço esquerdo, ainda com os movimentos, segurando o crucifixo. Sua roupa é simples, uma camisa de golas e saia simples.

Como esclarece a própria artista, as ilustrações se baseiam nos relatos de Vasconcelos e em sua própria imaginação²⁶⁹. Não têm compromisso com a “realidade”. Acompanha a narrativa do autor que afirma “ressuscitar as eras”, mas que produz uma obra de ficção. Recentemente, em 2001, Tupynambá mais uma vez retrata Joaquina. Agora numa pintura (acrílico sobre tela), exposta no saguão da Câmara Municipal de Pompéu. [Fig. 10] Esta pintura traz muitos elementos simbólicos em que seria interessante nos determos.

Joaquina é aqui retratada diante de uma paisagem que procura transmitir uma mensagem, tanto quanto o retrato de Joaquina. Neste, ela está com os braços abertos: no direito carrega, pendurados, dois chifres de boi: “são os berrantes que chamam o boi, essa coisa de dona de gado.”²⁷⁰ O braço esquerdo estendido, com a palma das mãos à mostra. Mostrando as marcas do trabalho? Está em um pequeno morro. Uma pastagem onde se destaca o verde da pastagem e o rebanho bovino que o povoa. Ao fundo, ao longe, uma paisagem montanhosa em que reluzem pedras preciosas, feitas a partir de folha de ouro; no topo, casarões coloniais, uma igreja. Logo atrás de Joaquina, como uma aura, um facho de escuridão em sua direção²⁷¹. Seu vestido lilás tem renda que deixa as canelas grossas à mostra. Os pés, o direito calçado com uma bota que

²⁶⁷ Representação da morte como indica Delumeau: “A mulher feia é a imagem da morte” (DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, uma cidade citiada*. Op. Cit. p. 348).

²⁶⁸ Yara Tupynambá. Entrevista concedida em 17/10/2005. Belo Horizonte/MG.

²⁶⁹ Segundo a autora, o rosto de Joaquina pintado aos setenta anos é, na verdade, o rosto de sua mãe.

²⁷⁰ Yara Tupynambá, Idem.

²⁷¹ Talvez seja pertinente lembrar que o discurso misógino utilizou-se da oposição simplista entre o branco e o negro para representar o universo do homem e da mulher, respectivamente. Cf. DELUMEAU, J. op. Cit. p. 318. De acordo com a concepção da artista, o ponto negro é para destacar a figura no fundo.

se assemelha a uma pata de vaca, o pé esquerdo descalço. Magra, com o colar no pescoço por cima da blusa que vai até o pescoço, sem decote.

Uma pintura extremamente sugestiva. Detenhamo-nos apenas em dois aspectos: 1) a posição de Joaquina em relação à paisagem. De frente para o sertão ermo, de costas para a cidade, que pelo aspecto nos remete à Pitangui. Cercada pelo rebanho que, pela grandeza, faz ainda todos lembrarem que ela foi a maior criadora de gado da região. De costas para a cidade e de costas para a riqueza do ouro que reluz nas montanhas de Pitangui, envolta pelo seu rebanho. Com as mãos à mostra: mãos calejadas, escravas do trabalho:

*“Era, afinal de contas, a escrava mais ocupada de sua fazenda. Trabalhava no mutirão das negras, ensinando e corrigindo. Arcando com a provisão de tudo para o Pompéu; não repousava. Era a roda viva do latifíndio”*²⁷²

A Joaquina retratada por Yara Tupinambá, em 2001, ainda mantém a influência das descrições de Vasconcelos. Mas não apenas. A mão esquerda que mostra os calos está do mesmo lado do pé descalço. Os escravos não usavam sapatos. Símbolo da escravidão no Brasil era o pé no chão²⁷³. O pé direito calçado ou transformado em pé de boi, o sustento de Joaquina, a sua base, sua glória ou a maldição. Para a autora:

*“(...) [pintar Joaquina com] um pé na terra e outro calçado quer [que] dizer com um pé ela pisando nas terras dela mesmo, essa coisa de pisar, de ser dono da terra. O pé calçado é a dama, a senhora a dona da terra, e aí quer dizer a mulher de trato civilizado, que negocia, que viaja, pela terra. É a mulher pisando naquilo que é dela”*²⁷⁴

Mas, a expressão artística tem seu encantamento pela capacidade de portar elementos que suscitam no observador, sentimentos, emoções e pensamentos para além da intenção consciente do autor. Esta pintura tem um simbolismo que nos remete às imagens quase míticas de Joaquina produzidas na oralidade, presente nas chamadas *histórias de maledicências*. O pé de Joaquina lembrando um pé bovino nos coloca diante de um elemento da memória coletiva, presente, viva, numa garota de 12 anos – Suelen – ao relatar que, por ocasião da morte de Joaquina: *“Dizem que teve uma vez que ela sumiu. Aí um*

²⁷² VASCONCELOS, op. Cit. p. 105.

²⁷³ E nos parece que em Minas Gerais, também símbolo de pobreza, com nos sugere as observações de um viajante alemão que percorreu o Alto São Francisco no início do século XIX: “Os pobres em Minas Gerais vão sempre descalços” FREYREISS, Georg Wilhelm, *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo. 1982. p. 116. (trad. A. Löfgren).

²⁷⁴ Yara Tupynambá. Entrevista concedida em 17/10/2005. Belo Horizonte/MG.

homem foi na casa dela e quando ele chegou na casa dela e viu pela fechadura, ela tinha morrido e virado um boi.²⁷⁵

Outra variação da história de sua morte, contada ainda hoje, também ressalta as consequências de suas maldades praticadas em vida:

“Dizem que o caixão de Dona Joaquina não foi ninguém dentro dele pra sepultura não. (...) Estava vazio. Ela foi enterrada na região do Pompéu. O povo conta que deve ser naqueles meios de Papagaio, aqueles trem. Sumiu o corpo do caixão. Os mais antigos contavam. (...) eles falam que tudo lá é assombrado. Aquele sobradão velho (...). Lá o povo todo é cismado porque ela sumiu. Saiu do caixão, não enterraram ninguém não! O povo tinha essa superstição que o capeta levava a pessoa que era ruim, dizem que ele levou ela embora. Levou até o corpo e o caixão ficou vazio.”²⁷⁶

Mas voltemos às imagens visuais. Atentemos para a mais recente imagem física de Joaquina: o busto de 2002, construído por ocasião da festa de seu aniversário. Na verdade, a primeira festa organizada na cidade de Pompéu, em 2002, utilizou em seu convite a gravura de Amílcar de Castro, enquanto o busto construído foi inspirado na primeira gravura que Ribeiro anteriormente havia condenado: nesse monumento, Joaquina aparece com traços mais rústicos, com a fisionomia mais séria e menos triste, mais altaneira, apresenta também traços que lembram alguns traços indígenas. Com um decote mais saliente, mostra a exuberância dos seios, o colar em destaque. Imagem que vai ganhar as páginas dos jornais, na ocasião das festividades [Fig. 11 e 12]. E hoje é esta a imagem de Joaquina que inspira as representações, o figurino das atrizes que a interpretam nos desfiles e peças teatrais realizados em sua homenagem. Parece que os pudores de Ribeiro, manifestados nos anos 1950-70, foram vencidos e assumida uma sensualidade feminina à imagem de Joaquina, embora seu olhar ao longe, seu semblante, ainda invoquem força associada aos predicados masculinos.

As imagens físicas, que realçaram uma certa sensualidade, mostrando o corpo, serão condenadas por alguns, mas parecem prevalecer hoje. Assim, distancia-se de algumas imagens morais construídas em torno dela, como por exemplo, de uma mulher “varonil”: “Parece que [era] o único homem deste sertão²⁷⁷” dos buritis.

²⁷⁵ Suelen Antônia Oliveira Faria, entrevista concedida em 06/01/1992. Abaeté/MG (12 anos).

²⁷⁶ Bartolomeu Melgaço, entrevista concedida em 12/11/2004, Poções de Paineiras/MG. Muito recorrente também a história de que no lugar de seu corpo, no caixão, estava um pé de bananeira – associação com sua prática de não deixar os escravos comerem bananas.

²⁷⁷ VASCONCELOS, op. Cit. p. 290.

Figuras 9, 10 ,11 ,12

A menina Suelen diz de Joaquina “[eu penso que ela] era uma mulher assim: loira, vestia saias grandes, blusas grandes, e eu penso que ela queria ser um homem na verdade.” E o busto que a torna personagem pública, lembra uma mulher com traços indígenas portadora de uma sensualidade que causa certa estranheza à idéia estereotipada de *mulher-macho*. Quais seriam os elementos que influenciaram a composição dessa imagem? Quais as características raciais de Joaquina? Não era descendente de portugueses? Mas era uma bandeirante. Qual a imagem do Bandeirante que se tem?

3.2 – Símbolos e imagens morais

A imagem moral de Joaquina, que vai se construindo ao longo do tempo em que se processa a memória coletiva, está sempre em reconstrução, sempre sensível. A imagem de menina-moça, do ponto de vista moral, de suas atitudes frente ao casamento contrasta com o que tradicionalmente era *norma* na sociedade colonial? E a imagem de mulher que propõe trocar suas saias pelas calças do marido? A viúva que domina um latifúndio e rege a vida de centenas de pessoas com mão de ferro, diverge do papel esperado para as mulheres de seu tempo?

Falar sobre o que era “norma” na sociedade colonial é tarefa difícil. Especialmente considerando as várias revisões do chamado modelo tradicional da família patriarcal que dominou a visão da historiografia até recentemente. Nos últimos tempos, aqueles que defendiam o predomínio da família patriarcal na sociedade brasileira²⁷⁸, desde o século XVI até pelo menos o final do século XIX, foram alvo de críticas contundentes, em duas direções: novos indícios sobre a existência de outros tipos de arranjos familiares ou domicílios²⁷⁹ mostraram a inviabilidade de se generalizar a “estrutura da família patriarcal” para todo o Brasil e, também, a contestação da imagem tradicional da mulher colonial como submissa e do marido como dominador²⁸⁰. Nessa última direção, procurou-se relativizar a submissão da mulher ao poder do marido ressaltando-se as rebeldias e transgressões femininas e a eventual ascensão de muitas

²⁷⁸ Poderíamos citar Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior, Antonio Cândido.

²⁷⁹ Dentre outros, Eni Sâmara de Mesquita, Iraci Del Nero Costa, também poderíamos considerar as pesquisas de Luciano Figueiredo sobre as mulheres em Minas Gerais.

²⁸⁰ Ver MESQUITA, Eni Samara. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983;

mulheres ao governo doméstico, sejam elas pobres ou ricas, sobretudo, a relativa “liberdade” em que viviam as mulheres nas camadas populares da sociedade²⁸¹.

Ronaldo Vainfas (1997), por exemplo, questiona a “realidade” das imagens criadas para as mulheres coloniais, naquela visão “tradicional”, especialmente os “estereótipos” de Gilberto Freyre: a) a mulher submissa, aterrorizada diante do castigo masculino; b) a mulher fogosa, representada pelas índias e negras da Guiné, sempre pronta a dar prazer aos machos. Para Vainfas, essas “mulheres de Freyre” são imagens idealizadas tanto pelo senso comum como pela opinião letada – mulheres desencarnadas, alvo das críticas recentes²⁸². Muitos desses críticos, contrapondo-se às imagens idealizadas da mulher colonial, propõem-se a apresentar outras imagens, “revelar aspectos que permaneceram ocultos ao longo de muito tempo, ratificando uma sólida e consistente visão masculina na história, como se às mulheres não coubesse mais do que papéis secundários”.²⁸³

Certamente não devemos desconsiderar essas outras imagens e papéis exercidos pelas mulheres, mas para o nosso caso devemos, para além das críticas, reconhecer que as imagens tradicionais da família e do papel da mulher, em especial, sempre foram dominantes, e mesmo que os arranjos não correspondessem ao ideal, era este ideal a *norma* que regia a sociedade e era dele que derivavam os papéis esperados da mulher, essa expectativa sempre existiu com força considerável. Nesse sentido, as imagens “idealizadas” de Freyre e outros, são mais “reais” (ou tão reais quanto) do que as que Vainfas, por exemplo, propõe revelar em processos inquisitoriais, ou as imagens de Figueiredo no seu estudo sobre as atividades econômicas das mulheres em Minas. Pois as imagens que Freyre persegue (tradicional) são mais atuantes na significação e organização do mundo e das relações sociais – relação entre os sexos, relações de gênero. Imagens extremamente atuantes ainda hoje – inclusive para compreendermos de que outras imagens falam os historiadores. Correspondendo à realidade das mulheres ou não, essas imagens mentais tradicionais eram importantes parâmetros para sua conduta. [como são importantes parâmetros que impulsionaram a busca de outras imagens].

Como reconhece o próprio Vainfas, o patriarcalismo é bem ou mal o eixo de relações familiares na colônia e uma bandeira dos moralistas: misoginia na qual as

²⁸¹ Dentre outros ver FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993; FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORI, Mary (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

²⁸² VAINFAS, Ronaldo. Homoerótismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORI, Mary (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 116.

²⁸³ FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. op. cit. p. 142.

transgressões femininas reafirmam e confirmam a regra.²⁸⁴ Pensar as imagens de Joaquina do Pompéu em relação às “normas” ou expectativas em relação à mulher na época em que ela viveu nos remete, sim, às expectativas de condutas femininas dentro do chamado sistema patriarcal. Assim, considerando-se a nova historiografia crítica e diante da releitura das obras de Freyre, concordamos com a importância do modelo patriarcal para se pensar a família mineira, mais como representação do poder do que do comando efetivo exclusivo do homem. Embora essa perspectiva não exclua a importância da mulher nas diversas esferas da sociedade colonial:

“(...) ainda que o comando familiar pudesse estar por vezes [mais do que uma exceção] sob as mãos de uma figura feminina, no imaginário mineiro havia a predominância de valores patriarciais, refletidos em práticas que colocavam a família no “centro da ação social”. E nesse sentido o patriarcalismo deve ser visto como a manifestação de um poder familiar que fazia com que as pessoas se vissem mais como membros de um clã do que como indivíduos.”²⁸⁵

É por isso que consideramos pertinente ao pensar as imagens de Joaquina e sua relação com a “normalidade” das condutas esperadas de uma mulher em sua época, pensar essa “normalidade” nos termos tradicionais que, correspondentes ou não à realidade, eram os parâmetros e estruturas mentais sócio-afetivas que guiavam as expectativas em torno do feminino. Vamos a essas imagens tradicionais então.

Gilberto Freyre observa que às meninas negou-se a independência. Estas não podiam levantar a voz, eram castigadas e viviam na tirania dos pais e, depois, dos maridos. O autor sublinha que a vida das moças e mulheres brancas na sociedade patriarcal escravista, não era fácil. Os escravos, e mesmo as mucamas que ajudavam os jovens contra a tirania dos pais, acobertavam as esposas, dos maridos, às vezes também enredavam e fuxicavam: “umas delatoras, outras que por vingança inventavam histórias de namoro das sinhás-moças ou das sinhás donas”.²⁸⁶ As casas grandes eram o lugar da delação, como as descreve Freyre. Lugar onde as paredes tinham ouvido e o perigo da delação estava, não atrás das portas, mas por trás “dos tachos de doce (...) [nos] olhos de negras enredeiras”.²⁸⁷

²⁸⁴ VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 119.

²⁸⁵ CHEQUER, Raquel M. P.. *Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. (dissertação de mestrado) p. 30.

²⁸⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*.46.ed. São Paulo: Global, 2004. p. 510.

²⁸⁷ Idem. p. 151.

Freyre observa que os relatos dos viajantes do século XVII e XVIII criam também uma imagem de lascívia e depravação sexual construída sobre as mulheres pardas e negras: seja pela sua condição de escravidão ou pela influência dos destemperos do clima. Ressalta que as senhoras coloniais eram muitas vezes vistas como “*senhoras enclausuradas; mas nem por isso menos libertinas*”.²⁸⁸

Para Arno Wehling, a herança subalterna da mulher – que acreditamos pode ser generalizada para toda as regiões coloniais, apenas como expectativa em relação ao papel da mulher colonial – era uma herança de tradições antigas, anteriores à idéia de igualdade entre os sexos surgida no Iluminismo. E a condição inferior da mulher na colônia devia-se, além dessa tradição européia, “à influência árabe na Península Ibérica e sua prática de isolamento feminino, e à própria cultura indígena, e a imagem da mulher como ser funesto e a definição da descendência pela linha paterna”.²⁸⁹ A mulher virtuosa não deveria sair de casa senão para ser batizada, freqüentar as missas, casar e ser enterrada – imagem de enclausuramento construída pelos viajantes do século XVII, como observam Freyre e Wehling.

Gilberto Freyre ressalta que, embora vigiadas por pais e maridos que não titubeavam em lavar sua honra com o sangue das filhas e esposas, as senhoras coloniais “arriscavam honra e vida por uma aventura de amor”. As aventuras eram auxiliadas pela mãe ou pelas escravas negras – o que não tornava essas ações menos difíceis:

“Cercadas de olhos indiscretos. Olhos de frades. Olhos de negros. Olhos de sogras. Os olhos dos negros mais vigilantes, elas podiam mandar arrancar sob um pretexto qualquer. Mas os dos frades e os das sogras eram de mais difícil eliminação”.²⁹⁰

Penso que a vida das senhoras viúvas não era mais fácil: rígida era a cobrança da sociedade. E a viúvas podem ser inseridas nesse jogo de expectativas e pressões descrito por Freyre? Joaquina certamente passava por todas essas dificuldades embora, ao se tornar viúva, como observa Wehling, a mulher branca:

“(...) por necessidade, sobressaía e comandava a casa (...). Foram muitos os casos em que, enviuvando-se a mulher com filhos menores, coube-lhe a direção da propriedade rural. Assumia, apesar da

²⁸⁸ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Op. cit. p. 513.

²⁸⁹ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. p. 278.

²⁹⁰ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Op. cit. p. 514.

*condição feminina, o comando da família patriarcal, comportando-se de acordo com seu novo papel”.*²⁹¹

Essas análises nos sugerem que um matriarcado de saias não seria algo “anormal” à sociedade colonial, mas é necessário considerar todas as dificuldades por que passavam essas “senhoras que viravam senhores patriarcais”: dificuldades que não devem ser minimizadas pela constatação de que casos assim existiam, dos quais o de Joaquina é um exemplo.

Apesar de encontrar amparo na legislação portuguesa para se tornarem tutoras dos filhos na ausência do marido, e da existência de brechas legais para que não necessitassem enfrentar o processo de reconhecimento de sua capacidade de tutorar, as dificuldades enfrentadas pelas viúvas administradoras não podem ser minimizadas. Como observa Raquel Chequer:

*“(...) gerir sozinha uma família não era tarefa fácil. Como se não bastasse a lida diária decorrente da administração do patrimônio e da criação dos filhos, as viúvas deveriam ficar atentas a sua conduta e demonstrar, a todo o momento, que eram pessoas capazes, contidas em seus gastos e, acima de tudo, honradas”.*²⁹²

A honra feminina era uma condição visada, acoimada e regulada pelos homens, pela Igreja e pelo Estado – uma virtude que ia além do imaginário deste gênero. Considerada um bem familiar e um bem público, exigida por um código moral. Perder a honra significava manchar toda uma linhagem. Ameaça que Joaquina sentiu de perto, se considerarmos os indícios que a memória coletiva nos apresenta ainda hoje:

*“(...) mas existem pessoas que sentem vergonha [de serem descendentes de Joaquina do Pompéu]: ‘Oh moço, não fala na desgracenta dessa pessoa não’, já me falaram isso em muito lugar: ‘Ah! Uma desgraça dessa. Eu sou descendente dessa mulher?’ Aqui [em Pompéu] tem muita gente que não quer, acha que é uma nódoa na família”.*²⁹³

A mulher virtuosa deveria “*manter-se virgem antes do casamento, permanecer fiel ao seu esposo e recolhida após tomar estado de viúva*”.²⁹⁴ A viúva, portanto, estava sob os olhos vigilantes da comunidade e era “através dos murmurários

²⁹¹ WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial*. Op. Cit. p. 280.

²⁹² CHEQUER, Raquel Mendes Pinto. *Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. p. 71.

²⁹³ Gilson Dias Maciel, op. Cit. Pompéu/MG.

²⁹⁴ CHEQUER, Raquel Mendes P. *Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*. Op. cit. p. 73.

[que] poderia se construir uma boa ou má reputação. Em Minas Gerais era pelo “ver” e “ouvir dizer” que se reconhecia mulheres honradas”.²⁹⁵ E no caso específico das viúvas, a má reputação ou o ataque à sua honra poderia trazer a perda dos direitos de administrar o patrimônio dos filhos menores.

A reputação da viúva era, portanto, um importante elemento no exercício de poder. Mas Joaquina, como vimos, depois de assumir o latifúndio, na condição de viúva – numa brecha para a atuação da mulher na esfera pública – ao mesmo tempo em que assume “decisivamente” posição de destaque, é muitas vezes associada à imagem de mulher libidinosa. Joaquina transforma-se numa mulher *macho* para administrar os bens e ao mesmo tempo assume conotações que “ferem” sua honra: portanto, sua viudez representa um momento de incerteza, passível de apropriações ambíguas.

Mulher *macho* x Mulher *libidinosa*: dualismo ou ambigüidade? Seriam contraditórias as imagens de Joaquina com seus arroubos sexuais e a imagem de mulher *macho*, mulher viril? Acreditamos que não e Freyre nos ajudará a esclarecer nossa hipótese com um exemplo da realidade nordestina. Ao descrever o homem branco dos engenhos de Pernambuco, o autor ressalta que estas figuras moldadas pela lascívia do regime escravocrata tiveram seu corpo quase reduzido ao *membrum virile*. “E o resto, mãos de mulher, pés de menino – efeminado, só o sexo arrogantemente viril”.²⁹⁶ A parte do corpo mais atuante em todo o sistema patriarcal nordestino, imagina o autor.

Imagen forte. Magistralmente pintada por Freyre. Imagen que evocamos para contrapor às imagens evocadas por aqueles que lembram de Joaquina. Embora tivesse cadeirinha e fosse carregada pelos escravos, fizesse da voz um instrumento sempre aperfeiçoadado pela gritaria com os escravos, “embora fumassem charuto, cuspissem no chão, peidasse”²⁹⁷ como o senhor de engenho freyriano, talvez não tivesse as mãos tão finas quanto o viril senhor das redes. Joaquina certamente não vivia na lascívia das redes: Joaquina não evitava o cavalo, andava arfada, trabalhava com os escravos e tinha as mãos calejadas. Era o homem da casa, *masculinizada*, mas não tinha o membro viril

²⁹⁵ Idem. p. 74.

²⁹⁶ ²⁹⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Op. cit., p. 518.

²⁹⁷ “Joaquina (...) foi ao pãoel buscar palhas para fazer cigarros. (...) voltando, sentou-se num banco da sala, perto do capitão. Pegou a palha e o fumo preto e meloso, alisando a haste seca do milho. Picou o tabaco em pedaços e enrolou o cigarro. Foi até o fogão na cozinha, acendendo o pito. Voltou e soltou uma baforada de fumaça perto do capitão. (...) não demorou, os dois ficaram jogando fumaça um no outro, rindo e conversando.” GUIMARÃES, Antônio Campos. *A dama do sertão*. Op. Cit. p. 108-109. “Eles contam que D. Joaquina soltava pum e que todo mundo tinha que gritar: ‘Viva D. Joaquina’, nessa hora.” Bartolomeu Melgaço. Poções de Paineiras/MG.

– ultimo reduto biológico da masculinidade do senhor de engenho. Conservava na genitália o “fogo” da mulher, mesmo na lida da vida *de homem*. Da mesma forma que o senhor de engenho freyriano não deixa de ser homem por suas características femininas decorrentes de seu modo de vida, as condições sociais e culturais dão características masculinas a Joaquina, embora não signifique que ela tenha se sobreposto à imagem de mulher e tudo que essa imagem significa para a sociedade ocidental: libidinosa, pecadora, como Eva. Fez-se mulher *macho*²⁹⁸ mas não se viu livre do estigma de ser mulher pois não tinha um pênis.

Assim, as histórias que se tecem em torno de Joaquina tida como mulher fogosa contrastam, mas não são contraditórias com a mulher *macho* que Joaquina também representa. Macho por fora, mas que conserva, segundo as tramas da memória, o fogo por entre as pernas e suscita a imaginação dos escravos e do povo e ainda provoca medo nos homens²⁹⁹. Torna-se uma figura *estranya* por ser mulher forte – ou um homem sem pênis – portadora ainda, como a Pandora grega ou a Eva Judaica, da urna que contém todos os males ou a possibilidade de comer o fruto proibido. Portadora ainda da “*caverna sexual [que] tornou-se a fossa viscosa do inferno*”.³⁰⁰ Enfim, uma mulher transformada pelas condições sociais e culturais a que se submete. Para Freyre, sociologicamente homem, para efeito de dirigir a casa – e nesse sentido viril: um avanço em relação às outras mulheres, mas ainda em desvantagem em relação ao efeminado senhor de engenho nordestino, se considerarmos o significado da genitália em nossa cultura fálica e machista.

Avanço porque de alguma forma Joaquina supera um dos papéis esperados à mulher, mas ainda limitado – sua condição era extremamente instável frente a avaliações constantes de sua conduta de onde originarão tanto imagens positivas como negativas. E as imagens negativas são bastante atuantes já à época em que ela vivia, representando uma força iminente contra Joaquina. Ao longo dos anos em que é lembrada, Joaquina é evocada por um conjunto de imagens múltiplas que apresentaremos em dois tópicos: representações que aparentemente – apenas

²⁹⁸ Para Vainfas, “*as mulheres eram logo tratadas por machos se agissem como homens, invertendo a conduta que lhes era socialmente exigida (...) vocabulário popular ambíguo que ora apontava para a inversão de sexo [que pensamos não era o caso de Joaquina] ora aludia a atos sexuais*” O autor trata de homossexualismo, ao qual nenhuma das imagens de Joaquina nos conduziu. Cf. VAINFAS, R. op.cit. p. 158.

²⁹⁹ “*O medo masculino da mulher vai além do temor da castração (...) a mulher desperta a inquietude (...) por que [o homem] a imagina de bom grado, insaciável, comparado a um fogo que é preciso alimentar incessantemente, devoradora como um louva-a-deus.*” (DELUMEAU, J. op. Cit. p. 314)

³⁰⁰ Idem. p. 314.

aparentemente – são paradoxais, quais sejam: a *dama do sertão* e a *sinhá braba*, ora anjo tutelar, ora demônio.

3.2.1 – A *Dama do sertão*

Mulher brava, “*enérgica, forte e varonil*”, mas que não é *braba*, quer dizer, sua bravura é vista como um valor positivo, enaltecedor, ao contrário da *brabeza*, que traz um significado intrínseco de maldade – valor negativo. Mulher que traz no sangue a nobreza européia, como herança a educação castelã. No coração cultiva os sentimentos cristãos, nas ações a fidalguia. Portadora dos valores morais católicos, da altivez, da riqueza e da cortesia. Dama fundadora de uma civilização – da civilização do povo do oeste de Minas –, que promove o combate à barbárie, desafia o isolamento e o marasmo do sertão com força e dinamismo. Matriz de uma classe política destinada a conduzir os rumos da região num esforço de integração à nação, com mãos de ferro, com tino político, capacidade administrativa, e culto aos valores patrióticos. Esta *dama do sertão* constitui um verdadeiro divisor de águas na história da região, numa perspectiva linear de progresso, uma mulher que viveu fora de seu tempo e de seu lugar e que alia a força do homem às qualidades da mulher. Outras imagens vêm subsidiar a imagem dominante de dama do sertão: *mulher “viril”*, porque nas agruras do sertão, as damas têm que ter virilidade; *mulher-matriz*: política, civilizadora, bandeirante.

A construção da imagem da *dama do sertão* se dá em torno “*da vida e dos feitos de Joaquina do Pompéu*”, portanto se constitui de elementos biográficos, da evocação de fatos “salientes de sua vida”, relembrados e atualizados. Dá-se a partir da exaltação e tentativa de “eternização” das ações de Joaquina do Pompéu. Imagem construída por narrativas que percorrem tanto as evidências “documentais” de sua trajetória de vida como os silêncios (preenchidos) em torno de alguns momentos específicos. Construções que se apropriam de vestígios documentais que se encontram hoje de algum modo “preservados” em arquivos “oficiais” e que estão engajadas em um projeto de manutenção de uma memória oficial de Joaquina do Pompéu nos diferentes momentos históricos em que ela é evocada. Assim, para nos determos nessas imagens da *dama do sertão*, é necessário atentarmos para os elementos que as constituem: elementos da trajetória de Joaquina, apresentados como vestígios e elementos do momento histórico em que são apropriados. A construção das imagens tem, portanto, uma historicidade, ou uma genealogia.

Parece-nos que há uma data específica para o surgimento da imagem de Joaquina como *a dama do sertão*; momento em que se apresentam as condições objetivas para que esta imagem possa ser construída e socialmente acolhida, sobrevivendo até os dias de hoje. Esta data é 1924. Antes disso, as imagens que constituíam a lembrança de Joaquina do Pompéu parecem relacionadas ao que tomamos como imagens e representações de Joaquina como “*sinhá braba*”, que será enfatizada posteriormente – imagem que se constitui a partir de relatos orais, do ouvir dizer, do vestígio afetivo e tem característica de memória coletiva, composta por informações tidas como *calúnias*³⁰¹. Esta não se baliza pelos grandes feitos, pela vida e pelas ações específicas de Joaquina do Pompéu, não tem a preocupação de se fundamentar em documentação e na localização temporal. Opera na longa duração. Já a imagem que agora nos ocupa, de *dama do sertão*, tem por fundamento constituinte elementos da vida de Joaquina, historicizados num tempo linear que organiza a narrativa através dos acontecimentos considerados marcantes e dignos de serem classificados como “fatos históricos”³⁰². Antes de 1924, estes acontecimentos eram de conhecimento restrito, privado, sem divulgação, sem o conhecimento “público”.

1924 é o momento em que as informações documentais sobre a vida de Joaquina do Pompéu são organizadas em um enredo que constitui a imagem de “*Dama do sertão*”, como a caracterizamos. Início de uma construção que adquire novos elementos, dissemina-se e se atualiza até os dias de hoje – torna-se pública. Tomando documentos cartoriais sobre Joaquina do Pompéu, Gustavo Pena publica “dados históricos” que enfatizam a dimensão grandiosa da “matriarca do Pompéu”. Esses documentos servem de base para traçar um perfil de Joaquina do Pompéu que se contrapusesse à imagem de Joaquina que até então era conhecida: a de uma *sinhá braba*, cruel com os escravos, implacável, “maldosa”, demoníaca, de característica popular – e muitas vezes tomada por ignorância, não-saber (poderíamos identificar nesse caso a divisão tradicional entre cultura popular e cultura erudita, sendo que a imagem de Joaquina como *sinhá braba* seria identificada à primeira – conhecimento como mais primitivo, passível de ser desmistificado):

“Embora existam lendas pejorativas à memória dela, a gente que já estudou muito sabe que o perfil dela não era esse, né. Era

³⁰¹ Calúnia é difamação: “*ato de desacreditar alguém publicamente*”, logo pressupõe ampla disseminação das idéias.

³⁰² Geralmente observados numa concepção tradicional de História, em que são considerados “fatos” dignos de serem historiados pos acontecimentos políticos, enaltecedo-se os “grandes personagens”, dentre os quais, procurando-se incluir Joaquina do Pompéu.

*completamente diferente (...) vamos ver pelo lado da D. Joaquina do Pompéu que é o lado também histórico*³⁰³.

Ao encontrar um libelo contra Joaquina do Pompéu – processo em que ela sai vencedora³⁰⁴ diante da acusação de “*soltar presos da cadeia de Pitangui*” – e a Carta negativa³⁰⁵ que lhe possibilitou escapar da prisão, expedida por D. Pedro de Alcântara, Príncipe Regente, Gustavo Pena constrói a imagem da mulher poderosa, detentora de prestígio junto às autoridades³⁰⁶. Da autorização para Joaquina andar armada³⁰⁷ e de sua intervenção para a nomeação de um Juiz de fora em Pitangui³⁰⁸, Gustavo Pena sublinha o interesse e o empenho de Joaquina pela ordem pública. Observa que a participação de Joaquina na Independência do Brasil é uma prova de grandiosidade, abnegação e patriotismo. A comprovação dessa participação é feita a partir de cartas que, na época, encontra em posse da família, de agradecimento à sua contribuição com 200 bois para a causa da independência e pela disponibilidade de todos os seus bens para a batalha³⁰⁹.

Em 26/06/1937, *O Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publica uma reportagem intitulada “*O solar de D. Joaquina do Pompéu*”, homônima à crônica de Álvares da Silva que será escrita posteriormente. Nessa reportagem são retomados os “dados históricos” sobre a dedicação de Joaquina do Pompéu a Minas e ao Brasil. Noticia ainda a mobilização dos descendentes da matriarca para a aquisição do solar, sua antiga residência, pelo governo estadual, para a instalação de uma escola agrícola regional que perpetuasse “*o nome e a memória de sua grande proprietária*”.³¹⁰ Essa iniciativa dos descendentes trouxe à baila o nome de Joaquina e um esforço de

³⁰³ Gilson Alves Maciel, op. Cit. Pompéu/MG.

³⁰⁴ Vencedora aqui talvez não possa ser tomada como sinônimo de *inocentada*. Joaquina se livra da prisão por Carta de Seguros emitida pelo Imperador Pedro I. Não seria propriamente uma sentença favorável a ela, mas uma espécie de *Habeas corpus*, que a livraram da prisão por um ano. O que não queria dizer que fora declarado inocência, embora tenha saído vencedora, posto que se livrara da prisão.

³⁰⁵ 1ª Carta de Seguros Negativa passada a D. Joaquina Bernarda da S. de Abreu Castelo Branco pelo Crime q. lhe resultou da Devassa de fugida de Presos a q. se procedeo na V. de Pitangui, pr. Tempo de hum anno. Villa Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, Comarca do Rio das Velhas. 07 de julho de 1822. Hoje localizada no APM. APFJBP, caixa 01, série 01, doc. 44.

³⁰⁶ Carta de Diogo Ribeiro de Vasconcelos dando notícias da comitiva que Joaquina enviou ao Rio de Janeiro e da doação de 200 bois à sua Alteza Real. Vila Rica, 18/03/1808. Caixa 01, série 01, doc. 36.

³⁰⁷ Conserva-se ainda o requerimento feito por Joaquina no APM, Requerimento para andar armada, Pitangui, 19/03/1799. APFJBP, caixa 01, série 1, doc. 23.

³⁰⁸ Procuração de Joaquina a Manoel Ferreira da Silva e João evangelista de Faria Lobato para requerer um Juiz de Fora para Pitangui, Pompéu, 01/02/1803. FJBP, caixa 01, série 01, doc. 30.

³⁰⁹ Carta de Antônio Alves de ? acusando a entrega de “Generosa oferta” de sem bois” para “o socorro à Baía”. Vila de Pitangui, 26 de agosto de 1823. FJBP, caixa 01. série 01, doc 44.

³¹⁰ XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 382.

divulgação das imagens positivas que, desde 1924, se construíam. Parece que o intento alcançou sucesso, a considerar a divulgação pela imprensa, a acolhida do nome de Joaquina observada em toda a região: em todo o Alto São Francisco, cidades (re)batizaram suas ruas com seus nome, como por exemplo, em 1938, Abaeté/MG e Pompéu. Para Lindolfo Xavier:

*“Esse movimento popular teve os mais benéficos resultados. Sentindo o silêncio que pairava sobre uma tradição tão nobre e cheia de facetas morais dignas de relevo histórico, essa reação do sentimento cívico mineiro culminou, com um ato governamental que muito honra o seu signatário. (...). De fato, esse auspicioso prognóstico se realizou com satisfação de toda a sociedade mineira.”*³¹¹

O objetivo de que o Estado de Minas adquirisse o solar só foi concretizado a partir da assinatura do decreto lei 959 de 09 de novembro de 1943, pelo então interventor federal no Estado, Benedito Valadares Ribeiro: “um dos atuais descendentes daquele tronco genealógico, que deitou tantas raízes benéficas no país”³¹². No entanto, nesse período, a escola agrícola não foi construída, nem iniciada qualquer obra de restauração do solar.

Em 10/12/1953, Juscelino Kubitschek de Oliveira, então no governo do Estado, autoriza a doação da propriedade ao governo federal para a instalação do tão esperado posto agropecuário. No entanto, em 1954, este autoriza a demolição do casarão e nada é construído: “depois uma companhia comprou lá, limpou tudo, fazia plantação lá”.³¹³ Destroi-se um importante vestígio material para a consolidação – como desejavam os descendentes – da memória de Joaquina do Pompéu. Mas seu nome e sua memória permanecem, evocando a imagem de “dama dos sertões”, estando relativamente consolidada a imagem da senhora de feitos grandiosos. Imagem que se firma para conflitar e disputar terreno com a já antiga imagem de “sinhá braba”, de raízes mais profundas, mais cristalizada no imaginário, considerada pelos descendentes um emaranhado tecido por aqueles que

³¹¹ XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 382.

³¹² Idem. p. 382.

³¹³ João César da Cunha. Entrevista concedida em dezembro de 2004.

“vão pelo grotesco da fama criada em torno da figura principal da antiga proprietária, que a voz popular transforma ora em megera, ora em caudilho de saias, ora em anjo tutelar”³¹⁴.

A difusão dessa nova imagem é vista por Lindolfo Xavier como algo que rompe “o silêncio que pairava sobre uma tradição”, e que em grande medida “funda” uma tradição, que irrompe e revela “a verdadeira” imagem, grandiosa, de Joaquina: a imagem de *dama do sertão*, senhora de grandes feitos, que até então, segundo essa perspectiva, estivera envolta pelo emaranhado de lendas que sobreponha-na e ocultavam-na.

A divulgação da imagem de Joaquina *dama do sertão* se dá por meio da imprensa, onde surgem crônicas diversas, como a de Lindolfo Xavier, “*Pompéu Velho*”, publicada em 1943; a crônica de Álvares da Silva, “*O Solar de Dona Joaquina*” (+/- 1940-1950); pelo lançamento da obra histórico-genealógica *Dona Joaquina do Pompéu*, de Coriolano Pinto Ribeiro e Jacinto Guimarães, em 1956. Esta última traz novos documentos sobre os feitos de Joaquina do Pompéu: cartas do arquivo pessoal, uma idéia do número extenso de seus descendentes (com a intenção de comprovar e construir a imagem de que Joaquina seria uma *matriz* política). O livro reúne ainda parte dos artigos publicados nos anos anteriores e procura reabilitar de vez a imagem de Joaquina, ou fixar a imagem de uma “*dama do sertão*” com todas a suas imagens subsidiárias: “uma reabilitação definitiva da excepcional matrona, figura eminentemente política cuja evocação é hoje motivo de orgulho para várias gerações que dela descendem”³¹⁵, como escrevem os próprios autores.

Para reafirmar essa tendência, em 1966, Agripa Vasconcelos lança o romance *Sinhá Braba*. Livro que se propõe narrar a história do Ciclo Agropecuário nas Gerais a partir de Joaquina, fundamentando-se tanto na tradição oral quanto na documentação a respeito de sua vida. Propõe-se a contar as humanidades e desumanidades do “tempo de Joaquina” mas, a despeito das histórias que fizeram dela “uma senhora de perversos instintos”, o autor contribui muito mais para a composição da imagem de dama do sertão, ao ressaltar e exaltar os seus feitos, do que propriamente de uma *sinhá braba*. O autor faz descrições que oscilam entre a bondade e a maldade, mas se posiciona como defensor da imagem positiva de Joaquina, ao longo da obra. Escreve:

“Não parece haver, em toda a história do Brasil, lembrança de outro exemplo tão vivo do matriarcado rural. Não só pela extensão enorme das terras que teve sob seu domínio, não pelo vulto da criação das

³¹⁴ XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 382.

³¹⁵ RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 13.

*suas tantas fazendas, nem da população de escravos que nasceram e morreram a seu serviço, distinguiu-se Dona Joaquina. O próprio apelido que lhe deram – Sinhá Braba – externando, ao mesmo tempo, o carinho e o temor, a amizade e o respeito dos que conviveram com ela, é bem significativo da energia com que sempre soube agir, do seu profundo senso de justiça – ainda que, por vezes, uma justiça estranha às nossas concepções de agora. [enfim, uma mulher de] caráter inamolgável”*³¹⁶.

Em 1985, Antônio Campos Guimarães tem posicionamento mais decidido em *A dama do Sertão*. Esta obra, também um romance, é a que mais se aproxima do ponto extremo da imagem positiva construída sobre Joaquina.

Para além da divulgação do nome de Joaquina em jornais, iniciada em 1937, esses romances vão contribuir para que seu nome seja ainda mais disseminado. Além da circulação das próprias obras que constituem meios de divulgação, estas serão objeto e inspiração de reportagens jornalísticas, especialmente nos jornais mineiros que cada vez mais “popularizam” as imagens que estas obras trazem – de uma “*dama do sertão*”³¹⁷. Reportagens são publicadas na década de 1960, de 1980 e também a partir de 1999. Um novo ciclo de reportagens que traz à baila o nome de Joaquina do Pompéu e a imagem de dama do sertão é observado entre 2000 e 2004, período em que se iniciam as comemorações do aniversário de Joaquina em Pompéu/MG e a produção do livro *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*, de Deusdedith P. Ribeiro de Campos, publicado em 2004. As reportagens são em sua grande maioria publicadas no jornal *Estado de Minas*, sempre enfatizando a imagem da *dama do sertão*³¹⁸.

³¹⁶ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. Op. Cit. p. 09. (Apresentação)

³¹⁷ Dentre os artigos que fazem referência direta à obra de Agripa Vasconcelos poderíamos citar: por ocasião do lançamento da Primeira edição de *Sinhá Braba*: CAMPOMIZZI FILHO. *Sinhá Braba*. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10/07/1966; ALENCAR, Cosette de. *Fome em Canaã e Sinhá Braba*. *Diário de Minas*. 01/08/1966 (Canto e página); MOREIRA, José Maria. *Joaquina, Senhora do Pompéu*. *Estado de Minas*, 28/12/1966; SILVA, Neil Ribeiro. As Gerais Segundo Agripa Vasconcelos. *Minas Gerais* (suplemento literário), s/d. Por ocasião da segunda edição: JORNAL DA CASA. Eis uma lenda feita mulher. Belo Horizonte. 18/02/1979; CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. *Dona Joaquina do Pompéu*: mulher brava, sim senhor. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23/11/1983. p. 2; Por ocasião da terceira edição: RENNÓ, Elizabeth. O romance de Agripa Vasconcelos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21/10/1999. BARRETO, Plínio. História de uma figura legendária e sinistra. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 22/06/2000. p. 4. (Espetáculo). BARRETO, Plínio. Precioso Presente chega pelo correio. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 26/08/2000. p. 4. (Espetáculo). BARRETO, Plínio. Novo tempo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 02/07/2005. p. 2. (Cultura). BARRETO, Plínio. Deus no céu e Dona Joaquina na terra. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 05/08/2000. p. 4. (Espetáculo); BARRETO, Plínio. Ela tem quase 300 anos e é um exemplo de vida. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 24/06/2000. p. 4. (Espetáculo).

³¹⁸ Artigos e notas ligadas à comemoração do Aniversário de Joaquina do Pompéu, organizada pela Prefeitura Municipal de Pompéu e ao lançamento do livro de Deusdedith P. Ribeiro de Campos: CARLOS, Domício França. Pompéu: Festa de 250 anos de Joaquina. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23. ago. 2002. p. 8. (opinião); SOUZA, Otto Brasileiro de. Pitangui: Joaquina do Pompéu e Dona Maria Tangará. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04. jul. 2004. p.14. (opinião); FONTANA, Mário. Notas de um repórter: Dona Joaquina. *Estado de Minas*. 15/12/2003. p. 3 (Cultura); CARLOS, Domício França.

Esta imagem, ou o conjunto de imagens que convergem para o que estamos chamando de Joaquina “*dama do sertão*”, terá a partir de então ampla difusão, extremamente atual, inclusive a partir de obras historiográficas³¹⁹, na oralidade, nos discursos. Nestes, ela se apresenta enfatizada e desdobrada em diversas nuances – suas imagens subsidiárias. Imagens que agrupo num conjunto maior chamado de Joaquina, “*dama do sertão*”. Logo, imagens que vêm lhe sublinham determinados aspectos. Joaquina do Pompéu é uma dama do sertão porque: 01) *avançada para seu tempo*; 02) *matriz* política, que torna possível a identificação do povo do Alto São Francisco a uma tradição única, *matriz* que se faz *divisor de águas* na história da região e matriz de seu progresso – realizado ou ambicionado.

Vamos então a estas imagens subsidiárias presentes nos discursos que analisamos:

a) Mulher avançada para seu tempo.

Todos aqueles que se lembram de Joaquina, seja como dama ou sinhá braba, anjo ou demônio, consideram-na “*avançada para seu tempo*”, uma figura “*fora do lugar*”³²⁰, que não se adequava às normas vigentes. As razões para esse destaque variam consideravelmente, mas todos têm suas explicações para que Joaquina seja lembrada até hoje e sua figura de alguma forma ainda impressione quem dela se recorda: apresenta-se como “*uma efeméride digna de ser lembrada*”³²¹, seja pela sua grandeza, sua riqueza, como transgressora numa sociedade patriarcal, machista; seja pelo seu comportamento também transgressor de normas morais, comportamento violento ou descomedido, pelo poder que exercia e pelas atividades que executava.

De qualquer forma, Joaquina se apresenta como “*grande demais para seu tempo e esplendor*”, como observa Vasconcelos³²². “*Parece que ela era uma pessoa mais importante, mais inteligente – porque a pessoa é reconhecida pelos atos dele, né – Aí, nesse tempo, ela tinha muito poder e ficou sendo famosa*”, como conjectura seu João

Homenagem: cidade recorda D. Joaquina do Pompéu. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15/12/2001. p.6. (opinião); CARLOS, Domício França. Dona Joaquina: conotação assusta. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15/03/2002. p.6. (opinião); RIBEIRO, Rosa Maria. História: Reviver Joaquina. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05/05/2002. (opinião). BARRETO, Abílio. História: Joaquina do Pompéu. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21/09/2003. (Cultura). AGUERRY, Clara. História de uma mulher poderosa. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18/08/2002. (Cultura).

³¹⁹ Como procuramos evidenciar no Capítulo I.

³²⁰ Cf. MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. IN: SILVA, M. A. (org.) *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. p. 49.

³²¹ GONÇALVES, Afonso Castro. Joaquina do Pompéu. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 14/12/1994.

³²² VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. op. Cit. p. 11.

da Cunha³²³. E por isso é lembrada até hoje. Em sua época, “uma pessoa superior que tinha influência sobre os outros (...). Ela serviu de exemplo pra muita gente: de trabalho, de desenvolvimento. Agora de honestidade, deixa pra lá.”³²⁴ Exemplo de trabalho porque lembrada como mulher dinâmica que movimentava seu latifúndio, “grande administradora de fazenda, [que] criava muito gado, muito porco, plantava muita lavoura, moendo muita cana, que “de primeiro” [antigamente] o negócio era esse, plantar e moer cana”³²⁵. Atividades que fizeram de seu latifúndio “o primeiro núcleo organizado da civilização agrária das gerais”³²⁶, que estava integrado à região do ouro e à capital da Colônia, apesar das distâncias e todas as dificuldades de comunicação então existentes entre o litoral e o sertão.

Uma dama que no sertão se transforma em mulher forte, viril, “mulher-macho”, fora do tempo numa sociedade em que a mulher “não tinha valor, mas como ela era rica, poderosa, e comandava esse mundo de gente, todo mundo respeitava, ela era respeitada como mulher, não é igual hoje que as mulheres querem ser respeitadas e não estão sendo não.”³²⁷ Uma mulher que se torna “modelo edificante de virtudes viris, que a situam no mesmo pé de igualdade ao homem, quebrando-lhe a vaidade de julgar-se o número um da espécie”,³²⁸ como ressaltam Ribeiro e Guimarães.

A imagem da dama do sertão ganha um contorno especial: não é vista como uma dama de sua época, mas uma dama que não viveu “seguindo os modelos da cidade, o perfil das damas de salão, na moleza de uma vida de toucadores e últimos figurinos das Côrtes de então”³²⁹. Portanto, fora dos padrões esperados da mulher, de uma dama e, de algum modo, essa configuração possibilitou a produção de narrativas que a aproximam até mesmo dos discursos feministas, embora nestes também ela apareça como uma figura fora do lugar porque, apesar de se afastar da representação negativa da mulher, não contribui para o fim dessa polarização, o fim do estigma. Embora Joaquina se apresente como capaz de exercer “papéis outros que não os habitualmente relegados às mulheres brancas”,³³⁰ por isso, é vista como uma mulher-macho.

³²³ Entrevista concedida em 21/11/2004., Abaeté/MG.

³²⁴ João César da Cunha, citada.

³²⁵ Idem.

³²⁶ VASCONCELOS, op. Cit. p. 10.

³²⁷ Arminda Severiano, entrevista concedida em 21/11/2004., Abaeté/MG.

³²⁸ RIBEIRO E GUIMARÃES, op. Cit. p. 12.

³²⁹ Idem. p. 382.

³³⁰ SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2000. p. 13.

Na apropriação dessa imagem de Joaquina, a dama do sertão avançada para seu tempo, feita contemporaneamente pela História da Mulher, de alguma forma a imagem de mulher-macho, vem corroborar uma das teses importantes para a justificativa dessa historiografia:

“(...) [a de que] mulheres que tomassem iniciativas que contrariasse as normas (...) eram percebidas como desviantes, como uma ameaça aos arranjos sociais e à hierarquia dos gêneros de sua época. (...) escapavam à representação do senso comum sobre o feminino, escapavam da representação que detinha a autoridade pra dizer o que era ser mulher. Isso poderá levá-las a uma outra representação: a de mulher-homem.”³³¹

Assim, Joaquina é retomada pela historiografia como uma representante das mulheres na luta por direitos e a sua imagem de mulher-macho, masculinizada, seria interpretada como parte da reação dos poderes instituídos diante dessa luta: portanto, Joaquina também se apresenta, nesse caso, como uma figura fora do lugar e, mesmo, antecipando lutas pela causa feminina próprias do século XX.

Por enfrentar o sertão deserto e inóspito, Joaquina age de forma incomum às mulheres, apresentando a virilidade que o ambiente parece lhe requerer, implementando a indústria, a criação de gado, a vida na roça, em um tempo em que ainda estava em voga a riqueza fácil do ouro e não a labuta no campo.

Por ser vista como uma “figura avançada para seu tempo” é que merece ficar na história – essa característica se apresenta como explicação para que ela seja lembrada até hoje: “*Ela foi histórica porque foi a primeira mulher na região de Minas Gerais a mandar mais do que um homem (...) mulher que fez muito sucesso por causa de suas maldades e até hoje ela é lembrada. Ela merece estar na história.*”³³² Enfim, Joaquina se apresenta como:

“(...) uma mulher que deveria viver hoje. Ela foi avançada no tempo. Veio fora do tempo, 200 anos antes. Por que ela nos deixou um aprendizado, ela nos deixou um legado de mulher dinâmica, de mulher corajosa. Destemida, uma mulher que não podia estar de parelha com o medo. (...) Eu posso sintetizar em poucas palavras assim: era uma pessoa que viveu fora do tempo dela. Ela devia ter vivido agora pela clareza dela ver as coisas, pela percepção dos acontecimentos: (...) todo mundo estava preocupado em extraír o ouro e ela se preocupava em plantar e colher aquilo que ela podia vender porque a gente não

³³¹ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE. Mary. *História das Mulheres no Brasil*. op. cit. p. 469.

³³² Suelen Antônia Oliveira Faria, entrevista concedida em 06/01/1992. Abaeté/MG.

come ouro. Ela vendeu a mercadoria dela a peso de ouro. Ela não aproveitou da situação porque é lei de mercado, né. Compra quem quiser e vende quem quiser também”.³³³

A dama do sertão que traz a herança da nobreza européia para os confins do centro-oeste mineiro se apresenta como uma figura “ímpar” em toda a história da mulher e singular na história da região: mulher de predicados destoantes da representação feminina de então, de sexo frágil e tímido. Deixou uma lição de pioneira, um ser forte e industrioso que se fez superior mesmo aos homens da região, empregando suas forças em uma atividade considerada inferior – a agricultura – no tempo em que a riqueza brotava fácil na liquidez dos metais preciosos. Assim se apresenta uma das facetas da *dama do sertão*.

b) A Matriz política

Nesta imagem Dona Joaquina é vista como matriz política. Uma *mulher-matriz*, imagem subsidiária que aproxima a complexa imagem de *dama do sertão* – nuançada já em sua peculiaridade de *figura avançada para seu tempo* – do ideal de *matrona*. Ideal perseguido nos tempos coloniais tanto pelo Estado como pela igreja, na busca da ocupação do território e da reforma católica. Ideal reforçado pelo ambiente miscigenado da sociedade colonial, de “devassidão” e efervescência sexual que aqui se constituía, caracterizada como de escassez de mulheres brancas européias e de *virtudes morais*. O combate a essa situação, que colocava em risco os projetos do Estado e a moral jesuítica, contribuiu para a valorização das sinhás brancas, responsáveis pela consolidação e perpetuação da ocupação do território através da prole legítima, da transmissão de valores morais considerados adequados. Daí surge o ideal da matrona, do qual a imagem de Joaquina mulher-matriz se aproxima:

*“(...) concebida como a mulher respeitável pela idade, estado e conduta exemplar, tornando-se mães de família e reproduzindo/materializando os discursos ideais de comportamento para as mulheres. Ideal produzido pela sociedade na qual estas estavam inseridas, no nosso caso, no conturbado período da mentalidade barroca e das reformas do cristianismo ocidental. Exaltando as mulheres da elite colonial em detrimento das mulheres pobres e mestiças, a quem coube o estigma da prostituição e da promiscuidade.”*³³⁴

³³³ Gilson Dias Maciel, entrevista. Op. Cit. Pompéu/MG.

³³⁴ GOMES, Alberon de Lemos. *A matrona e o padre: Discursos, Práticas e Vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. (Dissertação de Mestrado). p. 23.

A imagem de Joaquina como matriz, aproximada à idéia de matrona, é ressaltada pelas pessoas que se identificam como suas herdeiras, principalmente das suas qualidades morais, da projeção social ou do “talento” político de Joaquina do Pompéu. Imagem de uma mulher de “*prestígio, autoridade e ação*”³³⁵, que enche de “*ufania sua raça, tanto mais quanto todas aquelas virtudes que tanto lhe exaltam a personalidade, aliás herdados em grande parte de seus ancestrais, se mostrem perpetuados em seus descendentes*”³³⁶. Fonte e matriz do “*caráter inamolgável*”³³⁷ de seus descendentes.

Matriz: a palavra lembra origem e útero, numa persistente imagem construída na longa duração. Como diz Laqueur: “*no caso das mulheres, o útero descrito como bolsa era denominado ‘madre ou matriz’ e associado ao lugar de produção: ‘as montanhas são matrizes de ouro’! Logo, espaço de espera, imobilidade e gestação*”³³⁸. Joaquina se apresenta como mulher-matriz que espera (o marido voltar de suas viagens, a chegada do tempo a que deveria pertencer), planta, semeia a civilização do Alto São Francisco e como agricultora espera a colheita, o tempo da gestação: gestação de um grupo político, de um clã, gestação dos sentimentos de liberdade política, de patriotismo, de industrialismo, de brasiliidade nos rincões distantes do oeste mineiro: uma matriz que não se limita a dar à luz “*cidadãos de alta expressão social de nossa Pátria*”³³⁹, mas ela mesma se apresenta como “*fundamental para a constituição do Brasil como nação livre. (por) oferecer todos os bens e a própria vida, em prol da Independência do Brasil, é uma prova do mais elevado e sublime patriotismo*”³⁴⁰. Em sua representação de matriz política, Joaquina deixa de ser simplesmente o útero que gera um clã³⁴¹. Adquire em algumas evocações a feição de heroína: “*não conhecemos nenhum outro herói nacional, uma prova tão eloquente de amor pela Pátria*”³⁴².

Uma matriz, uma matrona – mulher branca, representante de uma elite branca, portadora de sangue nobre e de espírito público transmitidos a seus descendentes –

³³⁵ RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 13.

³³⁶ Idem. p.13.

³³⁷ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba –Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974. p.8.

³³⁸ LAQUEUR, Tomas. Apud. DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo imaginário do interior feminino. *Revista Brasileira de História*. v. 19, nº 37. São Paulo. Set. 1999.

³³⁹ Guimarães, Jacinto. Em Discurso proferido em 1979.

³⁴⁰ CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Op. cit. p. 13.

³⁴¹ HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956.

³⁴² CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Op.cit. p.13

herdeiros de seu caráter. Caráter transmitido pelo sangue e também pela educação: pelo exemplo e pela palavra, como símbolo no processo educativo dos novos políticos e como coesão para o sucesso do grupo que dela se origina, uma coesão inscrita no tempo e que possui uma memória que assegura uma identidade transmitida de geração em geração:

*“Eu analiso que a sua descendência já trouxe no sangue o lado político. Dona Joaquina também foi política. Ela não exerceu cargo político mas o marido dela, capitão Inácio foi vereador na (...) Câmara do Senado de Pitangui. O antigo Edil, uma palavra do português de Portugal. Nós falamos aqui vereador. No caso específico de Pompéu, desde a nomeação do primeiro prefeito, irmão do D. Chiquinho, era tataraneto de D. Joaquina do Pompéu. Segundo que ele abandonou o mandato, que foi indicado para o cargo, abandonou a prefeitura pra se casar em Dores do Indaiá e cedeu o exercício dele pra Dr. Silva Campos que é nome da praça mais bonita de Pompéu. A partir do Dr Silva Campos nós tivemos já eleição pra prefeito, todos os prefeitos de Pompéu e a maioria dos vereadores, os vice-prefeitos, coincidência muito grande: todos descendentes de Joaquina do Pompéu. [Coincidência?] É que traz no sangue, Joaquina foi política, ela não exerceu cargo político não, mas. D. Joaquina adulou o rei”, ela foi política. Porque ela pensou nela, nos filhos e na região, né. Ela exerceu um cargo político sem concorrer a uma eleição. Política não é só se lançar candidato não”.*³⁴³

Joaquina é política sem exercer cargo eletivo. Um dado significativo que esta imagem evocada suscita. Como observa Luciano Raposo Figueiredo, de fato, mesmo fazendo parte da elite branca, as mulheres “eram impedidas de exercer funções públicas nas Câmaras Municipais, de participar das atividades eclesiásticas ou ter acesso aos cargos da administração colonial”.³⁴⁴ O que não quer dizer que as mulheres não poderiam exercer sua influência em outros redutos de poder de maneira menos visível, mas não menos importante. Como observa Maria Odila Dias, várias mulheres, pertencentes a famílias mais abastadas, tiveram o privilégio de receber legados que extrapolavam a transferência de bens. Senhoras herdavam também o comando de famílias que exerciam o mando local, passando a liderar seus descendentes e as diretrizes da política, ainda que sem ocupar nenhum cargo na administração pública³⁴⁵. Na sua condição de administradora dos negócios, esta é a configuração que Joaquina adquire na evocação da imagem de matriz política feita por Lindolfo Xavier em 1956:

³⁴³ Gilson Dias Maciel, entrevista. Op. Cit. Pompéu/MG.

³⁴⁴ FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O Avesso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Ed: José Olympio, Rio de Janeiro, 1993. p. 186.

³⁴⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p.101-111.

*“Ao mesmo tempo que criava e educava a prole, mantinha as mais estreitas relações sociais e políticas, intervinha nas eleições, na nomeação das autoridades locais e se dedicava com afinco aos negócios, preocupada com a formação da fortuna, que a bafejou prodigamente”.*³⁴⁶

Nessa imagem subsidiária, Joaquina, a *dama do sertão*, é vista como uma pessoa de intensas relações sociais e políticas que começam no âmbito familiar, com a manipulação dos filhos, parentes e agregados, pela sua condição de chefe de família pela ausência do marido. (Lembremos que a referência sob a qual essa imagem se constrói é a estrutura tradicional da família patriarcal). Poder restrito que logo engloba uma rede de poderes mais abrangente que liga o centro-oeste de Minas, região isolada, às esferas mais amplas de poder do Estado, da igreja e da família. Essas relações sociais e políticas, na esfera de influência do Estado, são tecidas a partir da “bajulação” de autoridades, através da acolhida de viajantes a serviço do Estado, em sua casa. Relações de prestígio que algumas vezes foram colocas à prova e demonstraram ser de grande valia à Joaquina – como na ocasião em que, processada em Pitangui, recorre ao Príncipe Regente D. Pedro para escapar da prisão – e sobretudo àqueles que lhe herdaram as influências conquistadas.

Seu prestígio político, segundo as tramas da memória, é construído pela barganha, pela troca de favores com o Estado. No “*suporte à família Real, quando dom João VI veio para o Brasil, em 1808, e contou com sua ajuda para alimentar a Corte*”.³⁴⁷ Vasconcelos escreve que diante das necessidades que se apresentaram no Rio de Janeiro, com a chegada da Família Real, o Vice-rei pediu ao Governo de Minas Gerais, o envio de gêneros. O governador, sem dinheiro para adquiri-los, apela à Joaquina do Pompéu:

“(...) por todos reconhecida como capaz de aplacar a fome dos emigrados. A fazendeira atendeu aos aflitivos apelos do Capitão-General. Começou a suprir as goelas reinóis de carne, farinha, rapadura, milho, toucinho e feijão. Não perguntou quem pagava – mandou tropas sobre tropas para a Capital do Reino. (...) havia naquilo um segredo: Joaquina não era apenas fornecedora de uma situação premente. Ganhava muito dinheiro mandando vender seus gêneros mas, nas ondas de tal benemerência, envolvia lucros mais gordos. A sertaneja enxergava mais longe e aproveitava os ventos favoráveis. [ao] suprir a Corte (...) levavam cereais, traziam sal, caríssimo, pois era importado de Lisboa e estava no estanco. Utilizava este sal para seus rebanhos e vendia o excesso ainda por altas cifras. (...) mandava vir novidades para Vila Rica do Ouro Preto, fazendas, armarinhos e ferragens

³⁴⁶ XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina. In: RIBEIRO E GUIMARÃES. Op.cit. p. 383.

³⁴⁷ AGUERRY, Clara. História de uma mulher poderosa. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18/08/2002. p. 5. (Cultura).

*“(...) Ganhou dos portugueses invejável fama de benemérita (...) era desembaraçada espirituosa, sabia responder com justa política e apropriada ironia aos grão-senhores da Província.”*³⁴⁸

Quando da Independência do Brasil, visionária e detentora de um “sentimento patriótico” não muito comum no movimento de 1822, teria apoiado a causa, colocando todos os seus bens à disposição do Imperador:

*“Seu filho, Joaquim Antônio de Oliveira Campos seguiu para Vila Rica e para a Corte, levando uma carta de Joaquina dirigida a D. Pedro I, colocando-se pessoalmente à disposição, para a luta da vitória da Independência, ameaçada pela reação das tropas portuguesas, ao norte e a sul. Colocou à disposição do Governo Imperial a sua fortuna particular, a fazenda, com toda gadaria e terras, os seus escravos e filhos, como soldados voluntários, tudo pelo Brasil! Ela própria marcharia, em pessoa, à frente de seu batalhão! (...) Uma mulher septuagenária pondo-se à disposição do Governo de seu país com todos os seus recursos de homens, víveres, rebanhos opulentos, terras, dinheiro em espécie, tudo que foi oferecido ao Imperador, para a vitória da causa da independência. O gesto da matrona foi acolhido com admiração e reconhecimento na corte. Em uma carta amistosa, mandou agradecer tamanha munificiência, aceitando somente o gado para abastecimento das tropas legais na Bahia, o que foi cumprido pontualmente pela ofertante, que fez seguir levas e levas de bois pelo sertão”.*³⁴⁹

Essa participação de Joaquina é vista com orgulho e prova de sua inteligência e “espírito político” caracterizado pela troca de favores. Nesta sua “prática” política, dentre os resultados colhidos estaria o aumento de prestígio da própria fazendeira³⁵⁰, que na troca de favores ganha “carta branca” do Imperador para se livrar da prisão, mas não apenas: conquista prestígio para si e para seus filhos, como se observa na nomeação de seu filho, Joaquim Antônio de Oliveira para integrar a Guarda Imperial de Honra do Imperador.

*“Ilmo. Senhor Capm. Joaquim Antônio de Campos,
Sua magestade (sic) O imperador Acaba de Ordenar-me Communique a V. Sa. Haver-lhe feita a Graça de Admitir a servir a Imperial Guarda de Honra do meu commando; eu m apresso portanto a assim cumprir, enviando a V. Sa. os meus Cordiais e Sinceros parabéns, congratulando-me não menos com a ventura de ter a meu lado tão*

³⁴⁸ VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba*. op. Cit. p. 248-250.

³⁴⁹ XAVIER, op. Cit. p. 391.

³⁵⁰ O prestígio de Joaquina nas esferas de poder do Estado é visto como benemerência a partir do fornecimento de produtos alimentares em situações críticas. São tidos como momentos importantes em que Joaquina se faz importante fornecedora de gêneros: na fome e peste em Pitangui, em 1804; na vinda da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808 e nas batalhas por ocasião da Independência, em 1822.

digno Camarada. Quartel General do Rio de Janeiro, 11 de Novembro de 1827. José Manuel Moraes”.³⁵¹

Joaquina é uma *dama do sertão* poderosa. “*Ela tinha um verdadeiro latifúndio. Então ela alcançou projeção nacional*”.³⁵² Detentora de poder político e econômico exercido perante a elite e grupos diretamente a ela subordinados e governados pela sua mão de ferro: escravos e agregados que se mantinham em condição de dependência, jurídica no caso dos escravos, e econômica, já que Joaquina detinha a propriedade da terra e a força. Sua memória persiste porque:

“(...) *ela deixou descendentes demais, né, ela deixou muitos descendentes, e ela realmente foi uma personalidade muito forte, marcada pelo poder econômico que ela teve de terra (...) era rico quem tinha terra, não é? (...) a riqueza se concentrava nas terras. O tamanho do universo das terras dela foi muito grande*”.³⁵³

Mais do que pela importância que teve no tempo em que viveu, Joaquina se apresenta nessa imagem como uma figura histórica importante pelas relações políticas e um jeito de fazer política que funda, cria, “*dá à luz*” – gesta – como matriz e como matrona que é, um jeito de fazer política e um grupo político específico. Também ela é herdeira legítima de seus antepassados, das suas virtudes que serão transmitidas aos descendentes, como uma herança, um legado. Como escreve Jacinto Guimarães em *O espírito Político de Dona Joaquina do Pompéu*:

“*Dentre elas, [as mais altas virtudes] a que assume o aspecto de principal característica de Dona Joaquina do Pompéu e seus descendentes é o espírito político, que lhe incendia [sic] na alma e no coração os sentimentos viris, que dela fizeram a autoridade suprema das bandas em que se estendiam os seus domínios materiais, espirituais e morais. A sua família, a que a providência prodigaliza tão elevados dotes, se ramifica para toda Minas, ultrapassando fronteiras, para constituir uma notável plêiade de homens verdadeiramente representativos da mentalidade e das virtudes brasileiras, os quais se têm revezado na governança, na cátedra, nos parlamentos, como na ciência, nas letras (...) no estado montanhês a descendência da ilustre senhora, espalhando-se em todos os sentidos, constitui quase sempre um elemento freqüente no seio da comunidade mineira, fazendo de Minas Gerais uma sociedade homogênea, com características e tendências semelhantes*”,³⁵⁴

³⁵¹ Ofício do Chefe da Guarda de Honra do Imperador Manoel Moraes a Joaquim Antônio, 24/12/1827. APM, APJBP, cx. 2. série 1. n° 05.

³⁵² Gilson Dias Maciel. Citado, Pompéu/MG.

³⁵³ Yara Tupynambá. Entrevista concedida em 17/10/2005. Belo Horizonte/MG.

³⁵⁴ GUIMARÃES, Jacinto. In: RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 69.

Esta imagem subsidiária, a de *matriz política*, é importante sob pelo menos dois aspectos: 1º) como *símbolo* do processo educativo dos novos políticos ligados à família – os chamados herdeiros políticos; 2º) como uma *representação comum* (um elemento da memória coletiva) que permite aos interesses individuais e familiares se apresentarem e serem identificados como interesses comuns (nesse ponto retomamos as distinções que Le Goff faz entre Imaginário, representação e ideologia).

No primeiro aspecto ressaltado, a evocação da imagem de Joaquina *matriz-política*, geradora de um grupo, adquire importância para a sua própria coesão fundamental e seu sucesso. Uma coesão inscrita no tempo e que possui uma memória capaz de assegurar uma identidade transmitida de geração em geração³⁵⁵:

*“Por um século e meio, depois da morte de Joaquina, seus descendentes se lançaram por todo o Brasil. Sacerdotes, políticos, artistas, escritores e cientistas, difundindo os ensinamentos puros, filtrados da sabedoria de seus ancestrais e na têmpera dessa dama que viveu e dominou o Sertão dos Buritis. Outros séculos virão, dentro do conceito objetivo de Cervantes: ‘história, a êmula do tempo, depósito das ações, testemunho do passado, exemplo do presente, advertência do futuro’.”*³⁵⁶

Recorrer a essa imagem é procurar a coesão do grupo a partir de Joaquina do Pompéu que se apresenta como:

*“(...) referência de maior realce que serve como ponto de confluência [da família], é justamente aquela que se fez símbolo do sucesso e plasmou vida como matriarca de uma grande geração, deixando seu nome nos anais da história de Minas Gerais e do Brasil”.*³⁵⁷

Como uma representação comum, a imagem de Joaquina é balizada no princípio moral do “*interesse público*”. Pelo menos assim é que se apresenta:

*“A família de D. Joaquina (...) não se faz somente pelo seu tamanho, mas pelo trabalho e dignidade de seus membros, para ajudar o desenvolvimento do Brasil. Na comunidade da pátria, sua história mostra que isso sempre foi feito pelos que se foram e ainda está sendo feito pelos que estão presentes”*³⁵⁸

³⁵⁵ Cf. CANÊDO, Letícia Bicalho. Metáforas da família na transmissão do poder político: Questões de método. *Caderno Cedes*, vol. 8, n.42. Campinas, ago. 1997.

³⁵⁶ GUIMARÃES, Antônio Campos. A dama do sertão. Op. Cit. p. 217.

³⁵⁷ SILVA, Ignácio Ferreira Álvares e ALVARES, Oto Ferreira Álvares. *Gerais de todos os tempos: reminiscência dos tempos das Gerais e folhas caídas*. Brasília: VErano, 1999. p. 103.

³⁵⁸ RIBEIRO, Deusdedit C. P. Joaquina do Pompéu: sua historia e sua gente. Op. Cit. p. 13.

Constitui-se como elemento central de uma educação voltada para a duração e baseada em experiências que devem ser transmitidas por meio de exemplos concretos, visando juntar as pessoas a partir de uma mesma visão de mundo, oferecendo-lhes uma identidade³⁵⁹. Desse modo, procura-se misturar nas mentalidades a memória específica familiar com as lembranças ligadas à sociedade em geral, seja através de “um enredo histórico”, seja através de imagens de Joaquina como *matriz da sociedade mineira*, apresentada como uma “*sociedade homogênea, com características e tendências semelhantes*”, com a concebeu Jacinto Guimarães.

Como mulher-matriz, Joaquina se redime de sua condição de mulher má, comum a todas as mulheres num discurso misógino, através da maternidade, da sua condição de matrona. Porque antes de tudo ela é aquela que gera e a responsável pela gestação. Fazendo uso das palavras de Del Priore, Joaquina, na imagem de mulher-matriz “*passa a ser mito de riqueza, de abundância e de poder*”. Iguala-se à mãe-terra, “*tornando-se fonte e berço para uma linhagem*”.³⁶⁰

b.1) A Divisora de águas: da barbárie à civilização

“*Joaquina do Pompéu é o ponto de partida. Ela foi a divisora de águas*”.³⁶¹
(Gilson Dias Maciel, 2005)

Nessa imagem de matriz política Joaquina se apresenta mais do que a geradora de um clã político ou de um grupo específico: apresenta-se como matriz identitária geradora de um povo, como uma representação comum (coletiva), Joaquina é vista como um ponto de confluência, aglutinação do grupo dos familiares e como divisor de águas, como referência em sua história. Constrói-se, assim, um enredo que liga a história da família à história da sociedade em geral. Nesse enredo, Joaquina aparece como uma figura fundadora de um modo de vida “civilizado”, de progresso, matriz de um povo:

“*(...) é bom que a gente diga que aqui em Pompéu cerca de 80% é descendente de Joaquina do Pompéu. Aqui todo mundo é parente de todo mundo, embora seja num grau mais distante. Se a gente for*

³⁵⁹ CANÊDO, Letícia Bicalho. Metáforas da família na transmissão do poder político: Questões de método. *Caderno Cedes*, vol. 8, n.42. Campinas, ago. 1997.

³⁶⁰ DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro/DF: José Olímpio/UNB, 1993, p. 157.

³⁶¹ Gilson Dias Maciel, entrevista. Op. Cit. Pompéu/MG.

*olhar o parentesco de primo de 5º ou 4º grau, todo mundo é parente de todo mundo. [Joaquina] semeou com seu sangue uma descendência de mais de 80 mil pessoas. Nós temos aí descendentes, pessoas que foram governadores de estado, senadores, deputados. Estou olhando só o lado político mas teve também cientistas, pessoas que sobressaem na ONU, personalidades que já faleceram também, escritores, e outra curiosidade muito grande, uma série de pessoas que cultivam o direito”.*³⁶²

Mais do que fonte e berço de uma linhagem política restrita, Joaquina se apresenta como ponto de referência, como matriz de um grupo sóciopolítico: aquela que semeia a descendência e gesta o povo do Alto São Francisco que tem sua formação concebida a partir do encontro (e desencontros) de etnias, de culturas, de valores: “*o amálgama da sociedade, porvindoura fez-se de gente das senzalas, índios amansados pelo cativeiro, aventureiros paulistas e portugueses desgarrados das entradas*”.³⁶³ Perspectiva compartilhada por todos os grupos remanescentes e emergentes, mesmo aqueles que procuram hoje reconhecimento, como observamos na narrativa do Cacique Kaxixó:

*“A mãe já era misturada, o povo nosso era de lá [da Joaquina do Pompéu] nós é neto, nós do lado da mãe que aqui tem outro povão que não é não, é Afonso do Abaeté, Rio, Sousa, agora nós que é do lado de D.Joaquina assim do lado do nosso avô. A D.Joaquina ela é avó nossa da quinta geração e o governo [capitão Inácio] a mesma coisa”.*³⁶⁴

Um povo formado por diversas etnias, mas que se localiza e se identifica a partir de uma narrativa comum de sua formação, evocando a imagem de Joaquina como *dama do Sertão*, matriz da civilização do oeste mineiro. Nessa construção enfatiza-se a homogeneidade, surgida do caldeamento e da “*fusão de raças e das culturas*”. O produto dessa “reação” teria sido “*um tipo trabalhador pertinaz*” – construção que pressupõe a imobilidade, a constância, a continuidade. Enfim, um caráter que não é apenas do Alto São Francisco, mas imputado ao caráter identitário de toda Minas Gerais. Discurso que encontra eco na historiografia sobre a formação do mineiro que, segundo Daniel de Carvalho, teria resultado “*de impulsos vindos de fora*”. Não de capitães donatários nem dos “*barões assinalados*”, mas “*fruto da energia dos bandeirantes paulistas, na caça ao índio, às esmeraldas e ao ouro, e ainda os baianos e pernambucanos que*

³⁶² Gilson Dias Maciel, entrevista. Op. Cit. Pompéu/MG.

³⁶³ VASCONCELOS, Agripa. Sinhá Braba. op. Cit. 129.

³⁶⁴ Djalma Vicente de Oliveira – Cacique Kaxixó, entrevista concedida em 06/12/2004, na aldeia kaxixó, Capão do Zezinho, Martinho Campos/MG.

*acometeram o território pelo norte, nele fundando fazendas de criar”, invasores nacionais seguidos de portugueses, espanhóis, etc”.*³⁶⁵

O resultado dessa diversidade seria a formação de um caráter específico, amalgamado, que se constitui a partir de determinações históricas particulares, se não à região, a Minas Gerais. Joaquina se apresenta ao imaginário social e coletivo como uma semeadora da civilização no Alto São Francisco, seja pela sua descendência, seja pelo núcleo de produção (e de civilização) que mantinha, que era seu latifúndio. Semeadora da civilização onde ela não existia, um sertão concebido como barbárie ou como lugar inóspito.

Joaquina é uma representante da estirpe portuguesa, que vem de fora, através de sua ascendência. De Mariana para Pitangui, onde se processa uma primeira mistura étnica importante: casa-se com bandeirante, com um herdeiro da força e intrepidez dos paulistas que já eram uma mistura de portugueses com índios – mistura adequada para enfrentar as hostilidades do sertão, da qual se exalta a combinação da rusticidade e força com o elo e identificação com a civilização. Joaquina promove então o encontro do português com o já mestiço bandeirante. Embora se exalte a força dessa união nega-se, nas narrativas que constroem Joaquina como matriz civilizadora, a “mestiçagem” dessa união, ressaltando-se a origem nobre do bandeirante capitão Inácio: “*descendente de gente nobre, dos Vanderburgos da Flandres*”. Joaquina destaca-se então, não por promover a mistura, mas por resistir a ela em condições sociais e geográficas diferentes. Joaquina se embrenha no sertão, numa região incivilizada para fundar uma sociedade sobre as bases da força dos bandeirantes, negando-lhe a mestiçagem - a que se une e a nobreza européia de que é portadora. Ali se fixa, instala-se, permanece na imobilidade e fertilidade de uma matriz. “*A semente humana do Pompéu germinará [numa] miscigenação de raças paradas ali*”.³⁶⁶ Miscigenação a que a família de Joaquina procura resistir. “*nossos filhos não têm sangue de mestiços desavergonhados*”,³⁶⁷ dizia Joaquina a seu filho que rompe esse estado de coisas e casa-se com uma mulata.

No enfrentamento do sertão Joaquina plantará suas sementes, “incorporando” também a força do negro e do índio. Dois elementos que, nessa narrativa, vão completar a composição do homem do Alto São Francisco: “*gente das senzalas, índios amansados pelo cativeiro, [juntando-se] a aventureiros paulistas e portugueses*”.³⁶⁸ Duas etnias redimidas

³⁶⁵ CARVALHO, Daniel de. Formação histórica de Minas Gerais. In: *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956. p. 6-8.

³⁶⁶ VASCONCELOS, Agrípa. Op. cit. p. 128.

³⁶⁷ Idem. p. 233.

³⁶⁸ Idem. p. 129.

pela sua presença: os negros redimidos dos pecados pela religiosidade e pelo sacrifício do trabalho na fazenda, supervisionados por Joaquina. Constrói-se um enredo que reinventa a trajetória do negro na região e suas relações com o homem branco, a partir de uma perspectiva benevolente, procurando-se negar ou minimizar as condições de submissão e humilhação dos escravos, seja pela afirmação de que na região do Alto São Francisco não havia escravidão em grande número, seja minimizando a dureza dessa relação senhor escravo, quando existia. É quase unânime entre aqueles que escreveram sobre a escravidão na região, e sobre Joaquina em especial, negar a significação numérica da escravidão no Alto São Francisco – cada senhor teria um número insignificante de escravos, como, por exemplo Correia (1948) que afirma “*havia poucos negros no Alto São Francisco – poucos escravos, tirante D. Joaquina*”³⁶⁹ embora, supostamente, ela os tratasse de forma diferenciada. Conta-se que:

“(...)*os escravos de Joaquina, com o tempo, passaram a viver como verdadeiros agregados (...). Joaquina implantou esse sistema de privilégio em todas as suas fazendas, do fundão e do Paracatu (...). Os escravos prestavam serviços à proprietária, trabalhando para eles, também, não desperdiçando o tempo*”.³⁷⁰

Os índios são apresentados, nesse discurso, como redimidos pelo contato com o núcleo civilizador do Pompéu: ora destruídos em sua barbárie, ora incorporados e “transculturados”, perdendo sua terra, sua língua, sua religião, sua cultura, para adentrar na civilização, por meio do cativeiro e não pela miscigenação. Um processo civilizador visto em sua dimensão positiva. Joaquina, nesses termos, é vista como a divisora de águas. O sertão do São Francisco é representado antes como um terreno tomado pela barbárie; depois da semeadura da civilização, nasce a árvore [genealógica] de Joaquina que dá início à produção de frutos de diversos tamanhos e vários estágios de desenvolvimento: frutos grandes e sadios, localizados nos mais altos galhos, vistos de longe, que se projetam e são, alguns, cobiçados pela sua posição de destaque na árvore – as gentes de alta estirpe; outros, frutos baixos, rasteiros, menos tenros – frutos que não foram capazes de alcançar o desenvolvimento adequado, talvez por falta de luz ou pela agravação de algum enxerto mal feito, como o cruzamento com os Cordeiros, por exemplo:

“*Descendentes de algum bandeirante vindo com Fernão Dias, amasiado com uma índia que viveram isolados às margens do Paraopeba. “nunca se*

³⁶⁹ Dentre eles, CORREIA, C.C. *Serra da Saudade*. Op. cit. p. 86.

³⁷⁰ GUIMARÃES. Antônio Campos. Dama do Sertão. Op. cit. p. 204.

*cruzou com pretos; nem com brancos do Reino, proprietários de baraço e cutelo, nem com serviços deles, cativos ou mulatos (...) sempre com parentes. Ficaram anões, ruivos, sardentos, de ossos fracos, albinos, irritadiços, briguetos (...). Com o crescimento do Pompéu, acabaram cruzando com os descendentes de D. Joaquina. Vivem ainda, na geração miscigenada, feios, doentes, mas sem dar o braço a torcer a adversário e às coisas. (...) esses Cordeiros são gente de bom caráter”.*³⁷¹

Frutos que na época da colheita são separados e classificados, mas todos se reconhecem pertencentes à mesma grande árvore matriz – a árvore genealógica de Joaquina do Pompéu. Uma árvore oriunda da semente nobre, enxertada com os ramos do bandeirantismo para adquirir a resistência necessária para frutificar em solo pouco propenso a seu cultivo. O solo do sertão que não tem ouro. Árvore plantada no sertão de solos ácidos, adubada e escorada com sangue e suor índio e negro. Árvore frondosa que se *ramifica* por toda Minas e pelo Brasil – para lembrar as palavras de Jacinto Ribeiro –, distribuindo frutos de diversos tamanhos e formatos: “*O povo da D. Joaquina é tudo estudado. Hoje que nós tá descobrindo. Da família da D. Joaquina, até os negros sabia ler! E os povos dela, é que tá mandando nas coisas aí, em Belo Horizonte, Brasília.*”³⁷²

3.2.2 – *Sinhá Braba*

*“Mulher truculenta, arbitrária, malvada, excedendo-se nos requintes da perversidade contra aqueles que não contavam com suas graças”.*³⁷³
(Paulo de Medina Coeli, 1956).

A mulher mais rica, mais poderosa e de maior crueldade que já houve na história dos sertões de Minas Gerais. Mulher que pela sua riqueza e truculência aterrorizava todos que moravam no sertão do oeste mineiro. Era respeitada, tinha poder. Tanto sobre os escravos, contra os quais não economizava castigos e crueldades, como sobre aqueles que com ela negociavam e se relacionavam. Invadia terras, roubava gado, enchia cisternas de corpos, praticava crueldades gratuitas, impunha seus desejos sexuais aos escravos e aos homens de um modo geral. Era orgulhosa, exigia ser elogiada, impunha-se como superior: aos escravos por ser branca, ao povo por ser nobre e rica, senhora de terras e de gentes, em contraposição à pobreza geral do Alto São Francisco. Superior às mulheres por não se submeter aos desígnios dos homens, superior aos

³⁷¹ VASCONCELOS, Agripa. Op. Cit. p. 204.

³⁷² Djalma dos Santos, Cacique Kaxixó. Citado.

³⁷³ COELI, Paulo de Medina. Tangará. In: RIBEIRO E GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. cit. p. 63.

homens, por lhes impor suas vontades e violências. Desafiadora da lei, ou representante de um tempo em que não há lei além dos particularismos. Bondosa com os poderosos e cruel com os humildes. Mulher *braba*, decididamente *braba*, e não *brava* – que oscila entre a bravura, tida como um valor positivo, e a brabeza. Mulher *braba*, pois a brabeza, para além da bravura, tem significado especificadamente voltado para a “*qualidade do que é mal*”, um tom negativo explícito³⁷⁴. Na linguagem do homem do sertão do oeste mineiro, o sujeito bravo, pode até ser visto como coisa boa, mas a sua brabeza é sempre um valor “negativo”, ao contrário do que suporia o adjetivo bravura, que pode adquirir uma conotação positiva, embora também indique rusticidade, típica no sertão.

A imagem de *sinhá braba* é construída a partir das tramas tecidas em torno de “*mau-feitos e das maledicências*” que caracterizam de forma marcante algumas narrativas da memória-história de Joaquina do Pompéu. Imagem composta por narrativas que se apresentam como corriqueiras, surgidas em situações cotidianas, recorrentes, e que podem passar despercebidas a quem procure os aspectos “*grandiosos*”, “*anormais*”, “*grandes acontecimentos*” da vida dos homens do Alto São Francisco – impressão que não denota (des)importância do fenômeno, mas, ao contrário, evidencia a sua força e sua atualidade. Imagem identificada à oralidade, constituída especialmente por relatos (des)interessados, pelo ouvir dizer, pelo vestígio afetivo. Narrativas que não carecem de comprovação documental e da definição rígida de fatos marcantes numa escala temporal, inseridos numa narrativa “*acontecimental*” de uma narrativa histórica mais geral da história de Minas ou do Brasil. Imagem correspondente

³⁷⁴ Interessante observar-se que os significados trazidos pelos dicionários evidenciam, ainda uma vez, a não oposição entre as imagens (positivas x negativas) de Joaquina, mas uma relação ambígua, ambivalente, entre elas. Para o Aurélio, a bravura comporta os dois pólos (negativo e positivo), embora a brabeza esteja ligada a valores negativos, mas os dois adjetivos, bravo e brabo, mantêm uma relação de sentido comum: “*Bravo*: (do latim “selvagem”) 1. corajoso, valente, intrépido, valoroso, brabo. 2. irritadiço, colérico, iracundo, brabo. 3. furioso, irado; brabo. *Brabo*: Valentão, sem-educação, treino ou preparo adequado, mal-feito, ruim. Muito forte, intenso, nocivo, danoso, daninho, violento, impetuoso, exaltado, arrebatado, genioso.” HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972, p. 280. Também “(...) variantes de um mesmo vocábulo. (...) O primeiro a entrar na língua foi *bravo*, significando várias coisas: ou “bravio, não-domesticado”, ou “irritado”, ou ainda “valente, corajoso”. A forma *brabo* era apenas uma variante regional, sem nenhuma diferenciação semântica entre elas. (...) no entanto, a língua começou a especializar as duas variantes (...) em que só uma das formas é aceitável. Por exemplo, quando se trata de *coragem*, só admitimos *bravo*, com o seu respectivo substantivo, *bravura*; jamais engoliríamos algo como “*os *brabos* heróis da pátria”. Por outro lado, quando queremos dizer que alguma coisa vai mal, usamos o tradicional “É *brabo*!”, “[Es]tá *brabo*!” (onde ninguém sonharia exclamar “é *bravo*!”). Para dar a idéia de alguma coisa selvagem, natural, preferimos *bravo*; Ramalho Ortigão fala da murta, que “exala de noite um *perfume bravo* e selvagem” – e tu hás de convir que “*perfume brabo*” é outra coisa, é perfume ruim. (...) Tenho certeza de que a distinção *bravura*: *brabeza*, extremamente funcional, vai contribuir para o surgimento, pouco a pouco, de limites mais claros entre *brabo* e *bravo*.” Cf. MORENO, Cláudio. Sua língua. Disponível em http://educaterra.terra.com.br/sualingua/07/07_bravo.htm Acesso em 28/08/2005.

a um tempo antigo, primordial, ligado aos dias de hoje: “*histórias de antigamente*”.³⁷⁵ Narrativas que despertam o interesse e a cumplicidade entre ouvinte e narrador. Que exige e estabelece entre eles um certo grau de intimidade construída a partir da evocação da imagem.

Diferentemente da imagem que localizamos em outro tópico, a imagem da *sinhá braba* se constitui e resiste a despeito dos registros escritos, não carece da propaganda – da divulgação racionalizada, dos festejos promovidos no esforço deliberado para a fixação da imagem de Joaquina como “*dama do sertão*”. A *sinhá braba* surge fácil nos causos, nas conversas cotidianas apesar das tentativas atuais de combatê-la através da memória que se quer oficial, como as comemorações do aniversário de Joaquina na cidade de Pompéu. Apesar das práticas tidas como de:

“(...)*muita validade porque [despertaram] em muitas pessoas outra imagem criada de D. Joaquina do Pompéu. A imagem que eu defendo* – ressalta Gilson Maciel. *A imagem da pessoa construtiva. Que semeou com seu sangue uma descendência de mais de 80 mil pessoas*”.³⁷⁶

Mas as imagens da *dama do sertão* parecem ainda não suplantar as enraizadas imagens já existentes (em torno de trama que chamamos de *sinhá braba*), fortemente cristalizadas no imaginário coletivo. A *sinhá braba*, a despeito das evocações deliberadas de outras imagens, persiste e irrompe sem maiores esforços: e ela surge não se sabe de onde, nem por que meios tenha “sobrevivido”, muitas vezes não racionalizada. Apresenta-se como algo partilhado coletivamente, um elemento do “comum”, inerente à vida, como um “*causo*” que é parte do usual, recorrente, do espontâneo das pessoas do Alto São Francisco. Por esta espontaneidade e pela sua popularidade é tida muitas vezes como folclore, coisa que o povo diz, numa estranha diferenciação entre o dito e vivido e aquilo que muitas vezes se considera histórico.

As imagens da *sinhá braba* aparecem muitas vezes em histórias experimentadas e, embora recorrentes, difícil de serem registradas porque mesmo aqueles que desfiam os *causos* temem o descrédito. Aqueles que vivenciam os sentimentos e as sensações despertadas pelas imagens evocadas, ao tentar racionalizá-las para um registro histórico consideram que estas pertencem ao território rebaixado

³⁷⁵ “*Eu contaria estas histórias de Joaquina [para meus filhos] talvez pra deixar uma lembrança de antigamente*”. Suelen Antônia de Oliveira, entrevista concedida em 13/12/2004. Abaeté/MG.

³⁷⁶ Gilson Dias Maciel. Op. Cit.

das “*lendas*” e não um conhecimento digno de pertencer à História: “*A história dela está nos livros, tem muitos livros que falam da história dela, o que eu sei é coisa que o povo inventa*”.³⁷⁷ Aparecem como histórias de livre flutuação sem maiores ligações com a noção de “*realidade*”, despida do sentimento característico das histórias contadas e vividas.

Mas, como nos adverte o cacique Kaxixó: “*tem muita coisa que não tá nos livros não*”. Ora considerada como história de divertimento, de aterrorizar, de assombração, ou como “*segredo encapado*”³⁷⁸, mas sempre uma fatia da vida tão (des)importante quanto outra qualquer, composta por silêncios e (des)conversações: “*Tem uns trem que não pode falar não. Porque ela matava boiadeiro. Tem uns trem que não pode gravar não. Mas sabe que que é... ah! Essa aí não pode ir não... [interrupção] (...)*”.

Atentar para essas imagens “*obscurecidas*” e “*encapadas*” é ponto importante para indicar a riqueza da composição da memória de Joaquina do Pompéu: que se apresenta num jogo de luzes e sombras. O esforço na construção de Joaquina como uma figura eminente, a imagem de *dama do sertão*, quase sempre se constitui em outro movimento concomitante: o esforço para se ocultar ou banalizar as histórias que pintam a *sinhá braba*. A imagem da *dama do sertão* se apresenta realçada por fortes tonalidades, por vozes firmes, por discursos *claros*, objetivos, eloquentes, aureolados por uma “*oficialidade*”; contrariamente à imagem da *sinhá braba*, tramada em surdina – embora também se deixe revelar nas entrelinhas dos discursos que constroem a *dama do sertão* –, tramada nos silêncios ou nas conversas ao pé do ouvido, conversas “à boca pequena”, como versões *bastardas*, mas nem por isso menos atuante, de menor força.

“*Nós perguntava[mos] ao Zé: conta caso pra nós da D. Joaquina, e ele falava “mais num conto. Quando eu passo lá no cerrado campeando, é a semana inteira vocês falando da D. Joaquina lá na roça. E eu escutando lá no cerrado.” Tinha uma D. Joana, atrapalhada, [doida da cabeça] aqui, acho que a D. Joana era Afonso, aí ele [o Zé] falava é da D. Joana, mas da Joaquina ele não contava! Por que os caso que nós tava querendo era caso...escondido... agora, os caso que podia aparecer, de emprestar cobre pra São Paulo, o povo de São Paulo, do Rio de Janeiro, pegava os cobre, ela levava galinha, ovo... mas o que nós ia perguntar ele era caso fora dos livros. E esses ele não contava não. Cá adiante[mais recentemente]contavam, mais ainda era travado pelos jagunços. De pouco tempo agora*”.³⁷⁹

³⁷⁷ Belini Andrade, Entrevista concedida em 09/10/2004. Abaeté/MG.

³⁷⁸ Expressão dos índios Kaxixós recentemente utilizada como título de documentário de Bruno Pacheco de Oliveira, sobre a tribo: *Caxixó: o segredo encapado*. Rio de Janeiro: Laced. 14 mim. VHS. 2002.

³⁷⁹ Cacique Kaxixó, Djalma Vicente de Oliveira – Capão do Zezinho, Martinho Campos, MG, entrevista concedida em .06/11/2004.

Como podemos surpreender uma imagem que, historicamente relevante, se apresenta como fugidia, tecida nos silêncios, nas sombras, na longa duração, carente de registros ao longo do período em que resiste? Como perceber as mudanças, os acréscimos, as supressões, nessa longa duração? Enfim, como podemos perceber a sua historicidade já que por se expressar especialmente pela oralidade não deixou registros materiais para além do atual?

Neste ponto é pertinente observar que nossa tentativa de enfatizar uma imagem tecida num jogo de luzes e sombras, vozes e silêncios, não consiste na tentativa de rompê-lo. Não se pretende “vencer” o silêncio, a sombra, o esquecimento que cerca e caracteriza essa imagem. Isso seria deformá-la. Não se pretende desvendar uma imagem procurando fazê-la emergir do mar do esquecimento, recuperando-a definitivamente pelos procedimentos historiográficos num movimento em sua defesa, depois de tantos ataques e desqualificações “oficiais” à sua existência e pertinência. Não é uma tentativa de fazer emergir a imagem de “*sinhá braba*”, assim como se procedeu a partir de 1924, com a imagem de “*dama do sertão*”. Primeiro porque esta imagem, tecida nos silêncios, não é menos atuante por se apresentar nas “*sombras*”, muito pelo contrário. Segundo, por que é nosso objetivo compreender seus usos e significados construídos a partir de silêncios – que têm função importante em sua composição – e dos pontos em que ela emerge, extremamente atuante, desconcertante para alguns mas constantemente experimentada por todos que se lembram de Joaquina do Pompéu.

Embora não haja registros documentais diretos dos diversos momentos em que essa imagem da “*sinhá braba*” se atualiza, na longa duração, apresentam-se a nós alguns vestígios e traços do passado indicando que os silêncios não são definitivos (como no caso do índio que *não conta* as histórias de Joaquina), são resultado de um impedimento provisório, circunstancial; em outros momentos a imagem irrompe, atualiza-se e evidencia as marcas afetivas que permanecem no espírito de quem se lembra, que resistem e que duram³⁸⁰. Extremamente atuantes ainda hoje, através das histórias de maledicências e judiaria de Joaquina que procuramos aqui analisar.

Para enfrentar a dificuldade de surpreender essa imagem na longa duração, diante da falta de seu registro em momentos diversos atualidade, procuramos atentar para os registros que tentam silenciá-la, ou *obscurecê-la*, pela exaltação da imagem da *dama do sertão*. Depois procuramos identificar sua (r)existência em alguns períodos,

³⁸⁰ SEIXAS, J.A. *Ténues fronteiras entre memória e esquecimento*. Op. Cit. p. 134.

voltamo-nos para os sentimentos que resistem ainda hoje a partir da sua evocação tramada nas histórias de maledicência.

1811: o Barão de Eschwege visita os sertões dos Buritis, em sua passagem rumo aos rios Indaiá e Abaeté. Hospedado por Joaquina nas ocasiões em que percorre os sertões além do São Francisco, o barão se vê diante de uma situação desconcertante. É alvo de insinuações sobre um furtivo relacionamento seu com a viúva que lhe recebeu como prestimosa anfitriã, D. Joaquina do Pompéu. Insinuações que o motivam a registrar em sua obra algumas notas “*esclarecendo*” o fato, ou pelo menos atribuindo à história o rótulo de boatos.³⁸¹ Boato de que Joaquina teria oferecido “*a um barão alemão um presente de mil bois e algumas centenas de cavalos e, ainda mais, receber este um tal presente*”.³⁸²

Não entraremos no mérito da veracidade do boato, mas no fato de que o boato existiu. O boato é o fato aqui relevado. Teria sido feita uma proposta de Joaquina ao barão, talvez como parte de um pedido de casamento de Joaquina ao nobre alemão? Seria o pagamento, uma retribuição, a alguma ação do engenheiro estrangeiro a serviço da coroa portuguesa? Não saberemos, mas esse registro se faz importante como uma evidência de que a *sinhá braba*, na época em que vivia, fora alvo de “*intrigas*”, fundamentadas ou não. E ainda mais, a dona de um “*principado de cento e cinqüenta léguas quadradas*”, viúva em seus 61 anos, à época do registro de Eschwege, tinha sua vida íntima invadida pela boataria. Isso sugere a existência de especulações sobre sua vida sexual e é um indício, mesmo que incipiente, da possibilidade de existirem fantasias alimentadas pela sua condição feminina, viúva, mulher de recursos e poderes.

É legítimo pensar que sua vida sexual fosse preocupação e assunto corrente entre o povo. E talvez se possa conjecturar que as histórias contadas hoje sobre a sexualidade de Joaquina, não sejam fruto apenas da imaginação de hoje – tiveram origem ainda no tempo em que Joaquina viveu. Histórias diversas tratam dessa temática, como aquela sua inclinação por um negro que era colocado de molho antes de sua *utilização* pela senhora. Ou ainda, a dos encontros sexuais furtivos com os escravos, à beira dos córregos, no meio do dia. Histórias que pintam Joaquina como uma “*devoradora de homens*”, submetendo-os aos seus desejos carnais, explorando e consumindo a força do escravo não apenas na labuta diária do latifúndio, mas também na torrente insaciável de seus desejos de mulher.

³⁸¹ Registro citado no capítulo I.

³⁸² ESCHWEGE, W.L.V. *Pluto Brasiliensis* v. 2. Op. Cit. p. 295.

Uma mulher poderosa e rica. Possuidora de um mundo de terras e de gentes. Senhora de um “universo” sobre sua tutela: mulher de vasto domínio, mulher dominadora que, se pensarmos nos termos de um discurso misógino, soa quase como um pleonasmo, pois a condição feminina nesse discurso já traz a idéia de dominação, de quem devora, usurpa do homem. Nesse sentido, a vida sexual de Joaquina que despertava o interesse de seus contemporâneos do sertão e que sobrevive nos relatos de suas histórias até os dias de hoje, é um componente muito importante da imagem da *sinhá braba*. Por que a *sinhá braba* é naturalmente má. Domina os homens, usurpa-os, devora-os e desperta-lhes o medo. Sentimento que, segundo Delumeau³⁸³, desde antigos tempos é cultivado pelo homem em relação à mulher: a mulher diabólica. O apelo sexual que a figura de Joaquina parece despertar e o medo que desperta enquanto mulher guardam estreita relação com o poder que ela exerce em outras esferas³⁸⁴. Narrar as histórias e ouvi-las é tomar parte na atualização de um sentimento que ultrapassa as temporalidades: o medo da mulher dominadora, um medo generalizado.

Retomemos a história corrente, sobre os convites de Joaquina para que suas visitas masculinas fossem apreciar a horta das escravas e sua exigência de que o visitante apreciasse suas pernas mais do que às hortaliças.

*“Ela sungava a saia assim [e perguntava]: ‘Qual é que é mais bonito: é o repolho ou minha perna?’ Se falasse que era o pé de repolho, ela mandava matar. Você vai contar esses casos pros outros? Se falasse que era o pé de repolho ela falava: ‘Pega esse filho de uma puta e mata ele’.*³⁸⁵

Além do apelo sexual e à imagem da mulher dominadora do gênero masculino – aquela que toma a iniciativa, que conduz o homem ao pecado, uma Eva que induz ao pecado da carne –, essa história traz elementos para compor uma imagem de mulher ainda mais temível do que a “mulher normal”, de “natureza” temível, mas subjugada e sob controle pela dominação masculina. Mais temível porque detém o poder patriarcal que ela exerce no papel de homem. Nesta história, Joaquina satisfaz seus caprichos sexuais com os homens brancos, um elemento novo em relação às histórias que

³⁸³ DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, uma cidade citiada*. Op. Cit.310-349.

³⁸⁴ Poder ou domínio, para Gilberto Freyre, exercido menos como indivíduo ou como sexo chamado ‘forte’ ou ‘nobre’ do que como expressão ou representante do poderio familiar. Daí o fato de ter sido esse poder exercido às vezes por mulher; mulher cuja função era de patriarca e cuja forma de domínio era a patriarcal. Nesse sentido, ele desconsidera o medo despertado por Joaquina, pela sua condição feminina, aliada ao poder familiar, da chamada estrutura patriarcal. Cf. FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2004. p. 91.

³⁸⁵ Normando Martins da Costa (Toco), entrevista concedida em 14/11/2004. Paineiras/MG.

narram seus desfrutes sexuais com os escravos. Utilizar-se dos serviços sexuais dos escravos não constituía maiores usurpações, já que estes não eram donos nem do próprio corpo – propriedade do senhor que poderia explorá-lo da forma que melhor lhe conviesse, seja na labuta da lavoura ou na lascívia das redes e dos matos. A utilização sexual do escravo fora prática corrente entre os homens e não menos usual entre as senhoras, no período da escravidão.

Mas, na relação entre Joaquina e o homem branco sugerida pela história da horta, este se encontra totalmente dominado pelos desejos e à mercê dos caprichos e do poder da fazendeira já que sob a ameaça de morte, caso não a agradasse. Deve-se ressaltar que a condição social dos dois é a mesma, embora nessas relações ela apareça como superior a ponto de decidir pela vida e pela morte do visitante. O que os diferencia, nesse caso, é apenas a condição de gênero e Joaquina se apresenta como o gênero que domina a situação: representação esta recorrente do poder feminino, como acentuou Delumeau.

Nessa história estão igualmente representados grande parte dos aspectos do temor masculino em relação à mulher: medo da mulher que domina pela sua condição de sexo, mas também que tem acesso a outros meios de poder e subordinação que tradicionalmente foram reservados ao homem: poder econômico, sobre os escravos, sobre as pessoas – uma dominação total: Joaquina tinha o poder de convocar seus escravos e capangas para matarem aquele que lhe desafiasse a vontade. Evocação de um medo absoluto de Joaquina, porque ela incorpora todas as formas de dominação masculina ao *perigo* da dominação feminina³⁸⁶.

Uma das facetas de Joaquina ressaltada nas histórias de maledicência contadas hoje é a sua malvadeza, uma maldade gratuita quase sempre relacionada ao tratamento com os escravos. Histórias verossímeis que não constituíam certamente procedimento estranho à prática dos outros senhores de escravos do Brasil, “às vezes sádicos no exercício do poder”.³⁸⁷ Essas histórias que ainda ouvimos hoje com variações, talvez com mais riqueza de detalhes, com acréscimos e perdas, talvez tenham

³⁸⁶ Ainda insisto na concepção de Gilberto Freyre. Ao considerar o exercício do poder patriarcal por mulheres como uma “concessão” do sistema que se guiava mais pela configuração familiar do que pelo sexo, o autor não nos ajuda a compreender por que a atuação dessas mulheres se apresenta ainda hoje de forma tão marcante. Se sua atuação não constituía nenhuma “diferenciação”, por que elas estão tão presentes no imaginário? Nesse ponto é que consideramos a condição de sexo extremamente atuante que possibilita um “agravamento” das condições de dominação da família patriarcal, especialmente na percepção dos homens, sejam subordinados ou seus pares. Cf. FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. Op. cit. p. 91.

³⁸⁷ FREIRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. op. cit. p. 91.

surgido à época em que Joaquina viveu. Sabemos apenas que, em 1924, Gustavo Pena, ao procurar resgatar os grandes feitos de Joaquina construindo a imagem de *dama do sertão*³⁸⁸, registra que até então a memória de Joaquina era evocada somente por *causos* de alegre judiaria que as pessoas sabiam e contavam risonhamente. Isso nos remete a alguns causos que ouvi, contados – digamos – nesse mesmo estado de espírito “risonho”, numa demonstração de prazer em desfiá-los: “os casos aparecem, com aquele sabor das coisas do passado para a confirmação dos instintos maus de Dona Joaquina”, registrava Paulo Coeli³⁸⁹. Histórias de *judiaria* que diziam respeito aos escravos, como a história dos ciúmes de Joaquina que a levam a quebrar os dentes de uma negra. Relembrando: “O marido dela era feio, né. Ela mandou o pé no dente da nega, quebrou os dentes da nega todo sô![Gargalhada!] ela era braba. Ela mandava matar mesmo! Aqui mesmo sô.”.³⁹⁰ Ou nas palavras de Bartolomeu Melgaço:

“Diz que um dia, o marido da D. Joaquina chegou lá na senzala e falou: “Mas que nega dos dentes mais bonito!”. Dona Joaquina mandou quatro capangas dela lá mais forte. Pegou a nega, arrancou os dentes dela tudo, de torquês, sem anestesia”³⁹¹

As histórias de *judiaria* contra os escravos apresentam como motivos da violência a rivalidade entre a mulher branca e a escrava³⁹² e também como parte dos castigos impressos aos desobedientes e aos fujões, embora neste contexto, os castigos sejam compreendidos pelos narradores como uma violência gratuita, não associada diretamente à “falta cometida pelo escravo”, e de forma alguma, uma ação justificada por ela. Muitas dessas histórias trazem implícito o sentimento de repúdio à escravidão.

“Quando os escravos faziam qualquer tipo de trem, e os capataz mandava o sujeito lá no tronco - eu conheci o tronco, eu já cheguei a ver - uma barra de ferro prendido com duas correntes nos dois braços e dois nas pernas e eles entravam de chibatadas na cacunda deles. Era levar no tronco e o caboclo apanhava pra valer mesmo. Lá na Joaquina do Pompéu, tinha até roda d’água com a chibata pra

³⁸⁸ PENA, Gustavo. Dama antiga In: RIBEIRO e GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 65

³⁸⁹ COELI, Paulo de Medina. Tangará. In: RIBEIRO E GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 63.

³⁹⁰ Normando Martins da Costa (Toco), entrevista concedida em 14/11/2004. Paineiras/MG.

³⁹¹ Bartolomeu Melgaço, citado. Poções de Paineiras, 14/11/2004.

³⁹² Freyre acreditava que no sistema escravista brasileiro “(...) você tinha na mucama uma mulher rival da sinhazinha. O Brasil criou, realmente, dois tipos antagônicos de mulher, aristocrática, a da expressão da casa grande e sua rival, a expressão da senzala. A que vinha da senzala pelo seu próprio mérito físico, sensual, sexual, em competição com a outra, que tinha outros méritos, tinha requintes europeus, tinha requintes de perfumes vindos da Europa, de modas vindas da Europa. A mucama, quando conquistava o senhor branco, o senhorzinho, o ioiô, o ioiozinho, ela o conquistava quase somente pelo seu encanto físico, biológico, pelo seu próprio cheiro de suor.” FREYRE, Gilberto. Entrevista a FAERMAN, Marcos. *O mulherengo Gilberto Freyre. Status*. São Paulo, p. 26-34, set. 1985.

*por o nego lá e ligar a roda d'água sem ninguém usar o braço pra bater deixava lá tantas horas a roda d'água e o trem ó, doendo nas costas do companheiro. Era a pior das ditaduras do mundo, né”.*³⁹³

Histórias de maus tratos aos escravos que também são atribuídas a outras senhoras famosas, como Chica da Silva e Maria Tangará. Como a história de arrancar os seios de uma escrava em tenra idade, também por ciúme de seu marido, servindo-os na refeição.

*“Era a hora da janta. (...) as escravas tinham preparado o ensopado de galinha que a negrinha recém-adquirida trazia, com as duas mãos segurando a travessa. D. Joaquina observava os modos da negrinha de (...) peitos arrebitados (...) sensualidade inocente (...) a servir o Capitão [que observou só uma vez os peitos da negra, e no outro dia] a mesa do almoço estava toda enfeitada com verduras da horta das escravas e tinha até licor na mesa. (...) Dona Joaquina sentou-se à mesa depois do capitão. (...) Veio uma negra velha que trazia o almoço numa travessa bem tampada (...) [o capitão pergunta à Joaquina o que havia de especial] e destampou a travessa (...) – Já que você gostou tanto, coma tudo, meu marido. Ela me custou muito caro. Disse a patroa saindo fogo nos olhos. E lá estavam dentro da travessa, mergulhados no caldo da galinha gorda, os dois peitos ríjos da negrinha donzela”.*³⁹⁴

Histórias de judiaria de Joaquina, a *sinhá braba*, que ultrapassam os limites do Alto São Francisco e vão compor o enredo construído em torno da vida da escrava Anastácia, hoje cultuada como santa em diversas regiões do Brasil.³⁹⁵ Anastásia seria filha de uma princesa bantu chamada Delminda:

*“(...) vendida grávida para Joaquina Pompéu, a mãe de Anastácia deu a luz à menina, ainda no mesmo ano, no dia 12 de maio. Crescida, tornou-se objeto de adoração do filho de sua dona, Joaquim Antônio. O rapaz fazia de tudo para ter a moça, inclusive ofereceu dinheiro para ela deitar-se com ele, mas ela recusou-se terminantemente. Por nunca ter permitido a aproximação de Joaquim, foi perseguida, violentada e obrigada a usar a máscara. Dizem que as mulheres e as filhas dos senhores de escravos eram as que mais incentivavam a manutenção de tal máscara, porque morriam de inveja e de ciúmes da beleza da negra. Durante alguns anos viveu desta maneira, morrendo no Rio de Janeiro em data incerta”.*³⁹⁶

³⁹³ Bartolomeu Melgaço, citado. Poções de Paineiras.

³⁹⁴ NORONHA, Gilmar. C. Sob os olhos da patroa. *Caderno de educação*, Belo Horizonte, FAE/UEMG, nº 36, 2004. p. 51-53.

³⁹⁵ “(...) filha de Delminda, negra da tribo Bantú, mais precisamente da família real Galanga, trazida para o Brasil em 1740, Delminda, que era uma jovem muito formosa, ainda no cais do porto foi arrematada por mil réis, por Antônio Rodrigues Velho. Como era comum à condição das escravas negras, foi também violentada, ficando grávida de um homem branco, motivo pelo qual Anastácia, sua filha, possuía olhos azuis.” Escrava Anastácia. Disponível em <http://www.adrianavacanti.eti.br/tati/mulheresdabrasil/escravaanastacia.htm>. Acesso em 15/05/2005.

³⁹⁶ <http://www.rapnacional.com.br/mulheres/informativos/anastacia.htm>. Sobre a Escrava Anastácia, cf. SOUZA, Mônica Dias de. *Santo de casa também faz milagres: a construção simbólica da escrava Anastácia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

A malvadeza, a maldade gratuita atribuída a Joaquina no trato com os escravos, também é ressaltada em histórias que extrapolam sua condição de senhora de escravos, que matizam a sua ruindade quase como um componente de sua natureza e não de sua condição social. Ressalta-se a violência com os brancos, com os inocentes, como evidencia a história de que Joaquina teria matado uma criança e feito a mãe comer sua carne:

*“Ela passou até um menino novo na máquina [de moer carne] lá no Pompéu. A mulher foi passear lá e a mãe dele comeu da farofa do menino. Largou a cabecinha lá, fez a farofa do corpo e deu à mulher lá. Falou: ‘É farofa de Tatu’. A mulher comeu e ela [Joaquina] falou: ‘Isso era do seu menino.’ A mulher falou: ‘né não Sá’. ‘Então vai lá pra você ver, tem só a cabecinha lá’. [respondeu Joaquina].. Tava só a cabecinha dele lá. Ela era ruim demais”.*³⁹⁷

Como poderíamos interpretar essa violência gratuita imaginada na história contada acima? Por que Joaquina teria feito isso? Quais “mensagens” o contador quer passar ao ouvinte desfiando essa narrativa? É uma história para fazer medo, arrepiar, para deixar definitivamente evidente a dimensão má de Joaquina do Pompéu? Vamos a uma versão mais detalhada, atualizada pela menina Vanessa Melgaço que não tem preocupação com a condição de Joaquina como senhora de escravos e incorpora recursos atuais, como o telefone, à vida de Joaquina de antigamente:

*“A Isabel me contava [que] a mulher queria que a Joaquina do Pompéu fosse a madrinha do menino dela. Aí, a Joaquina do Pompéu recebeu ela com o maior carinho. Depois o menino tava num cochilo, a Joaquina do Pompéu falou assim: ‘Deixa eu ir lá deitar ele’. Aí ela foi lá pra cima, deitou o menino, ligou lá pra cozinha, pros empregados subir, eles mataram o menino, fez uma farofa, depois ela desceu e falou com a mulher se ela queria comer uma farofa. Aí a mulher falou que queria. Aí depois que comeu a farofa ela perguntou se tava gostosa e ela falou que tava. A farofa era do menino. [ela fez isso com o menino] por que ela é maldosa. Num domingo eu fui na casa da Isabel, e ela me contou essa história, nós tava conversando em piada. Aí ela lembrou dessa história. Fiquei com medo. Ela falou assim: ‘agora eu vou contar uma história que você vai ficar impressionada’. Diz ela que é verdade. Aconteceu mesmo. Eu sonhei com isso. Eu tava imaginando que jeito que era. Os empregados matando o menino, cortando tudo, pedacinho por pedacinho: imagina o tanto de farofa que deu, hein? Deve ter muita carne, imagina se for gordo!”.*³⁹⁸

Incorporar o telefone e transformar os escravos em “empregados”, não é uma falha de memória nesta menina de onze anos. Tampouco é sinônimo de ignorância

³⁹⁷ Normando Martins da Costa (Toco), entrevista concedida em 14/11/2004. Paineiras/MG.

³⁹⁸ Vanessa Alves Melgaço, entrevista concedida em 15/11/2004. Poções de Paineiras/MG. 11 anos.

(talvez ela não saiba mesmo que naquele tempo não tinha telefone e os empregados eram escravos), mas será importante retomarmos aqui uma das principais características da memória: ela é seletiva. Nas várias apropriações ela “conserva” o que lhe interessa e suprime, “atualiza” o que lhe convém. No caso de Vanessa, não importa que Joaquina tenha sido uma poderosa senhora de escravos: importa é enfatizar a sua índole: para ela, Joaquina era, sobretudo, uma mulher “maldosa”, independente de quem fossem suas vítimas, era dissimulada: “*recebeu a mãe com o maior carinho*” e não importa se ela tinha ou não telefone, ou se comunicava com os serviços com os gritos já ressaltados. Importa é que ela era de um tempo *de antigamente*, ou talvez nem importe o tempo em que ela viveu – o que importa, e é o que a menina enfatiza, é o caráter de Joaquina e os sentimentos que essa história suscita. Nas variações dessa história de judiaria, mais do que a localização temporal exata, mais do que a recriação exata do contexto histórico, o que se mantém é o vestígio afetivo: o importante ao se contar essa história parece ser a estruturação de um enredo que ressalte que Joaquina assusta, causa medo e repulsa com suas maldades – esse o sentimento moral conservado e recriado de forma expressiva pela menina que narra³⁹⁹. Parece-me que uma das funções, um dos usos dessas histórias seja perpetuar um sentimento específico em relação à Joaquina: o medo. Nesse caso, o medo experimentado por quem buscara apenas apadrinhamento. Dizem que Joaquina tinha muitos afilhados⁴⁰⁰: quase todos eram seus afilhados na região do Alto São Francisco⁴⁰¹.

Além das maldades com os escravos, das histórias de judiaria e de maldade gratuita, a *sinhá braba* também desfiava suas maldades com homens de poder, com viajantes, negociantes, representantes das autoridades. Em 1936, Gilberto Freyre reconhecia em Joaquina do Pompéu uma mulher “mandona”, o homem da casa que fazia as honrarias de patriarca com toda a sua intransigência, exercendo um poder pessoal/privado, desafiando

³⁹⁹ Suelen Antônia de 12 anos também conta essa história: “*Diz que teve uma vez que chegou uma mulher na casa dela, com um bebê. Ela foi visitar a Joaquina de Pompéu. A Joaquina de Pompéu falou pra essa mulher que ela pra ela passar o bebê dela pra empregada pra ele dormir. Aí a mulher passou. A Joaquina de Pompéu foi na cozinha e falou pra empregada matar o bebê e cozinhar pra mãe dele comer. A empregada vez isso porque se ela não fizesse ela seria morta. A mãe comeu e não desconfiou que estava comendo uma coisa diferente. Quando comeu ela falou que ia embora e perguntou pelo bebê e a Joaquina de Pompéu falou que ela tinha acabado de comer aquele bebê. Que era o dela. Por que ela fez isso? Por desejo. Por vontade de fazer maldade. Eu penso assim.*” Entrevista concedida em 13/12/2004.

⁴⁰⁰ Em 1959, Donald Pierson observa que na região do Pompéu ainda era forte um sistema de relações sociais que enleava toda a comunidade: o sistema de compadrio: “*Ao afilhado cumpre a obrigação de manifestar respeito pelos padrinhos e de demonstrá-lo pedindo-lhe a bênção todas as vezes (...) escutarem-lhes e seguirem-lhes os conselhos e obedecerem-lhe até o ponto de acompanhar o padrinho e sua filiação política, ‘dando-lhe seu voto’*” (PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco - Tomo III*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1979. p. 62).

⁴⁰¹ BARRETO, Plínio. Deus no céu e Dona Joaquina na terra. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05/ago. 2000, p. 4.

o Estado, criando sua própria justiça, fazendo seu próprio policiamento, suas leis – protegendo fugitivos da justiça, agindo por conta própria. Essa imagem de truculência se encontra presente em várias histórias rememoradas pelo povo que ressaltam a ausência da lei do Estado, o poder privado exercido por Joaquina, que fazia o que bem entendia.

Em 1944, Lindolfo Xavier⁴⁰², a despeito de toda exaltação que faz à figura bondosa de Joaquina, afirma que são célebres (em 1944), os episódios e as lutas “violentas de Joaquina, contra quem lhes desafiavam o poder, a autoridade, contrariavam-na”. Quais seriam esses célebres episódios referidos por Xavier? Eles guardam alguma relação com as histórias ainda existentes? Xavier nos deixa pistas para dizer que sim. O autor descreve o sobrado de Joaquina: no sótão havia arsenais de armas, prisões subterrâneas para escravos criminosos ou salteadores de rebanho. Descrições que sugerem referência a histórias que encontramos hoje sobre sua relação com boiadeiros – vistos não como salteadores, mas como os assaltados, como vítimas de Joaquina porque “ela tinha um negócio de ficar matando pra tomar trem dos outros. D. Joaquina morava no Pompéu. O marido dela e D. Joaquina moravam no Sobrado Velho”.⁴⁰³ Xavier procurava então combater as histórias de maledicência e possivelmente se referia a histórias semelhantes às existentes ainda hoje:

“Dizem que ela vendia gado assim e mandava os capanga trazer os trem tudo pra trás. O sujeito chegava lá pra comprar gado, qualquer coisa assim... Ela ia iludindo o sujeito. Ela tinha um quarto lá, ela iludia o sujeito, pra ele pisar num trem assim, tipo uma armadilha, um trem assim de espeto, o sujeito batia lá e não sobrava nada. E ela ó nos cobre (...) Dizem que era assim mesmo!”.⁴⁰⁴

Ou numa outra versão desse “quarto do terror”:

“Ela tinha um quarto cheio de cobras. Se os empregados não obedecessem, ela jogava os empregados dentro do quarto cheio de cobras. Esse quarto era só pros empregados. As pessoas que ela não ia com a cara delas, ela mandava matar a tiro”.⁴⁰⁵

Morto a tiro ou nas armadilhas do sobrado, conta-se que, de fato, depois de vender o gado e receber o dinheiro:

⁴⁰² XAVIER, Lindolfo Octávio. Pompéu velho. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, mar. 1944.

⁴⁰³ José Ferreira da Cruz. (Nino) (18/09/1921) depoimento concedido em 12/11/2004. deixamos aqui os nossos agradecimentos e nosso pesar diante de seu falecimento em maio deste ano de 2005.

⁴⁰⁴ João Silvério da Silva, entrevista concedida em 12/11/2004. Poções de Paineiras/MG.

⁴⁰⁵ Suelen Antônia Oliveira Faria, entrevista concedida em 13/12/2004.

“(...) [ela mandava trazer] o peão morto e enterrava debaixo do sobrado. E nisso foi muitas vezes. Não foi umas três ou quatro vezes não. Foi muitas vezes ela continuando nesses negócios, matando os peão e voltando o gado pra trás (...). Era debaixo do soalho que eles tratavam né, naquela época. Não tinha nada, naquela época não tinha carro, não tinha lugar pra guardar carro nem nada. Guardava algum trem velho, mas ela matava os peão, enterrava lá e se alguém da família viesse reclamar não via nada, não tinha certidão de nada, né. Escondia os animal, o animal que o peão tava nele era escondido lá nos pasto longe da fazenda, o povo não conhecia”.⁴⁰⁶

Essas histórias de matança de boiadeiros e roubo de gado estão muito vivas ainda hoje, como o eram em 1956, como nos faz pensar um poema de Jacinto Guimarães: “*O solar de Dona Joaquina*”:

“*Ei-lo firme em seus alicerces. (...)*
Vai resistindo à ação do tempo (...)
Resistindo as inventivas,
Às malversações e calúnias”.⁴⁰⁷

A *sinhá braba* era assustadora, causava medo e até o seu solar era “*mal assombrado*”. Cruel com os escravos, dominadora dos homens, má por natureza – exercitando uma maldade gratuita e também maldades em benefício próprio, apenas para levar vantagem: eis uma configuração complexa para essa imagem que se apresenta em tantas evocações. Vista como homem da casa, Joaquina se impõe à figura masculina representada por seu marido. Como *sinhá braba*, ela não carece de marido e, mesmo se o tivesse, está distante de um ideal tradicional de esposa:

“*O prestígio era grande. Eu acho que o povo ficou marcado mais por causa das ruindades, ela era má, cruel, mandava bater, mandava matar, fazia o que queria. Portanto que ninguém falava no marido dela, só falava de D.Joaquina. certamente ela tinha um marido, mas de certo era igual aquela do Nordeste, Dona flor e seus dois maridos*”.⁴⁰⁸

Em todo caso, mulher de prestígio: mesmo quando representada como criminosa, má e desonesta, era respeitada. Nessas histórias, todos enfatizam que ela era respeitada e tinha muito poder. Respeitada pelo medo, pela força e truculência. “*Ninguém falava dela, porque tinha medo de que ela fizesse uma punição*”.⁴⁰⁹ Ninguém falava abertamente, publicamente.

⁴⁰⁶ José Braga do Couto, entrevista concedida em 12/11/2004. Abaeté/MG.

⁴⁰⁷ GUIMARÃES, Jacinto. *O solar de D. Joaquina*. In. RIBEIRO E GUIMARÃES. *Dona Joaquina...* Op. Cit. p. 42.

⁴⁰⁸ Bartolomeu Bueno de Carvalho. Citado.

⁴⁰⁹ João da Cunha. Citado.

Muitas vezes as histórias eram cochichadas, permeadas pelo silêncio e pelo medo – segredo encapado – e mesmo veladas eram tão fortes que ainda hoje ecoam e resistem. Ainda hoje trazem um sentimento de clandestinidade cultivado pela gente humilde, pela população das cidades do Alto São Francisco⁴¹⁰, pelos índios Kaxixós que vivenciam o perigo iminente de um conflito de terras.

3.2.3 – *Contraposições e aproximações*

Certas histórias de maldades são exaltadas, o que nos parece constituir um ponto de aproximação entre a imagem da *sinhá braba* e da *dama do sertão*. Refiro-me, especialmente, às maldades relacionadas à lavagem da honra, ao orgulho ferido, aos desafios ao Estado, ao jeito intransigente de tratar os subordinados, seu jeito de fazer política. Mas, outras histórias de maledicências parecem definitivamente colocar em lados opostos as duas imagens. Como compreender essas diferenciações e esse conjunto complexo de imagens a partir de uma totalidade constituída pelo fenômeno de memória de Joaquina do Pompéu?

Em outros termos, será pertinente pensar numa totalidade que abarque essa multiplicidade de Joaquinhas? A resposta à questão só será afirmativa se considerarmos que essa totalidade seja apenas mais um recurso analítico que não ambiciona ter correspondência exata na dita realidade empírica. As diversas imagens de Joaquina que temos considerado podem ser pensadas como parte de um mesmo fenômeno de memória, embora este fenômeno não possa ser reduzido a elas. E pensar esse conjunto de imagens múltiplas, ambíguas e ambivalentes como um único fenômeno só será importante para que visualizemos o objeto que estamos a construir em nossa intriga historiográfica. Pretendemos, pois uma mudança de perspectiva: depois de atentar para possíveis tramas da memória que formaram duas imagens destacadas de Joaquina, procurar perceber esse conjunto como um único fato (complexo, de múltiplas imagens) – o fenômeno da memória de Joaquina do Pompéu.

Pensar esse objeto considerando a sua constituição complexa é algo extremamente difícil. Expressar a forma como o concebemos é tarefa ainda mais custosa. E é

⁴¹⁰ Quando realizava no Vale do São Francisco, na década de 1950, Donald Pierson observou que em Pompéu, as pessoas cultivavam profundo orgulho de seus ancestrais e que ouvira dizer que “(...) é perigoso falar mal de alguém, havendo pessoas por perto, porque estas podem ser parentes, ainda que remotamente, da pessoa visada e ficarão ofendidas” e que “(...) um grupo de parentesco (...) dos mais tradicionais há muito tempo reside na área, [quando] é atingido de fora, todos se sentem ofendidos e revidam a injúria, olho por olho. A vingança por agressão ou assassinatos envolvendo um membro da família, é considerada uma obrigação inalienável de todos (...) [frente a] uma presumida ameaça ao prestígio, é exigida absoluta fidelidade e vingança retaliadora”. (PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco - Tomo III*. Op. cit. p. 54-57).

sempre necessário não esquecer que sempre, as imagens que o constituem são intrigas, são tramas tecidas no duplo movimento feito por mim a partir dos materiais produzidos nas tramas de outros sujeitos, antes de mim, naturalmente com interesses diversos. Talvez fosse pertinente recorrer à imagem do caleidoscópio para representar a tentativa de observar esse conjunto de imagens formando um único conjunto: O caleidoscópio – percebido como um único objeto – é uma totalidade composta por diversos elementos que dão uma miríade de imagens, de impressões a partir da mudança de perspectiva. Tentar descrever o conjunto das imagens de Joaquina seria como se descrevêssemos os mecanismos de um caleidoscópio. Não há como observar o fenômeno da memória de Joaquina do Pompéu (o objeto) em toda a sua vivacidade e complexidade, a memória está aí, viva, o que podemos é procurar capturar alguns de seus aspectos, recortando-os, enfatizando alguns ângulos, relegando outros. Recortes incidentais, totalmente arbitrários, mas que devem ser reintegrados na forma como for possível à totalidade de onde eles foram retirados.

Após descrever o fenômeno da memória de Joaquina através da contraposição das imagens e representações de Joaquina enquanto *dama do sertão* e *sinhá braba* pretendo procurar pontos em que estas podem ser aproximadas. Procuremos estabelecer um diálogo entre as duas imagens que elegemos, para que não persista a (falsa) impressão de que existe uma dicotomia, uma separação baseada em quaisquer possíveis pressupostos, caracterizando a memória de Joaquina. Não há dicotomia. Há sim ambigüidade na relação entre as duas imagens, mas é importante lembrarmos que estas duas imagens, de algum modo, foram por nós tramadas e não pretendem coincidir com a chamada realidade empírica, ou passado ontológico. Essas tramas não são mais que um recurso analítico: nada mais que a feitura dos fios para a tessitura da trama.

A *dama do sertão* e a *sinhá braba* são duas das imagens que compõem a memória de Joaquina do Pompéu: ao mesmo tempo em que, como *dama do sertão*, é apresentada como uma *figura fora do seu tempo*, a evocação da imagem de *sinhá braba* vem nos confidenciar que Joaquina era má com os escravos, usurpava as terras de posseiros e índios, desrespeitava as leis de um Estado que tinha dificuldade de estabelecer sua jurisdição em tão vasto sertão; era, portanto, mandona e intransigente, usuária dos recursos de persuasão violenta, como a maior parte dos senhores de sua época:

“Isso não era problema não, esse negócio de matar antigamente, matava e jogava pra lá, pronto. Não tinha caso pra contar não. Morreu, morreu, sinto muito, mais antes você do que eu. Isso era

*normal. Não tinha esse negócio, ah, perseguição, fulano, cuidado que ele mata, ah, ligava pra isso não”.*⁴¹¹

Como a *dama do sertão* que não se afasta de um modelo de mulher europeia, mesmo que sob as condições diversas, Joaquina não se mostra nada fora do lugar, quando se restabelece o diálogo entre as imagens.

Vista como *matriz-matrona* de um grupo político específico, detentora de um espírito político – espírito público – a imagem de chefe político é completada e matizada, através dos atributos da imagem de *sinhá braba*, pelo abuso de poder, pela truculência, pelos particularismos, clientelismos, privatização do poder, troca de favores, *patrimonialismo*: “*Eles tinham um conchavo com o governador, o governador apoiava os grandes, é igual os políticos hoje, não tá assim puxando a língua pra um, pra outro, o governador apoiava ela.*”.⁴¹² Essa noção de chefe político que a imagem de Joaquina evoca, que encerra componentes de civilidade e brabeza, é evocada também para se compreender o exercício atual de poder, para se conceber e se compreender a atual rede política e o jogo de influências. Compõem um enredo explicativo da configuração social atual:

“(...) o povo da Joaquina é tudo estudado, nós agora descobriu. Dentro de Belo Horizonte tudo quanto é comandante de Belo Horizonte é o povo de D.Joaquina (...) Ah! Aquilo, quase tudo chefe, tudo chefão das coisas, que as mulher de cabeça amarela (...) eles estão ganhando dinheiro e pondo fio, quando você não tem serviço põe eles lá pra ganhar comigo. Aquilo lá de Secretaria de Educação, da parte da Fundação, aqui da FUNASA, tem serviço de todo jeito lá, lá dentro de Belo Horizonte. Um é tomador de conta de advogado, várias classes de advogado. Doutor de diversas classes, um é fiscal do outro. Aqui tem muito doutor, mas lá atrás é purinho doutor, tudo povo da D. Joaquina”.⁴¹³

Ao mesmo tempo em que se apresenta como matriz da civilização, religiosa e civilizada, amalgamadora da sociedade, Joaquina é lembrada como um atraso, como representante de um tempo em que havia um parco “grau de civilização”. Representa um tempo e um espaço regidos por procedimentos distantes das aspirações atuais, especialmente em relação ao exercício da violência. A reprovação de sua conduta e das relações sociais atribuídas a seu tempo assinala um modo de pensar o mundo e as

⁴¹¹ João César da Cunha, entrevista citada.

⁴¹² Idem.

⁴¹³ Cacique Djalma Vicente de Oliveira, Capão do Zézinho, Martinho Campos, 06/11/2004.

relações sociais atuais de quem as evoca. As ações de Joaquina enquanto *sinhá braba* são vistas como:

*“(...) a pior das ditaduras do mundo, né. Então fazer festa pra ditadura nunca. Mais isso não, o negócio [hoje] é democracia, liberdade pra todo mundo. Numa ditadura daquela o lugar dela é junto com Sadam Hussein. Não tem condição pra guardar uma história dessa com uma pessoa ditadora daquele jeito não. A imagem dela seria pior do que a imagem do Lampião, né. Porque o Lampião nesse caso tinha seus motivos né, e ela não, ela era ditadora da pior qualidade”.*⁴¹⁴

Muitas vezes, a evocação de Joaquina indica um modo de pensar ligado à religiosidade e à moral cristã. Nestes termos é considerada personagem diabólica ou primitiva pela falta de sentimentos “cristãos”, representante de uma moral que se apresenta como superada:

*“D. Joaquina e seu marido foram um péssimo exemplo, eram autoritários, mandava e desmandava, traíam. Uns verdadeiros ladrões e assassinos mandantes. Por isso é que levaram a pior, o marido foi morto mesmo achando que estava bem protegido. Isto prova que no mundo o homem mal é nada diante de Deus. Roubo não leva ninguém pra frente nem traz felicidade”.*⁴¹⁵

Sua desonestidade, seu modo de vida, suas práticas muitas vezes são tomadas como práticas superadas, atrasadas diante de uma realidade diferente, perante uma sociedade que se quer democrática, marcada pela diversidade étnica e emergência de identidades plurais. Identidades que se constroem pela diferença. Embora algumas dessas práticas sejam “novas”, organizam-se sempre tomando Joaquina como importante referência. É o caso dos índios Kaxixós, em momento de afirmação civil identitária organizam-se a partir de um enredo da história-memória de sua tribo:

“O pé da árvore nossa é Dona Joaquina (...). Nós é neto dela, eu sou neto dela na quinta geração (...). Nós era bobo demais, além de ser bicho do mato e bobo, nós tava ali. Se falasse se o sujeito era mau, como num for, nós nem compreendia isso. E passou dentro de cada barreira perigosa! (...) muito segredo encapado. Ainda tem até hoje, segredo, tem as matanças que agora ta levantando. Então, essa história (...). Tem caso antigo! Tudo é passando escondido, segredo comigo. (...) O povo entende que era nós do capão do Zezinho fazendo de índio pra pegar terra igual sem-terra, mas é tudo o contrário. Nós é gente de nascença, raça de índio caboclo, cruzado com índio Carijó, mas central é da Dona Joaquina. Dos kaxixó. Mas num é falar que

⁴¹⁴ Bartolomeu Melgaço, entrevista citada.

⁴¹⁵ Valdir Ferreira da Silva. Entrevista concedida em 10/09/2004. Morada Nova de Minas/MG.

*Dona Joaquina é dona não, a família nossa é antes do 1500. Nós dá notícia antes do 1500. Tanto nós dá pelo kaxixó como nós dá pelos branco. Os estrangeiros iam me levar para eu falar dela (de Dona Joaquina do Pompéu) lá em Mariana. E eu ia falar uns casos dela mesmo. Porque nessa época eu não sabia que ela era minha avó, não. Na quinta geração. Então eles iam levar pra contar tudo quanto é caso. Mas agora eu já não posso contar não porque ela é avó. E tem muito trem que nós conhece, que tem caso dela que nós não pode contar, mas tem a vida dela lá em Mariana, desde a hora em que ela nasceu até a hora dela morrer, eu sei caso dela desde a hora do primeiro banho dela até a hora dela morrer. Sei os caso da dona Joaquina tudo. Pra tribo foi mió. [descobrir que eram descendentes dela], porque o povão que não conhecia isso, esses povo, (...) tudo gente rico, lá nós entesta no cobre, né! Mas intestar num trem de índio que era bom, e daí ela passou a ser dono, que ela era o pé da árvore e eles herdou foi dela. Tudo pensa que é rico mas é herdeiro dela: até esses fazedor de lei igual Francisco Campos, (...) tudo era herdeiro dela, então nós tá dentro também, quer dizer que nós num é herdeiro dela não, nós é dono dos trem antes. Antes dela mais do governo [capitão Inácio]. E quer dizer que pedacinho também, e aí todo jeito que eles brigam num tem jeito porque na lei [sendo parentes dela ou não] um pedaço da terra é nosso: inda num é nosso não. O governo ainda tem que pagar eles ainda. É diferente! Eles é dono porque tomou e ainda tem que pagar eles. Pra nós trabalhar porque nós num vai ser dono não. O presidente é que é dono. Nós inda tem só que trabalhar. Mas ficou mió. Porque aí se eles tiver que brigar eles tem que brigar é com o presidente, né! Não é com nós não”.*⁴¹⁶

Lembrar de Joaquina do Pompéu para a tribo não é uma ação para relembrar e reviver o passado, mas é parte de uma cobrança para o futuro: cobrança de uma dívida que não quer reviver o momento em que ela foi contraída, mas quer lembrar que ela ainda está por ser paga⁴¹⁷.

Lembrar de Joaquina do Pompéu, então, é muito mais do que a tentativa de reviver um passado que já não existe mais: é de acordo com as várias perspectivas em que ela é observada, uma tentativa de “continuação” desse passado no futuro (seja visto como um passado glorioso como evocado pelos seus descendentes, seja como lembrança de contração da dívida para com os índios, seja como um contra-exemplo de cristandade, necessidade de uma superação do mal contra o bem, projetada também para o futuro, ou ainda de uma riqueza do passado, projetada para o futuro). É a partir dessas configurações múltiplas que a memória de Joaquina faz história.

⁴¹⁶ Cacique Djalma Vicente de Oliveira, Capão do Zezinho, Martinho Campos, 06/11/2004.

⁴¹⁷ Referimo-nos às palavras de Deleuze, G. em *Difference et répétition*. (1989). Apud: SEIXAS, J. Os tempos da memória. Op. cit. p. 49.

CAPÍTULO 4

HISTÓRIA E MEMÓRIA

“Nós é assim, índio, nós conhece o Brasil de um jeito. Professor de outro. Polícia de outro. Mas nós conhece o Brasil para conversar de canto a canto. Mas é na lei do índio.”

(Djalma Vicente de Oliveira, Cacique Kaxixó, 2004)⁴¹⁸.

“Nossos autores (...) nunca deram importância ao avanço expansionista da segunda metade do século XVIII, na capitania de Minas Gerais, (...) de que resultou a conquista e o povoamento de toda a zona do lado esquerdo do Rio São Francisco.”

(Waldemar de Almeida Barbosa, 1964)⁴¹⁹

Como escrever a história do que temos chamado do *fenômeno de memória de Joaquina do Pompéu*? Para que fique mais clara a questão, retomemos nosso percurso.

Este trabalho compõe-se de uma dupla intriga – imbricadas uma na outra; a intriga em que consiste este texto, tecida a partir dos documentos, das evidências que estiveram disponíveis, apropria-se e reconstitui este objeto – descreve, compara, discute, intenta compreendê-lo – mas sem a vã pretensão de apresentá-lo em uma versão definitiva, sem cultivar a crença de que esta reconstrução corresponda à sua versão “verdadeira”. Esta, portanto, é a nossa trama – um percurso possível, entre outros. A outra intriga é, como já dito, o próprio objeto que nos ocupa: o fenômeno da memória de Joaquina do Pompéu, tecida na longa duração de mais de dois séculos e meio. Trama extremamente sofisticada para alimentar qualquer pretensão de compreensão total de nossa parte. Trama tecida pelas memórias que percorrem caminhos sinuosos, em tempos e espaços múltiplos. Foi essa trama que procuramos apresentar nos capítulos que se seguiram: primeiro, os elementos (espaços, tempos, materiais) que a compõem; depois, num rompante pouco cauteloso, decidimos enveredar pelos percursos de memória, seduzidos pelas inumeráveis imagens, caleidoscópicas, pelas fusões de tempos e espaços formando imagens diversas dentre as quais evidenciamos a imagem da *sinhá braba* e da *dama do sertão*.

⁴¹⁸ Cacique Djalma Vicente de Oliveira, entrevista concedida em 16/11/2004. Martinho Campos/MG.

⁴¹⁹ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do Passado*. Belo Horizonte: s/ed. 1964.

Agora que experimentamos o exercício de alteridade – mergulhando nas sinuosidades de nosso objeto – é necessário pensá-lo considerando outras tramas historiográficas. Como Joaquina do Pompéu tem sido compreendida pelas tramas da memória histórica? E ainda, como esse fenômeno tem se apresentado no processo histórico? Como a memória de Joaquina tem feito história?

Se a memória tem mecanismos que não podem ser reduzidos aos procedimentos historiográficos, opera atualizando o passado no presente e projetando-o no futuro, como deveríamos proceder no campo específico da história para interpretar e compreender historicamente esse fenômeno da memória de Joaquina do Pompéu que se mostra sempre atual? Convém buscar suas origens? Ater-se ao presente onde ele se faz sentir de forma escandalosamente atuante?

Joaquina tem sido lembrada pela historiografia em momentos diversos, muitas vezes emerge a partir de movimentos historiográficos que procuram as origens de certos movimentos ou realidades históricas, outras vezes, surge – emerge mesmo! – evocada no presente como artifício para a atualização de um passado, à revelia das tramas historiográficas. Joaquina se faz presente em diferentes concepções e procedimentos historiográficos, algumas vezes é negada como sujeito histórico, noutras exaltada – nunca tratada como uma memória que faz história, mas sempre atuante enquanto tal, em diferentes momentos: destacamos as lembranças de Joaquina pensadas a partir do tempo em que ela viveu e de modo mais específico alguns momentos, na longa duração, em que a evocação de sua lembrança se fez importante em processos históricos específicos. Buscamos compreender, portanto a historicidade das imagens de Joaquina.

4.1 – Tempo de Joaquina do Pompéu

Joaquina do Pompéu viveu entre 1752 e 1824. Para compreender este tempo, evoquemos os lugares em que se estabeleceu, suas relações sociais, numa tentativa de compreender Joaquina por meio de imagens e representações de seu próprio tempo e num movimento semelhante, porém inverso, compreender melhor seu tempo a partir dela mesma. Nesse procedimento, se tomarmos os caminhos percorridos pelos trabalhos historiográficos como referência, alguns “lugares-comuns” parecem se impor.

Numa pesquisa bibliográfica sem maiores pretensões sobre as Minas Gerais, na passagem do século XVIII para XIX, especialmente considerando a trajetória de vida de

Joaquina, não é difícil perceber alguns pontos comuns – *noções dominantes*, nas palavras de Maria Yedda Leite Linhares⁴²⁰ – insistentemente re-visitados pela historiografia sobre o século XVIII: pensar o nascimento de Joaquina, na Mariana do início da segunda metade do século XVIII (1752), poderia nos remeter a uma reconstituição da cidade que caminhava para o fim da febre do ouro e da experiência singular vivida pela colônia portuguesa na América. A sociedade em que Joaquina se inseria teria passado pela experiência da descoberta do ouro que teria trazido dinamismo e integração entre as várias regiões coloniais e possibilitado o surgimento, no interior do território, de uma sociedade urbana, menos estratificada e menos rígida do que outras até então estabelecidas na colônia, como no nordeste açucareiro, por exemplo. Sérgio Buarque de Holanda acredita que em relação a outras regiões coloniais, a sociedade formada nas regiões auríferas, teria sido mais democrática: seja pela não rigidez na demarcação das terras e mesmo pela natureza da atividade mineradora que, para além dos recursos de quem a exerce, depende da sorte – recurso acessível tanto a pobres como a poderosos⁴²¹.

Em 1752, à época em que Joaquina nasce, já se sentia o esgotamento das minas, a intensificação da fiscalização da coroa e o peso dos impostos. Os devaneios em torno da riqueza fácil já não eram tão evidentes. E as minas já não atraíam contingentes populacionais como em outros tempos, como se constatou ainda no século XVII e na primeira metade do século XVIII. Joaquina nasce em Mariana, um dos mais importantes centros urbanos erigidos na região das Minas: primeira Vila, primeira comarca e primeiro bispado da capitania – única cidade mineira de todo o período colonial⁴²². Em 1752, Mariana é vista – como, de resto, também todas as outras regiões de exploração das minas nesse período – como uma cidade que, se não involuía, entrava em agonizante estagnação. Como observa Waldemar de Almeida Barbosa: “(...) *a decadência chegou de cheio, abalando os alicerces de uma economia baseada no ouro*”. Observa o autor que, a partir de então, em todos os documentos que se referiam à situação da Capitania, havia “*indicação clara da decadência*

⁴²⁰ Cf. LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. In: *Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

⁴²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. v. 2. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 282.

⁴²² Fixado pelo Motu próprio *Condor Lucis eternae*, a 6 de dezembro de 1765, o bispado de Mariana não se estabeleceu junto com o governo civil, como indica Américo Lacombe: “*Foi para isto necessário elevar a Vila de Ribeirão do Carmo à categoria de cidade, já que os bispos equiparados a nobres de primeira grandeza, não poderiam residir em Vila*” (LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. v. 2. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 65).

das minas”.⁴²³ Ao pedir autorização para angariar esmolas, por exemplo, oficiais e irmãos da *Irmãdade do Patriarca S. José*, da capela de Vila Rica, em 2 de março de 1752, declaram que o fazem pelo fato de “*as Minas estarem decadentes*”.⁴²⁴

Um tempo de decadência da atividade mineradora: minas que já não produziam como antes e, à medida que decaía a produção, mais presente se fazia o controle estatal – situação que trazia àqueles que exerciam a atividade mineradora, certo desânimo e teria esquentado ainda mais os ânimos dos colonos. A região das minas tida sempre como terreno propício a atribulações e conflitos, nesse período é rememorada a partir dos conflitos localizados ou principalmente por aqueles que adquiriram significado mais amplo: movimentos de contestação como as revoltas de Felipe dos Santos, em 1720, e a Inconfidência Mineira, em fins do século XVIII – justamente a mais evidenciada lembrança das minas nesse período.

Com a decadência da mineração, as cidades vão perdendo o viço que as caracterizava como centro cultural e político de toda colônia. A população ali concentrada inicia processo de dispersão, procurando outras atividades econômicas, especialmente dedicando-se à agricultura e à pecuária. Entre os historiadores, não há consenso na interpretação desse período. Período de estagnação? De volta a uma economia primitiva sem maiores significados econômicos? Ou a pecuária e a agricultura passaram a ser atividades importantes que, se não têm a pujança da extração do ouro, seriam mesmo assim de grande significado econômico para a colônia? Os historiadores concordam que a decadência da atividade mineradora significou a perda de importância da capitania de Minas Gerais em relação a outras regiões coloniais. Houve estagnação, considerando-se que o fluxo de pessoas e mercadorias que convergiam de todas as regiões para as minas diminuiu consistentemente. O fluxo entre nordeste/sudeste feito pelo Rio São Francisco, por exemplo, é considerado extinto por completo, nesse período. De um caudal de mercadorias, especialmente o tráfego de escravos e gado bovino que vinha do nordeste pelo São Francisco será interrompido. Fim do fluxo dos transportes de mercadoria até às últimas gotas.

Doze anos depois de seu nascimento, em 1764, Joaquina transfere-se com seu pai para a Vila de Pitangui, região mais a oeste da capitania. Região também aurífera que à época também conhece a decadência da produção aurífera. Sua transferência ocorre, como vimos, por motivos particulares, mas esse movimento leste/oeste não teria sido incomum à

⁴²³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971. p. 18.

⁴²⁴ Cód. 224, fls. 5/16v. Arquivo Público Mineiro. Também citado por BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Op. cit. p. 18.

época. Muitos que o fizeram provavelmente procuravam oportunidades de sobrevivência em outras atividades e mesmo, quem sabe, buscavam outras regiões auríferas⁴²⁵. Certamente, quem se dirigia a Pitangui, nesse período, já não se deparava com promessas de riqueza mineral infinita, como os primeiros paulistas fugidos da Guerra dos Emboabas, que – contava-se – arrancaram o ouro das encostas como se arrancassem batatas⁴²⁶. A região já apresentava evidentes sinais de esgotamento. De Pitangui, muitos continuaram a oeste, rumo aos sertões desabitados do São Francisco.

Os sertões a oeste de Pitangui, se não prometiam riquezas minerais nem maiores atrativos para a agricultura devido à má qualidade dos solos, possibilitavam de imediato, pelo menos, um distanciamento do controle rígido do Estado português, intensificado na região aurífera, e os aliviavam das ameaças da derrama⁴²⁷. Principalmente, era uma opção econômica importante posto que possibilitava certas atividades como a pecuária extensiva⁴²⁸. Esse movimento para o oeste, rumo aos sertões do São Francisco, não pode ser considerado significativo do ponto de vista populacional⁴²⁹ e da concentração de capitais. A transferência de população das atividades da mineração para a agropecuária deu-se de forma muito mais consistente para as regiões sul e oeste da capitania devido à melhor qualidade dos solos e maior proximidade dos mercados consumidores do litoral e cidades mineiras. Talvez por essa razão, a historiografia tenha enfatizado, de modo evidente, o movimento populacional em direção ao sul e poucos foram aqueles que trataram da expansão da pecuária no oeste mineiro. A ênfase nesse movimento para o sul torna-se lugar comum, especialmente tomado *a posteriori* quando de observações sobre o

⁴²⁵ A primeira leva de desbravadores a chegar em Pitangui, em 1709, era composta de paulistas fugidos da Guerra dos Emboabas. Até, por volta de 1760, não teria avançado a oeste, partindo de Pitangui. Com a decadência das minas de Pitangui, teriam se embrenhado pelo sertão numa diversificação das atividades ou, ainda, procurando veios nos Rios Indaiá e Abaeté; alguns, dirigindo-se ao Paracatu.

⁴²⁶ Teria sido esta a razão para a denominação do Morro do Batatal e também da localidade chamada de Onça do Pitangui, onde teriam encontrado uma “batata de ouro” de mais de uma onça.

⁴²⁷ Waldemar de Almeida Barbosa observa que: “*a evasão de gente de Minas para fora de suas fronteiras, devido ao rigor do fisco é fenômeno antigo: (...) sempre que se verificava uma derrama, muitos se encafuavam pelo sertão, com o fim de fugir à severidade dos executores daquela medida antipática.*” Informa ainda que, à época da conclusão da derrama em 1764 (ano do casamento de Joaquina), povoou-se parte da região do Alto São Francisco. O mesmo ocorre a partir da última Derrama, iniciada em 1769 e concluída em 1771. In: *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Op. cit. p. 13.

⁴²⁸ “*Foi a pecuária que deu ao homem do período colonial a noção de valor econômico das áreas que não apresentavam riquezas minerais e que não se prestavam à lavoura comercial*”. PETRONE, Teresa Schorer. As áreas de criação de gado.” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *Historia Geral da Civilização Brasileira* v. 2. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 218-219.

⁴²⁹ Em 1830, o sertão do Alto São Francisco tinha uma população estimada em 18.089 pessoas, 27% da população total de Minas. A região de Pitangui e Tamanduá, na mesma época, possuía 12,4% da população total de Minas, 83.949 pessoas. (GODOY, Alexandre Mendes e CUNHA, Marcelo Magalhães. *O espaço das Minas: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte, *Anais sobre o X Seminário sobre a economia mineira*, CEDEPLAR/UFMG, 2002).

desenvolvimento do café, em São Paulo, sul do Rio de Janeiro e sul de Minas, bem como para a compreensão da crescente importância de São Paulo em relação a outras regiões, concretizada em períodos posteriores, especialmente na primeira metade do século XX.

Mas Joaquina não segue para o sul. Ruma ao oeste e se estabelece com o pai, Dr Jorge, em Pitangui. Em seguida, como vimos, casa-se com o capitão Inácio de Oliveira Campos e continua na Vila que ainda atraía alguma atenção daqueles que buscavam o ouro, embora suas atividades nunca estivessem relacionadas diretamente à mineração. Joaquina e Inácio viveram os 20 primeiros anos de casados em um sítio próximo à vila, onde se dedicaram à pecuária, à plantação de milho e feijão para o abastecimento da cidade mineradora. Assim, a mudança para o Pompéu em 1784 não significou propriamente uma mudança de atividade para o casal, mas pode ser interpretada como um certo agravamento das condições para o exercício da pecuária. Não pelas condições de criação do gado, que agora dispunha de maiores quantidades de terra, mas pela dificuldade de transporte para a comercialização dos produtos, uma vez que o sertão do São Francisco era uma região isolada, longe das vilas e da civilização. Nesse aspecto, uma das manifestações desse isolamento pode ser percebida, *a posteriori*, através das próprias produções historiográficas sobre esse período: um quase silêncio em relação ao que aconteceu nessa região⁴³⁰.

A incipiente história da região é produzida a partir de documentos “oficiais” como cartas de sesmarias, mas principalmente por relatos de viajantes estrangeiros – segue as trilhas e as estradas oficiais abertas do litoral para o sertão. Assim como estas trilhas foram escassas e difíceis, ou inexistentes, a historiografia encontra seus limites nessas incursões “limitadas” dos mensageiros da civilização (bandeirantes, desbravadores, sesmeiros) ou dos intérpretes da barbárie (viajantes, naturalistas, mineralogistas). Uma produção limitada que, como os trabalhos da história econômica de Minas que até 1970, cultiva a tese de que ao auge da mineração, seguiu-se a decadência os fins do século XIX, quando então, adquire importância a economia cafeeira e as atenções da historiografia

⁴³⁰ Um dos poucos que dá atenção à região – ao povoamento do Alto São Francisco – é Waldemar de Almeida Barbosa em sua obra já citada. Contemporaneamente, Bolívar Lamounier também retoma essa questão, propondo-se a recolocar a “*controvérsia sobre a ruralização que sobreviria com a exaustão do ‘ciclo do ouro’*”. Cf. LAMOUNIER, Bolívar. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. São Paulo: Augurium, 2004. Tentativa atual de reinterpretar a formação do Alto São Francisco, utilizando-se das escassas fontes disponíveis, especialmente através das cartas sesmarias e do relato de viajantes, pode ser encontrado em MARTINS, Gilberto Marcos. *A conquista dos Sertões de Minas Gerais: Ocupação e Povoamento das nascentes do Rio São Francisco, Serra da Marcela e Quilombo do Ambrósio*. Três Corações: UNICOR, 2004. 140 p. (Dissertação de mestrado). Ainda sobre a influência dos ciclos econômicos (perspectiva derivada de João Lúcio de Azevedo) para o silêncio da historiografia brasileira sobre o povoamento do Alto São Francisco, ou sobre o período entre a crise da mineração em 1760 e a expansão cafeeira em 1860, ver PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, especialmente p. 62-78.

voltam-se para o sul de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro⁴³¹. Para João Antônio de Paula, esta tese desconsidera cerca de cem anos da história da região. Para esta visão, após a crise da mineração em 1760, “*a economia mineira passaria a viver involuções e decadências, que só seriam revertidas, em parte, com a expansão cafeeira da segunda metade do século XIX*”.⁴³² Mesmo aqueles estudos que, a partir dos anos 1970, traçarão uma nova imagem da economia mineira do século XIX, reconhecendo-lhe uma presença importante na pecuária (no Rio das Mortes, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo), na produção têxtil, abastecendo seu mercado interno e outras regiões, deixarão de lado o “*avanço expansionista da segunda metade do século XVIII, na capitania de Minas Gerais, (...) de que resultou a conquista e o povoamento de toda a zona do lado esquerdo do Rio São Francisco*”⁴³³, como critica Barbosa ainda na década de 1960, ou, nas palavras de Lamounier, não recolocam a experiência mineira de formação de sesmarias e fazendas, especialmente ocorridas no oeste, no quadro mais amplo da formação colonial⁴³⁴.

A região oeste da capitania há algum tempo havia sido incorporada ao projeto de povoamento da colônia, oficialmente implementado pela coroa portuguesa por meio da doação de sesmarias: base de distribuição de terras e principal ação política de povoamento da coroa portuguesa. Já em 1764, o capitão Inácio de Oliveira Campos recebia a carta de doação de uma sesmaria nessa região dos sertões do São Francisco⁴³⁵. E bem antes, ainda na primeira metade do século XVIII, outros já haviam tentado se estabelecer no local, na maioria das vezes sem sucesso.⁴³⁶ O sertão trazia diversos empecilhos à colonização: constituído de “*selva bravia ou campos só habitados por índios e animais selvagens, (...) toda sorte de perigos grandes e permanentes: ora o negro fugido, ora o gentio bravo, ora as feras e,*

⁴³¹ Reconhecemos como relevantes para a região do Alto São Francisco as observações feitas por Maria Yedda Linhares, em 1979, sobre a historiografia brasileira relativa ao século XVIII que: “(...) *peca pela quase exclusiva preocupação descritiva, submissa às fontes oficiais contemporâneas e aos relatores ‘ao pé da letra’ feitos pelos viajantes e observadores isolados diversos, ou então, compraz-se nos grandes rasgos de interpretações em que o econômico tem a primazia ou mesmo a exclusividade*” (LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. p. 149).

⁴³² PAULA, João Antônio. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. op. cit. p. 62.

⁴³³ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dores do Indaiá do Passado*. Belo Horizonte: s/ed. 1964. p. 8.

⁴³⁴ LAMOUNIER, Bolívar. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. Op. cit. p. 230.

⁴³⁵ Como indica a Carta de Sesmaria a Inácio de Oliveira Campos no sertão do rio São Francisco, Termo de Pitangui, Comarca de Sabará de 06/04/1764. Cód.129, SC-129, p. 216. Arquivo Público Mineiro.

⁴³⁶ Para uma relação dos primeiros a receber sesmarias na região do Alto São Francisco, ligados à região de Pitangui, ver BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971. 48-63. Para esse autor, o Alto São Francisco foi povoado a partir de dois momentos distintos: 1º a sua margem esquerda teria sido povoada a partir de três pontos principais: pela passagem do espírito Santo (atual Quartel Geral), pela passagem das Perdizes, próxima à foz de Bambuí, na passagem da picada de Goiás e pela passagem de Piraquare, através de Pitangui, que é o movimento do qual Joaquina participa; 2º mais tarde pelo movimento norte-sul, por exploradores vindos do Paracatu.

às vezes, as enxentes terríveis".⁴³⁷ A própria região do Pompéu, adquirida por Inácio e Joaquina havia pertencido a pelo menos três outros sesmeiros que não conseguiram, pelo que se sabe, estabelecer nenhuma atividade significativa. Alguns nem fizeram o reconhecimento da terra, outros realizaram uma exploração incipiente.

Não consistiu tarefa fácil estabelecer-se na região do Alto São Francisco para o desenvolvimento de alguma atividade mais consistente de "exploração econômica e civilização"⁴³⁸, como era o objetivo da coroa ao fazer as doações. A empreitada fora postergada para o tempo de Joaquina, a segunda metade do século XVIII. Quais os limites impostos a essa exploração econômica e ao almejado processo civilizatório? Imensos. A região do oeste mineiro, correspondente ao Alto São Francisco, permaneceu despovoada e pobre por muito tempo, como sugerem as imagens e representações construídas pela historiografia a partir dos relatos dos viajantes, Saint-Hilare, Eschwege, Werner, no início do século XIX. Mas este aspecto é reafirmado por outras representações posteriores, produzidas a partir das discussões de projetos modernizadores da República brasileira, em estudos sociológicos realizados na área do São Francisco, ao longo da década de 1950, ou ainda pela observação da realidade atual de outras regiões do Estado de Minas Gerais. Muitos desses dados levam Bolívar Lamounier, por exemplo, a afirmar que o oeste, juntamente com o norte de Minas, sempre foi uma das regiões menos desenvolvidas de Minas Gerais, com menor produção econômica, menor população e menor representação política, embora tenha sido, já nos anos da república um "universo coronelista, de republicanos históricos".⁴³⁹

Para o tempo de Joaquina, os historiadores divergem sobre a pobreza total e uma certa opulência vivida pelo desenvolvimento da pecuária na região do Alto São Francisco, no oeste de Minas. Por isso, talvez, a região tenha sido ignorada nos enredos historiográficos que perseguiram com mais ênfase a "evolução econômica do Brasil": reconheceram uma certa opulência advinda das atividades relacionadas à pecuária, mas

⁴³⁷ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971. p. 42.

⁴³⁸ "O suppe. será obrigado a fabricar e cultivar fazendas de gados e mantimento dentro de dous annos nestas terras de que lhe faço mercê com mães larguesa por ser pa. a creaçao de gados, e conforme as ordens de Smag. de a respeito da concessão das Sermarias para melhor povoação do Brasil, e não fabricando o Suppe. estas terras dentro dos referidos dous annos com fazenda de gados, e mantimentos, se devolverão as dittas terras, e se daram a quem as possa cultivar e outro sim as terá de nellas não soccederem religiões por algum título, e a acontecendo, e ellas possuindo as, será com o encargo de dellas se deverem pagarem dízimos, como se fosse possuídas por seculares (...) Carta de Sesmaria de terras q. V. Ex. faz mercê a Ignácio de Oliveira pellos respeitos e na forma acima declarada. Vila Rica, 03 de março de 1728. Manoel de Afonseca Azdo." Apud. RIBEIRO E GUIMARÃES. Op. Cit. p. 104;

⁴³⁹ LAMOUNIER, B. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. São Paulo: Augurium, 2004. p. 317.

sempre a visualizaram com extremada cautela quando comparada, por exemplo, à imagem de opulência vivida em outras regiões da colônia em diferentes épocas, seja nas atividades do açúcar no nordeste, do café no centro-sul, e mesmo em relação ao que se observou nas atividades da mineração, nas próprias Minas Gerais. Cautela, depois de muito ter se exagerado nos anos 1920-40, com as chamadas “mitologias aristocratizantes em Minas”, especialmente sobre os graus de aristocracia alcançados pela chamada “*civilização do couro*”⁴⁴⁰, ou pelos criadores de gado para o abastecimento das Minas, à época da mineração e à sua posterior decadência.

Daniel de Carvalho, em conferência proferida no *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*, em 1956, dizia que, ao contrário do quadro geral da estrutura agrária restante do Brasil, caracterizada pela grande propriedade, monocultura e trabalho escravo, o panorama histórico de Minas teria sido bem diferente:

*“Em lugar de oligarquias de alguns senhores de engenho, barões feudais absolutos no domínio sobre os escravos e servos, em Minas havia muitas cidades e vilas com centenas de homens livres, alguns mais ricos que os fazendeiros que deles dependiam para o financiamento das lavouras e venda da produção”.*⁴⁴¹

No mesmo ano, por ocasião do *Segundo Seminário de Estudos Mineiros*, Cid Rebelo Horta reconhece que a sociedade formada nas Minas Gerais, urbana e assentada na atividade mineradora, foi incomparavelmente mais propensa aos enriquecimentos rápidos do que a de qualquer outra região da colônia. Mas acrescentava que esta mobilidade houve apenas nos primeiros anos da mineração. Enquanto a região ainda vivia a febre da descoberta, muitos “pés-rapados” viram-se de repente transformados em “homens bons” por terem conquistado a fortuna que lhes proporcionava rápida ascensão social. Mas com o correr do tempo, a sociedade teria se aristocratizado. Afirma Horta que os ricos mineradores foram se tornando fazendeiros e “*todo o poder, em Minas, como de resto, no Brasil inteiro, pertencia, assim, a uma só classe – o senhorio da terra*”⁴⁴². Para ele, a decadência da mineração transfere o interesse da *data* para a fazenda, “*vasto latifúndio (...) com escravaria enorme, a casa grande, a senzala, as oficinas de carpintaria, as fiandeiras, o alambique, verdadeira unidade autárquica, onde praticamente o único artigo de consumo*

⁴⁴⁰ Cf. ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial*. 4.ed. Rio de Janeiro: Briguet, 1954.

⁴⁴¹ CARVALHO, Daniel de. Formação histórica das Minas Gerais. *Primeiro Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956. p. 25.

⁴⁴² HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956. p. 45.

era o sal".⁴⁴³ Como exemplo, dessa “nova” organização, Horta cita o latifúndio de Joaquina do Pompéu, visitado por Eschwege, que representaria um exemplar da organização familiar responsável pela feição clânica da organização política de Minas Gerais.

Embora tenha ressaltado a importância da família extensa centrada no latifúndio, Cid Rebelo Horta, como observa Bolívar Lamounier, teria se mostrado cauteloso – um certo comedimento – ao descrever as condições econômicas dessa oligarquia: embora tenha dito que Joaquina possuía uma herdade de 35.000 alqueires de terras, 200 escravos e 40 mil cabeças de gado, não afirma que isso era comum entre os fazendeiros da região.⁴⁴⁴

Enfim, de um modo geral, a região do Alto São Francisco é compreendida por seus historiadores como um sertão pobre povoado por rendeiros dos grandes latifundiários, criadores de gado que contavam com pouca mão de obra, formada por “*não mais que quatro ajudantes ameríndios e ou escravos africanos*”⁴⁴⁵, como observa Donald Pierson. Nessas fazendas, além da criação de gado, plantava-se alguma lavoura de subsistência. A população da área ou se encontrava nelas, ou em cidades e pequenos “vilarejos de fazendas”, constituídos por uma capela e algumas choupanas, pertencentes a moradores isolados. De um modo geral, a concentração populacional nessa região teria sido pequena, distribuindo-se em escassos povoados e pobres aldeias de índios civilizados.⁴⁴⁶

Os sertões do Alto São Francisco são, portanto, caracterizados pela historiografia como uma região pobre, marcada pelas dificuldades de mobilidade, falta de mão-de-obra, especialmente escrava. Outro ponto que chama a atenção para as imagens e representações desse espaço ao tempo de Joaquina é que sempre há referência a ela: Fazem referência a seu suposto matriarcado, embora quase sempre se esquivem de interpretar o seu significado frente à situação geral delineada para o sertão.

Fato é que aqueles que tentam uma explicação do povoamento do Alto São Francisco de algum modo sempre fizeram referência à Joaquina do Pompéu: seja para desprezá-la, seja para exaltá-la. Muitas vezes as referências a Joaquina contribuem menos para esclarecer do que para enevoar o panorama traçado para o período. Essa obscuridade faz com que ganhem força as interpretações de Joaquina como uma figura *anormal*⁴⁴⁷, fora

⁴⁴³ Idem. p. 49

⁴⁴⁴ LAMOUNIER, B. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. Op. cit. p. 284.

⁴⁴⁵ PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco - Tomo II*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1979. p. 07.

⁴⁴⁶ Idem. p. 7.

⁴⁴⁷ Nesse caso, talvez seja pertinente recorrer à idéia Mauss, de que se o normal comporta o simbólico, o anormal o denuncia, de Mauss. Pensar, portanto, que a anormalidade “denuncia” a normalidade. Assim, o estudo do caso específico de Joaquina do Pompéu, nos aspectos considerados fora dos padrões, pode nos

de seu tempo⁴⁴⁸, pioneira, poderosa. Outras vezes, é citada mas seus feitos são relativizados, outorgados ao seu marido ou minimizados em comparações com o “contexto geral” do sertão de sua época. Como compreender o fato de, nos sertões do São Francisco do século XVIII, uma mulher possuir mais de 150 léguas quadradas de terras (990 km² entre as terras do Alto São Francisco e de Paracatu) e milhares de animais entre bovinos, eqüinos e muares (40 mil cabeças, o dobro do existente nas maiores fazendas de gado nordestinas, destacadas como região da pecuária), numa região considerada “área de menor importância”⁴⁴⁹? Alguns classificaram o fato como coisa extraordinária, outros procuraram relativizar a “proeza”. Barbosa, por exemplo afirma que, embora Joaquina tenha se tornado realmente famosa, depois da paralisia e da morte do marido, “na realidade, porém, foi Inácio de Oliveira Campos que construiu o grande patrimônio e, pode-se dizer também, que ampliou sobremaneira do termo da vila de Pitangui”.⁴⁵⁰

Antes de tudo, o que chama a atenção é que Joaquina do Pompéu causa certo desconforto àqueles que se embrenham nas questões econômicas e políticas da região do Alto São Francisco do tempo em que ela viveu. Mesmo aqueles que se detiveram na organização social estabelecida na região assentando-a na família patriarcal não estiveram isentos de enfrentar o desafio imposto por Joaquina: sejam aqueles que interpretaram a organização social do Alto São Francisco como parte de explicações mais gerais sobre o Brasil, a partir do modelo patriarcal aristocrático, como Gilberto Freyre; ou ainda aqueles que promoveram explicações baseadas na idéia de que na região do oeste mineiro não teria se desenvolvido a família patriarcal com graus de aristocracia significativos, nos moldes, por exemplo, da aristocracia nordestina.

Em comparações do Alto São Francisco com outras regiões do Brasil, no mesmo período, especialmente baseadas nos relatos de viajantes como Martius, Werner, Saint-Hilare e Eschwege, muitos têm concluído que “o meio rural mineiro era rústico” e que o estilo de vida do proprietário de terras era semelhante ao de seus empregados. Vida “frugal e miserável”, lugar sem ouro e sem os benefícios de uma reorientação econômica ao fim da mineração; terras de qualidade inferior, de mercados inacessíveis pela distância e pela precariedade das estradas, população rarefeita e à margem das ações governamentais, região

dizer muito sobre a normalidade, o aspecto geral da sociedade no período. Cf. MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.

⁴⁴⁸ Cf. imagem caracterizada no item 3.2.1, *Mulher avançada para seu tempo*.

⁴⁴⁹ “A ela [à pecuária] devemos o povoamento da zona das caatingas do Nordeste e das campinas do sul do país, além de outras áreas de menos importância”. PETRONE. Thereza Schorer. As áreas de Criação de Gado. Op. Cit. p. 218.

⁴⁵⁰ BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração* . Op. cit. p. 63.

economicamente inferior às demais regiões mineiras. Em suma, a mais débil região das minas gerais que vai também, no século seguinte, conhecer a inferioridade econômica a partir do desenvolvimento de São Paulo, embora não a inferioridade política, até pelo menos os anos 1930. Os silêncios que envolvem a história da região do Alto São Francisco combinados às referências às imagens de Joaquina do Pompéu contribuem para que ela seja representada como uma figura fora do lugar, avançada para seu tempo – o que depende de um jogo de luz e sombras e, também, da perspectiva de quem observa a imagem. Nos diversos momentos em que as imagens de Joaquina foram evocadas à revelia ou sob os holofotes da memória histórica, elas atuaram intensamente instituindo modos de pensar a realidade da região. Vamos a eles.

4.2 – Tempos de lembrar de Joaquina do Pompéu

Do tempo em que ela viveu até os dias de hoje, imagens e representações de Joaquina do Pompéu permaneceram no imaginário das pessoas do oeste mineiro sempre vivas e atuantes⁴⁵¹. Mas essa lembrança reaparece, nuançada, evocada de forma específica, tomando parte importante em alguns movimentos a partir de 1924, quando passa por importante transformação em sua composição e significação, nas formas de fixação e transmissão: é então, apropriada da memória coletiva, capturada da oralidade, onde ela se manteve viva nas histórias de maledicência. Assim, ressignificada, é doravante evocada como a *dama do sertão* que conhece grande difusão por meio de jornais, romances, obras histórico-genealógicas.

Sem desconsiderar a persistência e a força das histórias de maledicência, pretendemos atentar para alguns momentos específicos e observar mais de perto quando essa lembrança de algum modo extrapola a oralidade, ou dela é capturada e ressignificada. Quando é (re)apropriada e incorporada a discursos políticos, institucionalizada. Quando começa a fazer parte das tramas historiográficas e a atuar em momentos diversos da história da região e do país. São tempos de se lembrar de Joaquina do Pompéu estabelecidos a partir das fontes disponíveis. Evidentemente, na longa duração do “lembrar de Joaquina do Pompéu”, muitas outras ocasiões existiram em que as imagens e representações de Joaquina foram evocadas e se apresentaram atuantes. Destacaremos alguns desses momentos que dão início a processos

⁴⁵¹ Como aquelas que caracterizamos no item 3.2.2, do capítulo 3.

que persistem e são extremamente atuantes ainda hoje, como, por exemplo, a sua reabilitação iniciada em 1924, a sua configuração como matriz política (década de 1920-1950), sua evocação para a mobilização de forças políticas e como parte de um fenômeno mais abrangente de revalorização das práticas de memória para a construção de identidades históricas, especialmente intensificadas após a década de 1980.

4.2.1 – Reabilitação da imagem de Joaquina

A reabilitação da imagem de Joaquina do Pompéu tem início em 1924, quando Gustavo Pena retoma, baseado em documentos oficiais, as histórias de Joaquina transmitidas pela oralidade e procura enfatizar seus feitos meritórios.

Em relação à apropriação dos discursos – da passagem do oral para o escrito, em que se processa a composição da imagem de Joaquina como *dama do sertão* – impõem-se duas observações preliminares: a) esta apropriação não significou o fim das narrativas orais nem o fim da memória; b) os discursos apropriados, fixados pela escrita, adquiriram conotações ideológicas posteriores. No primeiro caso, a constatação de que a lembrança de Joaquina passa da oralidade para a escrita não pode ser tomada como prova de que as histórias narradas oralmente deixaram de existir. Como pudemos observar, a apropriação, ressignificação e difusão de determinadas imagens de Joaquina, sob novas formas de transmissão – de uma memória escrita por uma “cultura letrada” – não significa que a memória não tenha permanecido viva – tampouco essa fixação da memória pelo registro escrito teria sido feita para salvar do esquecimento as imagens até então existentes. Não houve declínio das narrativas orais: aqueles que escreveram sobre Joaquina beberam nessa fonte. Gustavo Pena, o primeiro a realizar um trabalho de fixação pelo registro escrito de Joaquina enquanto *dama do sertão*, toma como referência as histórias de maledicência – mesmo que se proponha a relê-las, refutá-las e “reconstruí-las” sob nova perspectiva.

O autor provavelmente não teve a intenção de salvar nenhuma tradição oral em vias de extinção. O intuito de Gustavo Pena ao escrever a crônica “Dama Antiga”, em 1924, e de outros que o seguiram nessa mesma direção, era desfolclorizar a imagem de Joaquina do Pompéu e não registrar por escrito, essas histórias populares. Era uma reação às lembranças persistentes de Joaquina do Pompéu que irrompiam em histórias de maledicência e certamente incomodavam à sua grande descendência, por “*marear-lhe a memória*” – dentre os quais o próprio Gustavo Pena. Ao retratar Joaquina não como uma *sinhá braba* – personagem que reforça o barbarismo associado à idéia de sertão comumente

produzida em contraposição a litoral – mas como uma *dama*, realiza um entrecruzamento entre sertão e civilização, vistos comumente como antagônicos⁴⁵².

Gustavo Pena considera, num primeiro passo, as histórias correntes sobre Joaquina como *folclóricas*, para em seguida buscar sua verdadeira imagem através de documentos “oficiais” – é importante ainda insistir que a própria tradição oral combatida constituiu-se em matéria-prima para a composição dessa outra imagem reabilitada. Essa reabilitação teria proporcionado elementos para outras apropriações – outros momentos de se lembrar de Joaquina, especialmente quando, nesse movimento de retomada da memória e história de Joaquina, Gustavo Pena possibilita a reconstrução da imagem identitária de seus descendentes, especialmente daqueles ligados à política que nos anos 1920/30, experimentam com grande amargura o sentimento de “provincianismo”.⁴⁵³ A década de 1920 foi um momento de questionamento da identidade de um grupo político descendente de Joaquina do Pompéu. A sua origem sertaneja era vista como empecilho a seus anseios cosmopolitas surgidos com sua mudança para os centros urbanos, especialmente quando buscavam formação profissional e o exercício de atividades políticas.

O que teria levado Gustavo Pena, em 1924, a se interessar pelo passado, pela atualização e ressignificação de determinadas imagens? Por que o ano de 1924 marca um dos tempos de se lembrar de Joaquina do Pompéu? Seria parte de algum movimento de saudosismo vivido em todo o Brasil? Parece que não. Ao estudar a passagem do Império para a República, Gilberto Freyre, por exemplo, observa que nos primeiros decênios do século XX, ao contrário do que escreveu Gustavo Pena, a classe dominante brasileira, de um modo geral, cultivava um certo “*repúdio ao passado nacional*”.⁴⁵⁴ Era a época de grandes leilões, “*cujos anúncios se espalhavam por páginas inteiras dos Diários. Leilões de Jacarandás e pratas de avós*”.⁴⁵⁵ Em tempos de República, a classe dominante procurava desfazer-se das lembranças do passado imperial de seus pais e avós e parecer-se mais com os países mais avançados do que com eles próprios. A vergonha de si mesmo, prossegue Freyre, teria sido fruto da própria República que descobre o interior e a miséria da vida rural de um país:

⁴⁵² Sobre as contraposições entre sertão e litoral, como barbárie e civilização, ver NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UNB, 2004.

⁴⁵³ Sobre o sentimento do provincianismo, analisado a partir da literatura, ver NAXARA, Márcia Regina Capelari. *O desconhecimento do outro: pensando o “provinciano”*. São Paulo/Franca: UNESP, 2005. (mimeo).

⁴⁵⁴ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. p.78.

⁴⁵⁵ Idem. p. 78.

“(...) vergonhosamente atrasado em progresso técnico, científico e industrial. Um país arcaico de cabriolets e carros de bois, de doutores teóricos e de portugueses de tamancos, de negros boçais e de índios selvagens. A república nos libertava de um dos arcaísmos vergonhosos: a forma de governo. Mas o Brasil precisava se impor à consideração dos povos contemporâneos excedendo-os (...)”.⁴⁵⁶

Essa preocupação com o progresso e o futuro teria sido, de acordo com Freyre, traduzido em repúdio ao passado e ao próprio presente que eram “escravocráticos, monárquicos, “inferiores” em relação com o futuro liberal e republicano vivido já por aquelas nações progressivas como a França, a Suíça, os EUA”.⁴⁵⁷

Enquanto os “homens da República”, intelectuais e políticos, experimentavam posição desconfortável em sua visão do litoral – com o olhar projetivo voltado para a Europa e o “rabo de olho” para os seus sertões, na década de 20 –, onde imperava a desesperança em relação ao Brasil, ao seu passado e ao seu presente, Gustavo Pena encontrava-se em Pitangui, ouvindo as histórias contadas pelo povo e decifrando velhos documentos cartoriais, tramando imagens de Joaquina. Enquanto o litoral sentia-se provinciano diante do cosmopolitismo europeu, Gustavo Pena encontrava elementos para a composição de uma imagem de Joaquina – a *dama do sertão* – que possibilitava a identificação daqueles que buscavam no sertão o sentido universal (contraposto ao provinciano). Sabemos que Gustavo Pena dialogava com as imagens de Joaquina cristalizadas no imaginário do povo do Alto São Francisco, “construídas” no sertão, sobre determinado aspecto de seu passado, e é provável que ele também dialogasse com as imagens do sertão produzidas no litoral que na década de 1920 exaltou os ânimos da intelectualidade brasileira.

As imagens do sertão produzidas no litoral freqüentemente expressaram a contraposição campo x cidade, barbárie x civilização⁴⁵⁸. E também a ambigüidade: o litoral, por exemplo, experimentava também o sentimento de ser provinciano, bárbaro, frente à civilização européia: o sertão ora era tomado como o lugar da barbárie, do atraso, do provinciano, do particular, ora era visto como o lugar onde residia a verdadeira essência do ser brasileiro e nesse sentido, o sertão também encerra o caráter universal.⁴⁵⁹

⁴⁵⁶ Idem. p. 79.

⁴⁵⁷ Idem. p. 82.

⁴⁵⁸ Cf. NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UNB, 2004.

⁴⁵⁹ A literatura, em muitos momentos, nas imagens e representações do sertão encontra a universalidade. Diretamente ligada aos sertões do São Francisco, temos a obra de Guimarães Rosa, como, por exemplo, Cf. ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

A partir dos novos materiais que Gustavo Pena garimpa nos arquivos cartoriais de Pitangui, Joaquina passa a ser retratada pela historiografia não apenas como elemento do *folklore*, como uma figura típica, elemento do comum, mas adquire estatuto de sujeito histórico, numa concepção tradicional de que só as grandes personalidades (eminentemente políticas) são merecedoras⁴⁶⁰. Ao deparar-se com os registros das propriedades de Joaquina, Gustavo Pena lança-se numa tentativa de reabilitação de sua imagem, procurando *desfolclorizar* Joaquina do Pompéu e inseri-la como uma personagem histórica relevante, portadora de todas as características que, para ele, seriam dignas de tal classificação: caráter, dinamismo econômico, prestígio, patriotismo, portadora de um sentimento de *brasilidade*, enfim, uma personagem que possibilitasse a construção de uma identidade – uma identificação com o que deveria ser o “caráter” do brasileiro, comumente buscado na década de 1920⁴⁶¹. Procura evidenciar os grandes feitos de Joaquina, especialmente a disponibilidade de seus bens em prol da independência do Brasil, sua renúncia pessoal em nome de uma causa ampla, do interesse “nacional”.

Ao combater as imagens de maledicência Gustavo estabelece uma distinção valorativa entre oral e escrito, certamente privilegiando os registros escritos. Ao ressaltar a barbárie do sertão do São Francisco em que Joaquina vivera, amplia a grandiosidade dos seus feitos porque, apesar do meio, ela constituiu-se como uma dama: longe da civilização, da Corte, nos ermos do sertão, Joaquina teria sido justa onde imperava o abuso de poder, num “*sertão infestado d’assassinos, lutando contra os grandes barulhos, dissensões, subornos, e injustiças*”.⁴⁶² Defensora da ordem pública em um espaço marcado pela desordem heroicamente, teria mantido um canal de comunicação e prestígio com a Corte, com o Estado e também com a Igreja, em pleno século XVIII. Feitos que, no Alto São Francisco dos anos 1920, ainda pareciam grandiosos. Certamente, os problemas percebidos para o sertão na década de 1920, tiveram influência tanto na forma como Gustavo Pena apropriou-se de Joaquina, como também a acolhida que essa construção encontra a partir de então.

⁴⁶⁰ Pertinente lembrar que a história, em seus primórdios, na Grécia da segunda metade do Século VI a. C, tinha como objetivo “*salvar a memória dos acontecimentos memoráveis*”. SEIXAS, J. A. Comemorar: entre memória e esquecimento. Op. cit. p. 82.

⁴⁶¹ Na década de 20, os manifestos identitários estiveram na ordem do dia. Movimentos em Pernambuco, com Gilberto Freyre e o Manifesto Regionalista em São Paulo e Rio de Janeiro, com os modernistas da semana de 22, o Manifesto Antropofágico e o Pau-brasil, de Oswald de Andrade, os modernistas mineiros que realizam uma leitura particular, de caráter mítico sobre sua inserção na nacionalidade, apresentando-se como a síntese do Brasil onde se forjaria o caráter do brasileiro.

⁴⁶² PENA, Gustavo. Dama antiga. In: RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. Dona Joaquina do Pompéu. Op. cit. p. 66.

Gustavo Pena tem diante de si um dilema: ele próprio é um homem do sertão, *provinciano*, de uma região que nas questões mais gerais e nas visões mais abrangentes sobre o Brasil, correntes em seu tempo, fazia parte de um espaço representado como sendo a barbárie. Nesse sentido, a exaltação da figura de Joaquina do Pompéu poderia visar um objetivo complexo: diferenciar-se dos seus pares do sertão pela diferenciação entre registro escrito x oral da memória de Joaquina, colocando-se acima deles por ser detentor de um conhecimento sobre o passado baseado em registros escritos e não apenas na tradição oral, e através da imagem que ele próprio “descobre” possuidora de características civilizadoras, identifica-se ele próprio como um “civilizado no sertão” posto que também descende de Joaquina. Ao encontrar um “núcleo civilizado no sertão”, constituído pela Fazenda do Pompéu, contrapõe-se às imagens do sertão do São Francisco forjadas sob um ponto de vista externo (do litoral/civilizado) que associa sertão à barbárie. Este movimento será o primeiro impulso: a largada para outros percursos da memória de Joaquina como *dama do sertão*.

4.2.2 – Novas demandas políticas e a busca um projeto nacional

Reabilitada, Joaquina será ainda uma vez reapropriada por um grupo de políticos e intelectuais que, na década de 1920, vê-se diante de um desafio eminentemente político: a necessidade de superar a inscrição local, “os localismos”, e os limites impostos pelo seu próprio meio para projetar-se nacionalmente. Desafio que encerrava ao mesmo tempo um significado prático e um enredo simbólico⁴⁶³. Reabilitada e evocada como matriz política que se colocara acima da barbárie, além de seu tempo, para além das imposições do espaço geográfico, Joaquina foi, nos anos vinte, designada personagem central de um enredo simbólico construído para o enfrentamento dos desafios experimentados pelos descendentes de Joaquina em Minas e no Brasil.

Como observa John Wirth, no cenário político mineiro dos anos 1920, via-se o encerramento de uma fase introspectiva e o início da busca de uma relação mais íntima do Estado com a União⁴⁶⁴. Sentindo-se inferior aos outros Estados em relação à economia (ao crescimento econômico e populacional de São Paulo) e ao desenvolvimento cultural e político (em relação ao Rio de Janeiro), Minas busca a superação de sua imagem caipira e

⁴⁶³ WIRTH, John. Minas e a nação. Um estudo de Poder e dependência regional (1889-1930) In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. III – O período Republicano*. V. 8. op.cit. p. 89.

⁴⁶⁴ Idem. p. 91.

subalterna⁴⁶⁵, forjada consoante à noção de decadência e à idéia de uma comunidade constituída a partir do isolamento montanhês⁴⁶⁶ no século XIX. A imagem de Joaquina do Pompéu ressignificada por Gustavo Pena se mostrará coerente com as demandas políticas mineiras do período: sua evocação como uma matriz política fornecia um enredo para a história de um grupo específico de políticos que intentava inscrever-se de forma decisiva na política nacional: apresentar-se-ão como os descendentes de Joaquina, *a dama do sertão*. O jeito de fazer política de Joaquina, pela barganha, a habilidade de se relacionar com o poder, pela negociação, presente nessa imagem, entoava com a política realizada pelo Partido Republicano Mineiro, no qual os “descendentes de Joaquina” conquistavam a posição de mais conservadores⁴⁶⁷. Os mineiros buscaram o sentido do universal especialmente através da projeção política e esta estava, de modo ambíguo, assentada na garantia do comando local “coronelista”.

Maria Arminda Arruda observa que, no campo simbólico, os mineiros teriam realizado uma leitura particular, de caráter mítico, de sua inserção na nacionalidade, apresentando-se como a síntese do Brasil, onde teria se forjado o caráter do brasileiro.⁴⁶⁸ As soluções para inserir a região no “todo nacional” se constituiriam pela construção mítica da *mineiridade* (o caráter do mineiro). Ao desvendar esse processo de construção da identidade mineira, a autora percorre, numa perspectiva regional, os liames da construção da identidade do brasileiro – ou da brasiliidade. Arruda afirma que a construção mítica (que é parte integrante de todo processo de construção de identidade) do regionalismo mineiro seria uma resposta acabada para as questões da identidade nacional brasileira⁴⁶⁹. Observa a autora que esse regionalismo se encontra conectado à simbologia da nacionalidade e não consegue desconhecer a unidade. A identidade do mineiro – *mineiridade* – seria uma forma de inserção de certos grupos (especificamente a classe dominante, políticos, proprietários) na esfera nacional. Esse fundo mitológico

⁴⁶⁵ A imagem do mineiro como um caipira na cidade grande, extremamente atuante ainda hoje, conheceu grande difusão na literatura do período. Cf. Especialmente a peça de AZEVEDO, Artur. *A capital federal , O badejo , A jóia , Amor por anexins*. [Estabelecimento de texto: Prof. Antonio Martins de Araújo]. Rio de Janeiro: Ediouro. (Prestígio).

⁴⁶⁶ Nesse sentido, Daniel de Carvalho apregoava em 1956: “podemos falar de uma Civilização Mineira”, ou ainda Afrânio Coutinho que, em 1929, coloca a questão que se tornará lugar comum: “*Minas Gerais não tem contato, nem pelo mar, nem pela fronteira, com povos estrangeiros e aparece assim, desde a sua disposição geográfica, como um Estado eminentemente nacional.*” (COUTINHO, Afrânio de. *A atualidade Mineira*. Belo Horizonte, 1929. p. 7).

⁴⁶⁷ Como observa Afonso Ávila, por ocasião da crítica à obra de Cyro dos Anjos, *Montanha*, em Minas dos anos 1940/50, os descendentes de Joaquina do Pompéu serão sinônimo do conservadorismo mineiro. ÁVILLA, Afonso. Montanha, Caricatura e Minas. *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 20/10/1956.

⁴⁶⁸ Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro da vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

⁴⁶⁹ Idem. p.104.

inerente à construção da identidade nacional se manifesta na “*definição de uma origem, de um enredo histórico ou percurso coerente*”.⁴⁷⁰

Se Arruda encontra um único enredo histórico-mítico comum a todos os mineiros, construído especialmente em torno de um passado de riqueza advinda da mineração, Joaquina do Pompéu permitirá aos seus “descendentes”, de forma semelhante, inserirem-se nessa busca de uma origem mítica, apesar de a região apresentar-se excluída da imagem mais geral de Minas, das imagens míticas de Minas.⁴⁷¹

A década de 1920 assiste à crise de uma República incapaz de resolver os problemas deixados pelo Império. O novo regime não atingira seu objetivo de ordem nem de progresso. Este foi um momento de questionamentos da idéia de nação brasileira. Momento em que se decide forjá-la a partir da constatação de que ela não existe. À época, Minas Gerais não tinha mais projeção econômica em relação aos outros estados, mas tinha ainda representação política, pelo seu grande contingente populacional. As imagens do sertão, insistente evocadas no período (incluindo-se os sertões do São Francisco), eram bastante negativas: expressavam o barbarismo em que o país vivia. Do litoral, como uma *civilização de copistas*, para utilizar a expressão de Euclides da Cunha, a intelectualidade brasileira comparava-se ao resto do mundo da *Belle Époque*.

Como observa Nízia Trindade de Lima⁴⁷², ao mesmo tempo em que o sertão se apresentava ao litoral como o espaço da barbárie, que segurava o Brasil em séculos de atraso em relação às sociedade européias (e norte-americana), era o sertão também concebido como o lugar de uma experiência singular, onde residia a possibilidade de uma autêntica brasiliade. Encontrar uma figura que estabelecera um núcleo civilizado nos sertões, como era o caso da imagem de Joaquina reconstruída por Gustavo Pena, teria sido importante para a adesão dos políticos identificados como descendentes de Joaquina do Pompéu, à reformulação das imagens sobre o grupo e sobre a região a que pertenciam: percebida como estagnada, a porção menos desenvolvida de um Estado estagnado. Num

⁴⁷⁰ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da Ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna interpreta o Brasil*. Tese de Titular apresentada ao Departamento de História/UNICAMP, 2002. (mimeo.). p. 18.

⁴⁷¹ Seria pertinente observar as imagens que caracterizam Minas (estudadas por Arruda) ainda hoje: pensar na constituição histórica de Minas é recorrer a alguns lugares comuns: montanhas, de cidades “históricas”, antigos casarões e igrejas do tempo da mineração, a Inconfidência Mineira, as marias-fumaça. Ver, por exemplo, o formato do programa televisivo “Terra de Minas”, veiculado por uma afiliada da Rede Globo de Televisão. In: <http://terrademinas.globo.com/> Acesso em 11/12/2005. O oeste do São Francisco, assim como ocorre com a historiografia, não é retratado, por ter se “constituído” após a decadência da mineração e, ainda hoje, ser área de menor desenvolvimento econômico. No entanto, Joaquina possibilita precisamente uma “ligação histórica” entre as regiões auríferas e o oeste de Minas.

⁴⁷² LIMA, Nízia, Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUERJ/UCAM, 1999.

tempo de discussão das identidades e de redespertar para a questão do atraso civilizatório brasileiro, então experimentados pelos centros de maior dinamismo do país, pelas expedições civilizatórias dos inícios da república⁴⁷³, como poderiam estar se enxergando as regiões mais isoladas, e que sempre assim foram consideradas?

John Wirth observa que o ano de 1923 teria sido momento de uma reavaliação das raízes mineiras, feita especialmente por um grupo de dez escritores modernistas, parte de um movimento mais amplo, embora com características específicas, em relação a São Paulo e Pernambuco. Dentre outros, estavam Gustavo Capanema, Milton Campos, João Dornas Filho, Carlos Drumonnd de Andrade. Os dois primeiros, como informam suas biografias, eram “*descendentes do clã de Dona Joaquina do Pompéu*”.⁴⁷⁴ Estes nutriam um sentimento ambivalente em relação ao sertão de onde vieram e de onde emanavam suas forças políticas – ao qual estavam ligados umbilicalmente, mas que ao mesmo tempo lhes outorgava uma imagem negativa. Como observamos, a imagem de *dama* (ligada à corte, que pressupõe a civilidade) *do sertão* (que sugere barbárie, isolamento), construída por Gustavo Pena encerra a mesma ambivalência experimentada por seus descendentes.

Depois de um período de estudos em Belo Horizonte, quando conheceu o limitado cosmopolitismo da capital mineira dos anos 20, Gustavo Capanema retorna a Pitangui, sua cidade natal, para exercer o cargo de vereador, e ministrar aulas no colégio da cidade, enquanto espera melhores oportunidades. Em 1924 – momento em que Gustavo Pena escavava os arquivos de Joaquina do Pompéu –, Capanema teria experimentado profundo desgosto ao respirar outra vez os ares do sertão. Nas correspondências com seus companheiros Emílio Moura, de Dores do Indaiá, também no Alto São Francisco, Carlos Drumonnd de Andrade, de Itabira, Dário de Almeida Magalhães, Gabriel Passos, entre outros, ficam evidentes os sentimentos por ele experimentados em seu retorno à vida na velha cidade sertaneja. O sertão, antes de tudo, era visto por todos como um “*lugar horroroso, onde os Judas perdeu as botas*”.⁴⁷⁵

⁴⁷³ Sobre as expedições civilizadores que descobriram e forjaram importantes imagens sobre o sertão, a partir da relação litoral e sertão no século XX, ver LIMA, Nízia, Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUERJ/UCAM, 1999.

⁴⁷⁴ Cf. WIRTH, Johon. *O fiel da Balança – Minas Gerais na Federação Brasileira*. (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁴⁷⁵ Carta de Carlos Drumond de Andrade a Gustavo Capanema. Belo Horizonte, 02/01/1926. Esta e outras se encontram no Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Utilizo as transcrições publicadas por SCHWARTZMAN, Simon et alli. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP, 1984. Coleção Estudos Brasileiro. v. 81. p. 273.

Gustavo Capanema considerava a Pitangui dos anos 1920 como um “*lugar enfantilante*”, uma “*pilhária dolorosa*”.⁴⁷⁶ O oeste mineiro, de um modo geral, era o lugar do tédio – “*lugar detestável*”, de marasmo que, nas palavras de Emílio Moura⁴⁷⁷, era um “*veneno doloroso, no tédio de sua chatice e vulgaridade. De vez em quando um parêntese que nos consola e nos deixa, ao mesmo tempo, numa inquietação terrível: o medo das horas seguintes*”.⁴⁷⁸

O sertão do São Francisco foi percebido por aqueles que dele se originaram, mas que alcançaram os centros urbanos, como um “*lugar de isolamento (...) um meio inferior [a eles mesmos], ainda infestado pela mais vil politicagem*”.⁴⁷⁹ Em 1928, Dário de Almeida Magalhães aconselhava Gustavo Capanema a deixar Pitangui e ir para a verdadeira civilização, para um grande centro: “*meta o pé nessa Pitangui de comadres e de Isauras e venha fazer um concurso na faculdade (...) largue Minas se preciso for, Minas pequenininha e miserável, que não aproveita os seus valores*”.⁴⁸⁰

Se Joaquina se apresentava grande demais para seu tempo e espaço, como Gustavo Pena a havia evocado, percebemos também que os mineiros “descendentes de Joaquina” experimentavam o sentimento de serem grandes demais para Minas. Penso que as imagens do seu lugar de origem pintadas por esses intelectuais, embora negativas, não se refiram ao sertão do Alto São Francisco como um “fim de mundo”, embora Drumond tenha dito que fora por lá que Judas teria perdido suas botas. O oeste de Minas, e a própria Minas Gerais que não reconhecia seus talentos (estes deveriam sair para obter

⁴⁷⁶ Gustavo Capanema em carta para sua mãe. 02/04/1927. Arquivo Gustavo Capanema. Op. cit. p. 274.

⁴⁷⁷ Emílio Guimarães Moura era natural de Dores do Indaiá onde nasceu a 14 de agosto de 1902, filho de Elói de Moura Costa e de D. Cornélia Guimarães Moura. Seus estudos primários foram feitos em Bom Despacho, Carmo da Mata, Cláudio. Começou os secundários em Dores, no Instituto Guimarães e veio terminá-los em Belo Horizonte, no então chamado Ginásio Mineiro. Em 1944, Drummond escrevia que Emílio Moura: “*Nasceu numa cidadezinha do Oeste de Minas e tem vivido em bairros sossegados de Belo Horizonte. Duas ou três viagens ao Rio, sempre rápidas – o tempo de ver o mar, a Lapa, algumas livrarias –, e o poeta volta à sua casa mineira. Nessa casa há muitas crianças, muitos parentes, além de retratos de músicos, poetas e amigos na parede (...) Do poeta, sabe-se que está entre os mais importantes da moderna lírica brasileira. Pertence à geração modernista mineira, que se afirmou aí por 1924*”. (ANDRADE, Carlos Drummond. *Confissões de Minas*, 1944).

⁴⁷⁸ Carta de Emílio Moura a Gustavo Capanema. Dores do Indaiá, 11/11/1924. Op. cit. p. 272-273.

⁴⁷⁹ Carta de Dário de Almeida Magalhães. Belo Horizonte, 03/09/1928. AGC. Op. cit. p. 274-275. Curiosamente, eles próprios representavam papel de destaque nessa politicagem, exercidas pelos coronéis de que descendiam, desde o século XIX. Essa rejeição é mais retórica do que efetiva nessa geração. Para se projetar em cargos mais elevados, não hesitaram em utilizar o apoio dos políticos com os métodos que eles condenavam. Esse tipo de discurso, fez com que alguns autores, como Donald Pierson, enxergassem na “*formação educacional das novas gerações de políticos, a mudança de ramo (das atividades rurais para as profissões liberais), o maior contato dos mais jovens com os centros urbanos, como o fim do poder da parentela e dessa politicagem “coronelista”*”. Não foi, porém, o que ocorreu. Cf. PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco - Tomo III*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco, 1979. p. 259

⁴⁸⁰ Idem.

reconhecimento), não seria o fim do mundo, propriamente, mas o começo, o ponto de partida, impulsionador de uma trajetória marcada pela tentativa de superar o local, o provinciano e alcançar o universal⁴⁸¹. O verbo aqui é mesmo *projetar-se*. Nesse movimento em busca do universal, não há que se desconsiderar o local, mas superá-lo. O local é ao mesmo tempo limitador e impulsionador em direção ao universal. É essa ambivalência que quero enfatizar.

Embora Gabriel Passos escrevesse a Capanema prevendo que “*tanto afrontarás a cidade [de Pitangui], que te tornarás superior a ela. Um dia ela deixará de existir em ti*”⁴⁸², Capanema não tinha a intenção de renegar seu lugar de origem. Sabia que “*lá era o [seu] centro*”. Assim, escrevia à mãe, em 1931: “*seja como for, nossa família deve ficar instalada em Pitangui. (...) Eu quero muito a Pitangui e não desejo separar-me daquele povo. Além disso tenho lá interesses políticos* [como ponto de descanso, centro de informação e trabalho]”⁴⁸³. É nesse ponto, como veremos adiante, que as imagens de Joaquina como *dama do sertão* e *matriz política* serão evocadas como forma de mobilização e gestão política.

Se as imagens de um sertão distante da civilização, persistente ainda hoje, eram extremamente atuantes nos anos 1920, após 1930 elas tornar-se-ão questão de Estado. Após o fracasso da República Velha, “novas” forças e novos procedimentos buscarão conduzir os rumos da política brasileira com a Revolução de 30 e o governo de Getúlio, que permanece até 1945. O período assiste à centralização política e a um projeto de racionalização das ações políticas para a urgente integração nacional. Perante a constatação da falta de identidade brasileira, Getúlio coloca em prática a centralização política, a integração econômica fortemente dirigida pelo Estado que se volta para projetos autoritários de se forjar a nacionalidade e o caráter do brasileiro.

Nesse período se institucionaliza um projeto de “civilização” da região do Alto São Francisco e sua integração ao progresso que se buscava para o Brasil: período de “*uma verdadeira deificação do asfalto, da cidade grande e da metrópole, com o conseqüente desapreço pela comunidade pequena, pelo lugarejo que, durante algum tempo, ficaram com certa vergonha de ‘parecer caipira’*”⁴⁸⁴.

⁴⁸¹ O sentimento de que “você é grande demais para esse lugar” é, ainda hoje, recorrente. Aqueles que são considerados bons naquilo que fazem, são impulsionados pelos outros a se mudarem do interior de Minas, para alcançar o reconhecimento.

⁴⁸² Carta de Gabriel Passos a Gustavo Capanema. Belo Horizonte, 28/03/1924. op. cit. 276.

⁴⁸³ Carta de Gustavo Capanema à mãe. Belo Horizonte, 12/01/1931. op. cit. 280-281.

⁴⁸⁴ LAMOUNIER, B. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. Op. cit. p. 388.

O diagnóstico que, em 1932, é feito para os sertões do São Francisco pelo Governo Vargas procura identificar como problema maior dessa região o isolamento geográfico, a “incivilidade”, e enfatizar o sentimento de “brasilidade” possível de ser encontrado nas gentes do São Francisco: *brasilidade* questionada e que com urgência se procurava criar. Em discurso em que apresentava as ações do Ministério da Agricultura na região do São Francisco, o Ministro Apolônio Sales, observava que “*do outro lado do São Francisco há brasileiros*” sim, apesar de todos os problemas existentes. Essa constatação justificava a ação estatal na região visando integrar esses brasileiros que “*teriam o sentimento*” mas não as condições efetivas de *brasilidade*⁴⁸⁵.

Ora, estamos falando de um projeto nacional conduzido por uma classe que enxerga a região de um ponto de vista externo. Como as pessoas que lá viviam em “*estado de barbárie*” – imagem dos outros sobre eles – respondiam a essas avaliações e ações em prol da civilidade e do progresso? Talvez buscando sua identidade, identidade forjada na diferenciação do outro e na diferenciação das imagens que o outro faz de si. Os grupos políticos locais certamente se rearranjavam para o exercício do poder diante das mudanças trazidas pela Revolução de 30 e depois pelo Estado Novo. Era mister pensar o futuro da região. Localizar-se face às outras regiões mineiras e pensar esse “corpo nacional” a partir de suas bases, de suas perspectivas. Projetar o futuro sob sua perspectiva, já que o Governo de Getúlio já esboçava um projeto nacional em que incluía os homens do Alto São Francisco, concebendo-os como “*rústicos sertanejos que queiram fixar a sua vida econômica na exploração da terra (...) matutos*”.⁴⁸⁶ Esse projeto incluía a fixação desses *elementos pioneiros* em centros urbanos, núcleos humanos criados pelo governo, introdução de técnicas racionais de cultivo da terra para modificar os hábitos dos “*sertanejos habituados a seus sistemas atrasados de cultivo, em suas palhoças seguindo as tradições de seus antepassados*”.⁴⁸⁷

Como observa Donald Pierson, os planos de integração do Vale do São Francisco incluíam “*esforços para erradicar as endemias como a malária, o tracoma, a boubá, a leishmaniose e a doença de Chagas*”.⁴⁸⁸ Nesse projeto higienizador, incluía-se também “*o combate a crenças e conhecimentos tradicionais*”⁴⁸⁹, numa higienização e

⁴⁸⁵ SALES, Apolônio. Soerguimento do vale do São Francisco. *Boletim do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ano 31, n. 11, nov. 1942. p. 1-19.

⁴⁸⁶ Idem. p. 13.

⁴⁸⁷ Idem. p. 14.

⁴⁸⁸ PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco – Tomo II*. Op. cit. p. 263.

⁴⁸⁹ Idem. p. 263.

medicamentização do corpo e da mente do matuto⁴⁹⁰: “uma tentativa de superar “as idéias, atitudes e práticas “folks”.”⁴⁹¹ Poderíamos incluir, além da superação das práticas medicamentosas populares, também, a intenção explícita de dissipar as imagens “folclóricas” de Joaquina como é o propósito da obra de Coriolano Pinto Ribeiro, dentre outras. É pertinente também pensar sob essa mesma perspectiva o esforço dos descendentes de Joaquina, em transformar o sobrado de Joaquina numa escola agrícola.

Pensar as obras escritas sobre Joaquina do Pompéu, nesse período, remete-nos à necessidade de identificação e de estabelecimento de papéis para o povo do oeste mineiro: seja como resposta às imagens do povo da região construídas de um ponto de vista externo, seja para se colocar diante das demandas políticas e do projeto que então se impunha. O que significava essa região para Minas e para o Brasil? O que era Minas Gerais? Um aglomerado de regiões de graus de desenvolvimento diversos em que o oeste, junto com o norte, ocupava lugar subalterno, frente ao desenvolvimento econômico e à força política de outras regiões?

Reconhecer a *inferioridade* de desenvolvimento, a fraqueza das organizações políticas locais não teria sido o caminho escolhido pela elite política local, mesmo porque as lutas políticas adquiriam importância ainda mais urgente no concerto nacional. Era parte do projeto de racionalização das práticas do governo, o fortalecimento do poder central. Diante da centralização estatal e da diminuição do poder local, os chefes políticos locais pensariam Minas como uma região homogênea, procurando distanciar-se da idéia de sobreposições de uma região à outra e não irão compartilhar a idéia corrente na década de 1920/30 de que o sertão, pela sua formação mestiça, seria constituído por uma raça impura, de “*crenças singulares [que] traduzem a aproximação violenta de tendências distintas*”.⁴⁹²

Na posição de inferioridade em que a região oeste era colocada, nesse novo projeto, como fica evidente no relatório oficial do Ministro da Agricultura de Vargas⁴⁹³,

⁴⁹⁰ Representado como Jeca. Ver: LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 37.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. Sobre as imagens e representações do brasileiro como Jeca e Macunaíma, ou o brasileiro jecamucunaímico, ver SEIXAS, Jacy A. de. *Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamucunaímico*. Op. cit.

⁴⁹¹ PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco – Tomo II*. Op. cit. p. 263.

⁴⁹² CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: CUNHA, Euclides. *Obra Completa*. V. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995, p. 197.

⁴⁹³ Visão confirmada com o estudo feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e apresentado por meio de um relatório sobre os “Problemas de Base do Brasil” em que são propostas 11 medidas para solucionar os problemas encontrados. Para o homem do campo encontrado “*abandonado, sem saúde, sem alimentação adequada, sem moradia digna, sem vestuário apropriado, incapaz de um esforço produtivo (...) subvalores pela má saúde, subalimentação, deseducação, incapacidade de trabalho técnico qualquer*” seria necessário dar assistência e uma das medidas propostas era a instalação de colônias-escola para aprendessem a convivência humana, a disciplinarização, a cooperação pelo labor bem orientado, pela saúde e

enfatizar a igualdade e a relevância da formação histórica da força política da região tornou-se questão de primeira ordem. Este o significado das obras de Coriolano Pinto Ribeiro e Jacinto Guimarães que, numa “*voltam às origens*”, buscam elementos “históricos” para se inserir nas disputas. Afugentam-se as credices bárbaras, transformando a memória viva em história, como um dos pré-requisitos para a entrada na modernidade.⁴⁹⁴

Para pensar as Minas e a si mesmos diante das demandas políticas de seu tempo, o grupo político que se reconhecia como descendente de Joaquina do Pompéu não se fundamentou em argumentos relacionados ao desenvolvimento econômico que apresentava baixa produtividade, baixa renda *per capita*, deficiência da rede de transportes, população dolosamente atrasada, sem unidade econômica. O embasamento para construir uma imagem positiva dos homens do sertão do oeste mineiro será buscado pela igualdade de forças políticas, pelo seu espírito político – herdado de Joaquina do Pompéu. Nesse período, “*Minas não tem outra saída a não ser representar um papel central na política nacional*”⁴⁹⁵ e Joaquina do Pompéu será evocada como a matriz de um tradicional clã político, garantindo-lhe estabilidade e dinamismo.

Joaquina do Pompéu será retomada, para além de portadora da brasiliidade, dos sentimentos patrióticos, como matriz dos políticos locais ciosos para se projetar ou permanecer na política nacional. Políticos de uma região insignificante economicamente, mas que investe na idéia de ser portadora de grande tradição política, herdada de Joaquina, a *dama do sertão*. Joaquina será evocada como a matriz de uma “*descendência*” que se espalha em todos os sentidos, (...) elemento freqüente no seio da comunidade mineira, fazendo de Minas Gerais uma sociedade homogênea, com características e tendências semelhantes”.⁴⁹⁶

Não há uma motivação puramente *negativa* na (res)significação da memória de Joaquina do Pompéu, nestes tempos. Embora concorde que a tomada de Joaquina do Pompéu como matriz política tenha sido uma forma de um grupo específico pensar sua inserção na nacionalidade semelhante ao que ocorreu com a *mineiridade*, discordo de Maria Arminda Arruda quando afirma que as pessoas adentram no memorialismo *apenas* quanto estão em decadência. Estudando o memorialismo mineiro, a autora chega à conclusão de

pela educação. FREITAS, Mário Augusto Teixeira de. *Problemas de Base do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1948. p. 39-41.

⁴⁹⁴ Poderíamos pensar naquilo que Pierre Nora escreveu sobre a historicização da memória, que traz esse sentido implícito de que a sociedade moderna, e também a pós-moderna, teria como um de seus atos a consciência do passado e não a sua “vivência”, consciência e crítica feita pelo olhar historiográfico – procedimento de uma sociedade “avançada”, contraposta à tradicional, tribal.

⁴⁹⁵ WIRTH, John. Minas e a nação. Um estudo de Poder e dependência regional (1889-1930) In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. III – O período Republicano*. V. op.cit. p. 90.

⁴⁹⁶ RIBEIRO, Coriolano Pinto e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Op. Cit. p. 69.

que, diante de um desafio histórico, “queremos preservar o passado, apenas quando os dias atuais se afiguram, aos nossos olhos, como altamente lesivos em diversos sentidos”.⁴⁹⁷ Na verdade, acreditamos que não se pode falar em decadência para este grupo político diante da situação observada na região. Não houve decadência na região oeste de Minas. Mesmo porque, diferentemente da região das minas que conhecera a riqueza fácil do ouro e o dinamismo da urbanização, o Alto São Francisco não o conheceu. Se Joaquina do Pompéu foi administradora de um centro de produção pecuária grandioso para seu tempo, essa ação foi isolada e acreditamos que os grupos que a reconsideravam, na década de 1920, estavam muito mais preocupados em projetar um futuro de prosperidade e participação política do que o anseio a uma volta ao passado.

Maria Arminda Arruda afirma que quando os mineiros constroem miticamente o seu passado, “querem preservar sua influência; quando o passado mineiro é absorvido e entra como componente ideológico dos períodos de transição, parece estar por trás a vontade de conservar o presente”.⁴⁹⁸ O exercício da memória não é jamais uma apreensão individual do passado particular, mas trata-se “de situar-se no quadro de uma ordem geral, restabelecer sobre todos os planos a continuidade entre si mesma e o mundo”.⁴⁹⁹

Estamos na fronteira entre o imaginário e o ideológico, mas a motivação para a reconstrução da memória de Joaquina, muito mais do que presa à questão passado-presente, parece estar relacionada ao presente (às imagens que se construíam sobre a região e seu povo, às quais se contrapunham) e ao futuro: na construção dessas imagens a projeção do futuro não deve ser desconsiderada. Projetava-se participação na nacionalidade e na política nacional. Evocam-se as imagens de Joaquina e tudo o que elas representavam pelo interesse em atualizar o passado no presente: um passado mítico? Certamente, mas cioso de encontrar eco no futuro: não se procura, pela rememoração, “situar os acontecimentos em um quadro temporal, mas atingir o fundo do ser, descobrir o original, a realidade primordial da qual saiu o cosmo (a ordenação do mundo) e que permite compreender o devir de seu futuro”.⁵⁰⁰

⁴⁹⁷ ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro da vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.202.

⁴⁹⁸ Idem. p.100.

⁴⁹⁹ VERNANT, Jean Pierre. Aspectos míticos da memória e do tempo. In: *Mito e pensamento entre os gregos*. Op. cit. p. 159

⁵⁰⁰ Idem. p. 141.

4.2.3 – Evocação do passado e mobilização política

A evocação do *tempo antigo* de Joaquina do Pompéu e de suas imagens enquanto *dama do sertão* serve, portanto, para a mobilização de forças políticas no campo institucional que se dá, a par das “razões políticas”, também no plano das paixões, dos sentimentos e também na criação de enredos, de narrativas de memória que buscam organizar e convergir forças para a manutenção do poder, bem como para projetos de desenvolvimento da região.

Como as imagens de Joaquina do Pompéu se inseriram neste presente e de alguma forma foram manipuladas e utilizadas, muitas vezes, de forma não consciente? Uma de suas utilizações tem conotação política no sentido restrito da palavra: arregimentar o passado valendo-se da base conceitual do coronelismo, ou da oligarquia política do oeste mineiro. O funcionamento desse mecanismo pode ser evidenciado em diversos momentos da história política brasileira. Particularmente detenhamo-nos no período entre o fim da chamada República Velha e o início do Estado Novo, especificamente, na cizânia entre dois líderes políticos mineiros da República Velha que, ao disputarem o poder na escala local, divergem no uso da máquina eleitoral montada a partir da subserviência do povo, chamada em Minas de “Tarasca”.

A partir dessa divergência, deixam uma brecha em seus discursos para que observemos que as imagens construídas de Joaquina do Pompéu, especialmente aquela construída a partir de 1924, tem uma função precisa na instituição do modo de pensar e desenvolver as práticas políticas. Ou, nos termos de Le Goff, será possível atentar para a relação entre as imagens e a ideologia. As imagens de Joaquina que atuam na esfera da política são elementos vivenciados como sentimento. Algo que não se encerra nos racionalismos do eleitorado, como, por exemplo, nas promessas pragmáticas de campanha.

1933: a Revolução já havia ocorrido. Vargas ocupava o executivo com poderes extraordinários, num governo provisório que logo se tornaria definitivo. O movimento saíra vencedor, liderado pelo Rio Grande do Sul, Pernambuco e Minas Gerais. Na verdade, o Estado de Minas encontrava-se numa situação um pouco desconfortável frente à nova configuração do poder, pós-1930. Os rumos centralizadores que o governo de Getúlio Vargas trilhava, incomodava os mineiros que faziam malabarismos para permanecer no

poder. Como observa Wirth, “*a partir de 1930, Minas não tinha outra saída a não ser representar um papel central na política nacional*”⁵⁰¹.

Legitimar a revolução perante o povo foi preocupação comum a todos aqueles que dela participaram. O governo mineiro resistia a uma *interventoria* no Estado. Francisco Campos, o articulador da participação de Minas na revolução, deixa a esfera estadual, onde fora Secretário do Interior, e vai para a federal. Político de Pitangui, mais precisamente nascido em Dores do Indaiá, um de seus distritos eleitorais, Campos deixa a Secretaria do Interior mineiro para Gustavo Capanema, outro pitanguense e passa a se dedicar ao projeto de criação da “Legião dos Mineiros”, que procura minar e substituir o Partido Republicano Mineiro (PRM). Isto promoverá a fundação do Partido Progressista – o partido dos “interventores” de 1933/1934.

A Legião, inspirada nas mobilizações fascistas europeias, tinha como objetivo alcançar um lugar de autonomia para Minas na política centralizadora e autoritária do Estado. Mas seu poder de mobilização foi insignificante e Campos cairá no ostracismo. Capanema e os políticos tradicionais mineiros, uma elite agrária que cobiçava o poder independente de onde ele lhe fosse oferecido, vão optar pelas benesses do poder, oferecidas por Vargas, e abrir mão de um projeto independente para Minas em relação aos proclamados interesses nacionais: render-se-ão, portanto, às intervenções de Getúlio.

O que nos importa mais de perto nessa conjuntura é o rompimento que se dá entre Francisco Campos e seu seguidor político, Gustavo Capanema – ambos originários de mesma base política⁵⁰². Esse rompimento ocorre, numa visão mais conjuntural, pelas posições tomadas por Capanema, em 1933, aderindo ao Partido Progressista. A disputa por votos entre Campos e Capanema nas eleições para a Assembléia Constituinte, em Pitangui, adquire uma importância singular para o que nos interessa. Francisco Campos disputa as eleições como candidato isolado, sem partido, e Capanema como candidato do então PP. Voltando-se para suas bases, numa acepção comum, os candidatos procuravam o apoio local, para se projetar nacionalmente. Capanema sai em evidente vantagem nessa volta “às

⁵⁰¹ WIRTH, John. *Minas e a nação. Um estudo de Poder e dependência regional (1889-1930)* In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. III – O período Republicano*. V. 8. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 78-100.

⁵⁰² Victor Nunes Leal observava em 1949, observava que muitos chefes políticos municipais, com a difusão do ensino superior no Brasil, vão se tornar médicos e doutores e distanciar-se do seu “feudo político”, só retornando de tempos em tempos, em momentos estratégicos: “*para descansar, visitar pessoas da família, ou, mais freqüentemente para fins partidários. A fortuna política já o terá levado para uma deputação estadual ou federal, uma pasta de secretário, uma posição administrativa de relevo*”, O que parece bem caracterizar a situação vivida por Capanema e Francisco Campos: “*situação cheia de riscos, observa o autor, quando o chefe ausente se indispõe com o governo, não são raras as defecções dos seus subordinados*”. Ver. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 41-44.

bases”, pois tem a máquina eleitoral a seu favor, que antes era representada pelo PRM, e agora se transmutava em PP.

Francisco Campos estava isolado. Até 1934 persistiu na política mineira, como reconhecem os historiadores, uma forma de arregimentação de políticos de “cima pra baixo”, baseado em escolhas antecipadas dos candidatos que eram legitimados pelas urnas, através dos votos controlados pelos senhores locais – chefes primários – em seus “currais eleitorais”⁵⁰³: a “*Tarasca*”⁵⁰⁴. De acordo com Humberto Werneck⁵⁰⁵, este apelido foi dado à Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro (PRM) por um jornalista do *Diário de Minas*, Azevedo Júnior. A Tarasca dominou o cenário político até 1934. Como lembra Werneck, não havia poder à margem do partido. Não existia outro partido, aliás. “*Fora do PRM não há salvação*”, prevenia um velho slogan da organização. Apoiada em cada canto do Estado nos caciques políticos conhecidos como “coronéis” sob o comando do ocupante do Palácio da Liberdade, era a Tarasca – conta João Camilo de Oliveira Torres⁵⁰⁶ – que preparava, em reuniões secretas, as chapas para deputados federais e estaduais, senadores estaduais e federais, presidente e vice-presidente do Estado.

Com a Revolução de 1930, o tradicional Partido Republicano Mineiro procura manter sua independência, apesar do caráter centralizador do novo Governo. Já a partir de 1933, o surgimento do Partido Progressista evidencia o “desmoronamento” do antigo PRM, mas na falta da participação de outros setores da sociedade mineira, a composição dos quadros do novo partido pouco ou nada diverge do antigo PRM: é composto pelos mesmos chefes tradicionais. Embora o novo partido PP tenha características que o diferem do velho PRM, para o que nos ocupa – a relação entre os líderes locais com a população – não se modifica, embora seja necessário reconhecer que houve uma:

“(...) reorganização partidária do estado, que resultou na formação de um partido com características distintas, das suas e das do Partido Republicano Mineiro. O Partido Progressista, como ‘partido do

⁵⁰³ “Completamente analfabeto, ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais, nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de benfeitor. E é dele, na verdade, que recebe os únicos favores que se obscura existência conhece (...) novo paria (...) é lógico o que presenciamos no plano político, ele luta com o “coronel” e pelo “coronel”. LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. Op. Cit. p. 44.

⁵⁰⁴ Tarasca, de acordo com Holanda (1961), animal monstruoso que era levado em procissão durante as celebrações pentecostais em Tarascon e outras cidades do sul da França. (HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Pequeno dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*. 10.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961. p. 1147).

⁵⁰⁵ WERNECK, Humberto. *O Desatino da Rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais*. São Paulo/Poços de Caldas: Cia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.

⁵⁰⁶ TORRES, João Camilo de Oliveira. *Estratificação social no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965. p. 133.

*interventor', guardará com o governo central uma relação de compromisso que o PRM não conhecera".*⁵⁰⁷

No entanto, na mobilização local, a “*Tarasca desvirtuada*” continua como o monstro dominador da política dos rincões de Minas até, pelo menos, as eleições de 1934: “*O estilo patriarcal de fazer política, que desagradava aos brasileiros da classe média residente nas grandes cidades, não se dissipou em Minas com a Revolução de 30. quase todas as principais famílias tinha um “carcomido” guardado no armário*”⁵⁰⁸.

Na disputa de 1934, Francisco Campos arranca em visível desvantagem em relação a Capanema que tinha a seu favor a máquina eleitoral, e dela fazia uso, mobilizando as lideranças locais para votarem no PP, o partido que comandou a política mineira de 1933 a 1934, depois do golpe sobre o PRM⁵⁰⁹. Como tradicionalmente se fazia, às vésperas das eleições, Campos e Capanema se voltam para sua base eleitoral à procura dos votos. Os dois são de mesma base constituída por Pitangui e sua região. Francisco Campos vê-se desprestigiado e isolado, sem partido⁵¹⁰ – não poderá contar também com o apoio dos líderes locais que arregimentavam os votos, agora apoiando o Governo, do PP, ou apoiando ainda o velho PRM.

Francisco Campos foi portanto, obrigado a enfrentar todos os mecanismos eleitorais da velha política de arregimentação de votos, que ele bem conhecia. A despeito do leque ampliado de trabalhos sobre o tema, ainda penso ser pertinente perguntar: como os eleitores são mobilizados nesse processo? Eles não têm opinião, resistência, dissidência, não agem por contra própria? O que os faz agir de acordo com o que foi previsto e o que deliberou o “coronel”? Quais mecanismos esse coronel utiliza para tanto? Existe uma imposição “ideológica”, ou ela é meramente baseada na força bruta?

Para além de todos aqueles mecanismos já exaustivamente analisados pelos estudiosos, a dependência econômica, a violência, a fraude no processo eleitoral⁵¹¹, surge

⁵⁰⁷ SCHWARTZMAN, Simon. *Et alli. Tempos de Capanema.* Op. Cit. p. 42.

⁵⁰⁸ WIRTH, John. Minas e a nação. Um estudo de Poder e dependência regional (1889-1930) In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. III – O período Republicano.* V. 8. op. cit. p. 88.

⁵⁰⁹ Ver Schwartzman, Simon et. Alli. Op. cit. p. 41.

⁵¹⁰ “*Sem espaço no PRM, ainda fiel ao Bernardismo, sem lugar no Partido Progressista, presidido por Antônio Carlos, Campos cometeu o maior erro político de sua vida: resolveu enfrentar a disputa eleitoral prevista para o dia 3 de maio de 1933, como candidato avulso a uma das vagas da assembleia constituinte. (...) um verdadeiro suicídio eleitoral*” enfrentar os candidatos do Palácio da Liberdade, como Capanema e também o Velho PRM. OLIVEIRA, Itamar de. *Francisco Campos: A inteligência no Poder.* Belo Horizonte: Libertas, 1991. p. 76.

⁵¹¹ Reportamo-nos, ainda uma vez, ao clássico estudo de Victor Nunes Leal. Para este autor, o que ele chama *de voto de cabresto* é uma mobilização do eleitorado rural possível pela difícil condição do trabalhador e pequeno proprietário: essa mobilização seria explicada e possível pela estrutura agrária brasileira fundada na grande propriedade, pela miséria geral do campo e dependência em relação aos grandes proprietários e pelo custeamento das despesas dos eleitores à época da eleição, bem como o recurso do bico de pena. Estas são, portanto, as condições “objetivas” do coronelismo brasileiro, segundo o autor.

com a nossa temática um elemento pouco explorado pela historiografia: a mobilização e manipulação simbólica. A gestão dos sentimentos, a gestão da memória e da história. Veremos como isso aparece de forma sutil na disputa entre Capanema e Campos, que se dá de forma excepcional, na sua base política de Pitangui, nas eleições de 1933.

Diante de sua situação difícil na região, em 1933, Francisco Campos escreve uma carta amargurada para Capanema, condenando a sua “campanha” junto ao povo de Pitangui, acusando o candidato do Partido Progressista de excomungá-lo. Campos enfatiza que seu nome evocava para o povo pitanguiense somente “*recordações de família, afetos e motivos de reconhecimento*”⁵¹². E questiona as atitudes de Capanema: “*por que razões de Estado pretenderá você que se transformem esses nobres sentimentos em repúdio, desapreço, inimizade e ingratidão?*” Ora, Capanema objetiva ganhar as eleições. Os historiadores já exploraram bastante as razões de “Estado” que mobilizavam Capanema. Razões políticas, poderíamos dizer, que incluíam a relação de apoio entre os políticos mineiros do PP e o governo central. Arranjo esse que o levaria a ocupar um dos ministérios do Governo de Vargas até 1945.

Mas o que nos interessa aqui é aquilo que, explicitado na carta, não é explorado por aqueles que estudam o documento: esclarecidas as razões para que o povo mude seus sentimentos em relação à política, ou especificamente em relação a Francisco Campos, cabe-nos perguntar: que sentimentos seriam esses? Que recordações de família, que afetos, que motivos de reconhecimentos seriam esses que Capanema queria subverter – na visão de Campos – para conseguir seus objetivos pragmáticos? Nesse caso, deslocamos o foco compreensivo da *razão* para a *paixão* política e para a gestão dessas paixões no jogo do político⁵¹³. Campos prossegue sua carta:

“*Você intima Pitangui a me negar pão e água (...) exige que eu não tenha entrada na casa paterna. (...) Para você, Pitangui não tem memória, nem passado. Você pretende que Pitangui data de ontem, de sua nomeação para a Secretaria do Interior. O passado, remoto e recente, de Pitangui apagou-se com o brilho de sua estrela (...). O que é um dever de Pitangui [ser leal ao passado], você considera como um crime de Pitangui. (...) Você intima Pitangui a ser ingrata, insensível e brutal. Você não lhe reconhece o direito de ter alma*”⁵¹⁴.

⁵¹² Carta de Francisco Campos a Gustavo Capanema, s.d. (1933?). GC/Campos, F., doc. 6, série b, Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Apud. SCHWARTZMAN, Simon. *Et alli. Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP, 1984. Coleção Estudos Brasileiro. v. 81. p. 286-287.

⁵¹³ Penso nas discussões levantadas por ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

⁵¹⁴ Carta de Francisco Campos a Gustavo Capanema. Op. cit. p p. 286-287.

Pelo que é descrito na carta, a “campanha” de Capanema, na visão de Francisco Campos, estaria contra todas as correntes sensíveis. Todas essas queixas não significam que não compreenda o direito de Capanema em pedir votos para vencer a eleição. Mesmo porque tinha todos os mecanismos práticos para tanto, já que estava no partido que comandava o Estado. Isso é perfeitamente racional, inteligível. O que Campos parece não aceitar é que, de alguma forma, Capanema agisse contra os sentimentos do povo. Contra algo que já há muito havia se estabelecido. Parece que essa disputa, que em grande medida assenta-se na gestão dos sentimentos coletivos, constitui situação nova que pretende colocar em cheque a forma “tradicional” de arregimentação de votos. Ao falar da relação do povo de Pitangui consigo, Francisco Campos se envereda para o campo do sentimento, invocando o passado, a gratidão, a sensibilidade, a alma, a memória.

Mas que passado seria esse? Que motivos de gratidão tão fortes haveria para que acreditasse na possibilidade de vencer a “máquina” eleitoral ainda em funcionamento do velho PRM, e a força de mobilização do PP, com a máquina estatal à sua disposição? Qual seria a alma pitanguiense? Qual memória? Estas questões, adquirem importância para se pensar a forma de arregimentação, de mobilização e recrutamento político. Importantes para se compreender o campo do político também por outro viés que não o do estrito cálculo racional e pragmático. A referência ao simbólico, à gestão das paixões e dos sentimentos nos parece presentes nessa carta. Francisco Campos prossegue:

*“Que pena eu tive da sua mocidade e da sua inteligência, ao ter a notícia de que você havia intimado a que me fossem fechadas as portas do lar que os meus antepassados fundaram e povoaram do seu nome e da sua memória”.*⁵¹⁵

Campos denuncia que Capanema está interferindo num processo de mobilização política que há muito existe, baseado na “tradição” e na memória. Muito se sabe sobre os arranjos dos governadores, dos deputados, dos prefeitos, dos vereadores e dos chefes políticos locais, mas pouco se atentou para a forma como os chefes locais gestam esse domínio sobre o povo que vota, para além daqueles elementos já mencionados. Parece que a evocação do passado e da memória dos antepassados feita por Campos não é um simples jogo de palavras, mas que ele fala de algo tangível, sensível, algo significativo para o exercício político, mas que o olhar dos estudiosos muitas vezes deixaram escapar. Algo que representava a força na qual ele depositava toda a sua expectativa, lançando-se como

⁵¹⁵ Idem. p. 287.

candidato isolado. Quais os limites e as possibilidades dessa dimensão no jogo político de então? Como isso se processava?

Campos insiste em que os antepassados e a memória do povo pitanguiense o elegeriam como o melhor candidato, mas observa que Capanema pretendia forçosamente mudar esse estado de coisas. Campos ataca diretamente a forma de mobilização implementada por Capanema, denunciando, talvez inconscientemente, a sua própria forma de mobilização. Ou a forma de mobilização⁵¹⁶ que persistia até então. Quem seriam os antepassados de Campos e qual seria essa memória? Como esse passado costumava “funcionar” para o jogo do político?

Na década de 1980, o brasilianista John Wirth⁵¹⁷ percebe que a chamada, “Tradicional Família Mineira”, modelo advindo da família portuguesa, era a força política de Minas. Observa o autor que esta era composta de “duas classes, onde uns poucos privilegiados os papéis de status de comércio, agricultura e política. Não são raras em Minas as pessoas capazes de nomear e localizar mais de 200 parentes vivos.” Essa necessidade e essa arte de evocação dos antepassados teria importância considerável para o funcionamento da rede política que era a Família Tradicional Mineira. Através do parentesco, um homem ganhava informações privilegiadas e acesso privado a todas as instituições em termos de município, região ou Estado.

Os clãs políticos, assim chamados por Oliveira Vianna e Cid Rebelo Horta, tinham um papel central na história da região e, segundo Wirth, “os estereótipos regionais com que os mineiros rotulariam seu passado derivam das supostas qualidades das famílias locais.” Observa que, em Minas Gerais, as regiões onde era mais forte essa configuração, seria o norte de Minas e o oeste, em que “durante gerações, os herdeiros e parentes de Joaquina do Pompéu, a legendária matriarca de Pitangui, mantiveram o controle”.⁵¹⁸

Francisco Campos, assim como Gustavo Capanema, são descendentes de Joaquina do Pompéu e certamente evocam a imagem dominante de herdeiros políticos da matriarca. Evocação instantânea de um enredo em que se apresentam como herdeiros dos povoadores e fundadores de Pitangui. Dos bandeirantes paulistas que desbravaram o sertão, do qual o exemplar mais saliente seria o capitão Inácio de Oliveira Campos e sua mulher, a

⁵¹⁶ Nesse ponto estamos nos referindo à relação dos eleitores com os chefes locais que “controlavam” o voto no âmbito local. Era a base de todos os acordões que se fazia na “Tarasca”. O pressuposto da negociação entre líderes locais e o partido Mineiro, era o poder de barganha dos líderes locais, que “possuíam” o controle das urnas.

⁵¹⁷ WIRTH, Johon. *O fiel da Balança – Minas Gerais na Federação Brasileira. (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

⁵¹⁸ Idem. p. 121.

matriz civilizadora da região, D. Joaquina do Pompéu que se alia ao capitão e o sobrepõe. Esses seriam os antepassados e a memória evocada e reconstruída ainda em 1933 para mobilizar o povo nas eleições: a memória de Joaquina do Pompéu..

Em “*torno dos feitos de Joaquina*” estaria fundamentada também a força política de pessoas que se apresentavam e eram reconhecidas como seus herdeiros. Herdeiros tanto de um domínio prático da então chamada rede política da Família Tradicional Mineira, (baseado na concentração de terras, na precariedade das condições de vida da população em geral, nas patentes de descendentes de Joaquina) ou como uma justificativa para o domínio de um grupo feito por outros meios – um poder simbólico.

O domínio, baseado em condições econômicas teria permanecido forte até os anos 1950/60 mas teria perdido fôlego, especialmente a partir da legislação que instituiu a lei do usucapião, à época de Getúlio Vargas. Grande parte da comarca de Pitangui (que nesse período incluía do atual município de Pompéu) pertencia a Joaquina do Pompéu. Na década de 1950, Donald Pierson observava que em Pompéu pelo menos a metade das propriedades do município pertencia a descendentes de Joaquina e a maior parte das restantes pertencia a descendentes de outras pessoas que penetraram na área pouco tempo depois. Mas grande parte da população não possuía terra nem meios para adquiri-la: eram posseiros ou arrendatários: “*esses posseiros são mulatos, caboclos índios, descendentes de ex-escravos que lá estão a mais de 40 anos*”.⁵¹⁹ Como observa com perspicácia João da Cunha:

“A maioria do povo, mais de 50%, era preto. Desse povo que morava na roça. Porque assim que veio a lei de libertar escravo, pra uns foi bom, mas pra outros não. Eles ficaram sem caminho... Não sabiam administrar. Só sabiam fazer aquilo que eram mandados. Aí se tornou livre, ficou aquele descalcudo. Não sabia que rumo tomava na vida. Aí foi esparramando. Um foi pra fazenda, pedir agregação, foi por aí que surgiu os agregados. Foi depois da escravidão”.⁵²⁰

Como ressaltado em diversos trabalhos sobre a dominação política baseada na estrutura fundiária, esses agregados constituíam presa fácil na arregimentação política feita pelo dono das terras onde se estabeleciam precariamente. A situação dos agregados, já no império, portanto ainda antes da “liberação” da massa de escravos com o fim da escravidão, foi tema de debates fervorosos:

“(...) aqueles agregados constituem uma classe escravizada que, se bem não esteja sujeita a tributo algum em dinheiro ou trabalho em benefício do

⁵¹⁹ PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco – Tomo II*. Op. cit. p. 351.

⁵²⁰ João César da Cunha Lemos. Entrevista concedida em 21/11/2004. Zona Rural, Abaeté/MG.

fazendeiro, estão, no entanto, pelo imposto eleitoral, em que na ocasião oportuna pagam à boca do cofre, sob pena de expulsão, indo muitas vezes submeter-se a condições mais rigorosas".⁵²¹

Esse poder do proprietário sobre os agregados na região Alto São Francisco teria diminuído, como observado, pela lei de usucapião. Para evitar “encrenca com a polícia”, muitos fazendeiros abriam mão da agregação e perderam o controle direto sobre aqueles que viviam sobre sua tutela:

“(...) [antes] você podia ficar como agregado a vida inteira. Se desse algum probleminha: ‘ô sô, pode ir embora, não preciso de você mais não’. Num tinha nada. Agora faz isso pra ver. Manda um empregado ir embora. Você tem que dar a fazenda pra ele! Agora o governo obriga a cumprir as leis trabalhistas. Mas ele não pode obrigar o fazendeiro a fazer agregação”.⁵²²

O poder de arregimentação do proprietário sobre os agregados, demonstrado sobremaneira no momento das eleições, a partir de 1950, portanto, sofrerá algum declínio em todo o Brasil. Nas cidades do Alto São Francisco dos anos de 1950, Donald Pierson percebeu alguma mudança na mentalidade política em detrimento do “tradicional orgulho de família” ainda observável e das práticas baseadas nas relações entre senhores de terras e empregados rurais. No entanto, observou que “*na zona rural, a lealdade ao fazendeiro, entre os empregados é [em 1959] ainda muito forte e os agregados [ainda freqüentes, à época, na região do Pompéu] e suas famílias tendem a votar no partido dos patrões*”.⁵²³

Nas últimas décadas, o sistema de agregação quase se extinguiu. Seria o fim do domínio político dos senhores de terra, dos herdeiros de Joaquina do Pompéu, posto que já não abrigam mais os agregados que “votam com eles”, razão de seu prestígio político? O fim da agregação – portanto do sistema “objetivo” do domínio coronelista – modificou-se, os coronéis deixaram de existir? Não. Um grupo identificado como herdeiro de Joaquina do Pompéu ainda detém o poder político na região do Alto São Francisco. Nesse domínio, a lembrança de Joaquina exerce um papel extremamente importante: atua como símbolo de união entre as famílias e importante elemento socializador que garante, até os dias de hoje, a coesão de grupos sociais e políticos que tem possibilitado a manutenção do poder, mesmo sob a ameaça de desintegração das estruturas “práticas” de domínio.

⁵²¹ FRAGOSO, João da Rocha. Imposto sobre baldios. *Relatório de 1879*. Rio de Janeiro. p. 5.

⁵²² João César da Cunha Lemos. Entrevista concedida em 21/11/2004. Zona Rural, Abaeté/MG.

⁵²³ PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco - Tomo III*. Op.cit. p. 259.

Em 1959, Pierson escrevia que na região do Pompéu, como ainda hoje, as famílias que comandam a política local:

“(...) tem profundo orgulho dos ancestrais, refletido (...) no apreço por lembranças objetos, relógios, utensílios de ouro e prata, valores sentimentais em roupas e fotografias. (...) toma-se cuidado para evitar que alguém difame o nome de um ancestral, ressaltando-se aquelas qualidades que se consideram ‘boas’. O grupo tenta da unificar-se em torno desses indivíduos, tidos em alta estima e cujos atos são universalmente imitados – elemento importante na socialização do grupo e para a manutenção do status social (...).”⁵²⁴

A evocação da memória de Joaquina funciona, nessa perspectiva, como elemento simbólico importante para a unificação das famílias em verdadeiras teias para a manutenção do poder – nesse sentido é um elemento agregador – e, através da evocação de suas características sempre atualizadas, funciona para *educar* novos políticos e orientar a prática política. Tem influência sobre o grupo que se identifica como seus descendentes e herdeiros políticos que se apóiam numa rede de solidariedade para a manutenção do domínio como um ponto de confluência e mesmo uma inspiradora, um modelo de chefe político comporta tanto as características da *dama do sertão*, como uma *matriz política*, quanto das da *sinhá braba*⁵²⁵.

Essas concepções não estão restritas ao grupo de descendentes, mas são compartilhadas por todos, assim como a experiência política estruturada a partir delas. É a coesão do grupo que se identifica à Joaquina do Pompéu que possibilita a manutenção de práticas políticas baseadas ainda na coação de dissidentes ou adversários, na fidelidade e vingança retaliadora, nos apadrinhamentos, no compromisso político baseado na hereditariedade. Os chefes políticos locais são reconhecidos como legítimos por todos. Pela população geral por preencher as expectativas do que se espera de um chefe político e pelos familiares que acordão na sua escolha para a representação do grupo no exercício do poder. Há, evidentemente, dissensões conjunturais no próprio grupo. Em 1933, por exemplo, houve o desentendimento entre Gustavo Capanema e Francisco Campos que o acusava de conduta delituosa, extremamente grave: ir contra as tradições, promover a desunião da família,

⁵²⁴ Idem. p. 52.

⁵²⁵ Sobre o que seria um chefe político para os habitantes do Alto São Francisco, Pierson observava em 1950 que este deveria: a) controlar sua área de atuação com mãos de ferro, b) ter convicções decididas, ação firme e intolerante quanto à interferência às suas ordens; c) ser um homem – sobretudo macho – forte, vigoroso, resoluto, acostumado a mandar; d) ser protetor de assassinos, contra a polícia; e) ser um homem que exiba em palavras e atos outras características universalmente admiradas como lealdade (aos que o apóiam e aos que ele apoia), sem orgulho: “raramente ocupa um cargo exercendo o poder através dos que elege”, árbitro das disputas familiares, de projeção nacional. (PIERSON, Donald. *O homem no vale do São Francisco – Tomo III*. Op. cit. p. 254-257).

enfraquecida em disputas internas, ou ainda exigir que o povo abrisse mão de suas concepções do que seria um “verdadeiro” de chefe político, herdeiro de Joaquina do Pompéu. Modelo que Francisco Campos julgava-se representar.

4.2.4 – Práticas de memória

O movimento iniciado por Gustavo Pena, em 1924 – a construção da imagem de Joaquina como *dama do sertão* – inaugurou portanto uma prática fundamental para a identificação de determinado grupo do oeste de Minas às representações mais gerais do Brasil, pela criação de um enredo que os colocavam em lugar de destaque na história política oficial brasileira – por meio da reabilitação de uma figura histórica relevante, “*uma heroína nacional, prova eloquente de amor à Pátria*”. A partir dos anos oitenta, a evocação dessa imagem tornou-se ainda questão mais premente.

Dois desafios urgentes ocuparam aqueles que evocaram a imagem de Joaquina como dama do sertão, nas duas últimas décadas do século XX: consolidar a imagem de *dama do sertão* como uma definitiva personagem histórica representante do matriarcado e da história do desenvolvimento agropecuário da região do Alto São Francisco e combater as imagens “depreciativas” de sua figura, objetivos colocados já em 1924 mas que adquirem significado mais preciso atualmente.

Em maio de 2002, Rosa Maria Ribeiro escrevia aos leitores do jornal *Estado de Minas*:

“Venho acompanhando nas páginas do EM matérias sobre a Medalha Dona Joaquina de Pompéu, comenda que seria entregue a todas as mulheres mineiras que se destacarem em várias atividades. Por que não convocar todos os descendentes da tradicional matriarca mineira para um encontro no dia 20 de agosto, data de seu aniversário? Um concurso de monografias para os estudantes da região é da maior importância. Os jovens tomariam conhecimento da importância de dona Joaquina para a história do Brasil. Quem sabe celebrar uma missa solene com a presença de autoridades regionais e seus descendentes?”.⁵²⁶

Para além das sugestões da neta de Joaquina, da quinta geração, tiveram início em Pompéu, neste mesmo ano, uma série de festividades para comemorar o aniversário de Joaquina. Fizeram parte desse projeto, além das sugestões de Rosa Maria (a reunião de grande parte dos 40.000 descendentes de Joaquina espalhados por todo o Brasil, concursos de

⁵²⁶ RIBEIRO, Rosa Maria A. Reviver Joaquina. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 5 de maio. 2002. (opinião).

monografia⁵²⁷ entre os estudantes, missa solene), a mobilização das comunidades rurais para a implementação de um roteiro turístico explorando a potencialidade das fazendas e casarões antigos da região, a organização de cavalgadas, festins coloniais, inauguração de monumento. Também, como parte dessas comemorações foi criada a “Fundação Dona Joaquina do Pompéu” e o “Centro de Estudos e Pesquisas sobre a História e Genealogia de Dona Joaquina do Pompéu” – uma entidade sem fins lucrativos, sediada em Belo Horizonte, criada para auxiliar a pesquisa genealógica que deu origem ao mais recente livro sobre ela: *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*, de Deusdedit P. Ribeiro de Campos⁵²⁸. Mas por que este novo élan de memória, esse esforço comemorativo atual?

Como observou Rosa Maria Montandon⁵²⁹ em Araxá, a partir da década de 60, Dona Beja se torna “garota propaganda” do complexo turístico da cidade. Algo incipiente, mas de mesma natureza pode ser percebido na região do Alto São Francisco a partir do final dos anos 90 e início do século XXI. Embora Joaquina não possa (ainda) ser comparada ao aspecto “colunável” de Beja como figura popular, que se transformou em marca para uma enorme diversidade de produtos.

Como parte de um fenômeno em expansão em todo o mundo, o turismo ecológico e histórico⁵³⁰ foi implantado na região do Alto São Francisco, pela criação do chamado “Círculo do Lago de Três Marias”. Esta iniciativa do governo estadual e dos governos municipais suscitou nas cidades da região um novo momento de repensar sua identidade histórica. Ao se discutir sobre o que poderia atrair os turistas foi recolocada a questão de sua constituição histórica pela possibilidade de exploração não apenas das belezas naturais, mas também do seu patrimônio histórico. Nesse sentido, o município de Pompéu procura organizar o seu roteiro turístico a partir de projetos como a implementação de carnaval de rua nos moldes baianos, a criação de um roteiro histórico a partir dos casarões do século XVIII e XIX. Esse movimento coloca em relevo um enredo histórico do município.

Como informa uma das páginas eletrônicas que apresenta a cidade aos visitantes:

“Pompéu já faz parte da história do Brasil há mais de duzentos anos, mas somente em 1840 ocorreu a fundação do arraial por Joaquim Cordeiro Valadares. Em 17 de dezembro de 1938, o então arraial do Buriti da

⁵²⁷ Na década de oitenta (em maio de 1983) e história-memória de Joaquina do Pompéu foi tema de uma lista de monografias escrita por participantes do concurso “Minas Mulher”, realizado pela Sociedade Amigas da Cultura, sediada em Belo Horizonte. Sete destes trabalhos estão nos arquivos da Biblioteca Pública de Minas Gerais. Coleção Mineiriana, Pasta Biografia. Nº 2.

⁵²⁸ CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Op. cit.

⁵²⁹ MONTANDON, Rosa Maria Spinozo. *Dona Beja: desvendando o mito*. op. Cit. p. 127-128.

⁵³⁰ PAIVA, Celso Lago, 1997. *Turismo rural e a conservação do patrimônio histórico*. Disponível na Internet: <http://www.geocities.com/RainForest/9468/hotfazen.htm>. 5 nov. 1997. Acesso em 10/12/2005.

Estrada tornou-se uma cidade, recebendo então o nome de Pompéu, homenageando seu primeiro habitante, o Sr. Antônio Pompeu Taques".⁵³¹

Um leitor consciente dos liames da história do Brasil, poderia surpreender-se com a afirmação de que Pompéu faz parte da história do Brasil a mais de 200 anos. O que determinaria a inscrição de Pompéu na história do Brasil? Como enfatizamos, Pompéu e o oeste mineiro, região colonizada a partir da decadência da mineração, mereceram um silêncio estridente da historiografia oficial: há um entendimento comum de que as regiões do interior do território passaram a fazer história apenas após a chegada dos colonizadores. Assim, justifica-se a afirmação acima: Pompéu teria recebido colonizadores a mais de duzentos anos.

Como já sabemos, a partir de 1711, muitas sesmarias foram doadas pela coroa portuguesa, na região⁵³². O sítio prossegue com informações históricas:

"[Pompéu é] Terra de Dona Joaquina do Pompéu (Joaquina Maria⁵³³ Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco Souto Mayor de Oliveira Campos), figura histórica e matriarca de todo o Oeste Mineiro. O município nasceu no Pouso dos Buritis, ponto de parada das tropas que faziam o trajeto que ligava Montes Claros ao Nordeste de Minas e ligando também Pitangui a todo o Litoral Atlântico".⁵³⁴

Ora, nessa narrativa histórica traçada a partir de preocupações com um projeto turístico – portanto de ampla divulgação – considera-se que Pompéu tem duzentos anos de história e, o que é relevante ressaltar, o que determinou a inscrição da região (Pompéu e todo o oeste mineiro) na história brasileira teria sido a existência de uma figura histórica precisa: Joaquina do Pompéu. Há nessa afirmação uma distinção nada sutil: uma distinção entre sujeitos históricos e não históricos. Mas por que Joaquina teria preenchido os requisitos de um sujeito histórico? Por que Joaquina é considerada a “figura histórica oficial” dessa tomada da região pelos representantes da civilização? Possivelmente por constituir a personagem mais lembrada sobre a qual já haviam sido produzidos diversos materiais e porque já ocupava importante espaço na memória coletiva.

Assim, Joaquina do Pompéu é eleita como uma “espécie de embaixadora” das causas do turismo – a personagem histórica oficial de Pompéu e também do Alto São Francisco. Joaquina já tinha presença e projeção na memória coletiva, mas sua memória

⁵³¹ <http://5281.vilabol.uol.com.br/pompeu.html>. Acesso em 10/12/2005.

⁵³² Sobre a concessão de sesmarias na região das minas e dos sertões, de natureza diversa, cf. CARRARA, Ângelo Alves. *Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (tese de doutorado). para a lista cronológica de concessões de sesmarias e seus respectivos sesmeiros cf. Revista do Arquivo Público Mineiro, XIV.

⁵³³ Grifo meu. Ver a polêmica do nome de Joaquina no capítulo 1.

⁵³⁴ Idem.

agora é retomada pelo município de forma institucionalizada e patrimonial, com direito a festas coloniais, monumentos e feriado municipal. Esta a dimensão e significação maior do livro de Deusdedith Ribeiro, *D. Joaquina do Pompéu e sua gente*, que atualiza a árvore genealógica elaborada por Coriolano Pinto Ribeiro.

A apropriação da memória de Joaquina para a elaboração do enredo histórico da região é feita fiel às tramas da construção da imagem da *dama do sertão*, utilizando-se dos materiais que possibilitaram sua composição. Ressalta-se o progresso que seu matriarcado teria trazido para região: civilizando-a e impulsionando as atividades econômicas como a lavoura e pecuária. Trazendo sofisticação e pioneirismo para a história de uma região – ou introduzindo a região na história – que agora pretende atrair visitantes pela sua natureza, regada por rios e represas, e pelo seu patrimônio histórico, a partir de uma visão dominante de que patrimônio histórico significa sobretudo arquitetura.

Para além dos empreendimentos exclusivamente econômicos, a lembrança de Joaquina do Pompéu se faz importante em outras práticas. Em *Gerais de todos os Tempos*, livro escrito em 1999, que reúne contos, poesias e a genealogia de uma “tradicional” família do Alto São Francisco que tem como matriz Joaquina do Pompéu, “referência de maior realce e que [lhe] serve de ponto de confluência”.⁵³⁵ Para o autor é necessário lembrar e usar essa memória para:

“(...) trazer aos nossos dias informações que estão se consumindo nas brumas do tempo (...) e oportunidade de testemunhar uma realidade que se encontra ofuscada por uma onda de modernismos: a consciências dos laços familiares. (...) a quase totalidade dessa descendência encontra-se sobretudo no interior, mantendo-se, com dignidade, a preservação da tradicional família mineira. (...) É notório que uma onda de fatos descaracterizam os costumes e invadem os meios de comunicação de massa, com o nítido propósito de abalar os alicerces de tradicionais instituições, aqui incluindo costumes e tradições seculares, ligados à formação das famílias. As gerações se sucedem, mas conservam elos que são eternos, responsáveis pela organização das sociedades. Portanto, a família é o elo central, dela dependendo a formação da nacionalidade”.⁵³⁶

Para o autor, lembrar de Joaquina – ressalte-se: como *dama do sertão*, mulher-matriz – é um dever enquanto ato para a preservação de costumes que considera estarem se esvaindo. Esta é uma justificativa recorrente entre aqueles que têm evocado sua lembrança

⁵³⁵ SILVA, Ignácio Ferreira Álvares da. *Gerais de todos os tempos: Reminiscências dos tempos das Gerais e Folhas Caídas*. Op. cit. p. 103

⁵³⁶ SILVA, Ignácio Ferreira Álvares da. *Gerais de todos os tempos: Reminiscências dos tempos das Gerais e Folhas Caídas*. Brasília: Verano, 1999. p. 102

num esforço voluntário. Deusdedit Campos, na introdução do seu livro nos indica que – lembrar de Joaquina, ponto de confluência das famílias, é importante para a “*união e a solidariedade familiar (...) e para que sejam preservadas as tradições de respeito, prestígio moral, intelectual, social e político de que a família [de Joaquina] sempre desfrutou desde antigas eras*”.⁵³⁷ Enfim, lembrar é um ato de gestão de poder.

Mas a utilização da memória de Joaquina para a coesão de um grupo social e político nos parece constituir mecanismo de longa data, pelo menos desde 1924. Será que todas as ações contemporâneas dos familiares de Joaquina do Pompéu estão relacionadas às mesmas demandas de 1924? Há algo novo, demandando um novo compromisso de união do clã de Joaquina do Pompéu? Acreditamos que sim.

Desde Gustavo Pena, a história tem sido utilizada para “resgatar a memória” meritória de Joaquina do Pompéu na intenção de enterrar, de vez, no esquecimento a imagem da *sinhá braba*, ainda resistente e persistente na memória coletiva. Essa imagem ressurge, irrompe com maior força contemporaneamente, especialmente com o movimento dos índios Kaxixós pelo reconhecimento de sua identidade étnica – uma memória ressentida, que se volta a uma dívida do passado a ser cobrada no futuro. Nessa perspectiva, faz-se urgente – um dever (de memória) para o grupo que se identifica como descendente de Joaquina do Pompéu – combater a imagem de Joaquina como *sinhá braba*, agora evocada por aqueles que reivindicam igualmente o direito de lembrar e ser reconhecido.

Embora a imagem de Joaquina como *sinhá braba* esteja cristalizada na memória social e coletiva – fenômeno facilmente constatado em toda a região do Alto São Francisco –, a despeito das tentativas diversas para subsumi-la, a partir de 1986, há uma luta efetiva travada pelo grupo indígena Kaxixó, pelo *direito* de lembrar de Joaquina como *sinhá braba*. Isto porque evocar essa imagem é uma das estratégias da luta pelo seu reconhecimento como minoria étnica.

“Depois de séculos no anonimato, sufocados pela perseguição e posteriormente pela discriminação, os Kaxixós reapareceram como demonstração de um profundo desejo de viver a sua indianidade, trazendo à tona costumes e valores que estiveram camuflados durante anos afim, mas nunca perdidos. Mesmo proibidos de revelar sua identidade, os Kaxixó preservaram viva a consciência de serem indígenas, passando seus “segredos” e tradições de pais para filhos. Reconhecidos oficialmente pela FUNAI como grupo indígena em dezembro de 2001, depois de quinze anos de luta por tal reconhecimento, e quatro estudos antropológicos, sendo o primeiro negativo, os Kaxixó se sentem agora totalmente livres para viver num

⁵³⁷ CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Op. cit. p. 13.

estilo de vida diferenciado e peculiar, colocando em prática a cada dia, aquilo que vai sendo resgatado do seu passado de sofrimento e opressão. Sua grande luta agora é pela posse de suas terras tradicionais e o resgate cultural tão desejado pelo grupo. Estão, entretanto, conscientes de que há um longo caminho ainda a ser percorrido para alcançar o que têm como ideal, se é que um dia alcançarão".⁵³⁸

Mas como a imagem de *sinhá braba* se relaciona com a luta de um grupo indígena para o reconhecimento de sua identidade e de suas subjetividades? Devemos pensar essa busca de identidade e a evocação da memória de Joaquina como parte de um projeto que tem se constituído na atualidade como um fenômeno histórico de grandes proporções, “*de resgate de memórias e histórias esquecidas, minimizadas, ou marginalizadas e no limite – um dever de memória*”.⁵³⁹

Se os Kaxixós estão avançando na luta que lhes garante o direito de “*resgatar o seu passado de sofrimento e opressão*” – memória de ressentimentos –, esse passado e esses sentimentos irrompem a partir de um mesmo movimento que traz à tona também a imagem de Joaquina *sinhá braba*: junto ao direito de memória, “*os Kaxixós se organizaram para garantir o direito de permanecerem em suas terras*”.⁵⁴⁰ E lembrar-se de Joaquina como uma *sinhá braba* é rememorar que ela invadiu terras, encheu cisternas de corpos, truculenta e arbitrária⁵⁴¹. É a irrupção da lembrança numa perspectiva de quem se encontrava do lado do dominado e excluído, daquele que sofreu a violência e a arbitrariedade. Em alguma medida é também lembrar da *dama do sertão*, civilizadora na luta dos brancos contra a barbárie dos nativos – só que da perspectiva dos últimos. Lembrar de Joaquina, para os Kaxixós, em um momento de efervescência e de afirmação identitária de diferentes grupos, é lembrar de uma dívida feita no passado, mas que deve ser paga num futuro próximo⁵⁴². Assim, “*faz-se necessário voltarmos um pouco na história*”⁵⁴³: memória da dívida atualizada, na verdade, a partir de uma trama de memória:

⁵³⁸ SILVA, Cássio e CALDEIRA, V. Minas Indígena: os Kaxixós. <http://www.caciosilva.com.br/kaxixo.htm>. Acesso em 04/06/2005.

⁵³⁹ SEIXAS, J. Alves. Comemorar entre memória e esquecimento. Op. cit. p. 78.

⁵⁴⁰ CALDEIRA, Vanessa. Povos indígenas: povo Kaxixó. Disponível em <http://www.cedefes.org.br/>. Acesso em 20/05/2005.

⁵⁴¹ Ver caracterização da *sinhá braba* no item 3.2.

⁵⁴² Nesse ponto retomo a idéia de DELEUZE, G. Diferença e repetição. Apud. SEIXAS, J. Alves. Os tempos da memória... op. cit. p. 49.

⁵⁴³ “*Para entendermos a origem étnica deste grupo, faz-se necessário voltarmos um pouco na história do mesmo (...)”* SILVA, Cássio e CALDEIRA, V. Minas Indígena: os Kaxixós. <http://www.caciosilva.com.br/kaxixo.htm>. Acesso em 04/06/2005

*“No século XVIII, surge a lendária figura do Capitão Inácio de Oliveira Campos e sua esposa Dona Joaquina de Pompéu, contra os quais a resistência Kaxixó foi inútil. Este Capitão Inácio, que os Kaxixós chamam de "governo", teria chegado na região com "mil negros" e um grande contingente de "índios Carijó", subjugando os Kaxixós, se apossando de suas terras, e os reduzindo a jagunços. Fornecia alimentos e carne para a corte, nos tempos de D. João VI, sendo o trabalho feito por escravos e os índios utilizados como jagunços para controlar negros. Enquanto estes eram obrigados a batizar-se, o índio jagunço devia ser pagão o que dificulta o levantamento histórico, pois naquela época a certidão de batismo era o único registro civil. Após a morte do Capitão Inácio, (...) continuou sua viúva, a célebre dona Joaquina do Pompéu, as atividades rurais de criação e engorda de gado bovino, além da criação de cavalos e do plantio de mantimentos. E ao morrer, em 1824, sua herança compreendia um milhão de alqueires de terras, mais de 1.000 escravos, 53.932 reses de criar, 9.000 éguas e 2.411 juntas de bois, além de jóias, ouro em pó e em barra, baixelas de prata, que não foram declarados”.*⁵⁴⁴

Se, desde 1924, os descendentes de Joaquina do Pompéu evocam sua imagem para a manutenção do *status*, construindo uma narrativa que tem a função de justificar a ordenação do grupo social em que se inscrevem, os Kaxixós fazem movimento semelhante, embora de uma perspectiva inversa, apropriam-se de elementos da memória “oficial” de Joaquina, mas também de uma memória segregada. A chegada de Joaquina aos sertões do São Francisco é evocada pelos índios como o momento de contato e dominação, o marco inicial da história de formação étnica do grupo Kaxixó atual: “o pé da árvore” (lugar de memória)⁵⁴⁵.

“Um dos filhos deste casal [de Joaquina e Inácio] teve um relacionamento com uma índia Kaxixó, chamada posteriormente de Tia Vovó. Deste relacionamento nasceu Fabrício ou Fabrisco, como é lembrado pelo grupo. Aí começa o principal tronco Kaxixó. (...) Para complicar a formação étnica dos atuais Kaxixós, entraram em cena mais dois segmentos: os "Carijó" do século XVIII, procedentes de São Paulo, e os negros, descendentes dos escravos africanos que trabalhavam na fazenda. Foi ainda a família de Fabrisco que selou uma dessas uniões, pois um de seus filhos casou com uma índia Carijó. Por muito tempo, os Kaxixós foram conhecidos como "Índios Caboclos da Vargem do Galinheiro", hoje um bairro da cidade de Pompéu, antes conhecida como "Buriti da Estrada", local de passagem obrigatória para os tropeiros, que lá se abasteciam com as galinhas criadas pelos "índios caboclos". Assim, os Kaxixós são um caso bem peculiar dos chamados grupos indígenas "emergentes", pois ao contrário do que ocorre no Nordeste, onde a maioria dos grupos é descendente de antigas populações que viviam nos aldeamentos missionários, os

⁵⁴⁴ Idem. <http://www.caciosilva.com.br/kaxixo.htm>. Acesso em 04/06/2005.

⁵⁴⁵ Djalma Vicente de Oliveira, Cacique Kaxixó, entrevista concedida em 06/11/2004. Martinho Campos/MG.

*Kaxixós, são remanescentes de grupos que viviam nas fazendas da região do baixo rio Pará, como agregados e jagunços. Portanto, os atuais Kaxixó são frutos da miscigenação dos antigos Kaxixós com os "Carijó" – escravos de vários etnias – negros escravos e "brancos" da família da Dona Joaquina, chamados de "povo do governo". Por isto, no grupo atual encontram-se pessoas de pele vermelha morenada, cabelos pretos e lisos, como o ex-vice-cacique Jerry; pessoas negras, como o atual vice-cacique Zezinho; e pessoas brancas de olhos claros, como o cacique Djalma".*⁵⁴⁶

Nessa narrativa, “*dando notícia de antes do 1500*”⁵⁴⁷, exercendo o seu direito de memória, o povo Kaxixó constrói sua identidade indígena e – nessa prática de memória – atualiza a dívida contraída em tempos remotos. Os descendentes de Joaquina evocam sua imagem numa “obsessão comemorativa”, procurando reafirmar a trajetória de conquista e domínio das terras da região e justificarem-se como herdeiros legítimos de “*todas as glórias por ela conquistadas*” – incluindo-se as atuais terras em disputa, sob seu controle “*desde antigas eras*”⁵⁴⁸. Os índios, também através do uso da memória, evocam sua imagem para lembrar a dívida que “o povo da Dona Joaquina” tem com os seus. Porque, mais do que herdeiros de Joaquina “(...) nós é dono dos trem antes dela mais do governo [capitão Inácio]. E quer dizer que todo jeito que eles brigam num tem jeito porque na lei [sendo parentes dela ou não] um pedaço da terra é nosso: inda num é nosso não”, mas a evocação do passado se dá para atualizar essa dívida a ser paga no futuro.

Assim, na ocasião da grande festa para comemorar o aniversário de Joaquina, ocorreu um fato significativo para compreendermos a diversidade de interesses envolvidos no “*resgate da memória e história de Dona Joaquina*”⁵⁴⁹. Enquanto os organizadores e fomentadores oficiais do evento sentenciavam que:

“Qualquer pompeano que se preze deve valorizar as festividades que estão acontecendo esta semana na cidade de Pompéu. É o aniversário de 250 anos de Dona Joaquina de Pompéu, matriarca da cidade, da qual descendem grandes homens da política mineira, como Benedito

⁵⁴⁶ SILVA, Cássio e CALDEIRA, V. Minas Indígena: os Kaxixós. <http://www.caciosilva.com.br/kaxixo.htm>. Acesso em 04/06/2005.

⁵⁴⁷ “Então, essa história (...). Tem caso抗ão! (...) O povo entende que era nós do capão do Zezinho fazendo de índio pra pegar terra igual sem-terra, mas é tudo o contrário. Nós é gente de nascença, raça de índio caboclo, cruzado com índio Carijó, mas central é da Dona Joaquina. Dos kaxixó. Mas num é falar que Dona Joaquina é dona não, a família nossa é antes do 1500. Nós dá notícia antes do 1500. Tanto nós dá pelo kaxixó como nós dá pelos branco. Djalma Vicente de Oliveira, Cacique Kaxixó, entrevista concedida em 06/11/2004. Martinho Campos/MG.

⁵⁴⁸ CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Op. cit. p. 13.

⁵⁴⁹ FRANÇA, Carlos Domício O. Festa de 250 anos de Dona Joaquina. *Estado de Minas*. Sexta-feira, 23 de ago. 2002. p. 8. (opinião)

Valadares, Francisco Campos, Gustavo Capanema, Afonso Arinos de Melo Franco e José de Magalhães Pinto”.⁵⁵⁰

Os Kaxixós, no mesmo espaço em que ocorria a festa – nas terras do Pompéu Velho, antiga sede da fazenda de Joaquina – também se faziam presentes: “(...) nós teve lá junto com eles lá no Pompéu Velho, eles achando que nós tava é acompanhando a festa deles, e era a FUNAI que tava medindo terra”.⁵⁵¹

A lembrança de Joaquina do Pompéu é evocada tanto por aqueles que se consideram herdeiros legítimos dos desbravadores do sertão, como por aqueles que se identificam às vítimas desse processo. Joaquina incorpora, ainda, a “*fibra das mulheres mineiras daquele tempo, mulheres que sozinhas ou com seus maridos ajudaram na formação do Estado e do País*”.⁵⁵² E nessa configuração é evocada não somente pelos empreendimentos turísticos, mas também para empreendimentos historiográficos de maior fôlego, como o *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*⁵⁵³. A obra tem como objetivo “*recuperar um passado praticamente perdido*”⁵⁵⁴ e “*cultivar a memória das mulheres*”,⁵⁵⁵ tomando esse procedimento como um dever – um modo de lhes “*fazer justiça*”. A idéia é “*revelar o lado oculto da história oficial e contribuir para a construção da memória das mulheres brasileiras*”.⁵⁵⁶

Na obra, Joaquina é representada como:

“(...) uma matrona mineira nascida em Vila Rica, dona de um temperamento enérgico, administradora de vastas áreas de terras, com escravos e peões. (...) Poderosa e implacável, que teve muitas filhas (...) na vida pública (...) empenhou-se na luta pela independência brasileira (...)”.⁵⁵⁷

⁵⁵⁰ Idem.

⁵⁵¹ Djalma Vicente de Oliveira, Cacique Kaxixó, entrevista citada.

⁵⁵² AGUIAR, Mateus R. Veloso. A História de D. Joaquina do Pompéu. Disponível em <http://cidadesnet.com/cidades/pompeu/hist/index.htm>. Acesso em 10/12/2005.

⁵⁵³ SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000. obra organizada por Schuma Schumaher, em co-autoria com Érico Vital Brasil, que reúne aproximadamente 900 verbetes e 270 ilustrações sobre mulheres que, em diversas áreas teriam marcado cinco séculos de história brasileira. “*Com pesquisa financiada pela Fundação Ford, que investiu US\$ 100 mil dólares no projeto, no Brasil, o Dicionário Mulheres do Brasil, começou a ser elaborado em 1997 e consumiu três anos entre a execução e o lançamento que, por sinal, teve uma excelente acolhida por parte da imprensa, estudantes, bibliotecas. O livro foi lançado em 21 capitais e cidades brasileiras, inclusive em Belo Horizonte e apareceu até em novela de televisão. Dos 15 mil exemplares, cinco mil foram distribuídos entre universidades, bibliotecas e organizações não-governamentais que trabalham com direitos humanos*”. (OLIVEIRA, Heloísa Aline. Mulher de A a Z. *Estado de Minas*. Domingo, 21 de outubro de 2001. p. 5).

⁵⁵⁴ Shuma Shumaher em OLIVEIRA, Heloísa Aline. Mulher de A a Z. *Estado de Minas*. Op. cit. p. 5.

⁵⁵⁵ SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. p. 9.

⁵⁵⁶ Idem. p. 11.

⁵⁵⁷ Idem. p. 295.

Esta obra que evoca uma das imagens de Joaquina se insere num fenômeno mais abrangente de apreensão da memória pela história. Militando a causa da mulher, essa historiografia se vê ludibriada pela complexidade do seu objeto ao tomar as tramas da memória como imediatamente história. Ao pretender salvar do esquecimento a memória de Joaquina, por exemplo, pressupõe que a sua memória corre perigo – o perigo do esquecimento – o que não é verdade.

Essa apropriação atual da memória de Joaquina pela historiografia faz parte do que Seixas tem observado nas relações comumente tecidas entre história e memória: uma operacionalização contundente da memória acompanhada de pouca teorização⁵⁵⁸:

*“A missão da história hoje, acima de qualquer outro projeto, parece ter se tornado a de afugentar o esquecimento – um projeto de resgate de memórias e histórias esquecidas, minimizadas ou marginalizadas e no limite – um dever de memória”.*⁵⁵⁹

O que caracteriza a historiografia que trata Joaquina do Pompéu como uma memória que deve ser retirada de “atrás dos panos”, da qual se deve “retirar o véu do esquecimento”⁵⁶⁰, é justamente não levar em conta os mecanismos próprios da memória que fazem com que Joaquina seja lembrada e evocada em diversos momentos, sempre atualizada e viva, como parte instituinte da realidade do povo do Alto São Francisco. Por isto, pensamos essa evocação das imagens de Joaquina como parte de um movimento mais amplo de revalorização da memória.

⁵⁵⁸ SEIXAS. J. Alves. de. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica, *História – Questões e debates*, Curitiba, Ed. da UFPR, nº 32, jan-jun 2000. p. 77.

⁵⁵⁹ Idem. p. 78.

⁵⁶⁰ SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. p. 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo (...).”*⁵⁶¹
(Walter Benjamin)

As tramas que compõem o fenômeno atual da história-memória de Joaquina do Pompéu, objeto desta nossa trama historiográfica, impuseram-nos algumas questões teórico-metodológicas, desde a escolha do objeto de estudo. Poderíamos fazer delas o mote para a retomada do caminho percorrido, re-visitando aquilo que assumimos e o que refutamos durante todo o percurso.

Apoiada em diversos tempos e lugares, a lembrança de Joaquina nos obrigou a aceitar o desafio de pensar a longa duração em que está inscrito o fenômeno e conduziu-nos a fontes de diversas naturezas: vestígios documentais e bibliográficos, iconográficos e orais – lugares da memória. Assumimos este desafio.

Tomada tanto como fonte quanto como objeto de estudo, a memória foi considerada em suas características e linguagens próprias. Procuramos refletir sobre suas relações com a história pensadas não como excludentes ou coincidentes, mas como dialógicas.

A decisão de estudar Joaquina do Pompéu não nos permitiu ambicionar uma história militante de quaisquer causas, de dominantes ou de dominados, o que de nenhum modo significa que este trabalho tenha alcançado a imparcialidade. É que recusamos reduzir ou escolher entre quaisquer das diversas imagens que compõem esta memória. Mas devemos reconhecer que as histórias de Joaquina e a profusão de imagens formadas a partir delas nos seduziram e nos convidaram – tão somente – a tecer alguns conselhos.

Embora tenhamos nos recusado a buscar a verdadeira Joaquina em algum lugar do passado ontológico, procuramos compreender a historicidade deste fenômeno da memória que ela constitui. Ao problematizá-lo convencemo-nos da impossibilidade de alimentar pretensões de encontrar respostas acabadas ou conclusões definitivas. A própria natureza do objeto (a memória) em toda a sua profusão de imagens se encarregou de nos alertar para isto e esperamos ter podido expressar esta diversidade. Colocamo-nos também como um dos narradores das histórias de Joaquina porque não resistimos ao ouvi-las tomou-

⁵⁶¹ BENJAMIN, W. O narrador. In: *Magia e técnica, arte e política*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 205.

nos um desejo imenso de sugerir sobre sua continuação e não por termo a elas⁵⁶². Uma vontade irresistível de tramar também.

Esta intriga historiográfica estabeleceu uma relação concomitantemente de conflito e aproximação com as tramas complexas da memória: conflito porque não há como compreendê-la em sua totalidade posto que a memória não se rende à narrativa histórica sedenta por reduzi-la a um sentido único; mas também aproximação, porque a intriga tecida ambiciona – reconheçamos – ser tão aberta quanto as histórias que compõem estas tramas ilimitadas da memória de Joaquina do Pompéu.

No entanto, a narrativa historiográfica não alcançará jamais a profusão de sentidos das tramas tecidas pela memória, embora seja esta impossibilidade mesma de abarcar, representar ou comportar o ilimitado que nos sugere como devemos encerrar este percurso de história em terreno de memórias. Encerramento inconcluso porque a sua única possibilidade de acolher múltiplas interpretações é abrir mão de uma possível explicação “definitiva”. Procurou-se percorrer as histórias de Joaquina tramadas pela memória e, ao mesmo tempo, problematizá-las, estranhá-las⁵⁶³, de certo modo (porque parte de minha própria vivência), ambicionando apenas que esta intriga, como as tramas da memória de Joaquina, seja merecedora de conselhos, de sugestões para a sua continuação.

Tramamos o tempo inteiro e, como narradores, esperamos que depois de contado o *causo*, quiçá alcancemos também a dignidade e a receptividade de conselhos daqueles narradores que encontramos no percurso: porque só é receptivo a um conselho quem tem a capacidade de verbalizar a sua situação...⁵⁶⁴. O único sinal de que a história foi bem contada e a reação que ela causa em quem as ouve, incitando-lhe a tecer conselhos ao seu final.

Pensamos que não seja mais necessário falar dos limites, da provisoriação e da arbitrariedade desta incursão da história no campo preciso da memória: esta constatação desconfortante – porém, inevitável – foi a maior contribuição da memória para com esta história.

O conjunto multifacetado das imagens de Joaquina perseguidas ao longo da pesquisa tem ressurgido em diversas ocasiões na atualidade, por diferentes motivações

⁵⁶² Refiro-me à definição de conselho de Benjamin. Cf. BENJAMIN, W. O narrador. Op. cit. p. 1994-221.

⁵⁶³ Penso no conceito de estranhamento desenvolvido por Ginzburg: O estranhamento “é um antídoto eficaz contra um risco a que todos nós estamos expostos: o de banalizar a realidade (inclusive a nós mesmos)” GINZBURG, Carlo. Estranhamento. In: *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia das Letras, 2001. p. 41.

⁵⁶⁴ Idem. p. 200.

de distintos grupos. Lembradas ora por dever, ora por direito; evocadas por diferentes grupos sociais: pelos descendentes de Joaquina, pelas identidades emergentes; associada a questões étnicas e de gênero, esse fenômeno inscreve-se, hoje, em uma obsessão comemorativa. Sua memória tem sido compreendida, ora como algo que se opõe à história – como no caso daqueles que utilizam procedimentos historiográficos para combater as imagens da *sinhá braba* – ora é considerada imediatamente história, como a historiografia que tem se ocupado contemporaneamente de Joaquina do Pompéu.

No campo preciso da historiografia, Joaquina tem sido concebida como uma daquelas mulheres que devem ter suas trajetórias resgatadas do esquecimento. A historiografia da mulher, por exemplo, delegou-se a função de salvadora de sua memória e, às vezes, tem se apresentado como a sua única alternativa de sobrevivência – como memória *historicizada*. Mas a memória de Joaquina persiste firme na longa duração, irrompendo em momentos surpreendentes, e apresenta-se extremamente atuante na constituição da história do povo do Alto São Francisco, participando de processos políticos e da prática de grupos sociais heterogêneos.

A lembrança de Joaquina do Pompéu não se encerra num passado remoto, nem se fragiliza perante as transformações contemporâneas: a mudança dos hábitos, os meios de comunicação, a aceleração do tempo, o encurtamento dos espaços, as novas formas de vida, de trabalho e de lazer, de reconhecimento identitário e de lutas políticas. Quando pensamos que sua memória foi esquecida, ou que se encontra definitivamente reenquadrada pela historiografia (agora autoproclamada responsável por sua conservação e transmissão), surpreendemo-nos ainda uma vez com sua evocação nos *causos* dos adultos, nas histórias de antigamente de idosos e crianças, narrados nos intervalos entre uma ou outra atividade cotidiana.

Histórias repetidas e transmitidas de boca em boca... histórias que despertam sentimentos profusos e ambivalentes: a vergonha e o orgulho de família, a inveja e a admiração, a raiva e o riso, a dor e o amor, o temor e o tesão... histórias picantes, histórias grandiosas, histórias abertas... histórias que não se entregam e que conservam suas forças germinativas, tecidas a partir da substância viva da existência, inacabadas, porque portadoras de vários sentidos. Histórias que fecundam a imaginação...⁵⁶⁵

A memória de Joaquina segue, portanto, nessa profusão de sentidos... E a historiografia? Baseada na constatação sedutora de que “*preservar a memória é uma*

⁵⁶⁵ Idem. p. 204.

*das formas de construir a história*⁵⁶⁶, numa espécie de delírio megalomaníaco de uma musa adolescente que se volta contra o seio materno, Clio proclama-se a salvadora da *mimese* e, surpreendentemente, vê-se lograda pela força de *Mnemosyne*, senhora do passado e do futuro⁵⁶⁷.

⁵⁶⁶ DIAS, Suzana. "Dia da Consciência Negra" retrata disputa pela memória histórica. Disponível in: <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/03.shtml>. Acesso em 10/12/2005.

⁵⁶⁷ Seixas já escrevera sobre um dos efeitos de uma apropriação da memória pela história: "A *historiografia* deixando de se colocar como um dos campos constitutivos da memória para posicionar-se "fora" dela, numa postura vigilante e crítica: sobre a memória paira, doravante, nesse longo percurso em que a história busca se constituir como um saber científico, o 'olho' vigilante da história" cf. SEIXAS, J. Alves de. Percursos de Memória em Terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001 p. 43..

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 – FONTES:

a) documentais:

Autos do Inventário de Dona Joaquina do Pompéu. *Cartório do 2º ofício de Pitangui*. 1824.

1ª Carta de Seguros Negativa passada a D. Joaquina Bernarda da S. de Abreu Castelo Branco pelo Crime q. lhe resultou da Devassa de fugida de Presos a q. se procedeo na V. de Pitangui, pr. Tempo de hum anno. Villa Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará, Comarca do Rio das Velhas. 07 de julho de 1822. Hoje localizada no APM. APFJBP, caixa 01, série 01, doc. 44.

Carta de Antônio Alves de ? acusando a entrega de “Generosa oferta” de sem bois” para “o socorro à Baía”. Vila de Pitangui, 26 de agosto de 1823. FJBP, caixa 01. série 01, doc 44.

Carta de Diogo Ribeiro de Vasconcelos dando notícias da comitiva que Joaquina enviou ao Rio de Janeiro e da doação de 200 bois à sua Alteza Real. Vila Rica, 18/03/1808. Caixa 01, série 01, doc. 36.

Carta de Francisco Campos a Gustavo Capanema, s.d. (1933?). GC/Campos, F., doc. 6, série b, Arquivo Gustavo Capanema. CPDOC. Apud. SCHWARTZMAN, Simon el alli. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: USP, 1984. Coleção Estudos Brasileiro. V. 81. p. 286-287.

Carta de Joaquina a seu filho Joaquim Antônio de Oliveira Campos. APM, APFJBP, caixa 4, série 05/03.

Cartas de Manuel Gomes da Cruz a Joaquina do Pompéu. Outubro de 1798, APFJBP, caixa 01. série 01.

Carta de Sesmaria de Antônio Pompeu Taques. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, X, 966.

Carta de Sesmaria a Inácio de Oliveira Campos de 06/04/1764. APM, Cód. SC (Seção Colonial), 129, p. 216.

Certidão de casamento de Dr. Jorge Castelo Branco e D. Jacinta Theresa da Silva. In: TRINDADE, Cônego R. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1955. v. 3. p. 57-58.

Coleção de Monografias sobre Joaquina do Pompéu. Concurso “Minas Mulher”. Sociedade Amigas da Cultura. *Coleção Mineiriana*. Biografias. Pasta Joaquina do Pompéu. Nº 2. Biblioteca Pública Estadual. Belo Horizonte.

Decreto-lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938. *Arquivo Municipal de Pompéu*. Pompéu MG.

Decreto-Lei Municipal nº 11 de 05 de maio de 1938. Arquivo da Prefeitura Municipal de Abaeté. Livro 1926-1940.

Escritura de apartamento de sociedade de compra e venda q. faço com m^a. m.ex. D. Joaquina Bernarda da S^a. de Abreu Castelo Branco. 01/05/1782. APFJBP. caixa 01, série 01.

Escritura de apartamento de sociedade de compra e venda p. m^a. m.ex. D. Joaquina Bernarda da S^a. de Abreu Castelo Branco. Villa de Pitangui, 1795. APM, APFJBP. Caixa 01, série 01 doc. 25.

Libelo de uma ação promovida por Antônio José de Faria contra Joaquina Bernarda da Silva. s/d. APM, APJBP, caixa 1, série 01. nº 62.

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. *Projeto de resolução nº 1.230/85, de 13/04/1985*. Belo Horizonte..

Ofício do Chefe da Guarda de Honra do Imperador Manoel Morais a Joaquim Antônio, 24/12/1827. APM, APJBP, cx. 2. série 1. nº 05.

Procuração de Joaquina a Manoel Ferreira da Silva e João evangelista de Faria Lobato para requerer um Juiz de Fora para Pitangui, Pompéu, 01/02/1803. FJBP, caixa 01, série 01, doc. 30.

Requerimento para andar armada, Pitangui, 19/03/1799. APFJBP, caixa 01, série 1, doc. 23.

Título de compra e Venda. Inácio de Oliveira Campos e Joaquina Bernarda da Silva de Abreu Castelo Branco. APM. SC, APFJP, Caixa 1, série 01, doc. 56. cópia manuscrita de Américo de Campos Cordeiro (24/03/1905).

TUPYNAMBÁ, Yara. Carta depoimento. 08/04/1983 (manuscrito). Coleção Mineiriana. Pasta Joaquina do Pompéu. Nº 2. Biblioteca Pública Estadual. Belo Horizonte.

b) Periódicos:

ALENCAR, Cosette de. Fome em Canaã e Sinhá Braba. *Diário de Minas*. 01/08/1966 (Canto e página).

ARREGY, Clara. Joaquina influenciou várias gerações. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 18 de ago, 2002. p. 1.

ÁVILLA, Afonso. Montanha, caricatura e Minas. *Correio de Minas*, Belo Horizonte, 20/10/1956

BARRETO, Abílio. História: Joaquina do Pompéu. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21/09/2003. (Cultura)

BARRETO, Plínio. História de uma figura legendária e sinistra. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 22/06/2000. p. 4. (Espetáculo).

_____. Precioso Presente chega pelo correio. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 26/08/2000. p. 4. (Espetáculo).

_____. Novo tempo. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 02/07/2005. p. 2. (Cultura).

_____. Deus no céu e Dona Joaquina na terra. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 05/08/2000. p. 4. (Espetáculo);

_____. Ela tem quase 300 anos e é um exemplo de vida. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 24/06/2000. p. 4. (Espetáculo).

BEIRÃO, Nereide. “Conhecendo nossa história”. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 23.jan.2005. Caderno TV (De olho na Telinha). p.2.

CAMPOMIZZI FILHO. Sinhá Braba. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 10/07/1966

CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. Dona Joaquina do Pompéu: Mulher Brava sim senhor! *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 23/11/1983

COELI, Paulo de Medina. Tangará. In: RIBEIRO, Coriolano e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

ESTADO DE MINAS, Belo Horizonte, 28/12/2001. p. 28.

FONTANA, Mário. Notas de um repórter: Dona Joaquina. *Estado de Minas*. 15/12/2003. p. 3 (Cultura);

FRANÇA, Carlos Domício. Pompéu: Festa de 250 anos de Joaquina. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 23. ago. 2002. p. 8. (opinião)

_____. Homenagem: cidade recorda D. Joaquina do Pompéu. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15/12/2001. p.6. (opinião);

_____. Dona Joaquina: conotação assusta. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 15/03/2002. p.6. (opinião)

GONÇALVES, Afonso de Castro. Joaquina do Pompéu. *Estado de Minas*. Belo Horizonte, 14 de dez de 1994

HOJE EM DIA. Pompa de Pompéu. Belo Horizonte, 22 de ago. 2002. (Caderno Cultura).

JORNAL DA CASA. Eis uma lenda feita mulher. Belo Horizonte. 18/02/1979

MENDES JÚNIOR, Onofre. (Crônica) apud “Dona Joaquina do Pompéu”, *Folha de Minas*. Belo Horizonte, 1955.

MOREIRA, José Maria. Joaquina, Senhora do Pompéu. *Estado de Minas*, 28/12/1966.

NORONHA, Gilmar. C. Sob os olhos da patroa. *Caderno de educação*, Belo Horizonte, FAE/UEMG, nº 36, 2004.

OLIVEIRA, Heloísa Aline. Mulher de A a Z. *Estado de Minas*. Domingo, 21 de outubro de 2001.

O SERTANEJO. A história de D. Joaquina do Pompéu. Três Marias, n. 364, 24/02/2003, p. 13.

PENA, Gustavo. Dama Antiga. Apud. RIBEIRO e GUIMARÃES. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

RENNÓ, Elizabeth. O romance de Agripa Vasconcelos. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 21/10/1999

Revista do Arquivo Público Mineiro, XIV.

RIBEIRO, Rosa Maria. História: Reviver Joaquina. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 05/05/2002. (opinião)

SALES, Apolônio. Soerguimento do vale do São Francisco. *Boletim do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, Ano 31, n. 11, nov. 1942

SILVA, Álvares. O solar de D. Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO, Coriolano. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

SILVA, Neil Ribeiro. As Gerais Segundo Agripa Vasconcelos. *Minas Gerais* (suplemento literário), s/d.

SOUZA, Otto Brasileiro de. Pitangui: Joaquina do Pompéu e Dona Maria Tangará. *Estado de Minas*, Belo Horizonte, 04. jul. 2004. p.14. (opinião)

XAVIER, Lindolfo Octávio. Pompéu velho. *Mensário do Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, mar. 1944.

c) Peça Teatral:

FERREIRA, Vânia Geralda. *D. Joaquina do Pompéu*. Peça teatral. Pompéu, 2002.

d) Livros:

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1971

BARBOSA, Maria Claret Carneiro. *Participação da mulher na história de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1986.

CAMPOS, Deusdedit Pinto Ribeiro de. *Dona Joaquina do Pompéu: sua história e sua gente*. Belo Horizonte: Roma, 2003

CORREIA, Cunha C. *Serra da Saudade*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1948.

ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig Von, 1777-1885. *Pluto Brasilienses*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1979. v.2. p. 173. (Trad. Domício de Figueiredo Murta).

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

FREYREISS, Georg Wilhelm, *Viagem ao interior do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Universidade de São Paulo. 1982. p. 116. (trad. A. Löfgren).

GUIMARÃES, Antônio Campos. *A Dama do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985

GUIMARÃES, Jacinto. O solar de D. Joaquina. In: RIBEIRO, Coriolano e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956

MANCINI, Mara de Vasconcelos. Apresentação de: VASCONCELOS, Agripa. *Ouro verde e gado negro: romance dos ciclos do café e da abolição do cativeiro nas Gerais*. Belo Horizonte: SESC/MG, 2003.

OLIVEIRA, José Alves de. *História de Abaeté: temperada com o pouco de sal e pimenta*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1970. p. 173

PIERSON, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro: Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), 1972. (Tomos I, II e III).

RIBEIRO, Coriolano e GUIMARÃES, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

SHUMAHER, Shuma & BRASIL, Érico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000.

SILVA, Ignácio Ferreira Álvares e ALVARES, Oto Ferreira Álvares. *Gerais de todos os tempos: reminiscência dos tempos das Gerais e folhas caídas*. Brasília: VErano, 1999

SOUZA, Mônica Dias de. *Santo de casa também faz milagres: a construção simbólica da escrava Anastácia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

TRINDADE, Cônego R. *Velhos troncos mineiros*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1955. v. 3.

VASCONCELOS, Agripa. *Sinhá Braba – Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VASCONCELOS, Diogo de. *História Mídia de Minas Gerais*. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.

XAVIER, Lindolfo. Em torno da vida e dos feitos de Dona Joaquina do Pompéu. In: RIBEIRO, Coriolano. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956. p. 381.

e) Ilustrações, monumentos, e Imagens:

CASTRO, Amilcar de. Dona Joaquina do Pompéu. Desenho em lápis duro. Capa do livro de RIBEIRO, Coriolano Pinto e Guimarães, Jacinto. *Dona Joaquina do Pompéu*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1956.

FLORÊNCIO. *Solar de Dona Joaquina (Gravura)*. Capa de GUIMARÃES, Antônio Campos. *A Dama do Sertão*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

GUIMARÃES, Cleide. *Busto de Joaquina do Pompéu*. Escultura em bronze. Praça Dona Joaquina, Pompéu, MG

POMPÉU VELHO. Fotografia. Autor desconhecido.

Solar de D. Joaquina do Pompéu. Acrílico em tela. Prefeitura Municipal de Pompéu.

RETRATO FALADO DE JOAQUINA DO POMPÉU. Autoria desconhecida.

TUPINAMBÁ, Yara. Dona Joaquina do Pompéu. Acrílico em tela. Saguão da Câmara Municipal de Pompéu MG.

_____. Ilustrações do livro de VASCONCELOS. Agripa. *Sinhá Braba*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1966.

F) Entrevistas

Arminda Severiano, 21/11/2004. Abaeté/MG.

Bartolomeu Melgaço, 14/11/2004. naturalidade Pompéu-MG. (Poções de Paineiras).

Belini Andrade, 11/11/2004. Abaeté/MG,

Luciano Lucas Pereira, 'Bichano', 05/05/2005. Abaeté/MG.

Deusdedith Pinto Ribeiro de Campos, 20/02/2005. Belo Horizonte/MG.

Djalma Vicente de Oliveira, Cacique Kaxixó, 06/11/2004. Martinho Campos/MG.

Gilson Dias Maciel (Chiquinho), 11/01/2005. Pompéu/MG.

Joaquim Cordeiro, 11/02/2005, Pompéu/MG.

João César da Cunha Lemos, 21/11/2004. Zona Rural, Abaeté/MG.

José Ferreira da Cruz (Nino), 14/11/2004. Paineiras/MG.

João Silvério da Silva (João Vintura), 14/11/2004. Poções de Paineiras/MG.

José Braga do Couto, 12/11/2004. Abaeté/MG.

Nereide Beirão, 13/04/2005. Belo Horizonte.

Normando Martins da Costa (Toco), 14/11/2004. Paineiras/MG.

Osvaldo Andrade de Lima, 27/05/2005. Poções de Paineiras/MG

Suelen Antônia Oliveira Faria, 13/12/2004. Abaeté/MG.

Valdir Ferreira da Silva. 10/09/2004. Morada Nova de Minas/MG

Vanessa Alves Melgaço. 15/11/2004. Poções de Paineiras/MG.

Yara Tupynambá. 17/10/2005. Belo Horizonte/MG

2 - BIBLIOGRAFIA:

- ABREU, J. Capistrano. *Capítulos de história colonial*. 4.ed. Rio de Janeiro: Briguiet, 1954.
- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.
- ARISTÓTELES. Da memória e da reminiscência, 449 b 6 e 451 a 20. apud: VERNANT, Jean Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Educ, 2002.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro da vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- AUGÉ, Marc. Apud SEIXAS, Jacy A. de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIERREZ, H; NAXARA, M; LOPES, M.A.S. *Fronteiras, paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d'água, 2003. pp.43-63.
- BACZKO. Bronislaw. *Imaginação Social*. IN: ENCICLOPÉDIA Einaldi, v..5, Antropos, 1982.
- BANDEIRA, Manuel. *Itinerário pra Pasárgada*. In: BANDEIRA, Manuel. *Seleta de Prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *A decadência das minas e a fuga da mineração*. Belo Horizonte: Imprensa da Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.
- _____. *Dores do Indaiá do Passado*. Belo Horizonte: s/ed. 1964.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BURKE, Peter. *Variedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da Ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna interpreta o Brasil*. Tese de Titular apresentada ao Departamento de História/UNICAMP, 2002. (mimeo.).
- CANÊDO, Letícia Bicalho. Metáforas da família na transmissão do poder político: Questões de método. *Caderno Cedes*, vol. 8, n.42. Campinas, ago. 1997.
- CARVALHO, Daniel de. Formação histórica das Minas Gerais. *Primeiro seminário de estudos mineiros*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais: 1956.
- CHARTIER, Roger, *Á beira da falésia: A história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: ed. da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. *O mundo como Representação*. In: Revista de Estudos Avançados n° 5/11, São Paulo: Instituto de Estudos Avançados, USP, 1991.

CHEQUER, Raquel M. P.. *Negócios de família, gerência de viúvas. Senhoras administradoras de bens e pessoas (Minas Gerais 1750-1800)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2002. (dissertação de mestrado)

COUTINHO, Afrânio de. *A atualidade Mineira*. Belo Horizonte, 1929.

CUNHA, Euclides da. Os sertões. In: CUNHA, Euclides. *Obra Completa*. V. 2. Rio de Janeiro: Nova Aguillar, 1995.

DELEUZE, G. *Difference et répetition*. (1989). Apud: SEIXAS, J. Alves de. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto História*, v. 24, São Paulo: Educ, 2002.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. Rio de Janeiro/DF: José Olímpio/UNB, 1993.

_____. Viagem pelo imaginário do interior feminino. *Revista Brasileira de História*. v. 19, n° 37. São Paulo. Set. 1999.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, uma cidade citiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (tradução de Maria Lúcia Machado).

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

ANDRADE, Carlos Drumonnd. *Confissões de Minas*, 1944.

FALCON, Francisco. História das Idéias. In: CARDOSO, Ciro Flamaron. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FRAGOSO, João da Rocha. Imposto sobre baldios. *Relatório de 1879*. Rio de Janeiro.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 49.ed. São Paulo: Global, 2004.

_____. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

_____. *Ordem e Progresso*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. Entrevista a FAERMAN, Marcos. O mulherengo Gilberto Freyre. *Status*. São Paulo, p. 26-34, set. 1985.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. *O Avesso da Memória: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Ed: José Olympio, Rio de Janeiro, 1993.

_____. Mulheres nas Minas Gerais In: DEL PRIORI, Mary (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997

GAGNEBIN, Jeanne Marie. (prefácio) In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política.: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

GODOY, Alexandre Mendes e CUNHA, Marcelo Magalhães. O espaço das Minas: processos de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. Belo Horizonte, *Anais sobre o X Seminário sobre a economia mineira*, CEDEPLAR/UFMG, 2002.

GOMES, Alberon de Lemos. *A matrona e o padre: Discursos, Práticas e Vivências das relações entre Catolicismo, Gênero e Família na Capitania de Pernambuco*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. (Dissertação de Mestrado)

GROSSI, R. F. Uma leitura do viver nas Minas Setecentistas a partir do imaginário da doença e da cura. *Episteme*, Porto Alegre, n.19, jul/dez, 2004.

HALBWACHS, Maurice. *A memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1972.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Metais e pedras preciosas. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *Historia Geral da Civilização Brasileira v. 2*. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

QUINTANA, Mario. *Caderno H*. 9.ed. São Paulo: Globo, 2003.

HORTA, Cid Rebelo. Famílias governamentais de Minas Gerais. *II Seminário de Estudos Mineiros*. Belo Horizonte, UMG, 1956.

LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *Historia Geral da Civilização Brasileira*. V. 2.. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar. *Moinho, esmola, moeda, limão: conversa em família*. São Paulo: Augurium, 2004.

LAQUEUR, Tomas. Apud. DEL PRIORE, Mary. Viagem pelo imaginário do interior feminino. *Revista Brasileira de História*. v. 19, nº 37. São Paulo. Set. 1999.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

- LE GOFF. Jacques. *O imaginário medieval*. Lisboa: Estampa, 1994.
- LIMA, Nízia, Trindade. *Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Revan/IUERJ/UCAM, 1999.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. O Brasil no século XVIII e idade do ouro: a propósito da problemática da decadência. IN: *Seminário sobre a Cultura Mineira no Período Colonial*. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.
- LOBATO, Monteiro. *Urupês*. 37.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE. Mary. *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.
- MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia. 1980.
- MARSON, Adalberto. Reflexões sobre o procedimento histórico. IN: SILVA, M. A. (org.) *Repensando a História*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MARTINS, Gilberto Marcos. *A conquista dos Sertões de Minas Gerais: Ocupação e Povoamento das nascentes do Rio São Francisco, Serra da Marcela e Quilombo do Ambrósio*. Três Corações: UNICOR, 2004. 140 p. (Dissertação de mestrado).
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e auto-imagem do império. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe (org) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. vol. 2.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: EPU, 1974.
- MESQUITA, Eni Samara. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MONTANDON, Rosa Maria Espinoso de. *Dona Beja: Desvendando o mito*. Uberlândia: Edufu, 2004.
- NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: UNB, 2004.
- _____. *O desconhecimento do outro: pensando o “provinciano”*. São Paulo/Franca: UNESP, 2005. (mimeo).
- NORA, Pierre. Entre memória e História (1984), prefácio do v. I de *Les Lieux de Mémoire*, Paris, Gallimard, 1984. Trad. Yara Aun Khoury, *Proj. História*, São Paulo, (10), dez. 1993
- NORONHA, Gilberto Cezar de. *O avanço expansionista e desenvolvimento da pecuária no Alto São Francisco em fins do século XVIII e início do século XIX, no contexto da colonização do Brasil*. LUZ/MG: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Alto São Francisco, 2002. (Mimeo.)
- OLIVEIRA, Itamar de. *Francisco Campos: A inteligência no Poder*. Belo Horizonte: Libertas, 1991.

PAULA, João Antonio de. *Raízes da modernidade em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. Especialmente p. 34-40.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. In: *Revista Brasileira de História*. ANPUH, Contexto, 1995.

PORTELLI, A. O momento da minha vida: funções do tempo na história oral. In: FENELON, D. et. al. *Muitas histórias e outras memórias*. São Paulo: Olho d'água, 2004. pp. 296-313.

PETRONE, Teresa Schorer. As áreas de criação de gado.” In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *Historia Geral da Civilização Brasileira v. 2*. 11.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 19.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema..* 2.ed. Rio de Janeiro: FGV/Paz e Terra, 2000.

SEIXAS, Jacy Alves de. Tênuas fronteiras de memórias e esquecimentos: a imagem do brasileiro jecamacunaímico. In: GUTIERREZ, H; NAXARA, M; LOPES, M.A.S. *Fronteiras, paisagens, personagens, identidades*. São Paulo: Olho d'água, 2003. pp.43-63.

_____. Os tempos da memória: (des)continuidade e projeção. Uma reflexão (in)atual para a história? *Projeto História*, v. 24, São Paulo: Educ, 2002.

_____. Percursos de Memória em Terras de História: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, S. e NAXARA, M. (org.) *Memória e (re)sentimentos: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Unicamp, 2001.

_____. Os campos (in)elásticos da memória: Reflexões sobre a memória histórica. In: BRESCIANI, M. S., MAGALHÃES, M.B., SEIXAS, J.A (org.) *Razão e paixão na política*, Brasília. Ed. da UNB, 2002.

_____. Comemorar entre memória e esquecimento: reflexões sobre a memória histórica, *História – Questões e debates*, Curitiba, Ed. da UFPR, nº 32, jan-jun 2000.

SOUZA, Mônica Dias de. *Santo de casa também faz milagres: a construção simbólica da escrava Anastácia*. Rio de Janeiro: Pallas, 2005.

SPITZMULLER, H. apud. DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. (tradução de Maria Lúcia Machado).

TORRES, João Camilo de Oliveira. *Estratificação social no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: DEL PRIORI, Mary (org) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

_____. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VASCONCELOS, Agripa. *A Vida em Flor de Dona Bêja.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1985

_____. *Chica que manda.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1985.

VERNANT, Jean Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos.* São Paulo: Educ, 2002.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história.* Lisboa: Edições 70, 1971. (Trad. Antônio José da Silva Moreira).

VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero.* São Paulo: Cia das Letras, 2002.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José C. M. *Formação do Brasil Colonial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

WERNECK, Humberto. *O Desatino da Rapaziada: jornalistas e escritores em Minas Gerais.* São Paulo/Poços de Caldas: Cia das Letras/Instituto Moreira Salles, 1992.

WIRTH, John. *O fiel da Balança – Minas Gerais na Federação Brasileira.* (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Minas e a nação. Um estudo de Poder e dependência regional (1889-1930) In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira. III – O período Republicano.* V. 8. 8.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 78-100.

3 - FILMES, PEÇAS TEATRAIS, DOCUMENTOS E ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL BENEFICIENTE E CULTURAL DONA JOAQUINA DE POMPEU (2000) Disponível em http://www.mc.gov.br/rc/autorizacao/proc_mg.htm Acesso em 04/05/2005.

AGUIAR, Mateus R. Veloso. A História de D. Joaquina do Pompéu. Disponível em <http://cidadesnet.com/cidades/pompeu/hist/index.htm>. Acesso em 10/12/2005.

AZEVEDO, Artur. *A capital federal , O badejo , A jóia , Amor por anexins.* [peça teatral – estabelecimento de texto: Prof. Antonio Martins de Araújo]. Rio de Janeiro: Ediouro. (Prestígio).

CALDEIRA, Vanessa. Povos indígenas: Povo Kaxixó. Disponível em Http://www.indio.org.br/001_Povos_indigenas/mapa/povos/PovoKaxixo.htm Acesso em 20/05/2005.

DIAS, Suzana. "Dia da Consciência Negra" retrata disputa pela memória histórica. Disponível in: <http://www.comciencia.br/reportagens/negros/03.shtml>. Acesso em 10/12/2005.

Escrava Anastácia. Disponível em <http://www.adrianavacanti.eti.br/tati/mulheresdobrasil/escravaanastacia.htm>. Acesso em 15/05/2005.

<http://br.groups.yahoo.com/group/joaquinadamadosertaomineiro/messages/1?xm=1&m=e>
Acesso em 11/11/2004

<http://www.rapnacional.com.br/mulheres/informativos/anastacia.htm>

http://www.mulher500.org.br/biografia_indice.asp

<http://www.seol.com.br/mneme/ed7/032-p.htm>

http://www.indio.org.br/001_Povos_indigenas/mapa/povos/PovoKaxixo.htm Acesso em 04/06/2005.

<http://www.caciosilva.com.br/kaxixo.htm> Acesso em 04/06/2005

http://www.descubraminas.com.br/cultura/hpg_item.asp?id_cultura=1&id_tipocultura=21, Acesso em 20/05/2005

<http://5281.vilabol.uol.com.br/pompeu.html>. Acesso em 10/12/2005.

MAUAD, Ana Maria. *Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil otocentista.* Disponível em <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html> Acesso em 20/10/2005.

MORENO, Cláudio. Sua língua. Disponível em http://educaterra.terra.com.br/sualingua/07/07_bravo.htm acesso em 28/08/2005.

OLIVEIRA. Bruno Pacheco de. *Caxixó: o segredo encapado.* Rio de Janeiro: Laced. 14 mim. VHS. 2002.

PAIVA, Celso Lago, 1997. *Turismo rural e a conservação do patrimônio histórico.* Disponível na Internet: <http://www.geocities.com/RainForest/9468/hotfazen.htm>. 5 nov. 1997. Acesso em 10/12/2005.

RÁDIO EXCLUSIVA FM. <http://www.exclusiva979.com.br/historia.htm> Acesso em 03/06/2005

Terra de Minas, Rede Globo Minas. In: <http://terrademinas.globo.com/> Acesso em 11/12/2005

www.google.com.br. Acesso em 04/06/2005

www.amilcardecastro.com.br Acesso em 20/05/2005.

ANEXOS